

Maria Isabel João



O
INFANTE
D. HENRIQUE
NA
HISTORIOGRAFIA

**O INFANTE D. HENRIQUE
NA HISTORIOGRAFIA**

Maria Isabel João
(Estudo inicial e selecção de documentos)

FICHA TÉCNICA

- **Título da Obra:**
O Infante D. Henrique na Historiografia
- **Estudo inicial:**
Maria Isabel João
- **Design Gráfico:**
Maria de Lurdes Mendonça
- **Edição:**
Grupo de Trabalho do Ministério da Educação
Para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses
- **Pré-impressão, Impressão e Acabamento:**
ELO - Publicidade, Artes Gráficas, Lda.
- **Depósito Legal:**
81037 / 94
- **ISBN:**
972-8186-01-0
- **1.ª Edição**
- **Tiragem:**
3 000 exemplares

NOTA PRÉVIA

No ano em que mais uma grande comemoração henriquina tem lugar, considerámos que seria interessante e útil traçar uma retrospectiva sobre a forma como cronistas e historiadores têm visto, ao longo dos tempos, a figura do Infante D. Henrique.

Geralmente, os jovens e o público menos familiarizados com o officio de historiador tendem a encarar aquilo que vem nos livros e lhes é ensinado nas escolas como a verdade pura e simples, sem se interrogarem sobre os processos de construção da História e sem saberem sequer que, sobre a maior parte dos factos históricos, há várias interpretações, consoante os autores e as épocas. Essa relação *ingénua* com o conhecimento da História não favorece o espírito crítico nem a objectividade, tornando-os presas fáceis de mitificações e da admiração de ídolos.

Foi com o objectivo de desvendar como foi sendo construída a imagem mítica do Infante D. Henrique, mas também com a intenção de compreender as várias imagens que foram surgindo em alternativa àquela e as razões de ser de todas elas, que realizámos este trabalho. O resultado da investigação feita e da reflexão sobre o assunto é sintetizado, na primeira parte, num texto sobre a forma como foi sendo vista a figura do Infante D. Henrique através da História. Na segunda parte, apresentamos um conjunto de documentos historiográficos que julgamos serem dos mais representativos de cada época e de cada corrente histórica.

Apesar da investigação feita ter sido bastante detalhada, não foi possível contemplar tudo o que se tem escrito sobre o Infante D. Henrique, que é vastíssimo. A selecção dos textos procurou circunscrever-se à historiografia, dos cronistas aos historiadores do século xx, mas deixou deliberadamente de lado os escritores estrangeiros e as histórias de divulgação, que nada acrescentavam à imagem do Infante D. Henrique. Contemplámos obras, opúsculos e artigos que nos pareceram significativos para compreender a forma como foi visto o Infante em cada período e por cada autor.

Além da selecção dos textos, foi preciso ainda delimitar excertos das exposições dos autores, para não ultrapassarmos um limite razoável de páginas, o que se tornou extremamente difícil. Uma selecção é sempre fruto de uma interpretação pessoal e, por isso, aconselhamos todos os que estiverem interessados no tema e no conhecimento dos autores citados a lerem as obras aqui parcialmente reproduzidas. Aliás, temos a esperança que os extractos dos textos agucem o apetite para a leitura das obras completas, porque nada é mais limitativo que uma formação em “manta de retalhos”, como infelizmente tem acontecido com muitos dos manuais actuais do ensino secundário.

Chamamos também a atenção para a bibliografia que, não sendo exaustiva, contempla mais obras e autores do que foi possível incluir no anexo documental.

I – A FIGURA DO INFANTE D. HENRIQUE ATRAVÉS DA HISTÓRIA

“Afigura-se-nos que a autêntica grandeza do Infante dispensa bem que se insista em mantê-lo envolto nos ouropéis de uma mitologia. É apoucá-lo, afinal, recear vê-lo na realidade da sua vida entre seu pai e irmãos, entre os ministros, os cavaleiros, os mercadores, os marujos, preso nas contradições de seu tempo mas velejando para novos tempos. E persistimos em crer que a mais grata e duradoura homenagem será a nossa contribuição de hoje rumo ao porvir, se soubermos ser de novo pioneiros da aventura humana como ele o foi nessa era também de ocaso e alvorada.”

Vitorino Magalhães Godinho, *A Economia dos Descobrimentos Henriquinos*, Lisboa, Sá da Costa Editora, 1962, p. XIII.

DAS FONTES COEVAS AO SÉCULO XVIII

As crónicas de Zurara e Rui de Pina

O Infante D. Henrique é um dos vultos do panteão da história nacional mais mitificado e celebrado ao longo dos tempos, mas não deixa de ser também dos mais controversos. A chamada “lenda infantista” e a utilização da sua figura pelo poder político começa logo quando D. Afonso V ordena a Gomes Eanes de Zurara (1410/20-1473/74) que escreva a crónica dos seus feitos e virtudes, certamente como prova de gratidão pela fidelidade e o apoio militar que lhe tinha prestado no transe de Alfarrobeira. A *Crónica de Guiné*, iniciada possivelmente poucos anos após a batalha que custaria a vida ao regente D. Pedro, onde se insere um grandiloquente panegírico do Infante D. Henrique, o “príncipe pouco menos que devinal”, nas palavras do cronista, teria como objectivo recuperar a imagem abalada do Infante depois do incidente e exaltar a política nobiliárquica de conquistas e anexações militares que marcou aquele reinado. Por razões opostas, o cronista oficial de D. João II, Rui de Pina (1440?-1522), transmite uma visão bem menos lisongeira da actuação de D. Henrique, em particular na expedição de Tânger, que redundou num fracasso de penosas consequências para o país, e do desenlace fatal de Alfarrobeira.

Zurara e Rui de Pina são cronistas coevos do Infante D. Henrique e, por isso, as respectivas crónicas são fontes muito importantes sobre aquela figura e o papel que desempenhou na sua época. O primeiro deve tê-lo conhecido e privado com ele, visto que foi Cavaleiro da Casa Real e cronista oficial ainda em vida do Infante. Mas a crónica que lhe dedicou é a obra que mais problemas tem levantado aos eruditos². O manuscrito mais antigo foi localizado por Ferdinand Denis e editado pelo Visconde de Santarém, em 1841, com o título *Crónica do Descobrimento e Conquista de Guiné*. É o próprio Zurara que nos informa que o rei D. Afonso V lhe tinha encomendado a crónica, havia então o Infante pouco menos de sessenta anos. Mas o cronista serviu-se dos escritos de Afonso de Cerveira, entretanto perdidos, para relatar os feitos da Guiné, tendo acrescentado pelo seu próprio punho o panegírico do Infante D. Henrique. A utilização pelos cronistas de textos deixados inéditos pelos seus antecessores era uma prática corrente na época e não levantava, como hoje, quaisquer problemas de plágio aos autores. Contudo, apesar de Zurara se ter servido dos escritos de Afonso de Cerveira, a *Crónica de Guiné* tem uma unidade discursiva que põe em causa as teses que procuraram ver nela a junção de duas obras distintas³. Outra dificuldade que subsiste diz respeito à data em que a

1. Gomes Eanes de Zurara, *Crónica de Guiné*, Introdução, novas anotações e glossário de José de Bragança, Barcelos, Livraria Civilização Editora, 1973, cap. II, p. 13
2. Em *A Crónica da Tomada de Ceuta*, de 1451, Zurara também narra feitos do Infante D. Henrique, baseando-se no testemunho do próprio, com o objectivo de mostrar a capacidade guerreira do responsável pelo desastre de Tânger.
3. Luís Filipe Barreto, “Gomes Eanes de Zurara e o problema da «Crónica de Guiné»”, in *Studia*, n.º 47, Lisboa, Instituto de Investigação Científica e Tropical, 1989, pp. 311-369

crónica teria sido feita por Zurara. Actualmente, só parece haver certeza quanto à data do início da obra, em 1453. Zurara dá indicações que podem corroborar a hipótese de ter sido acabada já depois da morte do Infante quando escreve: “Ó vós, bem aventurados reis, que depois da sua morte possuídes a real seeda que foi de seus avós, eu vos rogo que a sepultura deste tão grande e tão honrado Duque hajaes sempre em vossa especial lembrança.”⁴

A obra ainda serviu a João de Barros como fonte de informação para escrever a *Década I*, mas Damião de Góis já a considera perdida. Só foi revelada ao público três séculos depois de ter sido escrita, a partir do manuscrito descoberto na Biblioteca Nacional de Paris⁵.

Na mundividência de Zurara, Deus ocupa o topo e o centro do Mundo. Por isso, um príncipe como D. Henrique foi destinado a realizar grandes feitos pela providência divina e a sua imagem de cavaleiro cristão, extremamente virtuoso, estava de acordo com os preceitos da moral dominante e os mandamentos da Igreja. O Infante descrito por Zurara não surge como um homem de carne e osso, mas como uma figura predestinada, na hora do nascimento, para realizar “trautos e conquistas (...) a prazer de seu rei e senhor”⁶.

Segundo Veiga Simões, a matriz que serviu de base a Zurara para construir a personalidade idealizada de D. Henrique encontra-se nos romances de cavalaria:

- “O retrato primeiro debuxado por Zurara é o dum cavaleiro galo-bretão, traçado como o exigia a cultura da nobreza da época e a sua interpretação da vida: duro nas coisas da guerra e temeroso ao primeiro encontro, brando e enternecido nas de coração e ao depois na intimidade, acolhedor de senhores, inimigo da avareza, e perenemente casto segundo comandava a Demanda do Santo Graal para vencer como venceram Galaaz e Percival”⁷.

Apesar do retrato de Zurara ser influenciado pelos ideais cavaleirescos da época, é de admitir que reflecta também aspectos da personalidade de D. Henrique. Homem normalmente calmo - fleumático dirão mais tarde os intérpretes de Zurara que se inclinaram para ver nesse traço do carácter do Infante a herança materna - era capaz de explosões de cólera, ambicioso e trabalhador, teria vivido segundo os preceitos da moral cristã, arredando-se do luxo, da avareza, dos vícios e, em especial, dos prazeres da carne. Outras fontes e documentos coevos corroboram este retrato da personalidade do Infante D. Henrique. A carta de D. Duarte para o

4. Zurara, *ob. cit.*, cap. VI, p. 41

5. Existem mais dois manuscritos da mesma crónica: um com letra do século XVII na Biblioteca Nacional de Madrid e outro do século XVIII na Biblioteca de Muníque.

6. Zurara, *ob. cit.*, p. 47

7. Veiga Simões, “O Infante D. Henrique. O seu tempo e a sua acção” in *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, dir. de António Baião, Hernâni Cidade e Manuel Múrias, vol. I, Lisboa, Editorial Ática, 1937, p. 311. António José Saraiva assinalou a semelhança entre o retrato convencional do Infante D. Henrique, traçado por Zurara, e aqueles que foram delineados sobre os respectivos mecenas pelos letrados da Flandres que ficaram para a história como os *Grands Rhétoriques* (*Para a História da Cultura em Portugal*, vol. I, Amadora, Bertrand, 1978, pp. 157-158)

irmão, com os conselhos que escreveu a propósito da expedição a Tânger, é o único documento coevo que permite deduzir alguns dos defeitos que o Infante D. Henrique não deixaria de possuir, como veremos adiante.

A obra de Zurara mostra-se, ainda, imbuída de conceitos e valores próprios da medievalidade. O exemplo mais significativo é o lugar determinante que as forças transcendentais desempenham no fio da narrativa dos acontecimentos, nomeadamente o acaso-fortuna e a intervenção divina.

Já Rui de Pina, cronista nos reinados de D. João II e de D. Manuel I, centra a descrição dos factos na acção dos homens, verdadeiros protagonistas da sua história. O retrato que traça do Infante D. Henrique corresponde à imagem típica do grande senhor da aristocracia feudal: a maior virtude era a “inteira obediência e firme lealdade a ElRey”, acompanhada pela “continua devaçam pera Deos” e “huma singullar humanidade e nobreza pera os homens”; além disso, como “esforçado cavaleiro” dominava-o a preocupação de combater os inimigos da Fé⁸. Ao contrário de Zurara, que viveu desde muito cedo na corte em estreita relação com o centro do poder quatrocentista, Rui de Pina não teria convivido com o Infante D. Henrique e, por isso, fala dele de forma tão estereotipada.

As crónicas de Rui de Pina, feitas em plena época de euforia dos descobrimentos, são singularmente omissas sobre esses acontecimentos tão marcantes. Jaime Cortesão aventou, a propósito, a tese do sigilo oficial sobre os descobrimentos, mas Duarte Leite inclinou-se para explicar a atitude do cronista pela mentalidade medieva. De facto, Rui de Pina parece mais preocupado com a narrativa das intrigas palacianas e das batalhas do que com os grandes empreendimentos que marcaram a época. Já em Zurara se encontra nitidamente estabelecida a distinção entre a crónica do Reino e a da Guiné, merecendo o primeiro maior atenção ao cronista oficial.

A *Crónica de D. Duarte* é quase toda dedicada à expedição de Tânger, na qual coube a D. Henrique um papel preponderante. Mas a descrição contém muitos erros e incongruências, como assinalou o padre Domingos Maurício⁹. É, sobretudo, muito discutível a responsabilidade que atribui a D. Henrique, considerado o obreiro da empresa de Tânger, quando se sabe que D. João I pretendeu passar segunda vez a África e D. Duarte foi um fiel seguidor da política do pai¹⁰.

João de Barros e Damião de Góis acusaram Rui de Pina de ter feito a crónica de D. Duarte sobre uma de Fernão Lopes, à qual teria acrescentado um trabalho de Zurara, no capítulo sobre Tânger. Mas Duarte Leite contesta esta ideia dos cronistas do século XVI, pois não seria plausível que Fernão Lopes tivesse interrompi-

8. Rui de Pina, “Chronica do Senhor Rey D. Afonso V” in *Crónicas*, Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão-Editores, 1977, cap. CXLIV, p. 791

9. Domingos Maurício, “D. Duarte e as responsabilidades de Tânger” in *Brotéria, Fê-Sciência-Letras*, vol. XIII, Fasc. VIII, Lisboa, Julho 1931, pp. 19-27

10. Duarte Leite, *História dos Descobrimientos. Colecânea de Esparsos*. Organização, notas e estudo final de Vitorino Magalhães Godinho, vol. I, Lisboa, Edições Cosmos, 1958, pp. 151-152

do a crónica de D. João I para escrever sobre o filho. Borges Coelho, pelo contrário, na introdução à sua edição da crónica, defende que Rui de Pina se serviu de elementos deixados por Fernão Lopes, mas pertence-lhe “o borrão geral que unifica todos os elementos da pintura”¹¹. Considera, ainda, que são verdadeiros os principais passos da narrativa do cronista.

Deixando de lado a polémica sobre as crónicas de Rui de Pina, o que importa reter é que cronistas como Duarte Nunes do Leão e, posteriormente, os historiadores do século XIX e XX recorreram a elas para reconstituir os dois acontecimentos considerados menos abonatórios do Infante D. Henrique - Tânger e Alfarrobeira.

O segundo episódio aparece descrito na crónica de D. Afonso V, composta sobre um trabalho perdido de Zurara e talvez sobre outro, nas mesmas condições, de Vasco Fernandes de Lucena¹². Nessa obra, Rui de Pina descreve todas as perversas intrigas com que os inimigos do ex-regente D. Pedro procuravam denegri-lo aos olhos de D. Afonso V, sobrinho e genro do príncipe das sete partidas do mundo, e acusa D. Henrique de não o ter defendido com “aquella fortaleza e escarmento, que elle a seu Irmão devya e o mundo esperava, o que lhe fora bem possyvel se quisesa”¹³. Mais adiante, reforça a crítica do comportamento do Infante, afirmando que “segundo a opiniam dos prudentes e pessoas d’autoridade, que destes feitos tiveram conhecymento, se creio que o Yfante Dom Anrrique nestes dias faleceo ao Yfante Dom Pedro com aquelle verdadeiro amor, favor, e ajuda que como a Irmão e amigo lhe devia” e, por isso, se seguiu a morte daquele príncipe e o total abatimento da sua casa. Nem as tentativas feitas antes por D. Henrique para conciliar D. Afonso V e D. Pedro, nem a fidelidade devida ao rei parecem justificar aos olhos de Rui de Pina a atitude do Infante, no momento final.

Rui de Pina afirma que D. Henrique foi o primeiro a mandar descobrir terras através do oceano e vê nisso tanto o fruto da inspiração divina como o resultado da lealdade do “vassallo dos Reis e da Coroa de Portugal desejoso do acrecentamento, gloria, e louvor delles”¹⁴. Contudo, limita-se a enunciar, brevemente e de forma incompleta, que acharam e povoaram as ilhas da Madeira e chegaram até à Serra Leoa, na época henriquina.

Nos escritos de Gomes Eanes de Zurara e de Rui de Pina sobressai o cavaleiro medieval que fez coisas notáveis para “serviço de Deus e honra do reino”, o que está certamente próximo da realidade. Contudo, se no primeiro nada obscurece o brilho e as virtudes do personagem, no segundo ressaltam críticas à sua actuação em vários momentos.

Tratando-se de Tânger e de Alfarrobeira, Rui de Pina deu voz nas suas crónicas

11. António Borges Coelho, “Prefácio” in Rui de Pina, *Crónica do Rei D. Duarte*, Edição organizada por António Borges Coelho, Lisboa, Editorial Presença, 1966, p. 16

12. Duarte Leite, *História dos Descobrimentos, Colectânea de Esparços*, Organização, notas e estudo final de Vitorino Magalhães Godinho, vol. I, Lisboa, Edições Cosmos, 1958, p. 152

13. Rui de Pina, “Chronica do Senhor Rey D. Afonso V” in *Crónicas*, Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão-Editores, 1977, cap. XC, p. 703

14. *Idem, Ibid.*, cap. CXLIV, p. 792

à corrente de opinião que, na época daqueles eventos, se opunha à política de conquistas militares e de acrescentamento do poder e riqueza da nobreza, depauperando a coroa e o reino. D. Pedro tem sido, geralmente, visto como um dos maiores opositores dessa política, que foi a tónica durante o reinado de D. Afonso V. Pelo contrário, D. Henrique parece identificar-se com a política depois seguida pelo sobrinho nas posições que tomou em momentos cruciais. A atitude favorável à conquista de Tânger, contra a entrega de Ceuta, e colocando-se ao lado do rei, em Alfarrobeira, não derivariam somente da sua fé inquebrantável de cruzado disposto a combater o infiel e da fidelidade ao rei e senhor, mas de uma opção política bem definida e oposta à do irmão.

Contudo, Vitorino Magalhães Godinho já advertiu contra a tentação de contrastar, de forma esquemática, D. Henrique e D. Pedro como os representantes de duas orientações políticas: “a política nobre de conquistas e a política burguesa de navegação e comércio”¹⁵. Por um lado, o ambiente mental e sociopolítico da época não se compadece com tal simplificação da realidade e, por outro, os cavaleiros e os escudeiros desempenharam também um importante papel nos descobrimentos. O próprio D. Henrique simboliza a dupla faceta de conquistador e descobridor de novos mundos, ora animado pelo desejo de combater os mouros e engrandecer o reino, ora movido pela curiosidade e a vontade de desbravar o desconhecido.

A imagem renascentista

No reinado de D. Manuel I, filho do Infante D. Fernando que tinha sido adoptado por D. Henrique, inaugurou-se um autêntico culto do impulsor dos descobrimentos portugueses. O rei ordenou que em todas as igrejas do Ultramar se rezasse semanalmente missa por alma do Infante, costume que se manteve até bastante tarde¹⁶, e não foi esquecido no monumento que é um hino à epopeia dos descobrimentos, aparecendo representado como um guerreiro medieval no portal sul do mosteiro dos Jerónimos. No ambiente impregnado de espiritualidade hieronimita e messiânico que se viveu naquele reinado, o Infante D. Henrique foi exaltado como o iniciador dos descobrimentos por inspiração divina, movido pela Fé e pelo espírito de cruzada com o fim grandioso de atingir a Índia e aniquilar o poderio dos turcos.

Duarte Pacheco Pereira (1460?-1533), no *Esmeraldo de Situ Orbis*, e já na época joanina, João de Barros (1496-1570) e Damião de Góis (1502-1574) tecem as malhas desse quadro sobre as razões e a obra do Infante D. Henrique. Mas se

15. Vitorino Magalhães Godinho, *Ensaio II Sobre História de Portugal*, 2.ª edição correcta e ampliada, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1978, p. 164

16. Luís Filipe Thomaz, “Introdução. O Infante D. Henrique e a Paternidade da Expansão: de Gomes Eanes de Azurara a Vitorino Nemésio”, in Vitorino Nemésio, *Vida e Obra do Infante D. Henrique*, Obras Completas, vol. IX, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1991, p. XIII

para o primeiro, tal como para Zurara e Rui de Pina, o Infante realizou todos os seus feitos por inspiração divina - Duarte Pacheco Pereira utiliza a expressão “alumiado da graça do espirito santo e mouido por diuinal misterio”¹⁷ -, João de Barros e Damião de Góis põem a tónica nas capacidades e no empenhamento do próprio indivíduo, de acordo com a concepção humanista.

Seguindo de perto as informações de Zurara sobre D. Henrique, João de Barros traçou, contudo, um retrato mais humano da personagem, cujos sucessos se ficaram a dever a “muita industria e prudencia” do príncipe que se soube rodear de sábios, como Jaime de Maiorca, e de mestres com larga prática em várias artes, ao mesmo tempo que ele-próprio não descurava o estudo das letras, em particular a ciência da cosmografia¹⁸. Para o cronista das *Décadas* o Infante era “favorecido de Deus” e estava no paraíso, entre os “eleitos de Deus”, mas a obra realizada devia-se, principalmente, à sua acção como homem¹⁹. Parece não partilhar a opinião daqueles que consideravam que a empresa dos descobrimentos “mais lhe fôra revelada que per êle movida”²⁰.

Damião de Góis transformou o Infante D. Henrique numa autêntico príncipe do Renascimento, estudioso de astrologia e cosmografia, empenhando-se nas navegações e nos descobrimentos movido pela dúvida e a vontade de saber. O intelectual, que privou com Erasmo e foi perseguido pela Inquisição, nega que tamanha empresa tenha resultado da inspiração divina, contrariando a tradição. Pelo contrário, afirma que D. Henrique tudo alcançou com o estudo, lendo as obras de muitos autores e duvidando “quomo se deue a fazer a totalas que dos homens e de seus juizos proçedem, nas quaes com ha çerteza està sempre junta ha duuida”²¹.

A imagem do Infante D. Henrique estudioso e sábio surgiu, assim, com os humanistas do Renascimento, no dobrar da segunda metade do século XVI. Ao mesmo tempo, a história da expansão e dos descobrimentos era vista como uma sequência planeada e contínua de acontecimentos, iniciada por D. Henrique e com o ponto culminante na descoberta do caminho marítimo para a Índia. Daí a considerar aquele o autor da ideia de chegar à Índia ia um passo curto que Damião de Góis deu de forma explícita, intitulando o capítulo VI “Em que ho auTHOR FAZ HUM BREVE discurso sobre as nauegações que ho Infante dom Anrique mandou fazer pera descobrir ha viagem da Índia”²².

João de Barros, com a preocupação de situar os acontecimentos dentro de cate-

17. Duarte Pacheco Pereira, *Esmeraldo de Situ Orbis*, Reprodução anastática da edição crítica anotada por Augusto Epifânio da Silva Dias, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1975, Prologo, p. 14

18. João de Barros, *Ásia, Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente, Primeira Década*, 6.ª edição actualizada na ortografia e anotada por Hernâni Cidade, notas históricas finais por Manuel Múrias, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1945, Livro Primeiro, Cap. XIV, p. 66

19. *Idem, Ibid.*, p. 67

20. *Idem, Ibid.*, Livro Primeiro, Cap. II, p. 16

21. Damião de Góis, *Crónica do Príncipe D. João*, Edição crítica e comentada de Graça Almeida Rodrigues, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1977, cap. VII, p. 21

22. *Idem, Ibid.*, cap. vj, p. 17

gorias universais, considerou as guerras e conquistas dos portugueses como a continuação da cruzada contra o islamismo, iniciada com a reconquista de Espanha. Já em Zurara estava presente a aliança entre os destinos da cristandade e de Portugal, visto como uma nação destinada a ser instrumento de Deus na luta contra os infiéis. Essa ideia tornar-se-á, posteriormente, a pedra de toque da ideologia imperialista nacional, presente em várias épocas e regimes que viram a expansão como missão cristã e civilizacional dos portugueses. O proselitismo religioso foi posto, simultaneamente, ao serviço da afirmação de Portugal como estado independente na península Ibérica e da construção do Império.

Em suma, no Renascimento português avanta-se a figura do Infante sábio, dedicado ao estudo das letras humanas, em especial a cosmografia, e autor do genial plano que levaria os portugueses das costas ocidentais do sul da Europa até à Índia. A figura torna-se mais humana, expurgada dos laivos divinos, mas a sua estrela é colocada demasiado alta, de acordo com os padrões idealizados do príncipe renascentista. João de Barros não hesita em atribuir-lhe a iniciativa de expedições que foram devidas a particulares ou a desconhecidos, agigantando a acção do Infante D. Henrique à custa da deturpação da fonte que utilizou - a *Crónica dos Feitos de Guiné*²³.

O período seiscentista

Na segunda metade do século XVI e no seguinte, os feitos do Norte de África foram suplantados pelos do Oriente, em especial depois da derrota de Alcácer Quibir. Múltiplas narrativas centraram a atenção nos fastos asiáticos e deixaram-nos testemunhos imprescindíveis sobre a presença dos portugueses e o olhar europeu em relação aos vários povos e culturas daquelas paragens. Por outro lado, a “deza-ventura de Portugal” levou uma corrente historiográfica a interessar-se pelas origens remotas e próximas da nação portuguesa e pelos problemas da governação, enaltecendo figuras de estadistas como D. João II. Depois de 1640, a Casa de Bragança e a Restauração foram temas centrais das crónicas seiscentistas.

Não admira, por conseguinte, que as referências ao Infante D. Henrique escasseiem naquele período e os cronistas se limitem a repetir os anteriores. Nesta linha se insere Duarte Nunes do Leão (1530?-1608), um autor de transição entre o Renascimento e o período seiscentista, que se limitou a “reformatar” as crónicas dos reis de Portugal anteriormente escritas. Mas, como quem escreve um conto acrescenta um ponto, o retrato do Infante torna-se mais antipático pela sua pena:

- “(...) sendo o Infante D. Henrique príncipe mui virtuoso e de vida continente, era naturalmente austero, e pouco amoroso, com vio no caso do Infante D. Pedro

23. Vitorino Magalhães Godinho, *A Economia dos Descobrimentos Henriquinos*, Lisboa, Sá da Costa Editora, 1962, p. 13

seu irmão, que não viera a tão mau fim, se lhe elle quizera valer. A esta natural austeridade se ajuntava ser elle solteiro, e não ter filhos, nem desejar de os ter, que o fazia menos piedoso (...) os homens que não experimentão aquelle amor, que os mitiga, e interneece, são pola mór parte em todas suas obras, e juizos, asperos e rigorosos”²⁴.

O licenciado Duarte Nunes de Leão, filho do hebreu dr. João Nunes, professor de medicina, deu crédito à ideia da revelação divina, se bem que não a partilhe abertamente - “a que parece Deos revelava tudo o que depois foi”²⁵. A época não era muito favorável a posições menos conformes com as ideias dominantes e a ortodoxia católica. A Inquisição tinha sido estabelecida por D. João III, em 1547, depois de intensa batalha diplomática com a Santa Sé.

Pedro de Mariz (?-1615), nos *Dialogos de Varia Historia*, editados pela primeira vez em 1594, dedicou um capítulo ao Infante D. Henrique, destacando-o do conjunto dos filhos de D. João I. Nele segue de perto João de Barros para descrever o retrato físico e psicológico do duque de Viseu, enaltecendo-o porque “sua vida parecia huma perfeita religião” e era muito versado nas “letras sagradas” e nas humanas²⁶. Atribuiu à “profunda erudição, e diligencia” de D. Henrique a demonstração que havia antípodas, que a zona tórrida era habitada e o “principio do felice descobrimento do riquissimo Oriente, de cujas navegaçoens elle foy autor, e principal demonstrador, e cujas riquezas a elle só se devem”²⁷.

Destacou também o papel do Infante D. Henrique como protector da Universidade, atribuindo-lhe a reforma dos estudos, a ampliação das Escolas, o aumento das rendas e a ordem para serem elaborados os estatutos. Colocou o Infante na Vila de Sagres que teria escolhido por ser um “lugar mais acõmodado a suas proveitosas contemplaçoens, diligencias, e descobrimentos”²⁸. E imputou-lhe a inigualável “glória e honra de primeiro descobridor, e conquistador de gente idólatra”²⁹. Tal destino teria sido traçado por Deus que o escolheu por ser “hum Varaõ tão puro, tão limpo, e de coração tão virginal”³⁰.

Ainda não fala da Escola de Sagres, mas os principais tópicos da figura mítica e do papel grandioso do Infante D. Henrique na história da expansão e dos descobrimentos foram, claramente, sistematizados por Pedro de Mariz. Foi mesmo ao ponto

24. Duarte Nunes do Leão, “Cronica e vida del Rey D. Duarte” in *Crônicas dos Reis de Portugal, reformadas pelo licenciado...*, Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão-Editores, 1975, cap. XVI, p.770

25. *Idem*, “Cronica del Rey D. João o I”, in *Crônicas dos Reis de Portugal, reformadas pelo licenciado...*, Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão-Editores, 1975, cap. XCVIII, p. 711

26. Pedro de Mariz, *Dialogos de varia Historia em que se referem as vidas dos senhores Reys de Portugal, com os seus retratos e noticias dos nossos reynos e conquistas e varios sucessos*, ultimamente acrescentados até ao feliz reinado do senhor Rey Dom João V de saudosa memoria pelo Padre Fr. Francisco Xavier dos Serafins Pitarra, Lisboa, Na Officina Joseph Philippe, 1758, p. 256

27. *Idem*, *Ibid.*, p. 257

28. *Idem*, *Ibid.*, p. 257

29. *Idem*, *Ibid.*, p. 259

30. *Idem*, *Ibid.*

de pôr em dúvida o descobrimento do Novo Mundo por Cristóvão Colombo: “assim que nem os que querem dar a invenção do descobrimento do Mundo Novo a Christovão Colon, nem os que dizem, que eraõ náos Biscainhas, são dignos de credito; pois só os Portuguezes naquelle tempo eraõ os que trabalhavaõ nesta obra”³¹.

O texto de Pedro de Mariz, escrito de forma acessível e coloquial, foi várias vezes reeditado e contribuiu, certamente, para firmar a lenda henriquina.

Gaspar Dias de Landim, num texto que se manteve inédito até 1892 sobre os problemas em torno da regência na menoridade de D. Afonso V, apresenta uma visão favorável ao fundador da Casa de Bragança e, naturalmente, ao Infante D. Henrique dos acontecimentos que conduziram ao desenlace fatal de Alfarrobeira³². O relato de Landim é adverso a D. Pedro e coloca-se numa perspectiva oposta à de Rui de Pina, que tinha sido seguida por Duarte Nunes de Leão.

Manuel de Faria e Sousa (1590-1649) resumiu de forma lapidar a imagem do Infante D. Henrique, na obra *Epítome de las Historias Portuguesas*, publicada em 1628, em Madrid: “valeroso Principe i sabio e santo, i digno de su origẽ”³³. A sabedoria do Infante estendia-se às matemáticas, ficando a dever-se ao seu estudo e “rara industria (...) las navegaciones de toda España”³⁴.

O século XVII consagrou, portanto, a sabedoria e a santidade daquele filho de D. João I e de D. Filipa de Lencastre que a tradição e a memória fixaram como o iniciador e responsável pelos descobrimentos.

O Século das Luzes

Com a criação da Academia Real de História Portuguesa, em 1720, a historiografia e a erudição puderam desenvolver-se através da pesquisa das fontes e da compilação de documentos, se bem que a história feita pelos académicos ainda estivesse imbuída de preocupações laudatórias. É de um membro da Academia, D. António Caetano de Sousa, o trabalho mais fundamentado na consulta das fontes e sistemático sobre o Infante D. Henrique, integrado na *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Os outros escritos que compulsámos são de fraca valia, nomeadamente o de José Soares da Silva e de Cândido Lusitano - primeiro biógrafo português do Infante - cujo nome era Francisco José Freire.

José Soares da Silva (1672-1739) deu crédito à lenda dos mapas, um trazido pelo Infante D. Pedro e outro descoberto no cartório de Alcobaça, que mostrariam o périplo do mundo tal como foi conhecido depois do descobrimento do caminho marítimo para a Índia³⁵. O retrato moral de D. Henrique prima pelas qualidades

31. *Idem, Ibid.*, p. 263

32. Gaspar Dias de Landim, *O Infante D. Pedro. Chronica Inedita*, 3 vols., Lisboa, Bibliotheca de Classicos Portuguezes, 1892-94

33. Manuel de Faria e Sousa, *Epítome de las Historias Portuguesas*. Madrid, 1628, p. 465

34. *Idem, Ibid.*

mais nobres, na dupla acepção do termo:

- “(...) prototypo das mayores virtudes: eraõ nelle iguaes a piedade, e a religião, a prudencia e a constancia, a clemencia, e a affabilidade, a magnificencia, e a magnanimidade.”³⁶

Como coroa de tantas virtudes, Soares da Silva colocou a castidade. A ideia do Infante versado em muitas artes e ciências, herdada do século XVI, alargou-se pela influência do século das luzes. D. Henrique aparece, então, como um profundo conhecedor de matemática, além da já referida cosmografia. A sua erudição e a diligência nos estudos são praticamente ilimitadas.

Nem mesmo a atitude em relação aos irmãos, D. Fernando e D. Pedro, pode macular a imagem de perfeição do Infante D. Henrique. Para José Soares da Silva, foi a integridade de ânimo que o fez parecer menos compassivo para os irmãos³⁷ e D. António Caetano de Sousa (1674-1759) considera que “as virtudes, e zelo do Infante D. Henrique, que tanto se empregarão em serviço destes reynos, não podem admitir a mais leve mancha na gloria, que o immortaliza com especulações tão mal fundadas”³⁸. Alguns parágrafos antes tinha justificado o comportamento de D. Henrique em relação ao ex-regente D. Pedro com a prudência que aconselhava a não ser “parcial em tempo tão terrível, por se não expor á mesma ruina”³⁹.

D. António Caetano de Sousa refere que o Infante D. Henrique “acabou com tantos sinaes de predestinado, que fez mayor a saudade não só na corte, mas no reyno todo”⁴⁰. Esses sinais timidamente enunciados, transformam-se em autêntica predestinação na biografia hagiográfica de Francisco José Freire: o Infante teria nascido com uma cruz esculpida no peito e sido enviado pelo céu ao mundo como instrumento de propagação da fé⁴¹.

Em plena época iluminista, a única história da vida do Infante D. Henrique coloca-o na galeria dos heróis e dos santos e está bem distante das preocupações e valores que caracterizaram a reflexão filosófica mais avançada, naquele período. A mentalidade religiosa e beata de Francisco José Freire (1719-1773), que pertencia à congregação de S. Filipe de Nery, leva-o a ver em todo o lado a mão divina, de tal modo que a “santa idéa dos Descobrimentos” teria sido inspirada pela Mãe de Deus, especial protectora do Infante D. Henrique⁴². Aliás, Francisco José Freire interessa-se mais pela santidade do Infante D. Henrique do que pela glória de sol-

35. Joseph Soares da Sylva, *Memorias para a Historia de Portugal que comprehendem o governo del Rey D. João I do anno de mil trezentos e oitente e tres até ao anno de mil quatrocentos e trinta e tres*, Tomo Primeiro, Lisboa Occidental, Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1730, p. 465

36. *Idem, Ibid.*, pp. 463-464

37. *Idem, Ibid.*, p. 468

38. D. António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Tomo II, Coimbra, Atlântida- Livraria Editora Lda., 1946, p. 65

39. *Idem, Ibid.*, p. 62

40. *Idem, Ibid.*, p. 64

41. Cândido Lusitano, *Vida do Infante D. Henrique*, Lisboa, Na Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1758, p. 3

42. *Idem, Ibid.*, p. 374

dado e de descobridor. Instruído na ética dos santos, D Henrique foi um modelo de piedade, “honestidade no traje, nas palavras e nas acções”, que a todos edificavam, segundo o seu biógrafo. Mas o quadro das excelsas virtudes do Infante não ficaria completo sem a virgindade, que tinha conseguido à custa de muitas orações, jejuns e mortificações do corpo, como contava Zurara.

Além de santo, o Infante D. Henrique era também sábio, competindo em conhecimentos com o irmão D. Pedro, sobretudo incomparável no domínio das matemáticas⁴³.

Outro traço curioso ressalta da biografia de Francisco José Freire: o Infante D. Henrique ostentava uma magnificência de verdadeiro príncipe nas ocasiões solenes. No sponsório de D. Leonor, na trasladação do corpo de D. Pedro para o mosteiro da Batalha ou no nascimento do filho de D. Afonso V, D. Henrique apareceu em público rodeado da maior pompa e luzimento. Não se tratava, contudo, de vontade deliberada de mostrar ostentação, porque o Infante “antes como virtuoso dava aos pobres, e aos Templos, o que havia de dar á vaidade”⁴⁴. Compreende-se que Cândido Lusitano tenha de acrescentar às glórias terrenas de D. Henrique a magnificência característica da realeza e dos príncipes, bem ao gosto do século XVIII e de acordo com a tradição proveniente do reinado de D. João V.

NO SÉCULO XIX

Concepção racionalista e voluntarista da História

No início do século XIX, a figura do Infante D. Henrique sábio agiganta-se nas obras de António Ribeiro dos Santos e Garção Stockler sobre a história da matemática em Portugal. O primeiro imagina um fantástico observatório astronómico na ponta de Sagres, além da famosa escola que parece ter sido inventada por escritores ingleses, no século XVII. Duarte Leite afirma que a ideia da Escola de Sagres aparece, pela primeira vez, em 1625, num escrito de Samuel Purchas que, baseando-se em João de Barros, relata a vinda para Portugal do mestre Jaime de Maiorca, mas acrescenta da sua lavra que teria fundado uma escola de marinharia⁴⁵. Daí em diante a sedutora ideia de uma escola, fundada na época do Infante D. Henrique, foi crescendo a ponto de se tornar numa academia dedicada a múltiplas actividades e saberes e engalanada pela presença de sábios de toda a Europa. De tal modo se exagerou que, logo em 1877, numa conferência na Academia Real das Ciências de Lisboa, o marquês de Souza e Holstein procura reduzir o mito a proporções mais realistas e consentâneas com o contexto da época henriquina:

43. *Idem, Ibid.*, p. 391

44. *Idem, Ibid.*, p. 378

45. Duarte Leite, *História dos Descobrimientos, Colectânea de Esparsos*, Organização, notas e estudo final de Vitorino Magalhães Godinho, vol. I, Lisboa, Edições Cosmos, 1958, p. 161

- “(...) alguns dos nossos historiadores quizeram phantasiar a existencia na villa do Infante de uma verdadeira escola de nautica, no sentido restricto da palavra, e não uma escola como me parece que ella deva aqui entender-se, no sentido lato que também admite o vocabulo, de centro de acção, de principio inspirador, de norma e começo de uma tradição que se prolonga por largo tempo, mesmo depois de cessar a causa que primeiro lhe deu vida”⁴⁶.

Esta posição do erudito marquês não obstou que a ideia da Escola de Sagres continuasse a ter livre curso no século passado, não só em artigos e opúsculos de divulgação, mas também na obra de Oliveira Martins e de Fortunato de Almeida.

Quando o visconde de Santarém (1791-1855), em 1841, como referimos, trouxe a público a *Crónica do Descobrimento e Conquista de Guiné*, o interesse pela figura do Infante D. Henrique reacendeu-se, tanto mais que o escrito de Zurara vinha confirmar a prioridade dos descobrimentos portugueses na costa ocidental de África, contra as pretensões dos franceses. É no contexto do debate de cariz nacionalista sobre a prioridade dos descobrimentos que a figura do Infante D. Henrique se reafirma como iniciador do processo e cérebro do genial plano que iria levar os portugueses até à Índia asiática. Não só a expansão e os descobrimentos são vistos como um processo contínuo e racionalmente encadeado, mas também como o resultado da vontade e do pensamento de um homem.

Esta linha de interpretação historiográfica racionalista e voluntarista, centrada sobre o papel do indivíduo na história, tem eco tanto no miguelista Visconde de Santarém como no liberal Cardeal Saraiva (1766-1845). E Henry Major (1818-1891) segue na mesma direcção na obra *The Life of Prince Henry the Navigator*, publicada em 1868: os descobrimentos são apresentados como um processo global e articulado que, uma vez iniciado pelo Infante D. Henrique, conduziu à abertura do mundo e ao conhecimento de todas as regiões do planeta. Por isso, de forma muito significativa, o tradutor português da obra de Major relembra, no final do texto, as palavras de Voltaire - “C’est aux découvertes des portugais dans le vieux monde, que nous sommes redevables du nouveau” - e de Ariosto, no *Orlando Furioso* - “Novi Argonauti e novi Tifi, e aprire/La strada ignota, infin al di presente”.

Deste modo, o nobre guerreiro medieval descrito por Zurara de acordo com os cânones do romance de cavalaria e, em particular, segundo a imagem idealizada daqueles que iam em demanda do Santo Graal, cujo supremo prazer da vida consistia em guerrear o infiel, nas próprias palavras de D. Henrique, transmuta-se em príncipe renascentista, iluminado pelos conhecimentos científicos e pela vontade de abrir novos mundos ao mundo. Esta última imagem não surgiu de repente, foi sendo construída pedra a pedra desde as crónicas dos humanistas do Renascimento. Mas foi só no século XIX que a questão da cientificidade e da visão do processo da expansão e dos descobrimentos como uma empresa, desde o início,

46. D. Francisco de Souza e Holstein, *A Escola de Sagres e as Tradições do Infante D. Henrique*. Conferência celebrada na Academia Real das Sciencias de Lisboa acerca dos descobrimentos e das colonizações dos portugueses na África - Primeira Conferência, Lisboa, Typographia da Academia, 1877, p. 54

típica da modernidade se tornaram ideias-chave na interpretação daquele período e, por conseguinte, características da figura do Infante D. Henrique.

A importância de Oliveira Martins

A Inglaterra vitoriana, preocupada em exaltar as glórias do seu vasto Império, não esqueceu o obscuro príncipe, filho de uma senhora inglesa e supostamente herdeiro de todas as virtudes da raça materna, que teria iniciado os descobrimentos marítimos. Duas obras se destacaram na Grã-Bretanha que deram a D. Henrique o cognome internacional de Navegador, apesar de ter feito poucas viagens marítimas durante a sua vida: além da obra já citada, importa referir Raymond Beazley (1868-1955), *Prince Henry the Navigator*, editada em 1895.

Em Portugal, além das referências ao D. Henrique que podemos encontrar dispersas por múltiplos artigos e da bem escrita descrição da sua vida, baseada nos cronistas e nas ideias correntes da época, feita por Rebelo da Silva (1822-1871), em 1866, no *Archivo Pittoresco*, a síntese de maior fôlego sobre a personalidade e a obra do Infante ficou a dever-se a Oliveira Martins, em *Os Filhos de D. João I*.

Em 1894, no âmbito das comemorações dos 500 anos do nascimento de D. Henrique, lançou-se um concurso nacional para uma monografia sobre a sua vida, mas o resultado ficou bastante aquém das expectativas dos organizadores. O primeiro prémio foi ganho por Alfredo Alves com um texto romanceado de escasso valor historiográfico que rapidamente foi esquecido. Melhor sorte teve o livro intitulado *O Infante de Sagres* do ainda jovem Fortunato de Almeida (1869-1933) que ficou em segundo lugar, apesar de ser mais uma história geral dos descobrimentos do que uma biografia de D. Henrique.

O texto de Oliveira Martins (1845-1894), publicado entre 1889-90, na *Revista Portugal*, teve um êxito retumbante e foi sucessivamente reeditado, tornando-se a obra de referência sobre a geração de Avis e, em particular, sobre o Infante D. Henrique, com eco em autores como Joaquim Bensaúde e Jaime Cortesão. Mas é também das obras mais complexas do autor, cuja interpretação nos remete para a vida do autor e o seu desencanto com a situação portuguesa e para o contexto sociopolítico e cultural da época. A geração de Avis parece antecipar, nas grandezas e nas misérias, todo o destino trágico de um país que, tendo sido capaz de realizar a expansão e os descobrimentos, não conseguia fazer a industrialização e acompanhar o desenvolvimento dos países do norte da Europa.

Oliveira Martins traça um retrato do Infante D. Henrique com a sua pena vigorosa e inspirada, recorrendo abundantemente às fontes então disponíveis, mas sem desdenhar ir além dos factos nelas narrados. Procura reconstituir os acontecimentos, como afirma na advertência inicial, através do “processo artístico ou sintético”, isto é, baseando-se na experiência pessoal e no conhecimento dos homens para dar vida às páginas secas da história. Insere as acções individuais, as persona-

gens e os acontecimentos num quadro explicativo globalizante, de carácter tanto racional como intuitivo, dando-lhes um sentido teleológico. O objectivo era “agradar tanto ao sábio como ao ignorante, deliciar e educar quem quer que tenha ouvidos para ouvir, olhos para ver e coração para sentir”⁴⁷.

Oliveira Martins considera que “o homem com as suas crenças, ideias e até preconceitos e fábulas, foi o construtor da sociedade” e, por isso, atribui um importantíssimo papel aos indivíduos no processo histórico, em especial em períodos de grande liberdade criativa onde os grandes homens se destacam e o historiador “tem nos caracteres, como a pintura do retrato, o seu terreno de eleição”⁴⁸. Nesta ordem de ideias, Oliveira Martins defende ainda que a história é dominada por “motivos morais”, que só podem ser compreendidos no contexto da época e dos lugares.

Não renega a necessidade de um conhecimento exacto e erudito dos factos, base indispensável da objectividade do historiador, e faz questão em afirmar que recusa a invenção da história que é própria dos romances. Mas põe a tónica na necessidade de reconstituir o passado com vida, fulgor, palpitação, indo bastante para além de mera narração objectiva dos factos. No acto de historiografar confundem-se, em sua opinião, o artista e o erudito, o pensador e o crítico, o jurista e o psicólogo, porque a História “é sem dúvida a mais complexa e a mais compreensiva” das manifestações intelectuais do homem.

Na obra sobre a “inclítica geração”, Oliveira Martins dá livre curso ao seu excepcional talento de escritor para traçar o retrato psicológico e moral dos infantes. Se há verosimilhança naquelas personalidades que emergem da pena notável do historiador, com virtudes e defeitos, grandezas e misérias, parecem-nos excessivamente tipificadas para serem reais. Não são propriamente estereótipos, mas tipos humanos que consubstanciam uma ideia-força, ou, se quisermos, uma razão moral, que teria guiado as suas vidas e marcado o seu destino trágico: D. Duarte, o “literato coroado”⁴⁹, fraco e de humor melancólico; D. Fernando, o mártir; D. Henrique, o homem de acção, obcecado por uma Ideia; D. Pedro, o sábio, contemplativo e benigno; D. Afonso, o bastardo, traiçoeiro e movido pela cobiça.

Não é simpatia o que Oliveira Martins sente pela figura do Infante D. Henrique, descrito com um homem “duro para as afeições, desapiedado e esquivo”⁵⁰, mas admiração pela audácia temerária e a persistência tenaz que tornou possível realizar a gesta da expansão e dos descobrimentos marítimos. Por isso, afirma que “a memória de D. Henrique não é feita de humanidade, mas de génio”⁵¹.

O génio que anima o Infante não vale enquanto fenómeno individual, mas como expressão da identidade colectiva dos portugueses. D. Henrique “encarnou - na

47. Oliveira Martins, *Os Filhos de D. João I*, Lisboa, Guimarães & Cª Editores, 1973, p. 8

48. *Idem, Ibid.*, p. 8

49. *Idem, Ibid.*, p. 211

50. *Idem, Ibid.*, p. 312

51. *Idem, Ibid.*, p. 312

opinião de Oliveira Martins - o génio latente de um povo inteiro, tornou-se o intérprete do destino de uma nação⁵². Ainda de acordo com o autor, “o que caracteriza não só o Infante como homem, mas Portugal como povo, é a aliança híbrida e estreme do máximo vigor da fé como o espírito mais tenaz do lucro.”⁵³ Deste modo, os motivos espirituais e materiais em estreito conúbio não só impulsionaram a acção do Infante D. Henrique, mas também definiram os contornos de uma obra cuja grandeza o equipara a vultos históricos como Alexandre ou a figuras míticas como Hércules.

Oliveira Martins retoma as ideias comuns sobre a Escola de Sagres - escola de náutica e cartografia⁵⁴ - e se nos pinta, sobretudo, o retrato de um homem de acção, não deixa de exagerar bastante as leituras e as preocupações científicas de D. Henrique. Leva o entusiasmo ao ponto de apresentar o Infante como “um dos primeiros exemplares do asceta da ciência”, que “consumia os dias, velava as noites, estudando, indagando, meditando; e não nas vagas congeminações mais ou menos fantásticas do teósofo ou do metafísico, mas em volta da realidade positiva e prática do mundo, esboçado diante de seus olhos nos mapas rudos do tempo.”⁵⁵ A própria vivência e auto-imagem do autor parece servir, aqui, de modelo ao retrato do Infante D. Henrique⁵⁶.

O facto da Vila do Infante não ter mais do que muros que eram de boa fortaleza, com algumas poucas casas, por volta de 1453, e, após a morte do Infante, ter tombado em ruínas ao abandono, não impede Oliveira Martins de corroborar o mito de Sagres. O Sagrado Promontório é o lugar ideal, pela carga mística que transporta do fundo dos tempos e pela beleza agreste e imponente do lugar, para ser o “berço da nossa epopeia histórica”⁵⁷.

Apesar da grande admiração que nutre pelo Infante D. Henrique, Oliveira Martins não o apresenta como um herói sem mácula. No relato do papel que teve no desastre de Tânger e na crise política que conduziu à batalha de Alfarrobeira, onde segue de perto as crónicas de Rui de Pina, torna-o responsável pela morte dos irmãos. O espírito do Infante, obcecado pela ideia da expansão, “teve de despedaçar, não talvez o coração próprio, porque a sua natureza genial era rebelde ao sentimento, mas a felicidade, a paz e até a própria vida de três irmãos, que acabaram mais ou menos por culpa dele, um desfeito em dor, outro imolado no cativeiro, outro varado por uma seta no tumulto da guerra civil”⁵⁸. Mas tamanha culpa justifica-se porque o “génio é descarável” e se no mundo “a acção e a bondade pudessem andar juntas, o mundo seria um paraíso”⁵⁹.

52. *Idem, Ibid.*, p. 315

53. *Idem, Ibid.*, p. 314

54. *Idem, Ibid.*, p. 91

55. *Idem, Ibid.*, p. 81

56. António Álvaro Dória, “Oliveira Martins e o Infante D. Henrique” in *Ocidente*, n.º 264, Lisboa, p. 171

57. Oliveira Martins, *ob. cit.*, p. 98

58. *Idem, Ibid.*, p. 316

Contudo, para um homem de acção e de vontade férrea que sacrifica tudo e todos aos grandes desígnios que norteiam a sua vida, D. Henrique demonstra ser bastante incapaz como general ou de uma extrema cegueira, movido pela fé ou pelas forças obscuras do destino, no comando da expedição de Tânger, segundo Oliveira Martins. O comportamento do Infante não foi ditado, naquele momento difícil, pela razão, prudência ou sensatez, mas pela “teima do seu génio púnico”⁶⁰. E sacrificou o irmão, quando viu a batalha perdida, porque sabia desde o início que não iriam entregar Ceuta. Ainda quis ficar em seu lugar como refém, mas sem muita convicção⁶¹. A simpatia de Oliveira Martins vai toda para D. Fernando “que se imolou em sacrifício”, porque “por grande que nos pareça a acção dos heróis, vale mais, porque é superior a tudo, a modéstia sublime dos mártires”⁶².

Outro lado antipático da personagem é exposto no episódio do desembarque e venda dos escravos, em Lagos. Perante a aflição e tristeza dos desgraçados, descritas com grande realismo pela pena geralmente retórica de Zurara, D. Henrique preside impassível, do alto da sua montada, à partilha e separação dos cativos⁶³.

O Infante D. Henrique, que abre a Portugal “um lugar eminente no épico panteão da História”⁶⁴, é um misto de passado e de futuro, de cavaleiro medieval e de arauto dos novos tempos. Estribou-se no passado, mas inovou o suficiente para abrir o futuro. Iniciou uma forma “ignota de expansão territorial”; transformou “as instituições, indo ao arsenal do velho direito buscar as fórmulas em que podia introduzir um outro espírito”; utilizou “nas aventuras novas a bula de Cruzada, escrita para aventuras religiosas e cavalleirescas de outros tempos”; “fez da sua ordem de Cristo, instituída para a Cruzada, um instrumento de comércio, aplicando-lhe os réditos ao armamento de navios”; deste modo, “as velhas instituições militares e monásticas, as velhas ideias guerreiras e religiosas, viram-se transformadas na sua essência, sem se alterarem no seu aspecto”⁶⁵. E Oliveira Martins continua a caracterização da época em que viveu o Infante D. Henrique como período de transição e de mudança: “O freire achou-se um piloto, o cavaleiro um mercador, e Portugal foi como a Cartago de outras idades. (...) Uma nação rural, guerreira e piedosa, transformou-se numa grande companhia de comércio acesa em fanatismo cruel”⁶⁶. A aliança entre o espiritual e o material, entre a tradição e a modernidade comandaram a construção do Império português, no entender de Oliveira Martins.

O Infante D. Henrique, tal como é apresentado por Oliveira Martins n’ *Os Filhos de D. João I*, agiganta-se como um autêntico homem de Estado, que sacrificou a sua vida e a dos próximos ao grande desígnio de alcance nacional e universal que

59. *Idem, Ibid.*, p. 316

60. *Idem, Ibid.*, p. 268

61. *Idem, Ibid.*, p. 270

62. *Idem, Ibid.*, p. 271

63. *Idem, Ibid.*, p. 294

64. *Idem, Ibid.*, p. 312

65. *Idem, Ibid.*, p. 312

66. *Idem, Ibid.*, p. 313

foi a empresa da expansão e dos descobrimentos. E, por isso, mais do que pela envergadura como sábio, como militar ou pelas virtudes, merece ser glorificado como herói.

Em 1894, no texto da conferência que Oliveira Martins infelizmente já não pôde proferir, a visão fortemente personalista da História, que se destaca das páginas da obra que temos vindo a analisar, é posta em causa pelo autor: “É um absurdo supôr, meus senhores, que alguma grande empreza humana nasceu jamais do pensamento individual d’um homem como ser mytho se pretende ter sahido Minerva da cabeça de Jupiter”⁶⁷. Clara alusão às suas próprias palavras na obra anteriormente mencionada, onde afirma que “do cérebro poderoso do infante D. Henrique (...) saiu todo o sistema colonial moderno, de pé e armado, qual Minerva da cabeça de Júpiter”⁶⁸. A posição de Oliveira Martins muda sensivelmente e, por certo num dos últimos textos da sua vida, deixa bem claro que “o condão dos grandes homens está em advinharem as tendencias collectivas da sociedade em que se encontram e de imprimirem uma direcção nitida e firme ás forças dispersas, aos ensaios desencontrados dos tempos anteriores”⁶⁹. Assim, Oliveira Martins integra a acção de D. Henrique numa linha de continuidade com as tradições marítimas do litoral português e com a política dos reis anteriores, os quais, como D. Fernando, procuraram proteger e desenvolver a marinha portuguesa, o comércio por via marítima e a actividade piscatória.

A imagem dominante de D. Henrique

Outros autores, entre os quais é justo salientar o prolixo Pinheiro Chagas (1842-1895), contribuíram também para forjar a imagem do Infante D. Henrique que herdámos do século XIX, onde reencontramos as grandes ideias que dominaram aquela época, em especial a segunda metade da centúria:

- a importância das ciências e do conhecimento científico como factor de progresso (por isso, tão elevada figura só podia ser um sábio ou alguém devotado à protecção da ciência);
- o culto dos dirigentes de grande craveira política e intelectual, autênticos heróis, capazes de redimir o país da pequenez e da fraqueza atávicas;
- o respeito pela modernidade e pelo progresso, cuja genealogia faziam remontar aos Descobrimentos e ao Renascimento para se ir entroncar no Iluminismo e nas grandes conquistas científicas e técnicas daquele século.

67. *Idem, Portugal nos Mares. Ensaio de Crítica, Historia e Geographia*, 1.ª edição posthuma, vol. II, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1924, p. 196

68. *Idem, Os Filhos de D. João I*, Lisboa, Guimarães & C.ª Editores, 1973, p. 315

69. *Idem, Portugal nos Mares. Ensaio de Crítica, Historia e Geographia*, 1.ª edição posthuma, vol. II, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1924, p. 196

Por isso, apesar de Oliveira Martins intuir a singularidade da posição do Infante D. Henrique, situado no declínio de uma Idade e no alvor de outra, o traço marcante daquela figura histórica, tal como no-la apresenta, é mais conforme com a postura de um príncipe renascentista, nitidamente movido pela “razão de Estado”, do que com o cavaleiro medieval, obediente aos mandamentos da Igreja e fiel ao suserano espiritual - o Papa - e ao suserano temporal - o rei, sucessivamente protagonizado pelo pai, D. João I, pelo irmão, D. Duarte, e pelo sobrinho, D. Afonso V.

As duas últimas décadas do século passado foram marcadas por grandes comemorações nacionais. Em 1880, foram as comemorações do tricentenário de Camões, dois anos depois foi a vez do Marquês de Pombal, com muito menos brilho e, sobretudo, impacto na população. Em 1889, surgiu a proposta de se realizarem, no Porto, as comemorações do nascimento do Infante D. Henrique, ocorrido naquela cidade em 1394. Procurava-se, através das comemorações redimir, o presente de “apagada e vil tristeza”, exaltar o passado e as glórias nacionais, lembrando aos portugueses e ao mundo os tempos áureos em que tínhamos construído um vasto Império, e trazer para o convívio das novas gerações figuras que servissem de proveito e exemplo. Os objectivos políticos e pedagógicos aliavam-se, assim, naqueles actos públicos, que não foram alheios à necessidade de fazer valer os direitos históricos dos portugueses sobre os territórios africanos, cobiçados por várias potências europeias.

Neste contexto, a figura do Infante D. Henrique servia de modo exemplar para reavivar o orgulho nacional e para dar novo alento ao regime monárquico. Sendo ele-próprio um infante da casa real e meio-irmão do fundador da Casa de Bragança, o bastardo D. Afonso, e uma figura desde sempre associada ao poder da nobreza, pretendeu-se transformar as comemorações henriquinas, em 1894, numa grande apoteose da monarquia. A corrente dos admiradores do Infante D. Henrique pôde, então, desdobrar-se em artigos, conferências, folhetos e opúsculos que colocaram a sua vida e obra nos píncaros.

Contudo, de modo geral, naquele período laico e positivo, D. Henrique foi apresentado como um herói humanizado por contradições e fraquezas de comportamento que não denegriam a figura nem a apoucavam, mas a tornavam mais real e humana. Não se esqueceu o fracasso de Tânger nem a posição do Infante em relação aos irmãos: D. Fernando, o refém que não resgatou, e D. Pedro, o sábio e governante de gabarito que não quis ou não pôde ajudar. Além disso, rejeitou-se a visão hagiográfica de D. Henrique e a tónica foi posta no homem de ciência e de acção. Apesar de se ver o Infante como um guerreiro corajoso, incansável e lutador, notou-se-lhe a falta de visão de estratégia necessária para ser um general, como provaram a frustrada tentativa de Gibraltar e o desastre de Tânger. A sua actuação como político foi considerada hesitante e acusaram-no de ter contribuído para o desenlace fatal de Alfarrobeira ou, pelo menos, de não ter feito tudo o que podia para o evitar. Deste modo, salvava-se o homem de ciência e o descobridor de

novos mundos, por isso merecia figurar entre as glórias nacionais e, quiçá, universais. Assim, por exemplo, o viu António Cândido, na conferência proferida no Porto, em 1889, donde saiu a ideia das comemorações⁷⁰.

Nesta ordem de ideias enfileirava também o almirante Henrique Lopes de Mendonça (1856-1931) que foi o autor do Hino do Infante e grande admirador desta figura histórica, além de estudioso da história da náutica. Considerou o Infante D. Henrique um espírito genial, um pioneiro e um profeta, não por sugestão divina, mas por força da “razão esclarecida”⁷¹. Afirmou expressamente que “D. Henrique não é um santo”⁷² e procurou descortinar na ascendência, segundo as modernas doutrinas da hereditariedade, a origem dos traços de carácter do Infante. Resumiu-as de acordo com os estereótipos correntes: a “tendencia entusiastica de peninsular”, herdada do pai, e a “flegma britanica”, recebida com o sangue materno⁷³. Para Lopes de Mendonça a grande obra de D. Henrique foi de carácter científico e considerou que houve uma “renascença scientifica iniciada pelo infante com a colaboração dos seus marinheiros, dos seus pilotos, dos seus cartographos.”⁷⁴ Outro vulto destacado da história da expansão representou, para o almirante Lopes de Mendonça, o homem de acção que se destacou na política - Afonso de Albuquerque. Tanto um como outro foram apresentados como “trabalhadores infatigaveis”, com “eminentes faculdades de organização, fortificadas pelo estudo e pelo saber”⁷⁵. O *trabalho* e o *saber* como fontes de mérito e de valor dos homens que devem ser objecto de veneração pública, autênticos heróis para edificação das massas, bem de acordo com a ideologia laica e progressista da época.

Henrique Lopes de Mendonça levou a sua admiração pelo Infante D. Henrique ao ponto de propor que o lema da marinha, da autoria de Mendes Leal, a significativa frase “A patria honrae que a patria vos contempla”, fosse substituído pela enigmática divisa que lhe tinha pertencido, “Talant de bien fere”⁷⁶. Depois de acesa controvérsia que podemos seguir, em parte, pela imprensa da época, a divisa foi rejeitada por ser em língua estrangeira e de interpretação duvidosa.

70. António Cândido, “O Infante D. Henrique. Discurso pronunciado no Palácio de Crystal no dia 3 de Abril de 1889” in *Discursos e Conferências*, Porto, Empreza Litteraria e Typographica - Editora, s.d.

71. Henrique Lopes de Mendonça, *Character e Influência da Obra do Infante*, Conferência proferida no Club Militar Naval em 28 de Fevereiro de 1894, Lisboa, Livraria Férrin, 1894, p. 9

72. *Idem, Ibid.*, p. 19

73. *Idem, Ibid.*, p. 20

74. *Idem, Ibid.*, p. 22

75. *Idem, Ibid.*, p. 24

76. A divisa do Infante D. Henrique aparece, por vezes, escrita de outras formas, nomeadamente “Talent de bien faire”. Mas a que está de acordo com a utilizada por D. Henrique é “Talant de bien fere”, que tem sido traduzida por *talante* (vontade ou desejo) de bem fazer.

A corrente “anti-infantista”

À opinião dominante sobre o D. Henrique opôs-se uma corrente “anti-infantista” que usou, por vezes, termos bastante virulentos para pôr em causa a imagem considerada lendária do Navegador. Entre eles, destacaram-se Teófilo Braga e João Teixeira Soares, ambos de origem açoriana. João Teixeira Soares foi o responsável pelas palavras mais demolidoras contra o Infante D. Henrique, numas cartas dirigidas a Ernesto do Canto e publicadas por este no *Arquivo dos Açores*, em 1882. Ali, apelidou-o de “eunuco”, “mau irmão” e até “mau pai adoptivo”, rejeitando a nobreza de carácter e a capacidade científica que lhe atribuíam. Negou, ainda, que a iniciativa das viagens dos descobrimentos tivesse partido de D. Henrique, afirmando que se teria limitado a aproveitar a actividade marítima dos portugueses para lhe dar “uma nova direcção, mais positiva, menos generosa, que elle soube monopolisar e continuar em seu proveito e da Ordem, de que era mestre.”⁷⁷

Nesta linha, Teófilo Braga (1843-1924) apresentou uma visão meramente utilitarista da acção do Infante D. Henrique: “ocupava-se nas descobertas marítimas exclusivamente para interesse pessoal, estabelecendo colonias onde introduzia a escravidão e um duro systema de contribuição”⁷⁸. Só via motivos egoístas onde os outros descobriam grandeza e desprendimento de interesses mesquinhos ou imediatos. Considerava, aliás, que as navegações da época henriquina se inseriam num “período intermediário”, situado entre o início das navegações no reinado de D. Afonso IV e “a grande epoca em que se preparam todos os elementos científicos, que conduziram pela acção de D. João II aos assombrosos Descobrimientos, que vieram a coincidir com o reinado imprevisito e venturoso de D. Manuel, que systemáticamente procurou obliterar a memoria do seu antecessor”⁷⁹.

Teófilo Braga responsabilizou os cronistas, em especial Gomes Eanes de Zurara e João de Barros, o próprio rei D. Manuel, interessado em fazer esquecer a acção do primo, e os escritores ingleses, dominados pelo “atavismo saxónico” que viram no génio do Infante D. Henrique a influência da filha de João de Gant, D. Filipa de Lencastre, pela criação da lenda infantista que elevou o Navegador a “apogeu sobrehumano dos Descobrimientos dos Portugueses”⁸⁰. Pelo contrário, na sua opinião, D. Henrique teria sido um vulto claramente menor, sobretudo se comparado com D. João II.

Ao lado de óbvios exageros e deturpações da história, o eminente republicano e grande responsável pelas comemorações do tricentenário de Camões, em 1880,

77. *Arquivo dos Açores*, Reprodução fac-similada pela edição de 1882, Ponta Delgada, 1981, vol. IV, pp. 17-19

78. Teófilo Braga, *As Modernas Ideias na Literatura Portuguesa*, vol. II, Porto, Lugan & Genalioux Sucés., 1892, p. 385

79. Teófilo Braga, “A Lenda Infantista”, Prefácio da obra de T. Tomé da Silva, *A Lenda de Sagres*, Porto, 1914, p. I

80. *Idem, Ibid.*, p. II

acertou quando negou a existência da Escola de Sagres e reduziu as proporções da cultura científica e da importância do Infante como protector da universidade. Notou mesmo o facto contraditório de D. Henrique ter instituído uma “cadeira de Theologia, quando se estivesse animado do espírito dos Descobrimentos seria uma cadeira de Cosmographia”⁸¹.

A evidente antipatia de Teófilo Braga pelo Infante D. Henrique levou-o a fazer coro com o retrato grosseiro e moralista que dele traçou João Teixeira Soares. Infere-se das páginas que dedicou ao assunto que o Infante representa tudo aquilo que, como opositor da monarquia e dos valores da nobreza de sangue, pretendia combater e não está minimamente de acordo com a ideia de grande homem perfilhada pela corrente positivista e republicana de que é o expoente máximo em Portugal. Segundo Sérgio Matos, “tendia então a instalar-se um novo paradigma de heroísmo: o herói sem armas, o artista, o pensador e, sobretudo na segunda metade de oitocentos, o cientista, o técnico, o industrial. Além, claro está, do estadista, que agora assumia, inevitavelmente, outras feições”⁸². Por isso, Teófilo Braga nutria uma admiração enorme por Camões, que considerava o símbolo do génio nacional, ou por estadistas como D. João II e o Marquês de Pombal, mas o Infante não tinha, a seus olhos, a envergadura de um homem de Estado, como demonstraram as posições tomadas na política interna, nem os atributos científicos e intelectuais necessários para ser objecto de culto público. As principais facetas de D. Henrique, cavaleiro medieval, aristocrata e cruzado, imbuído de fanatismo religioso, só podiam desagradar ao teorizador de *Os Centenários como Síntese Afectiva nas Sociedades Modernas*.

Além das razões apontadas, é importante referir que Teófilo Braga se identifica com a corrente filosófica que relativiza o papel dos indivíduos na história e privilegia a acção das massas e as grandes gestas colectivas que, nos termos da concepção positivista e democrática, tornam possível a “evolução social” e a afirmação das nações no concerto dos povos. Nesta ordem de ideias, as navegações não são vistas como o resultado da acção e da vontade de um homem, mas de um povo, e como um movimento geral de explorações marítimas, iniciado pelos portugueses⁸³.

Na crítica que teceu à obra de Oliveira Martins - *Os Filhos de D. João I* -, Teófilo Braga deu mais uma achega para elucidar esta concepção da história, afirmando que “os caracteres individuais para serem bem compreendidos carecem da relação entre elles e o meio ou época em que actuaram, reagindo ou cooperando na marcha dos acontecimentos”⁸⁴. O papel dos chamados grandes homens é, assim, duplamente limitado, porque a acção determinante pertence a

81. *Idem. Ibid.*, p. XVIII

82. Sérgio Campos Matos, “História, Positivismo e função dos Grandes Homens no último quartel do século XIX” in *Penélope*, n.º 8, Lisboa, 1992, p. 57

83. Teófilo Braga, “A Lenda Infantista”, Prefácio da obra de T. Tomé da Silva, *A Lenda de Sagres*. Porto, 1914, p. III

uma entidade colectiva designada por povo e o respectivo carácter e projectos se formam através da relação com o meio e a época em que viveram. É esta linha de pensamento que vai abrir horizontes para as gerações seguintes reinterpretarem a figura e, sobretudo, o papel do Infante D. Henrique na história, a par, como é evidente, do aprofundamento da crítica histórica e da renovação das metodologias.

Apesar de se evidenciarem na imagem do Infante D. Henrique, herdada do século XIX, algumas características que denotam, como mostrámos, o ambiente intelectual e as preocupações sociopolíticas da época, não podemos deixar de notar que a mesma está longe de ser linear ou simplista. É importante salientar que a lenda em torno da figura do Infante foi posta em causa e vem a propósito relembrar um artigo de Brito Rebelo (1830-1920), na revista *O Ocidente*, em 1894:

“Não achando noticias precisas nem documentos autenticos, recorrem á inventiva, e então apresentam o Infante entregue ao estudo de mathematica e outros; e não falta quem o pinte como um solitario, afastado de tudo, confinado em uma ponta do Algarve, só entregue á contemplação do céu e dos astros, perguntando ao mar pelos seus segredos, sonhando descobrimentos e glorias. Outros menos modestos começam a inventar-lhe um palacio que era uma escola de virtudes; d’aqui a transformal-o n’uma escola de nautica e cosmographia pouco distou, e como consequencia, vem a criação de um observatório!”⁸⁵

Por conseguinte, já naquele período se puseram dúvidas e limites à sabedoria do Infante, se pôs em causa a Escola de Sagres, se procurou ver a sua acção integrada num *processus* colectivo e se salientou outros aspectos da sua actividade que não foi só de conquistas e de descobrimentos. Brito Rebelo destacou, noutro artigo de 1894, a actuação de D. Henrique ao nível económico e como administrador dos bens da sua casa senhorial e da Ordem de Cristo⁸⁶. No desempenho dessas funções parece que o Infante demonstrou sentido prático, capacidade de inovação e bastante tino para rentabilizar os investimentos, o que ilustra uma outra dimensão singularmente importante do homem.

84. Teófilo Braga, *As Modernas Ideias na Literatura Portuguesa*, vol. II, Porto, Lugan & Genalioux Sucés., 1892, p. 381

85. J. I. de Brito Rebelo, “Villa do Infante”, in *O Ocidente*, vol XVII, 17.º ano, Lisboa, 1894, p. 66

86. J. I. de Brito Rebelo, “Alguns traços da vida do Infante D. Henrique” in *O Instituto*, vol. XLI, Julho de 1893 a Dezembro de 1894, Coimbra, 1894, pp. 567-573

DA PRIMEIRA REPÚBLICA À ACTUALIDADE

O contributo de Luciano Pereira da Silva

A geração que deu dos mais valiosos contributos para o desenvolvimento da historiografia da expansão e dos descobrimentos formou-se no ambiente de exaltação patriótica que o *Ultimatum* tinha provocado e que a intervenção de Portugal na I Guerra Mundial, para defender as posições coloniais, reavivara. Os anos vinte e trinta deste século, quando essa geração atingiu a maturidade científica e intelectual, foram extremamente fecundos ao nível da História. Não só se escreveram algumas das mais importantes obras de referência sobre a história nacional e sobre a expansão e colonização feita pelos portugueses⁸⁷, mas também se destacou uma notável plêiade de historiadores que aprofundaram o conhecimento das fontes e puseram em causa algumas interpretações tradicionais. Entre eles, elevam-se os trabalhos de Duarte Leite e de Jaime Cortesão, por razões diversas e de certo modo opostas, como refere Vitorino Magalhães Godinho no balanço que fez sobre a obra do primeiro:

- "Pode-se afirmar que nada foi tão fecundo para o progresso da história dos descobrimentos como o constante diálogo, em polarização, de Duarte Leite e Cortesão. Este contribui com o arrojo provocante das hipóteses que abrem caminhos insuspeitos, com o alargamento dos horizontes a todo o globo, com a íntima relação das múltiplas facetas sob o signo da geografia humana. Aquele dá-nos uma constante lição de rigor crítico - e como Vieira de Almeida tanto gostava de acentuar - não há nunca, não pode haver hiper-criticismo, a não ser do ponto de vista de certas conveniências extra-científicas; é uma lição de ofício minucioso, paciente, humilde até"⁸⁸.

Como salientámos, no século XIX carregou-se as tintas da importância das ciências e da sabedoria do Infante D. Henrique no desencadear dos descobrimentos. Oliveira Martins afirmou mesmo, em 1894, que "a verdade científica, enxertando-se na fé religiosa, excitava o espírito do Infante: era outra fé que surgia para o mundo"⁸⁹. E, por isso, exagerou bastante os conhecimentos do Infante, como pôde demonstrar Luciano Pereira da Silva (1864-1926). No artigo, *A Propósito das Leituras do Infante*, o professor de matemática de Coimbra demonstrou o anacronismo de algumas das leituras e conhecimentos que Oliveira Martins atribuiu a D. Henrique.

87. *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, dirigida por Carlos Malheiro Dias, 1921-1924; *História de Portugal*, dirigida por Damião Peres, editada em Barcelos, entre 1928-1937; *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, dirigida por António Baião, Hernâni Cidade e Manuel Múrias, 1937-1940

88. Vitorino Magalhães Godinho, "Duarte Leite e a evolução dos Estudos de História dos Descobrimientos" in *Duarte Leite, História dos Descobrimientos, Colectânea de Esparços*, Organização, notas e estudo final de Vitorino Magalhães Godinho, vol. II, Lisboa, Edições Cosmos, 1960, p. 557

89. Oliveira Martins, *Portugal nos Mares, Ensaio de Crítica, Historia e Geographia*, 1.ª edição posthuma, vol. II, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1924, p. 194

Contudo, Luciano Pereira da Silva continuou a considerar que as navegações não se fizeram a acertar, mas pela aplicação sistemática da astronomia à náutica. De acordo, aliás, com uma linha de análise que remonta a Pedro Nunes e foi, geralmente, seguida depois: “Ora manifesto é que estes descobrimentos de costas, ilhas e terras firmes não se fizeram indo a acertar; mas partiam os nossos mareantes mui ensinados e providos de instrumentos e regras de astrologia e geografia, que são as coisas de que os cartógrafos hão-de andar apercebidos. Levavam cartas mui particularmente rumadas, e não já as que os antigos usavam, que não tinham mais figurados que doze ventos, e navegavam com agulha”⁹⁰. Por isso, Luciano Pereira da Silva atribuiu ao Infante D. Henrique a fundação de uma escola prática de marinharia e arte da navegação, de que teriam sido discípulos e continuadores Duarte Pacheco Pereira e D. João de Castro. Também continuou a partilhar a ideia de Damião de Góis do projecto henriquino para atingir a Índia.

O retrato e o papel do Infante segundo Veiga Simões

Na *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, o diplomata Veiga Simões (1888-1954) procurou analisar a figura e a acção do Infante D. Henrique no quadro mental e social da sua época. Por um lado, frisou que o retrato moral traçado por Zurara, na *Crónica de Guiné*, correspondia à idealização de D. Henrique de acordo com os valores e a mentalidade de meados do século xv e, por outro lado, situou-o nas clivagens sociais e políticas que marcaram aquele período. O Infante D. Henrique emerge da sua análise como espírito medieval, mais próximo dos interesses da nobreza do que do “regalismo nacional representado por D. Pedro”⁹¹. Contudo, Veiga Simões admitiu que a maturidade “colou” o Infante à vida total da nação, equilibrando as funções de guerreiro e de conquistador com as de “vedor do comércio e das fontes móveis da sua riqueza”⁹². Rejeitou também, totalmente, a tese do “cruzado póstumo, agente supremo da cristandade medieval, una e ecuménica”, porque não só a sociedade portuguesa tinha uma tradição de convívio e tolerância em relação aos mouros, mas também no século xv esse ideal tinha entrado em declínio⁹³.

Pode-se objectar a esta posição que o facto dessas serem as tendências dominantes na sociedade da época não impediu o Infante D. Henrique, como aliás os documentos comprovam, de interessar-se pela cruzada e desenvolver planos de aliança com o Preste João da Etiópia para abrir nova frente de combate aos mouros.

90. *Cit.* Vitorino Magalhães Godinho, “Duarte Leite e a evolução dos Estudos de História dos Descobrimientos, in Duarte Leite, *História dos Descobrimientos, Colectânea de Esparsos*. Organização, notas e estudo final de Vitorino Magalhães Godinho, vol. II, Lisboa, Edições Cosmos, 1960, p. 531

91. Veiga Simões, “O Infante D. Henrique. O seu tempo e a sua acção” in *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, dir. de António Baião, Hernâni Cidade e Manuel Múrias, vol. I, Lisboa, Editorial Ática, 1937, p. 313

92. *Idem, Ibid.*, p. 318

93. *Idem, Ibid.*, p. 319

Veiga Simões esbateu até quase reduzir a nada o papel do Infante D. Henrique no processo da expansão e dos descobrimentos portugueses. Com a preocupação de salientar a importância das forças colectivas e das tradições marítimas do país no desencadear do fenómeno expansionista, os dirigentes ficaram reduzidos a títeres, praticamente sem voz nem expressão própria. Aliás, na conclusão do seu estudo, D. Henrique é apresentado como uma figura dúbia que, embora fosse um cavaleiro medieval, se vestia de mercador e mareante para defender os seus interesses e os da sua gente, acabando por ser, sem querer, um dos maiores construtores do mundo moderno⁹⁴. Parece, de facto, ir mais ao sabor da corrente e dos interesses imediatos do que ser animado por ideias, projectos e vontade de afirmação, o que é uma imagem demasiado empobrecedora do homem de “mui esforçado coração com que sempre zelava e procurava grandes empresas”, como no-lo descreveu Rui de Pina⁹⁵.

Apesar do excesso em que caiu, Veiga Simões teve o inegável mérito de alertar para o carácter estereotipado do retrato de Zurara e de contrariar as teses personalistas da história que, no extremo oposto, fazem depender a marcha dos acontecimentos inteiramente da vontade e da acção individual.

Duarte Leite e a revisão dos mitos

Duarte Leite (1864-1950), um professor de matemática e astronomia tornado embaixador, empreendeu uma revisão sistemática de alguns dos mitos correntes sobre o Infante D. Henrique, a partir dos anos trinta. A sua obra, embora fragmentária e dispersa, fundamentou-se na aplicação de uma metodologia rigorosa de análise e crítica das fontes e das informações nelas contidas⁹⁶. Certamente decidido a “reagir vigorosamente contra uma tendência inquietante da historiografia portuguesa a assentar pirâmides sobre o vértice, a descurar todas as exigências da crítica histórica”⁹⁷, Duarte Leite afirmou, em 1945, que só admitia “em história factos absolutamente comprovados” e acrescentou que “sobre conjecturas, por plausíveis que sejam, só podem assentar proposições conjecturais, nunca verdades históricas, e estas é que convém apurar”⁹⁸.

Os aspectos que constituem o contributo mais notável de Duarte Leite para compreender a figura do Infante D. Henrique são a sua análise do celebrado “plano da Índia” e da forma como surgiu e se foi agigantando a sabedoria daquele filho de D. João I.

94. *Idem, Ibid.*, p. 356

95. Rui de Pina, “Chronica do Senhor Rey D. Duarte” in *Crónicas*, Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão-Editores, 1977, cap. XII, p. 516

96. Vitorino Magalhães Godinho, “Duarte Leite e a evolução dos Estudos de História dos Descobrimentos”, in Duarte Leite, *História dos Descobrimentos, Colectânea de Esparsos*, Organização, notas e estudo final de Vitorino Magalhães Godinho, vol. II, Lisboa, Edições Cosmos, 1960, p. 538-539

97. *Idem, Ibid.*, p. 557

98. Duarte Leite, *História dos Descobrimentos, Colectânea de Esparsos*, Organização, notas e estudo final de Vitorino Magalhães Godinho, vol. I, Lisboa, Edições Cosmos, 1958, p. 371

Em relação ao primeiro, pôde demonstrar que não provém das fontes coevas, mas das quincentistas, em particular de Damião de Góis, a ideia do plano henriquino para atingir a Índia circum-navegando a África. O facto do cronista do reinado de D. Manuel I atribuir ao Infante o projecto de chegar à Índia por via marítima compreende-se no contexto da época, em que esse feito ainda estava bem vivo, e do retrato de sábio e homem profundamente conhecedor dos textos clássicos que Góis nos transmitiu do Infante D. Henrique. Mas Duarte Leite, contra a opinião corrente, não considerava que D. Henrique tivesse premeditado chegar à Índia asiática e demonstrou-o à luz das fontes e do contexto da época. As investigações posteriores vieram confirmar a sua análise.

Contestou também a sabedoria que as crónicas do Renascimento lhe atribuíram, posteriormente ampliada pelos escritores dos séculos XVIII e XIX. Passando em revista criteriosamente os autores e os documentos coevos, Duarte Leite concluiu que todos calaram a cultura científica do Infante D. Henrique, apesar de descobrir em vários testemunhos sobre o saber de D. Duarte e de D. Pedro, o que levou o meticuloso professor de matemática e astronomia a afirmar: “Este silêncio é impressionante, e induz-me a crer que não era notável para o tempo a sua cultura científica”⁹⁹. Rebateu ainda a lenda da escola náutica de Sagres e discordou mesmo daqueles que a viam como um cenáculo científico, funcionando em casa do Infante, onde se reuniam sábios e técnicos nacionais e estrangeiros.

Duarte Leite defendeu ainda que os “marítimos portugueses da era henriquina em nada se adiantavam aos doutras nações” e não praticavam a navegação astronómica¹⁰⁰. Posteriormente, verificou-se que não foi somente nas técnicas de construção dos navios, como pensavam Jules Mees e Duarte Leite, que se registaram inovações no período henriquino. Se de facto a náutica astronómica por alturas solares e cartas graduadas em latitudes data de antes de 1485, altura em que o médico judeu José Vizinho foi enviado à Guiné a fim de obter latitudes pelo sol, o estabelecimento da “volta da Guiné” e das carreiras para os Açores obrigaram à introdução de práticas astronómicas na navegação, ainda em vida do Infante D. Henrique.

A descrição da personalidade do Infante D. Henrique de Duarte Leite surgiu em contraposição à visão extremamente idealista de Joaquim Bensaúde. Enquanto que o último só vislumbrava um cruzado ascético e heróico, totalmente desinteressado dos fins materiais, Duarte Leite ressaltou a “pertinácia e sagacidade política”, aliadas a um “singular tino administrativo e intuição comercial”¹⁰¹. Reforça mais adiante esse retrato quando fala do “espírito eminentemente prático” do Infante, em que as compensações materiais se sobrepunham às motivações religiosas. Mas, como o próprio Duarte Leite logo notou, a imagem francamente

99. *Idem, Ibid.*, p. 154

100. *Idem, Ibid.*, p. 183

101. *Idem, Ibid.*, p. 72

materialista resultou do desejo de vincar traços do carácter de D. Henrique que não foram tidos em conta por Bensaúde e concluiu: “A verdade está porventura num médio termo”¹⁰².

Numa entrevista ao *Diário Liberal*, em 1933, resumiu do seguinte modo a sua percepção da figura do Infante D. Henrique: “foi uma figura notável, de larga visão, com senso prático, a quem se deve o grande impulso das colonizações das ilhas atlânticas e das descobertas africanas, pondo grande interesse nas empresas de navegação, porfiando, principalmente, em fazer derivar para Portugal os ricos produtos, o ouro, o marfim, a malagueta, que existiam nas terras misteriosas de Além-Mar. Simultaneamente, foi um guerreiro e um homem de Estado.”¹⁰³ E não se esqueceu de acrescentar mais tarde que o fervor religioso “foi um dos traços dominantes, e nos últimos tempos o tornou um asceta penitente”¹⁰⁴.

Jaime Cortesão e o engrandecimento de D. Henrique

Jaime Cortesão (1884-1960), médico de formação, notável escritor e historiador dos descobrimentos, dedicou parte significativa da sua obra à figura do Infante D. Henrique, por quem nutria uma enorme admiração. De tal modo que, em 1916, era representado em Lisboa um drama épico, em quatro actos, da autoria de Cortesão, sob o título *O Infante de Sagres*, onde nem sequer faltou o conceituado actor Chaby Pinheiro. Mas foi entre 1926, com a publicação na revista *Lusitânia* do artigo sobre *O âmbito da obra do Infante D Henrique*, e 1931, com a sua colaboração na *História de Portugal*, dirigida por Damião Peres, que lançou os alicerces da sua visão da figura e da obra do Navegador.

Na obra de Jaime Cortesão, o Infante agigantou-se como principal dirigente e impulsor de um projecto expansionista e de descobrimentos que visou a Ásia das especiarias e não apenas a África do ouro e dos escravos, além do combate à hegemonia dos muçulmanos no Índico. Tal objectivo teria sido perseguido pelo Infante navegando ao longo da costa africana e embrenhando as suas caravelas no oceano Atlântico, em busca de uma passagem pelo oriente ou pelo ocidente. Tanto Ceuta como os arquipélagos atlânticos, desde as Canárias aos Açores, são considerados pontos fulcrais dessa estratégia planetária do Navegador.

Cortesão também não se conformou com o âmbito tradicionalmente atribuído aos descobrimentos henriquinos e colocou as embarcações do Infante a singrarem para além da Serra Leoa, até o cabo das Palmas e entrada do Golfo da

102. *Idem, Ibid.*, p. 79

103. Vitorino Magalhães Godinho, “Duarte Leite e a evolução dos Estudos de História dos Descobrimtos”, in Duarte Leite, *História dos Descobrimtos, Colectânea de Esparços*, Organização, notas e estudo final de Vitorino Magalhães Godinho, vol. II, Lisboa, Edições Cosmos, 1960, p. 548

104. Duarte Leite, *História dos Descobrimtos, Colectânea de Esparços*, Organização, notas e estudo final de Vitorino Magalhães Godinho, vol. II, Lisboa, Edições Cosmos, 1960, p. 365

Guiné, ou indo ainda mais longe, enquanto que para ocidente teriam visitado a Terra Nova, se não alcançado as próprias Antilhas¹⁰⁵.

Formado na escola republicana e democrática, Jaime Cortesão considerou o Infante D. Henrique um “comissário da Nação, e até certo ponto da cristandade, para os Descobrimentos”¹⁰⁶. O respectivo plano seria obra de um escol nacional, onde incluiu todos os responsáveis políticos dos três primeiros quartéis do século xv - D. João I, D. Duarte, o regente D. Pedro, D. Afonso V e D. João II. Na perspectiva da sua teoria geográfico-sociológica da expansão, como foi designada por Vitorino Magalhães Godinho¹⁰⁷, o *processus* da expansão foi o resultado da lenta maturação e desenvolvimento da sociedade portuguesa, em particular do país marítimo e mercantil entrevisto por Alberto Sampaio, e inseriu-se na necessidade de afirmação do estado no contexto da Península Ibérica, o que fez da expansão e dos descobrimentos um desígnio de alcance nacional e patriótico.

Jaime Cortesão construiu o retrato físico e moral de D. Henrique seguindo, de perto, as informações dos cronistas e dos documentos coevos. A ideia central consiste em ver o Infante como um homem situado entre duas Idades e, por isso, “imbuído da fé ingénua e anacrónica de um cruzado, possuía todavia a inquietação, o apetite de saber, a sede experimental e a segurança metódica, enfim uma excelência humana, que o tornam principalmente um homem do Renascimento”¹⁰⁸. Deste modo sintetizou a sua visão da figura do Infante logo em 1931, não se esquecendo de acrescentar outro aspecto contraditório da personagem: a aliança entre o fervor religioso e o tino prático com que tratou dos bens materiais e até da salvação da própria alma. No testamento indicou, com pormenor, as igrejas das suas vilas e terras descobertas onde se devia rezar missas pela sua salvação e ao alcaide da vila de Tomar, sede da Ordem de Cristo, de que foi governador, deixou o cargo de provedor da sua alma¹⁰⁹.

Noutro texto, *A Fé e a Dúvida nos “Grandes Corações” dos Portugueses de Quinhentos*, Cortesão viu o Infante D. Henrique como um dos mais típicos representantes do espírito de cruzada em Portugal. Caracterizou a cruzada como um “movimento de catolicismo militante”, essencialmente anti-islâmico, baseado na intolerância religiosa e na negação humana. E considerou que a fé religiosa e nacionalista dos portugueses, do início da Idade Moderna, “impregnada de franciscanismo e laicismo, temperada pela dúvida” pouco tinha do espírito de cruzada¹¹⁰.

105. Vitorino Magalhães Godinho, “Duarte Leite e a evolução dos Estudos de História dos Descobrimentos”, in Duarte Leite, *História dos Descobrimentos. Colectânea de Esparsos*, Organização, notas e estudo final de Vitorino Magalhães Godinho, vol. II, Lisboa, Edições Cosmos, 1960, p. 545

106. Jaime Cortesão, *Expansão dos Portugueses no Período Henriquino*, Lisboa, Livros Horizonte, 1975, p. 60

107. Vitorino Magalhães Godinho, “Duarte Leite e a evolução dos Estudos de História dos Descobrimentos”, in Duarte Leite, *História dos Descobrimentos. Colectânea de Esparsos*, Organização, notas e estudo final de Vitorino Magalhães Godinho, vol. II, Lisboa, Edições Cosmos, 1960, p. 543

108. Jaime Cortesão, *Expansão dos Portugueses no Período Henriquino*, Lisboa, Livros Horizonte, 1975, p. 89

109. *Idem*, *Ibid.*, pp. 53-54

110. Jaime Cortesão, *Os Descobrimentos Portugueses*, vol. II, Lisboa, Livros Horizonte, 1975, p. 391

Nesse aspecto, o Infante parece estar em desacordo com as tendências dominantes na sua época e bem distante da imagem de homem moderno que antes nos tinha apresentado. Mas Jaime Cortesão resolveu a questão afirmando que D. Henrique “foi o mais rico de capacidades e contradições íntimas entre os *altos Infantes*”¹¹¹.

Na síntese que traçou sobre o homem e a obra, no final da sua vida, o grande historiador decidiu-se, claramente, pela faceta renascentista do seu retrato do Infante D. Henrique: “Colocado entre as duas - a Idade Média e o Renascimento - como um fiel de balança, pendeu pouco a pouco e cada vez mais para a última, que melhor se casava com a sua estrutura íntima”¹¹². Esta era a imagem que mais agradava à sensibilidade e formação ideológica de Cortesão, distanciando-se nesse aspecto de Joaquim Bensaúde e aproximando-se mais de Duarte Leite. Carregou também as tintas no lado prático e utilitarista da actividade do Infante D. Henrique, não se coibindo de apresentá-lo como um *homo economicus*¹¹³. O homem económico é, na sua óptica, o que “norteia a acção pela utilidade e o lucro”¹¹⁴. Não descortinou contradição entre esta face do Infante e a outra de “místico da acção, à maneira de Santo António e de Santo Inácio, absorvido por uma ideia, em cujas aras tudo sacrifica até a vida dos irmãos”¹¹⁵, como já o tinha visto Oliveira Martins.

A modernidade da figura do Infante D. Henrique decorre logicamente, no edifício construído por Cortesão, da importância que atribuiu à ciência e ao planeamento no processo da expansão e dos descobrimentos. Na sua perspectiva, aliás com profundas raízes históricas como mostrámos antes, os conhecimentos científicos iluminaram o caminho que foi trilhado pelos navegadores portugueses e tudo obedeceu a rigorosos planos que tinham tanto de grandiosos como de fundamentados em estudos clássicos e nos novos saberes práticos e experimentais, que desportaram no Renascimento. Por isso, Jaime Cortesão pintou o Infante D. Henrique como um homem de estudo e de ciência, conhecedor de astronomia e com uma vastíssima cultura geográfica, rodeado de sábios, na sua casa de Lagos. Pôs de lado a ideia da escola náutica de Sagres, em sentido estrito do termo, mas considerou inegável a existência de um “foco de estudo e investigações científicas”, animado por sábios e viajantes estrangeiros e o desejo ardente de saber.

Nesta ordem de ideias, também avantajou o contributo da época henriquina para o progresso das técnicas de navegação, antecipando a data de início da náutica astronómica propriamente dita. Aliás, para Jaime Cortesão os descobrimentos teriam sido desde muito cedo um empreendimento científico.

Um aspecto talvez menos importante, mas que não deixa de ser curioso, diz respeito ao problema do endividamento do Infante D. Henrique, na sequência dos elevados investimentos feitos na empresa dos descobrimentos. A questão das dívi-

111. *Idem, Ibid.*, p. 392

112. *Idem, Ibid.*, p. 628

113. *Idem, Ibid.*, p. 629

114. *Idem, Ibid.*, p. 633

115. *Idem, Ibid.*, p. 633

das deixadas aos herdeiros na hora da morte foi muito empolada pela corrente defensora duma imagem do Infante ascética e totalmente desinteressada dos bens materiais, isenta de qualquer espírito utilitário ou mercantil. Cortesão, sem corroborar aquela visão, falou também das dívidas, mas referiu que, na última fase da vida de D. Henrique, a sua riqueza e rendimentos “deviam ter aumentado prodigiosamente”, como consequência do desenvolvimento da agricultura nas terras da Ordem de Cristo, de que foi administrador, de várias indústrias que montou ou iniciou e, sobretudo, do comércio de escravos, do ouro e dos produtos tropicais.

Não deixa de ser contraditório que empreendimentos tão florescentes não cobrissem as despesas do Infante D. Henrique, excepto se admitirmos que era perulário nos seus gastos ou que não tinha o apurado senso prático e de gestão que lhe quiseram imputar. O que é perfeitamente admissível se tivermos em conta que D. Henrique manteve uma grande casa, com muitos validos e despesas, e não fazia parte da mentalidade típica da nobreza, apesar de não ter desdenhado a mercancia, contabilizar em moldes rigorosos os custos e os ganhos.

Em suma, o Infante D. Henrique de Cortesão é um *génio*, com a genialidade peculiar dos homens de acção, e um *herói*, tanto mais representativo quanto melhor sabe exprimir os anseios colectivos da nação portuguesa e da sua época¹¹⁶. Como *génio* e *herói* só podia encarnar a ciência e o espírito progressivo do Renascimento, aos olhos de Jaime Cortesão. Por isso, à semelhança dos historiadores ingleses Major e Beazley, terminou a sua síntese sobre o Infante D. Henrique enaltecendo-o como o criador do homem novo, o homem do Renascimento¹¹⁷.

As fontes coevas e os documentos já disponíveis em vida de Jaime Cortesão não corroboravam a sua arrojada construção sobre os objectivos e o âmbito da obra do Infante, por isso desenvolveu a engenhosa explicação da *política de sigilo*. Por causa do sigilo que rodeava os descobrimentos portugueses, em especial o “plano da Índia” não só foram sonogados muitos documentos aos arquivos, mas também outros, como a *Crónica de Guiné*, foram deliberadamente truncados e omissos quanto aos planos e obra do Infante D. Henrique. Cortesão considerou que o facto do Infante ter morrido endividado, apesar dos grandes rendimentos, de Arguim e da Guiné, “faz supor despesas incalculáveis e um âmbito maior da sua empresa totalmente ignorado”¹¹⁸.

As teses sobre a política de sigilo, os planos e o âmbito da obra do Infante D. Henrique, expostas de forma tão aliciante por Jaime Cortesão, foram rebatidas por Duarte Leite em vários artigos e, particularmente, em *Uma teoria romantizada dos descobrimentos portugueses*, depois inserido no volume *Coisas de vária história*. A investigação posterior tem vindo a dar razão ao último.

Contudo, a obra de Jaime Cortesão transcende muito a sua visão do Infante

116. *Idem, Ibid.*, pp. 639-640

117. *Idem, Ibid.*, p. 640

118. *Idem, Ibid.*, p. 638

D. Henrique que, como procurámos mostrar, é bastante complexa e foi sofrendo *nuances* ao longo da sua vida. Por isso, Joaquim Romero Magalhães pôde concluir num ensaio sobre o notável “poeta-historiador” o seguinte:

-“A arquitectura de Jaime Cortesão tem uma grandiosidade e uma coerência próprias. Pode este ou aquele aspecto da decoração ou da arrumação estar em mau estado de conservação, ou ter-se deteriorado com o tempo. Mas a sua força decorre do todo e não de pormenores, pelo que a sua validade subsiste.”¹¹⁹

Sínteses e perspectivas nos anos quarenta

O caminho aberto pelas pesquisas anteriores, permitiu a Damião Peres (1889-1976) apresentar, em 1943, a *História dos Descobrimentos Portugueses*. Nessa nova síntese historiográfica, o Infante D. Henrique foi apresentado como uma personalidade forte, onde as virtudes e características descritas por Zurara se equilibram para moldar “o arcaboço de um grande estadista”¹²⁰.

Sobre o problema dos objectivos do Infante D. Henrique, Damião Peres concluiu pelo carácter vago e impreciso dos seus projectos, mas admitiu como provável aquele pretender ir além da Etiópia de Preste João¹²¹.

Em 1942, saíram três obras de divulgação sobre o Infante D. Henrique: a da inglesa Elaine Sanceau, *D. Henrique, o Navegador*, editada no Porto, a de Costa Brochado, *Infante D. Henrique*, e a de Mendes de Brito, *O Infante D. Henrique (1394-1460)*, ambas editadas em Lisboa. Duarte Leite fez uma recensão crítica desses textos e só reconheceu algum mérito e interesse no trabalho da primeira. Aliás, o único que viria a ter considerável sucesso público e, por isso, foi várias vezes reeditado.

Elaine Sanceau (1896-1978) reproduziu as teses sobre a sabedoria do Infante D. Henrique e a escola de Sagres que considerou, de acordo com as correntes dominantes na época, um congresso permanente de técnicos, matemáticos, cosmógrafos e físicos, criado e presidido pelo Infante¹²². Também partilhou a ideia que o Infante visava a Índia asiática através do périplo africano. Contudo, a escritora inglesa, residente no Porto, conseguiu traçar um escopo bastante equilibrado da personalidade do Infante D. Henrique que viu como um homem típico de um período de transição¹²³. Mas, de acordo com a linha de interpretação já consagrada, inclinou-se para a modernidade, propondo que a periodização tradicional da História, que coloca o término da Idade Média no ano da queda de Constantinopla,

119. Joaquim Romero Magalhães, “No trilho de uma ambição: o poeta-historiador Jaime Cortesão (1910-1927)” in *Revista de História Económica e Social*, Cadernos 6-7, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1985, p. 47

120. Damião Peres, *História dos Descobrimentos Portugueses*, 2.ª edição, Coimbra, Edição do Autor, 1960, p. 44

121. *Idem, Ibid.*, p. 53

122. Elaine Sanceau, *D. Henrique, o navegador*, 6.ª edição, Porto, Livraria Civilização-Editora, 1988, p. 127

123. *Idem, Ibid.*, p. 350

fosse substituída pela data em que D. Henrique enviou as primeiras caravelas¹²⁴. Deste modo, ficaria marcada definitivamente na história geral a importância dos descobrimentos e do seu promotor na construção do mundo moderno.

No mesmo ano, foram reeditados alguns textos de Joaquim Bensaúde (1859-1952), reunidos na obra *A Cruzada do Infante D. Henrique*, a que já nos referimos a propósito da controvérsia com Duarte Leite. A visão extremamente idealista do Infante D. Henrique, cruzado ascético, unicamente empenhado na luta contra o Islame e em realizar o grandioso “plano das Índias”, apresentada de forma vigorosa e apaixonada pelo erudito da história da náutica, teve um eco muito forte nos meios intelectuais e políticos do regime salazarista e grande sucesso, por razões de carácter propagandístico. Podemos seguir o seu rasto nos opúsculos sobre a história da pátria, destinados a educar e moralizar a juventude, e nos múltiplos discursos que acompanharam as comemorações henriquinas de 1960, altura em que o livro foi, mais uma vez, reeditado.

Além da ênfase nas motivações religiosas de D. Henrique, o aspecto mais sedutor da tese de Bensaúde para os sectores ligados ao Estado Novo consiste no significado transcendente que atribuiu à cruzada do Infante para a civilização ocidental: a dominação dos mares, a ruína da preponderância do Islamismo e a revolução económica do mundo, isto é, uma época de superioridade da Cristandade sobre o Islame. Os benefícios para Portugal foram transitórios e passageiros, segundo Bensaúde, mas de incedível valor para a história da humanidade. Esta ideia casava perfeitamente com os pressupostos ideológicos do salazarismo que sempre pôs a tónica na missão civilizadora e cristã dos portugueses, dando-lhe amplitude e justificação de carácter histórico.

As comemorações de 1960 e a mitificação de D. Henrique

Em 1942, Duarte Leite afirmou que a figura do Infante D. Henrique estava há vários anos na ordem do dia: “oradores e escritores vêm à compita despejando torrentes de palavras e ondas de tinta, no empenho patriótico de lhe exaltar à saciedade os muitos altos méritos, tanto os comprovados como os fictícios, com que o sobredoura uma lenda multissecular”¹²⁵.

Ora uma nova onda de exaltação nacionalista teve lugar em 1960, a propósito das comemorações nacionais do quinto centenário da sua morte. O governo enfrentava, então, os primeiros sinais das lutas anticoloniais e estava em litígio aberto com a União Indiana, dirigida por Nehru, por causa da exigência da retirada de Portugal dos territórios de Goa, Damão e Diu. Por isso, as celebrações decor-

124. *Idem, Ibid.*, p. 352

125. Duarte Leite, *História dos Descobrimentos. Colectânea de Esparços*. Organização, notas e estudo final de Vitorino Magalhães Godinho, vol. I, Lisboa, Edições Cosmos, 1958, p. 224

reram sob o signo da unidade do Império e da “missão civilizadora” do Estado português, cujas origens remontavam ao Infante D. Henrique e ao seu “plano” para impor a superioridade da Cristandade no mundo.

Além do programa político levado a cabo pelo governo, no qual participou como convidado de honra o presidente da República do Brasil, foram inúmeras as acções desenvolvidas pela comunidade científica. No vasto programa de edições, destaca-se a *Monumenta Henricina*, colectânea anotada de documentos históricos devida ao labor paciente do Padre Dias Dinis, a *Bibliografia Henriquina*, compilação de centenas de títulos sobre o Infante D. Henrique, sem critério de selecção nem de apresentação, e a *Colecção Henriquina*, conjunto de doze obras de divulgação sobre variados temas da história da expansão e dos descobrimentos da época do Navegador. Diversas conferências e congressos assinalaram também o centenário do Infante D. Henrique. Do ponto de vista monumental, salientou-se a inauguração do chamado Padrão dos Descobrimentos, em Belém: a representação estilizada de uma caravela, levando a bordo os *heróis* da expansão portuguesa, em pose hierática, e como figura de proa o Infante D. Henrique.

Na apoteose henriquina de 1960 destacou-se, nitidamente, a revista *Brotéria*, de matriz católica e conservadora. Na linha de Joaquim Bensaúde, o Infante D. Henrique emerge das páginas de vários artigos como “herói e asceta”, exclusivamente movido pela fé e pelo desejo de combater o Islão. António Domingues de Sousa Costa transformou-o em exemplo moral e em modelo de crente para todos os católicos, realçando a castidade do Infante, a austeridade, a perseverança, a humildade, o espírito magnânimo e bom, a vida severa e os princípios rígidos, a dedicação ao culto religioso e à Igreja¹²⁶. Tal comportamento dever-se-ia à influência altamente espiritual da mãe, D. Filipa de Lencastre. Várias afirmações de Sousa Costa estabelecem um paralelo entre as atitudes de D. Henrique e as do clero: avantajou-se aos irmãos na “tendência, digamos eclesiástica, de tratar os assuntos ao modo do clero” e, mais adiante, afirma que emprestou à sua obra “um cunho de profunda religiosidade, nada vulgar nos leigos”¹²⁷.

Mas se estava tão identificado com os valores e os comportamentos próprios de um religioso, porque motivo o Infante D. Henrique não professou? Certamente, a imagem seria ainda mais perfeita se se pudesse juntar esse requisito. O padre António Brásio respondeu, em artigo sobre a virgindade do Infante, na revista *Lumen*, que ao intento de D. Henrique de professar se opôs a “razão de Estado”, por decisão do regente D. Pedro e, posteriormente, de D. Afonso V. É certo que o Infante D. Henrique nunca se vinculou à Ordem de Cristo por votos canónicos, mas a explicação de António Brásio é puramente especulativa. Contudo, na sua perspectiva, o que importa é que o Infante,

126. António Domingues de Sousa Costa, “A expansão Portuguesa segundo o pensamento do Infante D. Henrique”, in *Brotéria*, vol. LXXI, n.º 5, Lisboa, Novembro de 1960, pp. 409-421

127. *Idem*, *Ibid.*, pp. 412-413

mesmo sem os votos evangélicos, teria levado a vida de monge que ambicionara¹²⁸.

O retrato anteriormente apresentado é mais de ordem religiosa do que histórica, por isso a consequência lógica só poderia ser a defesa da canonização de D. Henrique. Esse passo foi dado pelo director da revista *Brotéria*, António Leite, no número de Novembro, precisamente no final do ano das grandes comemorações e no mês em que se celebrava o centenário da morte do Infante. Como D. Henrique nunca teve culto público, ao contrário de Nuno Álvares Pereira ou do irmão, D. Fernando, a via para a beatificação teria de ser a ordinária, isto é, provar que “o servo de Deus praticou em grau não comum, ou heróico, as virtudes cristãs” e, assim, “obter dois ou três milagres de primeira ordem”¹²⁹. Quanto ao primeiro requisito, António Leite não tinha dúvidas que seria fácil demonstrar as excelsas virtudes do Infante à luz de artigos e estudos de diversos autores: J. Vaz de Carvalho, A. D. de Sousa Costa, A. J. Dias Dinis e A. Brásio, entre outros. Os milagres necessários para a santificação seriam obtidos através de “orações e instantes preces a Deus”, que “não deixaria de atender as súplicas de toda a Nação”¹³⁰.

O herói essencialmente laico das comemorações de 1894 transfigurou-se em santo em 1960. A conjuntura político-ideológica tinha mudado de tal modo que houve quem afirmasse, nas páginas da citada revista, que “a laicização do Infante D. Henrique é um *pecado* contra a verdade Histórica”¹³¹. A figura do Infante D. Henrique saía, deste modo, das páginas da história para as da pura mitologia.

Oposição à imagem hagiográfica

Contra esta visão hagiográfica do Infante D. Henrique pugnava outra revista, ligada aos sectores da oposição ao regime salazarista, a *Seara Nova*, onde Duarte Leite publicou alguns dos seus artigos. Também dentro da própria Igreja algumas vozes procuravam analisar com objectividade e realismo a figura do Infante D. Henrique, vendo-o como um ser humano. Foi o caso do padre Silva Rego (1905-1986) que, num artigo da revista *Ultramar* sobre a personalidade de D. Henrique, analisou as instruções de D. Duarte para o irmão, a propósito do comando da expedição a Tânger, e procurou deduzir desses conselhos os eventuais defeitos do Infante¹³².

128. António Brásio, “A Castidade do Infante D. Henrique”, in *Lumen*, vol. XXIV, fasc. VIII, Lisboa, Agosto de 1960, p. 595

129. António Leite, “Poderá o Infante D. Henrique ser canonizado?” in *Brotéria*, n.º 5, vol. LXXI, Lisboa, Novembro de 1960, p. 486

130. *Idem*, *Ibid.*, p. 488

131. Mário Martins, “O livro que o Infante D. Henrique mandou escrever” in *Brotéria*, n.º 2-3, vol. LXXI, Lisboa, 1960, p. 206

132. António Silva Rego, “A Personalidade do Infante D. Henrique”, Separata de revista *Ultramar*, n.º 1, 1960

A ideia é arrojada e sedutora, se partirmos do princípio que D. Duarte, profundo conhecedor do irmão, se dirigia através desses conselhos à pessoa do Infante D. Henrique, procurando evitar erros que poderiam ser fatais para o sucesso da empresa. Apesar de ser admissível que parte desses conselhos traduzam o gosto do autor do *Leal Conselheiro* pelas prédicas morais, não deixa de ser pertinente lê-los na perspectiva de apreender a personalidade do homem a quem são dirigidos, como fez o padre Silva Rego.

O primeiro conselho de D. Duarte para o irmão denota certo espírito de procrastinação: D. Henrique utilizaria, com frequência, a expressão “loguo farey, ou mandarey fazer tal cousa”.

O segundo indica que não se limitava a protelar em palavras, tinha também tendência para não levar a bom termo o que havia para fazer. A inconstância dos actos de D. Henrique é, ainda, objecto do terceiro conselho, salientando o rei que não se devia esquecer daquilo que tinha afirmado.

O quarto mostra-nos um Infante desejoso de agradar a todos os amigos e protegidos, lembrando-lhe D. Duarte que “quem a todos quer prazer a todos depraz”. Vai ainda mais longe neste conselho, frisando que D. Henrique não devia pretender agradar aos homens pondo em causa o sentido de justiça e correndo o risco de “desprazer a deus por comprazer a outra cryatura”.

Em nossa opinião, o aviso de D. Duarte é tanto mais curioso quanto corrobora o único defeito que, no meio das mais altas virtudes, lhe imputa o panegirista Zurara. Afirma o cronista que D. Henrique nunca demonstrou ódio ou má-vontade contra pessoa alguma, sendo tal a sua bondade que “falecia na justiça distributiva”. E conta o episódio de uns criados, que o abandonaram no cerco de Tânger, aos quais não só perdoou como “fez avantajados acrescentamentos sobre alguns outros que o bem serviram, os quaes, quanto ao juizo dos homens, eram longe do seu merecimento”¹³³. É um D. Henrique bem humano e sujeito a fraquezas, por desejo de agradar aos homens em geral ou por afecto especial em relação a alguns, que tanto as palavras do irmão mais velho como as do insuspeito Zurara nos trazem à boca de cena.

O quinto conselho de D. Duarte refere-se à necessidade de ordenar bem as tarefas ao longo do dia, o que deixa entrever uma tendência para uma vida menos regrada: “não vivais em comer, dormir, ouvir missas e semelhante fora de boa ordenança, porque vossas obras seguirão muito a maneira de vosso viver”, diz el-rei ao irmão e chefe da expedição.

E, preocupado como sempre foi durante toda a sua vida com o estudo, relembra a D. Henrique que Júlio César sabia repartir de tal maneira os seus múltiplos afazeres que “sempre apartava horas certas em cada um dia, por muito que houvesse de fazer, para ler e estudar em ditos de sabedores”. Quererá com isto dizer que D. Hen-

133. Gomes Eanes de Zurara, *Crónica de Guiné*, Introdução, novas anotações e glossário de José de Bragança, Barcelos, Livraria Civilização Editora, 1973, cap. IV, p. 24

rique descurava os estudos que competiam a uma pessoa da sua condição, no entendimento do rei D. Duarte? Se assim é, entra em flagrante contradição com Zurara e a longa tradição mantida depois dele que considera o Infante D. Henrique um estudioso incansável: “todos seus dias passou em grandissimo trabalho (...) quantos pares de noutes seus olhos não conheceram sono (...) pela grande sabedoria que em ele havia acerca dos movimentos celestiais, assim as gentes do nosso reino traziam em vocabulo que os grandes trabalhos deste Principe quebrantavam as altezas dos montes”, relata o cronista geralmente seguido e bastante empolado, como tivemos oportunidade de referir antes¹³⁴.

Em sexto lugar, D. Duarte aconselha o irmão a escusar-se de tomar decisões e dar despacho delas perante as partes directamente interessadas, como forma de evitar reacções inesperadas e atitudes menos ponderadas, em desacordo com as conveniências. Na instrução seguinte, reafirma o que tinha dito antes e frisa que é preciso seguir o caminho da justiça, respeitando sempre a palavra dada.

O oitavo diz respeito à boa administração do dinheiro, deixando antever alguma propensão para “desordenadas despesas”, por parte de D. Henrique. Assim sendo, já se compreenderiam as famosas dívidas que teria contraído, apesar dos elevados rendimentos dos tratos da Guiné e da sua casa senhorial.

No nono conselho refere-se, uma vez mais, à questão da justiça e equidade que deve pautar a actuação de um senhor: “ponhais bom provimento no que tiverdes sabendo como se faz (...) fazendo bem aos bons servidores, e aos maus trabucadores e mentideyros nom passem sem pena (...)”. Parece ter sido, de facto, um ponto fraco da personalidade de D. Henrique que os conselhos insistentes do rei não foram capazes de corrigir, a darmos crédito ao episódio narrado por Zurara. Aliás, é compreensível que um grande senhor do século xv como D. Henrique, solteiro e sem filhos, sempre rodeado dum séquito de criados e validos, numa estreita camaradagem quotidiana, típica de homens de armas, tivesse dificuldade de gerir a distribuição de benesses e a justiça com total isenção.

Por último, D. Duarte alerta contra o excesso de optimismo e a tendência para fazer as coisas apressadamente, sem primeiro amadurecer bem os projectos e, depois, não os acabando perfeitamente. Utiliza a propósito a significativa expressão “quer jngolir ante que bem mastigue”. A prudência de estadista e de homem avisado pela reflexão constante parece ditar a décima instrução de D. Duarte que, talvez por isso, foi, posteriormente, considerado um rei fraco e hesitante. Tendência oposta seria a de D. Henrique que, contra os conselhos régios, demonstrou no comando da expedição a Tânger não ser homem prudente ou sequer capaz de executar no terreno o plano estratégico indicado pelo irmão. Parece ter sido a imprevidência do Infante, ou a cega obstinação guerreira contra os infiéis, como pretendeu Oliveira Martins, que o deixou militarmente num beco sem saída e obrigado a aceitar os termos da rendição imposta pelos inimigos.

134. *Idem, Ibid.*, cap. IV, p. 23

Nas instruções gerais de D. Duarte, Silva Rego detectou outra passagem bastante significativa que transcreveu em português modernizado:

- “A vós, Infante D. Henrique, meu muito prezado e amado irmão, pertencem outras cinco coisas: primeira, mui justa tenção e propósito no prosseguimento desta guerra, fazendo principal fundamento, que é servirdes Nosso Senhor Deus, e depois a mim, pois Ele ordenou que eu fosse vosso rei e senhor, por cujo mandamento sois obrigado de pelejar... e posto que vosso coração sinta desejo de honra ou doutras vantagens, as quais tal guerra espera cobrar, praza-nos de tudo isto esperardes em que praz a Nosso Senhor...”¹³⁵

A advertência do rei não podia ser mais directa: D. Henrique devia esperar para satisfazer o “desejo de honra ou doutras vantagens” que lhe eram devidos pela guerra de Tânger, colocando o interesse pessoal depois do serviço de Deus e do seu rei e senhor. As palavras de D. Duarte seriam somente um preceito de carácter geral ou teriam um objectivo mais concreto? Temeraria o rei a impaciência de D. Henrique em obter vantagens pessoais da empresa de Tânger? Este trecho dos conselhos de D. Duarte abala a imagem de indivíduo totalmente desinteressado e parece indicar que o respectivo coração também era movido, como o dos outros seres humanos, por intenções materiais e particulares. Mas D. Duarte não afirma que o Infante devia pôr de lado tais intentos, aconselha-o somente a esperar, como “praz a Nosso Senhor”. Deixa, portanto, em aberto os benefícios que poderia colher como comandante da expedição a Tânger.

A conclusão de Silva Rego sobre a personalidade do Infante D. Henrique, à luz dos conselhos de D. Duarte, é humaníssima: “um homem bem português, optimista em exagero, desordenado, loquaz, influenciável, movimentando-se em plena liberdade no meio dos seus homens, aos quais confiava facilmente os seus pensamentos...”

A este retrato poderíamos ainda acrescentar, a tendência para adiar o que era necessário fazer, uma certa inconstância nos actos, o desejo de agradar levado ao ponto de pôr em causa o sentido de justiça, indispensável num condutor de homens, as despesas exageradas, a inconsequência nas acções, por causa da vontade de realizar muitas coisas ao mesmo tempo ou, como afirma D. Duarte, pela subtil ociosidade, porque “hão por mayor trabalho hua cousa perfeitamente acabar que de muytas englobadamente cuydar que acaba em as quaes o mais fica por fazer...”¹³⁶

O D. Henrique revelado pelo irmão mais velho não parece ser, afinal, aquela personalidade fortíssima, severa e austera de homem dominado pela ideia das conquistas e dos descobrimentos e absolutamente desinteressado dos bens materiais. Aproxima-se mais de um indivíduo audacioso e activo, mas inconstante e superficial, que tinha bem presente o interesse pessoal - “o desejo de honra ou doutras vantagens”, como refere D. Duarte. É bom ter presente que o Infante D. Henrique era, em 1437, data da expedição a Tânger, um homem em plena maturidade, com quarenta e três anos de idade.

135. António Silva Rego. “A Personalidade do Infante D. Henrique”, Separata da revista *Ultramar*, n.º 1, 1960, pp. 13-14

136. *Idem. Ibid.*, p. 14

A biografia da autoria de Vitorino Nemésio

A Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique encomendou a Vitorino Nemésio (1901-1978) uma biografia para integrar a colecção de obras de divulgação que devia assinalar a efeméride. Mas, como o próprio Nemésio explica no prefácio, a *Vida e Obra do Infante D. Henrique* é, sobretudo, “uma narrativa sumária da empresa histórica portuguesa desenrolada na contemporaneidade do Infante e seus tempos mais próximos”¹³⁷. Não teve a preocupação de ser original, mas de realizar um trabalho de “recapitulação e de memória”¹³⁸. Para o efeito, teve em conta o testemunho dos cronistas, como Fernão Lopes, Zurara, Fr. João Álvares e Rui de Pina, e os documentos publicados por Pedro Azevedo e Silva Marques. Foi buscar à historiografia mais recente, em particular à *História dos Descobrimentos Portugueses*, de Damião Peres, o ponto da situação relativamente aos problemas fundamentais para a interpretação da época.

Vitorino Nemésio evitou, deliberadamente, a polémica e procurou transmitir uma visão equilibrada e positiva sobre a figura do Infante D. Henrique. Pôs o acento no papel histórico de D. Henrique, responsável pela concepção e pela empresa dos descobrimentos, de acordo com a tradição e a memória nacional. O proselitismo e o espírito de cruzada assumiram, no seu entender, uma importância crucial no feixe das causas da expansão, que articulou com as motivações do Infante. Considerava incorrecta a polarização de D. Henrique em Sagres e não falou de nenhuma escola naquele lugar. Mas viu, também, o Infante rodeado de sábios, físicos e astrólogos, sobretudo judeus, deduzindo-se naturalmente que era um protector das ciências, se bem que Vitorino Nemésio passe ao lado da delicada e controversa questão da sabedoria de D. Henrique. Não deixou de mencionar o grande património fundiário do Infante D. Henrique e a importantíssima casa senhorial - “a maior do reino no volume de privilégios fiscais e criadagem escolhida”¹³⁹ -, mas não se debruçou sobre a actividade daquele como administrador e homem de negócios. Inclinou-se, claramente, para ver D. Henrique como um homem de “consciência ainda medieval”, movido por ideais cavaleirescos e religiosos, descrevendo-o a acabar os seus dias “ainda cheio de ardor proselítico” e “quase asceta”¹⁴⁰.

137. Vitorino Nemésio, *Vida e Obra do Infante D. Henrique*, Obras Completas, vol. IX, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1991, p. 1

138. *Idem, Ibid.*, p. 3

139. *Idem, Ibid.*, p. 106

140. *Idem, Ibid.*, p. 101

O problema da sabedoria e da protecção da Universidade

Depois da ênfase posta pelas correntes racionalistas na modernidade e nos conhecimentos científicos do Infante D. Henrique, o que reemerge das polémicas contemporâneas é o cavaleiro medieval, aristocrata e guerreiro, crente e respeitador dos valores dominantes, que fez do serviço de Deus e do seu rei e senhor o fim supremo da vida, mas sem descuidar os interesses próprios e da sua casa senhorial.

Contudo, continuou a valorizar-se os conhecimentos científicos do Infante D. Henrique e a protecção que teria dado aos sábios, às ciências e até à universidade. Mais do que factos comprovados trata-se duma convicção que decorre de não se aceitar os descobrimentos henriquinos como obra do acaso, de experiências e tenteios, sem carácter sistemático nem plano previamente definido. Por isso, contra todas as evidências - os poucos escritos deixados pelo Infante D. Henrique, ao contrário dos irmãos D. Duarte e D. Pedro, a parca biblioteca conhecida, os testemunhos coevos que silenciam tão notável virtude - a sabedoria de D. Henrique e o interesse pelas ciências continuou a brilhar no respectivo *curriculum*.

A. Moreira de Sá (1913-1989), num livro editado na Coleção Henriquina, defendeu a importância da protecção dada por D. Henrique à universidade e da reforma inovadora dos estudos. O Infante seria responsável pela introdução de quatro disciplinas na universidade portuguesa: “*Retórica, Aresmética, Geometria e Astrologia*”. O objectivo das últimas seria preparar os futuros navegadores e mareantes, ministrando-lhes os conhecimentos matemáticos e astronómicos necessários. Mas se lermos atentamente a carta de doação, de 1431, ver-se-á que a aritmética, a geometria e a astrologia faziam parte do elenco das sete artes liberais, aprovado pela Santa Madre Igreja, e não constituíam novidade no plano curricular das universidades medievais. Nada prova, além disso, que as disciplinas tivessem sido realmente ensinadas e muito menos que se destinassem a preparar os homens do mar.

Aliás, como refere Luís de Albuquerque, num estudo de 1959, a universidade manteve-se geralmente alheada da formação teórico-prática dos pilotos, cartógrafos e construtores de instrumentos náuticos. O Infante D. Henrique, se manifestou algum empenho foi na criação de uma cadeira de Teologia na universidade de Lisboa, segundo documentos posteriores à carta de doação referida. De acordo com as disposições testamentárias do Infante, essa classe funcionou realmente nas casas que tinha cedido à universidade.

Vitorino Magalhães Godinho e a reformulação dos problemas

Nas polémicas sobre a figura do Infante D. Henrique e, de modo geral, sobre a história da expansão e dos descobrimentos, interveio um historiador da geração do pós-guerra que contribuiu decididamente para a renovação do quadro problemático e para aproximar a historiografia portuguesa das novas tendências teóricas e conceptuais que se tinham desenvolvido noutros países europeus, nomeadamente em França. Vitorino Magalhães Godinho (n. 1918) incidiu os seus trabalhos sobre a análise das causas da expansão, sobre as estruturas económicas e a evolução das conjunturas e chamou a atenção para a importância das “maneiras de sentir e de pensar”, no estudo de cada época.

Tradicionalmente, a historiografia portuguesa considerava o Infante D. Henrique como o iniciador e o principal obreiro da expansão e dos descobrimentos e procurava descortinar as causas daquela através das razões que o tinham movido. Já Zurara tinha colocado o problema nesses moldes: conhece-se a obra quando se conhece o fazedor dela. Por isso, para explicar a génese da expansão portuguesa procedia-se à análise das cinco razões, enunciadas por Zurara na *Crónica de Guiné*, que tinham movido o Infante D. Henrique.

Vitorino Magalhães Godinho reformulou os termos da questão, distinguindo três ordens de problemas na explicação das causas da expansão:

– as causas da expansão, vista como processo sócio-económico, têm de ser procuradas estabelecendo relações entre séries de factos e “não é necessário conhecer as intenções dos dirigentes”¹⁴¹.

– as causas da conduta dos dirigentes, no caso presente o Infante D. Henrique, têm de ser encontradas no quadro sociopolítico e mental da época em que são realizadas;

– as razões, conscientes ou inconscientes, que moveram os dirigentes contribuem para compreender a actuação dos indivíduos, mas não explicam os acontecimentos e o processo global.

Nesta ordem de ideias, as causas da expansão são vistas como um complexo de factores que compete ao historiador descobrir e encadear de forma sistemática para explicar a génese de todo o processo. As transformações sociais, as acções e condutas individuais, os valores culturais são os três vectores principais do complexo de interacções e reacções que permitem compreender e explicar as causas de um dado fenómeno. Vitorino Magalhães Godinho não nega, evidentemente, o papel do indivíduo na história, mas vê-o como parte de um *processus* colectivo, só compreensível no contexto social e cultural da época.

141. Vitorino Magalhães Godinho, *Ensaio II Sobre História de Portugal*, 2.ª edição correcta e ampliada, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1978, p..110

Deste modo, Magalhães Godinho reavaliou o papel do Infante D. Henrique no arranque da expansão portuguesa, considerando que este se ficou a dever a uma pluralidade de iniciativas, onde destacou a dos reis D. João I e D. Duarte, do regente D. Pedro, do Infante e de João Afonso, no caso de Ceuta, além dos particulares. Aliás, somente um terço das viagens conhecidas foi empreendida por ordem do Infante D. Henrique. Os outros dois terços resultaram da iniciativa de particulares - cavaleiros, escudeiros e mercadores - e da acção política do regente D. Pedro¹⁴². Magalhães Godinho vai mais longe e levanta a hipótese da iniciativa dos descobrimentos não ter cabido a particulares, mas à Ordem de Cristo, porque era “uma organização de riqueza fundiária e mobiliária, e portanto uma força social-económica”¹⁴³. Mas, nesse caso, é legítimo supor que D. Henrique como governador da Ordem de Cristo teve, certamente, um papel relevante senão decisivo nos descobrimentos, como comprovam os testemunhos coevos, inclusive o de D. Pedro.

As razões que moveram o Infante D. Henrique não podem ser isoladas umas das outras: “são ao mesmo tempo a curiosidade pré-científica, a perspectiva comercial, o espírito de cruzada e cavalaria, e considerações político-estratégicas”¹⁴⁴. De acordo com a mentalidade da época, no topo da hierarquia das motivações apresentadas está sempre o serviço de Deus e do reino, que geralmente se confunde com o serviço do rei e senhor.

Afastando as análises lineares, Magalhães Godinho considera que os descobrimentos henriquinos são o cadinho onde se forjam “um tipo social novo - o cavaleiro-mercador -, uma nova constelação social - o senhorio capitalista -, uma reestruturação dos laços político-económicos - o estado nacional mercantilista-nobiliárquico”¹⁴⁵. Constrói, assim, novos conceitos para sintetizar a ambiguidade dum período de transição e para traduzir as realidades sociais que desabrocharam em Portugal com a expansão e os descobrimentos.

A divergência de interesses dos vários grupos sociais, nomeadamente da nobreza e da burguesia, está presente na análise, mas Magalhães Godinho recusa qualquer esquematismo e mostra também a confluência dos mesmos na criação de fenómenos novos. Os comportamentos individuais têm de ser analisados, por conseguinte, à luz da complexidade dum período de mudança, como resultado dum feixe de causas e de motivações que não podem ser reduzidos de forma simplista a explicações unívocas.

O outro aspecto da análise do historiador Magalhães Godinho, que lançou nova luz sobre os problemas da interpretação da figura do Infante D. Henrique, prende-se com a ênfase que atribui à compreensão das “maneiras de sentir e de pensar”

142. *Idem*, *A Economia dos Descobrimentos Henriquinos*, Lisboa, Sá da Costa Editora, 1962, p. 81

143. *Idem*, *Ibid.*, p. 212

144. *Idem*, *Ibid.*, p. 212

145. *Idem*, *Ibid.*, p. 213

próprias daquele período. Procura, em relação a duas questões que foram objecto de acesa polémica na época, pôr em prática o que entende por isso: a primeira, refere-se ao espírito de cruzada, geralmente invocado pelos historiadores sem se preocuparem em caracterizá-lo; a segunda, diz respeito ao problema da castidade ou virgindade do Infante D. Henrique, tal como foi colocado, nos séculos XV e XVI, pelos cronistas e pelos vários testemunhos coevos. O espírito de cruzada e a castidade/virgindade do Infante D. Henrique eram a bandeira da corrente católica e conservadora que pugnava pela santificação daquela figura histórica. Magalhães Godinho não se eximiu, como historiador, a analisar as questões, mostrando a complexidade da ideia de cruzada e doutras noções que lhe andaram associadas, como serviço de Deus e salvação da alma¹⁴⁶. Da mesma forma, põe em causa que a castidade/virgindade do Infante seja um dado adquirido ou sequer um problema historiográfico relevante, o que importaria conhecer não seria a vida íntima de D. Henrique, mas as mentalidades à luz das discrepâncias entre os vários testemunhos coevos e os relatos posteriores¹⁴⁷.

A visão da história de Vitorino Magalhães Godinho é profundamente humanista, por isso incluiu um capítulo sobre “As maneiras de sentir e de pensar e o comportamento económico”, na obra *A Economia dos Descobrimentos Henriquinos*. Nele analisou o problema dos valores, das ideias e das motivações que teriam movido os homens de Quatrocentos para o arranque da expansão e dos descobrimentos.

Vitorino Magalhães Godinho segue a linha de interpretação de Veiga Simões e Duarte Leite sobre a figura do Infante D. Henrique. Por um lado, procura compreender as acções e condutas dos indivíduos à luz do meio social em que se moveram e da época, segundo a metodologia própria da sociologia histórica; por outro lado, dá uma atenção especial à reinterpretação das fontes e à reavaliação dos métodos e teses consagrados pelas rotinas da historiografia portuguesa.

Se como historiador, Vitorino Magalhães Godinho procura firmar um conhecimento científico da história, universalmente válido e independente de nacionalismos ou de quaisquer outros parcialismos, como pedagogo discorda que a missão educativa da história consista em mostrar só o que é grande e belo, por vezes mesmo lendário, sem mencionar as fraquezas e misérias ou sem desmistificar as fantasias. Pelo contrário, a formação de verdadeiros cidadãos só é possível desenvolvendo o espírito crítico e fornecendo aos jovens os elementos que lhes permitam exercê-lo e avaliar os homens e as situações com objectividade. Por isso, as posições que tomou contra a mitificação do Infante D. Henrique, no auge do

146. Vitorino Magalhães Godinho, *Ensaio II Sobre História de Portugal*, 2.ª edição correcta e ampliada, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1978, pp. 96-105. Transcrição de um opúsculo, editado em 1943, cujo contributo positivo foi depois retomado e desenvolvido em *A Economia dos Descobrimentos Henriquinos* (Lisboa, 1962)

147. Ver do autor “Duarte Leite e a Evolução dos Estudos de História dos Descobrimentos”, in Duarte Leite, *História dos Descobrimentos, Colectânea de Esparsos*, Organização, notas e estudo final de Vitorino Magalhães Godinho, vol. II, Lisboa, Edições Cosmos, 1960, pp. 374-382

comemorativismo, inserem-se na tripla perspectiva de historiador, de pedagogo e de cidadão que recusa para a maioria da população o papel passivo de admiradora dos ídolos nacionais.

Por isso, não hesitou em opor-se ao mito henriquino, declarando que não há provas da vasta cultura ou erudição de D. Henrique, nem da preparação científica ou empenho no desenvolvimento das ciências¹⁴⁸. O desastre de Tânger e as dívidas que legou, apesar dos elevados rendimentos da sua casa senhorial, indicam que não possuía excepcionais qualidades de organizador. Não descurou o engrandecimento da sua casa e património e teve uma empresa de corso, vigiando para não ser defraudado do seu quinto dos escravos. Sacrificou os irmãos aos seus objetivos políticos. E como grande senhor, cioso da sua autonomia, desobedecia por vezes às instruções régias e praticava abusos de poder (como nomeações para que lhe faltava competência). Quanto à personalidade, Magalhães Godinho afirma, em *A Economia dos Descobrimentos Henriquinos*:

- "Não há provas de que fosse um carácter de dureza implacável, asceta que tudo sacrifica ao misticismo de abrasador amor de Deus, ou consagrado a pleno a um ideal exclusivista; como não as há também de ser um espírito meramente prático dominado pelas ideias de utilidade e de luxo, nem um puro cavaleiro "medieval" que vive da chama do espírito de cavalaria. Acima de tudo ao serviço de Deus, como os seus contemporâneos, considera que o cumprirá pela exploração geográfica, pela conversão das almas, pelo incremento do comércio, pela guerra aos mouros - e dirá que o maior prazer da vida é ver o sangue dos infiéis"¹⁴⁹.

A posição de Luís de Albuquerque

Há poucos anos, foi a vez de Luís de Albuquerque (1917-1992) terçar argumentos contra as lendas da história da expansão e dos descobrimentos, na última obra editada ainda durante a sua vida¹⁵⁰. No primeiro volume, o Infante D. Henrique é figura de destaque, porque tem sido um dos principais alvos de mitos e mistificações.

Retomando polémicas anteriores, o então presidente do Conselho Científico da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses passa em revista a questão dos sábios henriquinos e da escola de Sagres para concluir que sobre os primeiros há fundamentadas dúvidas e quanto à segunda se algo existiu foi uma "escola" prática de troca de experiências e conhecimentos

148. Vitorino Magalhães Godinho, *A Economia dos Descobrimentos Henriquinos*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1962, pp. 96-97. Esta obra tinha sido encomendada para integrar a Coleção Henriquina, mas foi depois censurada e rejeitada pela Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, segundo relato do Professor Magalhães Godinho

149. *Idem*, *Ibid.*, p. 97

150. Luís de Albuquerque, *Dúvidas e Certezas na História dos Descobrimentos Portugueses*, 2.ª edição, Lisboa, Vega, 1990, 2 vols.

sobre as navegações que iam sendo feitas ao longo da costa africana. “Assim se obtiveram inestimáveis conhecimentos de Geografia Física das áreas marítimas do Atlântico; se aprendeu a retornar da Guiné e da Mina segundo a manobra de se engolfarem no oceano, que ficou conhecida pela “volta do largo”; se iniciou a observação de alturas de estrelas, e logo depois latitudes a bordo dos navios; e se aperfeiçoaram as caravelas (e não uma caravela-tipo, definitiva, como alguns têm pretendido)”¹⁵¹.

Luís de Albuquerque considera que a cultura do Infante D. Henrique era a de um homem piedoso do seu tempo, que pautava a acção por ideais cavaleirescos e religiosos¹⁵². Não se distinguia dos seus pares pela sabedoria nem pelo amor das ciências, por isso no seu espólio há somente alguns livros de cultura geral e livros de devoção religiosa.

Em contradição com o discurso piedoso da conversão dos infiéis, Luís de Albuquerque salienta que as primeiras viagens ao longo da costa ocidental africana tinham como objectivo principal a captura dos escravos. Além disso, pretendia-se também fazer permuta de géneros com as populações locais, o que se foi tornando cada vez mais difícil devido ao medo desencadeado pelos aprisionamentos.

As viagens marítimas empreendidas por iniciativa de D. Henrique ou de outros dirigentes e particulares da época “correram por conta de uma certa improvisação, muito embora a partir de determinado momento o príncipe ordenasse que cada navegador perlustrasse a costa mais para sul (ordens, aliás, nem sempre cumpridas) e desaconselhasse os assaltos às povoações indefesas, para não despovoar o litoral”¹⁵³. Por conseguinte, contra a opinião dominante, escorada no texto já referido de Pedro Nunes, o professor de matemática de Coimbra e engenheiro-geógrafo de formação demonstra a importância do acaso e do improvisado na primeira fase dos descobrimentos marítimos. Contradita também a tese do plano henriquino da Índia e da cruzada do Infante D. Henrique, seguindo tanto num caso como noutro as posições de Duarte Leite.

O contributo mais notável de Luís de Albuquerque situa-se no âmbito da história da náutica e da cartografia, se bem que a sua vastíssima bibliografia se estenda a muitos outros assuntos. No *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão, foi responsável por dezenas de entradas, incluindo a nota biográfica sobre *Henrique, Infante D. (1394-1460)*, no III volume da obra. Aí faz um breve ponto da situação sobre os debates suscitados pela figura do Infante D. Henrique, sobretudo quanto aos objectivos e âmbito da sua acção na história. Situando D. Henrique na problemática do seu tempo, a característica mais saliente da sua biografia é, segundo Luís de Albuquerque, o “homem de

151. *Idem, Ibid.*, p. 27

152. *Idem, Ibid.*, p. 64

153. *Idem, Os Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, Publicações Alfa, 1983, p. 43

acção, sujeito a êxitos e insucessos (casos de Ceuta e de Tânger), mas sempre insistente nos fins que se propunha alcançar (sacrifício do infante D. Fernando, cativo do Mouros)¹⁵⁴. Mas nega que os objectivos científicos ou a previsão do comércio com a Índia das especiarias fizessem parte dos projectos do Infante. Termina a sua nota referindo que “será talvez justo tomar o Infante D. Henrique como símbolo das vontades e dos esforços anónimos de navegadores, de cosmógrafos, de mercadores e de aventureiros que, embora com as suas limitações e os seus prejuízos, ajudaram o homem moderno a construir novas dimensões para a perspectiva do mundo”¹⁵⁵. Assim escreve em 1965¹⁵⁶, escassos anos volvidos sobre a grande euforia comemorativa.

A nova geração de historiadores

A biografia histórica nunca foi um género muito cultivado em Portugal, ao contrário dos ingleses que são notáveis nessa área e contribuíram para o conhecimento do Infante D. Henrique com várias obras. Mas o facto dos historiadores portugueses das últimas décadas, na linha da historiografia francesa do pós-guerra, terem centrado os seus estudos nos problemas sócio-económicos e culturais e na investigação das causas da expansão fez perder completamente de vista os protagonistas da história. De tal modo que a *Vida e Obra do Infante D. Henrique* de Vitorino Nemésio continua a ser “a mais moderna e actualizada das biografias do Navegador”, segundo Luís Filipe Thomaz na introdução à reedição de 1991, da Imprensa Nacional-Casa da Moeda¹⁵⁷.

No balanço que então faz do que à luz da documentação existente se mantém ou tem de ser descartado da imagem tradicional do Infante D. Henrique, Luís Thomaz considera que o traço mais erodido é a constância e a ideia de uma acção obedecendo, desde o início, a um plano minucioso e prosseguido de forma tenaz. A política portuguesa da época foi mais hesitante e indecisa do que se tem imaginado. O acaso e a força das circunstâncias desempenharam, bastas vezes, um papel mais relevante que a vontade consciente e determinada dos intervenientes. Aliás, D. Henrique era um “homem ambicioso, pronto a abraçar todos os projectos, sagaz, astuto no impor aos outros os seus desejos, mas tardo em optar por objectivos concretos, que só aos poucos se lhe foram definindo”¹⁵⁸.

154. Luís de Albuquerque, “Henrique, Infante D. (1394-1460)” in *Dicionário de História de Portugal*, Dir. de Joel Serrão, vol. III, s.l., Iniciativas Editoriais, 1979, p. 198

155. *Idem, Ibid.*, p. 198

156. *A Abertura do Mundo. Estudos de História dos Descobrimientos Europeus*, Org. de Francisco Contento Domingues e Luís Filipe Barreto, vol. I, Lisboa, Presença, 1986, p. 20-21

157. Luís Filipe Thomaz, “Introdução. O Infante D. Henrique e a Paternidade da Expansão: de Gomes Eanes de Zurara a Vitorino Nemésio”, in Vitorino Nemésio, *Vida e Obra do Infante D. Henrique*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1991, p. XXI

158. *Idem, Ibid.*, p. XXII

D. Henrique teve, de facto, a obsessão da guerra aos mouros e, na opinião de Luís F. Thomaz, o fiel da balança inclina-se preferentemente para o homem medieval, avolumando-se as reticências à imagem do “primeiro homem moderno”¹⁵⁹.

A sua estratégia parece ter sido centrada em Marrocos e visado uma aliança com o Preste João da lenda, o negus da Etiópia. Mas nos seus horizontes nunca esteve a Índia asiática, que foi o objectivo indiscutível de D. João II e de D. Manuel.

Luís F. Thomaz conclui: “Descartados a estratégia planetária, que nenhum documento prova, o desinteresse do cruzado ideal, que a documentação infirma, e muitos como a escola científica de Sagres, a que jamais se aludiu antes do século XIX, desaparece a figura do Infante presciente, fito num escopo que concebera de uma vez para sempre num instante prévio, para dar lugar à de um homem que, como os demais, viveu, pensou e mudou: de um homem que, sujeito ao tempo, foi movido pelas circunstâncias e gradualmente se adaptou, e por ter sabido fazê-lo foi grande”¹⁶⁰.

João Silva de Sousa, numa tese de doutoramento sobre *A Casa Senhorial do Infante D. Henrique*, confirma os aspectos fundamentais da imagem moderna do Infante D. Henrique¹⁶¹. Vê-o como um “verdadeiro homem do seu tempo”, zeloso em relação à sua Casa e aos inúmeros criados, que protegia com o maior desvelo, itinerante no espaço continental, dado ao fausto próprio da sua condição de Príncipe, profundamente religioso e respeitador dos dogmas da Igreja Romana, da qual recebeu inúmeros privilégios. Consciencioso administrador dos seus bens e da Ordem de Cristo, construiu um autêntico empório que legou em herança ao rei D. Afonso V e ao filho adoptivo, D. Fernando. Aliou aos velhos ideais cavaleirescos da nobreza o sentido prático do homem moderno, não desdenhando juntar-se aos mercadores e fazer expedições de carácter comercial no noroeste africano.

Em pleno ano de mais uma grande comemoração henriquina, desta feita dos 600 anos do nascimento do Infante, no Porto, continua em aberto a questão de uma nova síntese sobre a vida e obra de D. Henrique que, ultrapassada a fase do nacionalismo exacerbado e do Império, reinterprete a sua figura à luz da época em que viveu e dos avanços, entretanto verificados, no campo das metodologias e novas concepções da História¹⁶².

159. *Idem, Ibid.*, p. XXII

160. *Idem, Ibid.*, p. XXIII

161. João Silva de Sousa, *A Casa Senhorial do Infante D. Henrique*, Lisboa, Livros Horizonte, 1991

162. Depois desta retrospectiva da historiografia sobre o Infante D. Henrique estar pronta, foi editado pelos CTT-Correios, na colecção Descobrir, uma obra de Artur Teodoro de Matos, intitulada *Henrique O Navegador*. Com texto em português e inglês e dirigida a um público vasto, a resenha breve realizada por Teodoro de Matos tem um carácter de divulgação. Em França foi, entretanto, editada a obra de Michel Vergé-Franceschi, *Henri Le Navigateur*, Paris, Éditions Félin, 1994

PALAVRAS FINAIS

Passámos em revista a forma como a figura do Infante D. Henrique foi sendo vista através da História. O termo figura refere-se, simultaneamente, à pessoa e ao papel que representou, o qual transmite a imagem exterior, visível do indivíduo. Usa-se, em português corrente, a expressão fazer figura ou botar figura para designar aqueles que representam um papel distinto. Neste sentido, estamos perante um autêntico jogo de espelhos, em que aparecem reflectidos a pessoa do Infante D. Henrique, os cronistas e historiadores que escreveram sobre ela e as várias épocas dos autores. Sobre a personalidade de D. Henrique pouco nos é possível saber, com segurança, através dos testemunhos coevos, porque boa parte da imagem que nos chega vem filtrada pelas conveniências e a moral dominante. Trata-se mais de um retrato psicológico e moral idealizado do que real. O autor e a época são, por conseguinte, os elementos fundamentais para compreender as várias configurações que nos vão surgindo do vulto do Infante D. Henrique.

Contudo, para além dos autores e das épocas, é possível discernir grandes linhas de força, antitéticas, na interpretação da figura do Infante D. Henrique. Em primeiro lugar, sobressai a visão lendária ou mítica, cujas raízes remontam ao panegirista Zurara, que transformou o Infante D. Henrique no exemplo das mais altas virtudes e no realizador solitário e tenaz dos primeiros descobrimentos portugueses. A concepção personalista da história, eivada ainda em Zurara de providencialismo, conduziu à criação do mito henriquino, que no-lo apresenta portador de qualidades e virtudes atemporais, predestinado, grandioso e quase divino. A lenda foi reforçada por testemunhos como o de Diogo Gomes sobre o estado incorrupto do corpo do Infante D. Henrique. Encontrámo-la, de forma mais ou menos evidente, em muitos autores que viram o Infante D. Henrique como uma figura sobre-humana, culminando já no século XX na proposta da canonização, feita por António Leite nas páginas da *Brotéria*.

No extremo oposto, situa-se a minoria que, talvez como reacção ao mito, negou as virtudes e a importância do Infante D. Henrique na história. Teófilo Braga é, certamente, o nome mais representativo dessa corrente que não produziu trabalhos científicos susceptíveis de acreditar as suas teses.

Noutra perspectiva, mais realista e de acordo com as fontes históricas, estão todos os que têm procurado compreender o Infante D. Henrique numa escala humana, integrado na sua época e no meio em que viveu. Entre estes, há os que são admiradores confessos do Infante D. Henrique e sobrevalorizam a sua acção na história, como Oliveira Martins e Jaime Cortesão, e aqueles que lhe atribuem um papel mais modesto, apesar de não negarem o seu grande valor, como Duarte Leite, Vitorino Magalhães Godinho ou Luís de Albuquerque.

A sensibilidade e a formação de cada autor, assim como o nível de desenvolvimento das metodologias científicas e de conhecimento das fontes, determinam diferentes construções historiográficas. As concepções ideológicas, ou, dito de

outra forma, o sistema de valores e crenças, também não são, obviamente, alheios à imagem que os historiadores têm delineado do Infante D. Henrique.

De modo geral, a historiografia da expansão e dos descobrimentos ressentem-se dos nacionalismos que tendem a exaltar, com razão ou sem ela, as glórias e as prioridades nacionais. A visão do Infante D. Henrique é, em parte, tributária do facto de se ter tornado, logo no século XIX, no porta-estandarte da prioridade portuguesa nos descobrimentos e na personalização do grande valor do contributo português para a civilização europeia e para o mundo. Em primeiro lugar, com o Visconde de Santarém, esteve em causa a reposição da verdade sobre a prioridade das navegações ao longo da costa africana e, depois, os chamados “direitos históricos” dos portugueses naquele continente, como resposta à tese da ocupação efectiva para a partilha de África entre as potências europeias. Sendo o Infante D. Henrique uma figura admirada e divulgada por escritores estrangeiros, nomeadamente ingleses, a sua notoriedade contribuiu para torná-lo no génio absoluto que imaginou e planeou a grande empresa da expansão, de Ceuta até à Índia.

A par do nacionalismo, a concepção personalista da história também conduziu ao exacerbamento do papel do Infante D. Henrique. Durante toda a Idade Moderna, a história é uma narrativa das acções dos reis, dos príncipes, dos senhores e de todos os poderosos sobre os quais incidem as luzes da ribalta. Por isso, de Zurara a Cândido Lusitano não há dúvida de que a empresa da expansão e dos descobrimentos foi o resultado da vontade e da acção do Infante D. Henrique.

As revoluções do final do século XVIII e do século XIX trazem para a cena as grandes massas anónimas e conduzem os filósofos e os historiadores para a relativização do papel dos indivíduos na história. Por outro lado, tornam possível a percepção de que há forças obscuras, subterrâneas que, além daquelas que os actores sociais têm consciência, os movem para a acção num determinado momento. Não se trata da providência divina, como acreditaram certos cronistas, mas dos factores sócio-económicos, políticos e culturais que se conjugam para desencadear acontecimentos e processos complexos e multifacetados. Apesar disso, a historiografia liberal não deixou de sobrevalorizar o papel dos indivíduos, em particular dos dirigentes políticos e dos condutores de homens. Uma tendência que se acentuou, nas últimas décadas do século, com o reforço das concepções autoritárias e do cesarismo.

Foi preciso o contributo das correntes republicanas e democráticas para se proceder a uma reavaliação do papel dos indivíduos na história, vendo-o como parte de um processo colectivo e duplamente limitado pela época e pelo meio em que os homens desenvolvem a sua acção.

A figura do Infante D. Henrique tem, ainda, dividido os historiadores quanto ao problema da medievalidade ou modernidade da personagem e da sua actuação histórica. Tendo vivido no século XV, o Infante situou-se numa época de transição e de mudança e, por isso, desde Oliveira Martins que os autores acentuam a mescla entre o velho e o novo, entre a tradição medieval e o homem moderno que teria ca-

racterizado os comportamentos de D. Henrique. Mas, fazendo jus às tendências progressistas, têm-se inclinado, geralmente, para a modernidade. O Infante D. Henrique seria não só o iniciador de um processo que conduziu ao mundo moderno, mas também ele-próprio teria tido comportamentos que revelam o homem novo do Renascimento. E, nesta ordem de ideias, têm acentuado a curiosidade científica, o gosto e o interesse pelas ciências, em particular a matemática e a astronomia, o espírito sistemático e a tenacidade em desvendar o desconhecido, o administrador eficaz dos seus bens e o homem que não desdenhou, antes pelo contrário, a mercancia, demonstrando sentido do lucro. Mas esta imagem do Infante D. Henrique, paulatinamente construída desde os humanistas e acentuada a traço grosso no século XIX, parece ser pouco conforme com a realidade.

Afinal, a curiosidade do Infante era pré-científica, o seu interesse pelas ciências e pelo estudo bastante limitado, a cultura geral era típica de um homem piedoso do seu tempo, não podendo considerar-se notável, os seus projectos só lentamente se foram afirmando e não desenvolveu qualquer plano sistemático de expansão e descobrimentos, muito menos o de chegar à Índia pela circum-navegação da África.

Os projectos de D. Henrique ter-se-iam centrado na expansão marroquina. A sonhada aliança com o Preste João destinar-se-ia a abrir uma segunda frente no combate ao Islame. Mas, contra a maioria das teses historiográficas, Vitorino Magalhães Godinho pôde demonstrar que a ascensão dos otomanos no Levante não exerceu qualquer influxo no início da expansão portuguesa¹⁶³. De tal modo que não se encontra na documentação coeva a mínima preocupação pelo imperialismo turco, que só no século XVI será um factor da política mundial dos portugueses.

D. Henrique respeitava os valores dominantes e foi um homem religioso e empenhado no combate aos mouros, que não descurou o serviço de Deus e do Reino. Mas não se esquecia de se servir a si-próprio e, sobretudo, de engrandecer a sua Casa, protegendo os seus criados e validos, como um grande senhor feudal.

Foi um dos homens mais poderosos da sua época: reuniu sob a sua alçada o ducado de Viseu, o senhorio da Covilhã, o governo da Ordem mais rica de Portugal, importantes monopólios comerciais, estendendo-se os seus direitos e proventos a múltiplas actividades, da exploração da lã, pesca, madeira e sabão, moinhos e feiras aos escravos, ouro, especiarias e o quinto das presas da pirataria. Os seus bens de raiz espalhavam-se por várias regiões do país, de norte a sul. A sua Casa, segundo o levantamento feito por João Silva de Sousa, possuía 886 servidores, mas considera que o número deveria ser bastante superior, agregando fidalgos, cavaleiros, escudeiros e simples criados¹⁶⁴. Tal poder contribuiu, seguramente, para lhe avantajarem o vulto e a acção aos olhos dos contemporâneos.

163. Vitorino Magalhães Godinho. *A Economia dos Descobrimentos Henriquinos*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1962, p. 66. Luís Filipe Thomaz defende a mesma posição no artigo "Expansão portuguesa e expansão europeia - reflexões em torno da génese dos descobrimentos", in *Studia*, n.º 47, Lisboa, 1989, pp. 379-380

164. *Idem, Ibid.*, p. 302

Contudo, é inegável que a sua actuação como um dos dirigentes destacados da primeira fase da expansão e dos descobrimentos tornou possível a abertura do mundo e, neste sentido, poderia ser considerada um marco significativo para o início da Idade Moderna. Se bem que as posições políticas que assumiu, expressivas segundo vários autores de uma concepção nobiliárquica do poder que se teria substanciado na política de D. Afonso V, estejam mais de acordo com a tradição medieval do que com a modernidade. Teria cabido ao regente D. Pedro e, depois, a D. João II desenvolver uma política verdadeiramente moderna, caracterizada pelo reforço do poder régio e pela expansão de carácter mercantil.

A representação do Infante D. Henrique de carão sombrio e pensativo, com os traços fortes de homem meridional em plena maturidade, sublinhados por um bigode aparado, e vestido com uma longa indumentária castanha, encimada por um chapéu de grandes abas e amantado, do tipo borgonhês, faz parte da memória nacional, sobretudo desde que foi consagrada pelas comemorações henriquinas de 1960. Tal imagem surgiu, no século XIX, com a descoberta do manuscrito de Paris da *Crónica de Guiné*, onde se encontrava uma iluminura representando o busto dum homem que se supôs ser o Infante. Mais tarde, a figura foi também identificada nos painéis da Igreja de São Vicente de Fora, hoje no Museu de Arte Antiga. Mas, ainda naquela centúria, várias representações do Infante D. Henrique inspiram-se na estátua do portal sul do mosteiro dos Jerónimos, mandada fazer por D. Manuel I e, provavelmente, executada cinquenta anos depois da morte daquele.

Subsistem, assim, duas tradições na iconografia henriquina: uma, que o representa de acordo com a iluminura da Crónica e a figura dos Painéis; e outra, que se inspira no guerreiro do portal sul dos Jerónimos, de estatura mediana e compleição forte e atarracada, de cabelos crescidos e fartas barbas, que segura na mão direita uma espada. A primeira é mais conforme com a imagem de homem moderno, de pensador e de estrategista dos descobrimentos portugueses e, por isso, teve grande sucesso, impondo-se já no século XX como a imagem de marca de D. Henrique. Diversas representações posteriores acrescentam-lhe acessórios expressivos dessa imagem do Infante e ligados à simbologia das navegações, enfatizando ainda o ar distante e de grande pensador, dominado por um sonho. Neste último aspecto, a conhecida pintura de José Malhoa, intitulada precisamente *O Sonho do Infante* (1905), é das obras mais significativas da transposição do mito para a tela. A estátua do Mosteiro dos Jerónimos está mais de acordo com a imagem de aristocrata e guerreiro medieval, dominado pela ideia da cruzada.

Ernesto Soares defendeu, no final dos anos cinquenta, que a última representação corresponderia à figuração real, verdadeira e veneranda do Infante D. Hen-

165. Ernesto Soares, *Iconografia do Infante D. Henrique*, Lisboa, 1959, p. 71

166. Manuel Sampayo Ribeiro, *O Verdadeiro Retrato do Infante D. Henrique*, Lisboa, Editorial Notícias, 1991

rique¹⁶⁵. Recentemente, a tese foi retomada por Manuel Sampayo Ribeiro¹⁶⁶, mas Luís Reis-Santos já manifestara opinião contrária:

“A cabeça descoberta, de longos cabelos e proféticas barbas; o perfil de clássica inspiração, com a glabella saliente, acentuando mais, na fisionomia serena e pacífica, a expressão patriarcal; a estabilidade calma do semblante e do porte, destituídos totalmente de energia e de nobreza, com o corpo apoiado sobre a perna direita, a esquerda ligeiramente dobrada, o “pé pêndulo” em plano um pouco superior ao do “pé base”; a posição das mãos sem lógico significado; enfim, tudo isto, sem força nem movimento, sem verdade nem autêntica razão de ser, afasta, por completo, a ideia de se atribuir a esta respeitável e veneranda escultura, pobre de imaginação, qualquer valor documental como retrato e, principalmente, como exemplo modelar de estátua evocativa dessa gigantesca figura de vida interior, de pensamento e de acção, que foi o iniciador genial, consciente e perseverante dos descobrimentos portugueses além-mar”¹⁶⁷.

A posição da Luís Reis-Santos não poderia expressar melhor a opinião dominante em 1960. Contudo, a representação do Infante D. Henrique como guerreiro, mais ou menos imponente e ataviado segundo a imaginação dos artistas, de barbas e cabelo longo, manteve-se até à divulgação da iluminura da *Crónica de Guiné*. O busto do piso inferior do jardim de S. Pedro de Alcântara, datado dos anos trinta do século passado, ainda o representa com as feições clássicas, de olhos rasgados e nariz direito, com os tradicionais ornamentos capilares. Mas, em 1844, no *Universo Pittoresco*, o Infante já aparece, em versão juvenil, mais de acordo com a iluminura do códice de Paris. Uma imagem que seria depois repetida à exaustão pelos escultores do século XX, com destaque para as obras de Leopoldo de Almeida e Francisco Franco.

Subsistem fundamentadas dúvidas sobre se a iluminura descoberta junto do manuscrito parisiense representa o D. Henrique, apesar de estar inscrita nela a divisa do duque de Viseu¹⁶⁸. E como a identificação da figura idêntica dos Painéis foi feita a partir daquele pressuposto, alguns autores têm também posto em causa que represente o Infante D. Henrique. Dagoberto Markl defende que o Infante é o cavaleiro idoso em primeiro plano no Painel dos Cavaleiros¹⁶⁹. Recentemente, Theresa de Castello Branco nega que D. Henrique esteja representado nos painéis, atribuindo a figura do homem de tez morena e largo chapéu ao 2.º duque de Bragança¹⁷⁰.

A estátua jacente do túmulo da Batalha também tem suscitado controvérsia sobre se é ou não uma representação fiel de D. Henrique. Luís Reis-Santos defendeu que se trata do retrato autêntico do Infante, ainda na força da vida, modelado

167. Luís Reis-Santos, *Iconografia Henriquina*, Coimbra, Edição do Autor, 1960, p. 56

168. Ver Theresa Schedel de Castello Branco, *Os Painéis de S. Vicente de Fora. As chaves do Mistério*, Lisboa, Quetzal Editores, 1994, pp.17-21

169. Dagoberto Markl, *O retábulo de São Vicente da Sé de Lisboa e os documentos*, Lisboa, Editorial Caminho, 1988

170. Theresa Schedel de Castello Branco, *ob. cit.*, p. 29 e p.44

171. Luís Reis-Santos, *ob. cit.*, p. 31

sobre o próprio rosto do retratado, descobrindo na escultura sinais desse procedimento¹⁷¹. Encontrou semelhança entre o rosto da estátua jacente, da iluminura e dos painéis, apesar do primeiro denotar um homem maduro, ainda pujante, e os segundos mostrarem sinais de envelhecimento, nos traços mais vincados e na flacidez de alguns músculos faciais. A máscara mortuária de D. Henrique representa-o sem barbas, de rosto limpo, como foi comum em pessoas de elevada condição social no século xv. Ao contrário, nas outras duas representações aparece ornamentado por um bigode, enquanto que nos Jerónimos e no Convento de Cristo, em Tomar, tem longos cabelos e barbas, o que tem alimentado curiosos debates sobre os costumes e a moda capilar da época de D. Henrique, no intuito de demonstrar qual a figura mais conforme com o original.

A escassez de elementos sobre as características físicas do Infante D. Henrique que nos chegaram através dos testemunhos da época, poucos nas descrições e no pormenor, e a dificuldade de datar e identificar, sem margem para dúvidas, qualquer uma das representações, em especial a iluminura e os Painéis, continuarão a alimentar polémicas e opiniões contraditórias. De facto, não se sabe com certeza como seria a figura física do Infante D. Henrique, apesar de se ter consagrado na memória colectiva a imagem do homem do chapeirão borgonhês.

II – DOCUMENTOS HISTORIOGRÁFICOS

GOMES EANES DE ZURARA (1410/20 - 1473/74)

Doc. 1 - "Que fala dos costumes do Infante D. Henrique".

[...] E assim que tornando a meu propósito, digo que este nobre Príncipe houve a estatura do corpo em boa grandeza, e foi homem de carnadura grossa e de largos e fortes membros; a cabeladura havia algum tanto levantada; a cor de natureza branca, mas pela continuação do trabalho por tempo tornou doutra forma. Sua presença, do primeiro esguardo, aos não ousados era temerosa; arrebatado em sanha, empero poucas vezes, com a qual havia mui esquivo sebrante. Fortaleza de coração e agudeza de engenho foram em ele em mui excelente grau. Sem comparação, foi cubiçoso de acabar grandes e altos feitos. Luxuria nem avareza, nunca em seu peito houveram repouso, porque assim foi temperado no primeiro auto, que toda sua vida passou em limpa castidade, e assim que virgem o recebeu a terra.

E que posso dizer de sua grandeza? senão que foi extrema entre todos os príncipes do mundo! Este foi o Príncipe sem coroa segundo meu cuidar, que mais e melhor gente teve de sua criação. Sua casa foi em geral acolhimento de todos do Reino, e muito mais dos estrangeiros, cuja grande fama fazia acrescentar muito em suas despesas; que comunalmente se acham em sua presença desvairadas nações de gentes tão afastadas de nosso uso, que quasi todos o haviam por maravilha; de ante o qual nunca nenhum soube partir sem proveitosa bemfeitoria.

Todos os seus dias passou em grandíssimo trabalho, que por certo entre todas as nações dos homens, não se pode falar dalgum que mais grandemente senhoreasse si mesmo. Duvidoso seria de contar quantos pares de noutes seus olhos não conheceram sono, e o corpo assim austinado, que quasi parecia que reformava outra natureza. Tanta era a continuação do seu trabalho e por tão aspera maneira, que assim como os poetas fingiram que Atlas, o gigante, sustinha os ceus com os ombros pela grande sabedoria que em ele havia acerca dos movimentos dos corpos celestiaes, assim as gentes do nosso reino traziam em vocabulo que os grandes trabalhos deste Príncipe quebrantavam as altezas dos montes. Que direi, senão que as cousas que aos homens pareciam impossíveis, a sua continuada força as fazia parecer ligeiras?

Foi homem de grande conselho e autoridade, avisado e de boa memoria, mas em algumas cousas vagaroso, já seja que fosse pelo senhorio que a freima havia em sua compleição, ou por eleição de sua vontade, movida a alguma certa fim aos homens não conhecida. Havia o gesto assossegado e a palavra mansa; constante nas adversidades e nas prosperidades humildoso.

Certo sou que nunca algum príncipe teve vassallo de semelhante estado, nem ainda menos com grande parte, que o houvesse em maior obediencia e reverencia, do que este houve aos reis que em seu tempo foram em Portugal, especialmente a el-Rei D. Afonso, no começo de seu novo regimento, como em sua Cronica mais largamente podeis saber.

Nunca em ele foi conhecido odio nem má vontade contra alguma pessoa, por grave erro que lhe fizesse; e tanta era a sua benignidade a cerca disto, que o reprochavam os entendidos que falecia na justiça distributiva, que em todas as outras partes se havia igualmente. E isto tinham assim, porque a alguns seus criados, que o leixaram no cerco de Tanger, que foi o mais perigoso caso em que antes nem depois esteve, sem alguma outra punição, não sómente os reconciliou a si, mas ainda lhes fez avantajados acrescentamos sobre alguns outros que o bem serviram, os quaes, quanto ao juizo dos homens, eram longe de seu merecimento. E este só falecimento achei que vos dele escrever.

E porque Tulio manda que o autor possa razoar sobre seu escrito o que lhe justamente parecer, no sexto capitulo desta obra farei sobre isto alguma declaração, para ficar verdadeiro autor.

Muito pequena parte de sua idade bebeu vinho, e isto foi logo no começo de sua criação; mas depois em toda sua vida foi dele privado.

Grande amor houve sempre á cousa publica destes Reinos, dispondo grande parte de seu trabalho por seu bom aviamento; e muito folgava de provar novas experiencias por proveito de todos, ainda que fosse com sua grande despesa; e assim se deleitava muito no trabalho das armas, especialmente contra os inimigos da santa fé, e assim desejava paz com todos os Cristãos.

Geralmente era amado de todos, porque quasi a todos aproveitava e a nenhum empecia. Suas respostas sempre eram brandas, com as quaes muito honrava a condição de cada uma pessoa, sem apouquentamento de seu estado. Palavra torpe nem deshonestas, nunca foi ouvida de sua boca.

Era muito obediente a todos os mandados de santa Igreja, e com grande devação ouvia todos seus officios, e não com menos solenidade e cerimonia se tratavam em sua capela, do que se podiam fazer entre algum collegio dalguma cathedral Igreja. E assim havia em grande reverença todas as cousas sagradas, e os ministros delas tratava com honra, e aproveitava com bemfeitoria.

Quasi a metade do ano passava com jejuns, e as mãos dos pobres nunca partiam vazias de ante a sua presença. Certamente que catolico nem religioso principe eu não saberei achar outro, que a aqueste possa fazer igual. Seu coração nunca soube que era medo, senão de pecar; e porque das virtuosas obras e honestos costumes nace os grandes e altos feitos, em este seguinte capitulo apanharei todas as cousas notaveis que fez por serviço de Deus e honra do Reino.

Gomes Eanes de Zuzara, *Crónica de Guiné*, Introdução, novas anotações e glossário de José de Bragança, Barcelos, Livraria Civilização Editora, 1973, cap. IV, pp. 21-25.

Doc. 2 – "No qual sumariamente fala das cousas notaveis que o Infante D. Henrique fez por serviço de Deus e honra do reino"

Em qual parte assentarei melhor o começo deste capitulo, que naquela mui honrada conquista que se fez sobre a grande cidade de Ceuta de cuja famosa vitoria os ceus sentiram gloria e a terra beneficio?

Gloria me parece assaz para o sacro collegio das celestiaes virtudes, tanto sacrificio divino com tão sagradas cerimoniaes quantas até hoje são feitas em aquella cidade em louvor de Cristo Nosso Senhor, e por sua graça para sempre serão. Pois do proveito que a terra recebeu, o Levante e o Ponente são bem clara testemunha, quando os seus moradores podem comudar suas cousas sem grande perigo de suas fazendas, que por certo não se pode negar que a cidade de Ceuta não seja chave de todo o mar Medioterreno.

Na qual conquista este Principe foi capitão de mui grande e mui poderosa frota; e como valente cavaleiro trabalhou por sua pessoa no dia que foi filhada aos Mouros, sob cuja capitania era o conde de Barcelos, filho bastardo del-Rei; e D. Fernando, senhor de Bragança, seu sobrinho; e Gonçalo Vasques Coutinho, que era um grande e poderoso fidalgo; e assim outros muitos senhores e fidalgos, com todas suas gentes; e outros que se na dita frota ajuntaram de três comarcas, scilicet: da Beira e de Tralosomes e dantre Doiro e Minho.

E o primeiro capitão real que filhou terra acerca dos muros de Ceuta foi este de que escrevo; e a sua bandeira quadrada, a primeira que entrou pelas portas da cidade, de cuja sombra ele não era mui afastado. E os seus golpes, assinalados foram em aquele dia antre todos os outros, que por espaço de cinco horas pelejou continuamente; e nem a calma, que era mui grande, nem a força do trabalho, não o poderam constringer que se apartasse para receber folga. No qual espaço ele, com quatro que o acompanhavam, (que os outros que o haviam de seguir, uns eram espargidos pela grandeza da cidade, outros não podiam ali chegar por razão de uma porta que o Infante, com aqueles quatro, passara de envolta com os Mouros, a qual porta era guardada de outros Mouros que estavam em cima dos muros) acerca de duas horas tiveram uma outra porta que é além daquela que está entre ambas vilas, em uma revolta do muro sob a sombra do castelo, onde se agora chama a Porta de Fernandafonso, sendo ali retraidos a maior parte dos Mouros, que leixaram a outra vila da parte da Almina, por onde a cidade fora entrada; e enfim, a despeito daquela grande multidão dos inimigos, fecharam aquella porta. Mas se o seu trabalho fora ocioso ou não, bem se podia conhecer pelas quedas dos mortos, que jaziam tendidos ao longo daquele chão.

E em esta cidade foi o Infante feito cavaleiro, mui honradamente, por mão de seu padre, no dia da consagração da Igreja Catedral, em companhia de seus irmãos. E foi o filhamento dela, cidade, uma quinta-feira XXI do mes de agosto, ano de Cristo de mil quatrocentos e quinze.

E logo da tornada que el-Rei D. João fez para seus reinos em um lugar do Algarve, constituiu a este honrado principe em dignidade de duque, com seu senhorio. E depois, a cabo de tres anos, veio sobre a dita cidade grande poderio de Mouros, os quaes, ao depois foram contados, pelos alfaqueques, em numero de cem mil; que eram ali as gentes del-Rei de Fez e del-Rei de Granada e del-Rei de Tunes e del-Rei de Marrocos e del-Rei de Bugia, com

muitos engenhos e artelharias, com as quaes pensavam filhar a dita cidade, cercando-a por mar e por terra, em cujo socorro este Infante, com dous irmãos seus, scilicet: o infante D. João e o conde de Barcelos, que depois foi duque de Bragança, com outros muitos senhores e fidalgos e com grande ajuntamento de frota, foi mui deligente; e depois de feita grande mortindade nos Mouros, e a cidade livre e repairada, se tornou mui honradamente para Portugal, não mui contente porem da vitoria, porque se lhe não ofereceu o azo para filhar a vila de Gibraltar, como tinha posto em ordenança, e a principal causa de seu estorvo foi a destemperança do inverno, em cujo começo então estavam, que como quer que o mar comunalmente por todas suas partes em aqueles tempos seja perigoso, ali o é muito mais, por azo das grandes correntes que ali ha.

Fez outrossim mui grande armada sobre as ilhas de Canaria, com intenção de lhe fazer mostrar o caminho da santa Fé.

E depois, reinando el-Rei D. Duarte, por seu mando passou a terceira vez em África, na qual cercou a cidade de Tanger, indo XIX leguas com suas bandeiras tendidas por terra de seus inimigos, tendo-lhe o cerco XXII dias, nos quaes se fizeram mui assinaladas cousas, dignas de grande memoria, não sem grande dano dos contrarios, como na Historia do Reino melhor podeis saber.

Ele governou Ceuta, por mando dos reis seu padre, irmão e sobrinho, XXXV anos, com tal provimento que por sua mingua a coroa do reino nunca recebeu abatimento em sua honra; e enfim, por causa de seus grandes trabalhos, leixou a dita governança a el-Rei D. Afonso, em começo de seu regimento. E depois que a dita cidade foi tomada, continuamente trouxe navios armados no mar contra os Infieis, os quaes fizeram mui grande destruição na costa d'alem e d'aquem, de guisa que o seu temor poinha em segurança todas as terras vizinhas do mar da nossa Espanha, e ainda a maior parte dos mercadores que tratavam do Levante para o Poente.

Ele fez povoar no grande mar Oceano cinco ilhas, as quaes, ao tempo da composição deste livro, estavam em razoada povoação, especialmente a ilha da Madeira; e assim desta como das outras, sentiram os nossos reinos mui grandes proveitos, scilicet: de pão e açúcar; e mel e cera; e madeira e outras muitas cousas, de que não tão somente o nosso reino, mas ainda os estranhos, houveram e hão grandes proveitos.

Foi ainda o Infante D. Henrique com el-Rei D. Afonso seu sobrinho naquelle ajuntamento que fez sobre o Infante D. Pedro, de que se seguiu a batalha de Alfarrobeira, na qual o dito Infante foi morto e o conde d'Abraxes que era com ele, e toda sua hoste desbaratada; onde, se o meu entender para isto basta justamente posso dizer que lealdades dos homens de todos os seculos foram nada em comparação da sua. E posto que o serviço não seja tamanho quanto ao trabalho, segundo aos que já disse, certamente as circumstancias lhe dão esplendor e grandeza sobre todos os outros, cuja perfeita declaração remeto á Historia Geral dos Feitos do Reino.

Fez outrossim mui grandes acrescentamentos na Ordem de Cristo, de cuja cavalaria foi Regedor e Governador, por autoridade do Santo Padre, que lhe deu todo o espirital das ilhas; e no reino comprou terras de que fez novas comendas, a fora casas e herdades, que anexou á dita Ordem. E acrescentou no Convento duas mui fremosas crastas e um coro alto, com muitos e ricos ornamentos, que lhe ofereceu para sua serventia.

E porque era muito devoto da Virgem Maria, mandou fazer á sua honra uma mui devota casa de oração, uma legua de Lisboa, acerca do mar, onde se chama Restelo, cuja invocação se diz Santa Maria de Belem.

E em Pombal e em Soure, mandou fazer duas igrejas mui notaveis.

Leixou mui nobres casas ao Estudo de Lisboa, prazendo-lhe de administrar sua proteição, por maior honra das escrituras santas, e ordenou para sempre á cadeira da teologia que houvesse em cada um ano dez marcos de prata.

Leixou mui nobres casas ao Estudo de Lisboa, prazendo-lhe de administrar sua proteição, por maior honra das escrituras santas, e ordenou para sempre á cadeira da teologia que houvesse em cada ano dez marcos de prata.

E a uma sua capela de Santa Maria da Vitoria dava por esta guisa sete marcos. Mas se em esta soma de haver acrescentamento depois de seu dias, pelo presente não é de meu saber, porque ao tempo que el-Rei D. Afonso mandou fazer este livro, ele era ainda vivo, em idade pouco menos de LX anos e portanto não posso cerrar suas bemfeitorias por cabo, que segundo o seu animo era grande para sempre bem obrar, certo sou que os membros poderão enfraquecer pelo decorrimento da idade, mas a vontade nunca pode ser pequena nem fraca para cometer e acabar multidão de boas obras, emquanto a alma tiver ajuntamento com a carne.

E isto podem verdadeiramente conhecer aqueles que o viram disposto e quasi metido nos navios para se partir para Ceuta, com intenção de fazer lá fim de sua vida, trabalhando por suas armas por honra do Reino e exalçamento da santa Fé, que em este processo desejou sempre acabar sua vida; a qual cousa por então leixou de fazer, porque el-Rei, com seu conselho, acordaram de empachar sua viagem, como quer que lhe antes tivesse dada licença.

E pero a causa principal disto ao comum seja ignota, o que alguns entendidos não particulares do principal conselho poderam sentir foi que o senhor Rei, como homem de grandissima descrição, considerando nas grandes cousas que no Reino eram por fazer, ordenou sua ficada, por que no escoldrinamento dos remedios lhe leixasse a principal voz, assim como a tio e especial amigo e servidor. Mas não faz muito que esta fosse a causa de sua ficada, ou outra alguma, suspensa ao nosso conhecimento; abaste que por este movimento podereis conhecer a maior parte da fim de seu proposito, e o que eu com razão devo esperar por respeito do que tenho dito.

Entre estas cousas ficam outras muitas de razoada grandeza, de que se outrem devia contentar, que não fosse da excellencia daquele; as quaes leixo sob silencio, por não afastar minha escritura do que primeiro

prometi. Não forem que de toda as queira calar, porque na Cronica Geral do Reino as entendo de tocar, cada uma em seu proprio lugar.

E porque fiz começo deste capitulo em filhamento de cidade, quer dele fazer fim naquella honrada Vila que este principe mandou fazer ao cabo de S. Vicente, ali onde se combatem ambolos mares, scilicet: o grande mar Ociano com o mar Medioterreno. E das perfeições desta Vila não posso muito falar, porque ao tempo da feitura deste livro em ella não havia somente os muros, que eram de boa fortaleza, com algumas poucas de casas, mas obrava-se em ella continuamente; e segundo o comum entender, era que o Infante queria ali fazer uma Vila especial para trato de mercadores, e porque todos os navios que atravessassem do Levante para o Poente podessem ali fazer divisa e achar mantimento e pilotos, assim como fazem em Callez, cujo porto é mui afastado da bondade daquele, onde os navios tem abrigo para todos os ventos, sómente de um a que nós em este Reino chamamos *travessia*, e por essa guisa, com todos, sair, a qualquer tempo que o mareante quizer.

E ouvi dizer que, sendo esta vila começada, os Genoveses davam por ella grande preço; os quaes, como sabeis, são homens que não empregam seus dinheiros sem certa esperança de ganho.

E pero que á dita vila chamassem alguns outros nomes, eu creio que o seu proprio, segundo a tenção daquele que a mandou fundar, era que se chamasse a Vila do Infante, que elle mesmo assim a nomeava em suas palavras e escritos.

Idem, Ibid., cap. V, pp. 27-34.

Doc. 3 - "No qual se mostram cinco razões por que o senhor Infante foi movido de mandar buscar terras de Guiné"

Então imaginamos que sabemos alguma cousa quando conhecemos o seu fazedor e a fim para que elle fez tal obra. E pois que nos capitulos antes deste temos posto o senhor Infante por principal obrador destas cousas, dando nós dele aquelle claro conhecimento que podemos, bem é que em este presente capitulo saibamos a fim por que as fez.

E vós deveis bem de notar que magnanidade deste Principe, por um natural constrangimento, o chamava sempre para começar a acabar grandes feitos, por cuja razão depois da tomada de Ceuta sempre trouxe continuamente navios armados contra os infieis; e porque elle tinha vontade de saber a terra que ia a alem das ilhas de Canaria, e de um cabo que se chama do Bojador, porque até áquele tempo, nem por escritura nem por memoria de nenhuns homens, nunca foi sabido determinadamente a qualidade da terra que ia a alem do dicto cabo.

Bem é que alguns diziam que passara por ali S. Brandão, outros diziam que foram lá duas galés e que nunca mais tornaram. Mas isto não achamos por nenhum modo que podesse ser, porque não é de presumir que

se as ditas galés lá foram, que outros alguns navios se não intrometeram de saber a viagem que fizeram.

E porque o dicto senhor quis disto saber a verdade, parecendo-lhe que se ele ou algum outro senhor se não trabalhasse de o saber, nenhuns mareantes nem mercadores nunca se disso intrometeriam, porque claro está que nunca nenhuns daquestres se trabalham de navegar senão para donde conhedidamente esperam proveito; e vendo outrossim como nenhum outro principe se trabalhava disto, mandou ele contra aquelas partes seus navios, por haver de tudo manifesta certidão, movendo-se a isso por serviço de Deus e del-Rei D. Eduarte seu senhor e irmão, que áquele tempo reinava. E esta até que foi a primeira razão de seu movimento.

E a segunda foi porque considerou que, achando-se em aquelas terras alguma povoação de Cristãos, ou alguns taes portos em que sem perigo podesse navegar, que se poderiam para estes reinos trazer muitas mercadorias, que se haveriam de bom mercado, segundo razão, pois com eles não tratavam outras pessoas destas partes, nem doutras nenhuma que sabidas fossem; e que isso mesmo levariam para lá das que em estes reinos houvesse, cujo trafego trizeria grande proveito aos natúraes.

A terceira razão foi porque se dizia que o poderio dos Mouros daquela terra d'África era muito maior do que se comummente pensava, e que não havia entre eles Cristãos nem outra alguma geração. E porque todo sisudo, por natural prudencia, é constrangido a querer saber o poder de seu inimigo, trabalhou-se o dito senhor de o mandar saber, para determinadamente conhecer até onde chegava o poder daqueles infieis.

A quarta razão foi porque de XXXI anos que havia guerreava os Mouros, nunca achou rei Cristão nem senhor de fora desta terra que por amor de nosso senhor Jesus Cristo o quisesse á dita guerra ajudar. Queria saber se se achariam em aquelas partes alguns principes Cristãos em que a caridade e amor de Cristo fosse tão esforçada que o quisessem ajudar contra aqueles inimigos da Fé.

A quinta razão foi o grande desejo que havia de acrecentár em a santa fé de nosso senhor Jesus Cristo, e trazer a ela totalas almas que se quisessem salvar, conhecendo que todo o misterio da encarnação, morte e paixão de nosso senhor Jesus Cristo foi obrada a esta fim, scilicet, por salvação das almas perdidas, as quaes o dito senhor queria, por seus trabalhos e despesas, trazer ao verdadeiro caminho, conhecendo que se não podia ao senhor fazer maior oferta; que se Deus prometeu cem bens por um, justo está que creiamos que por tantos bens, scilicet, por tantas almas quantas por azo deste senhor são salvas, ele tenha no reino de Deus tantos centenarios de galardões, por que a sua alma depois desta vida possa ser glorificada no celeste reino; que eu, que esta historia escrevi, vi tantos homens e mulheres daquelas partes tornados á santa Fé, que ainda que este principe fora gentio, as orações daquestes eram abastantes para o trazer a salvação. E não tão sómente vi aquestes, mas vi seus filhos e netos tão verdadeiros Cristãos como se a divinal graça espirara em eles para lhes dar claro conhecimento de si mesmo.

Mas sobre estas cinco razões, tenho eu a VIª, que parece que é a raiz donde todas as outras procedem: e isto é, inclinação das rodas celestiaes, que como eu escrevia não ha muitos dias em uma epistola que enviava ao senhor Rei, que posto que seja escrito que o barão sabedor se assenhorará das estrelas, e que os cursos das planetas, segundo boa estimação dos Santos Doutores não podem impecer ao bom homem, manifesto é porém que são corpos ordenados no misterio de nosso senhor Deus, e correm por certas medidas e a desvairadas fins, reveladas aos homens por sua graça, por cujas influencias os corpos mais baixos são inclinados a certas paixões. E se assim é falando como catholicos, que as contrairas predestinações das rodas do ceu, por natural juizo, com alguma divinal graça se podem estorvar, muito mais de razão está que as proveitosamente predestinadas forem, por essa mesma graça, não sómente seguirão seu curso, mas ainda se acreditarão muito mais.

Porem vos quero aqui escrever como ainda, por pungimento de natural influencia, este honrado principe se inclinava a estas cousas. E isto é porque o seu ascendente foi Aries, que é casa de Marte, e é exaltação do sol, e seu senhor está em a XIª casa, acompanhado do sol. E porquanto o dito Marte foi em Aquario, que é casa de Saturno, e em casa de esperança, significou que este senhor se trabalhasse de conquistas altas e fortes, especialmente de buscar as cousas que eram cobertas aos outros homens, e secretas, segundo a qualidade de Saturno, em cuja casa ele é. E por ser acompanhado do sol, como disse, e o sol ser em casa de Jupiter, significou todos seus traotos e conquistas serem lealmente feitas e a prazer de seu Rei e senhor.

Idem, Ibid, cap. VII, pp. 43-47.

RUI DE PINA (1440?-1522)

Doc. 4 - "De como falleceo o Ifante Dom Anrrique, e de seus feitos, bondades, e virtudes"

E no mes de Novembro deste ano falleceo em Sagres o Ifante Dom Anrrique com sinaaes e comprimento de fyel Cristam, em ydade de cinquenta e sete annos, cujo corpo foy logo soterrado na Igreja da Villa de Lagos. E de hy no ano que vinha de mil quatrocentos secenta e hum, foram seus ossos levados ao Moesteiro da Batalha per o Ifante Dom Fernando, que tinha adotado por Fylho, que foy por elles, e os trouxe com grande honra e muyta cirimonia ao dito Moesteiro, onde ElRey acompanhado de toda a nobre jente de Portugal, e muitos Prelados sahio aos receber com sollene Procisam, e lhe fyzeram honrradas exequias. O Ifante Dom Anrrique foy em tudo Principe tam perfeito, que nom he rezam que alguma de suas muitas e louvadas virtudes se especifyquem; porque seria mingoar nas outras todas, que delle como de huma fonte crara e perenal todas naceram. Porém a que pare-

ceo que em seus dias sobre todas abrassou, foy inteira obediencia e firme lealdade a ElRey, e em seu coraçam ouve sempre fervente amor e continoa devaçam pera Deos, e huuma singullar humanidade e nobreza pera os homens, e hum vivo esforço nunca vencido, com que em sua vyda como magnanimo Princepe e esforçado cavaleiro, sempre empredeo arduas e muy excellentes empresas, especialmente contra inimigos da feé, per seu maravyhoso enjenho e muyta prudencia e grandeza de coraçam, e com inumeravees gastos de suas rendas e fazenda nom receando infyndos trabalhos, mortes, e perigos de seus criados e servydores, que muytas vezes via morrer e padecer, despois da tomada e descercos de Cepta em que foy, mandou primeiramente navegar e descobrir pello mar Ooceano, onde se acharam logo e povoraram as ricas e fertilles Yhas da Madeira, que foram as primeiras que no mar Ooceano estes Reinos tiveram, e assy d'hy em diante outras muitas de que elles e a Cristyndade toda muyto bem e proveito recebem. E assy o dito Ifante como a conselhado e esforçado já per divyna ynspiraçam movydo a ysso, com respeitos de magnanimo Princepe e muy Catolico Cristaõ, e como muy leal vassallo dos Reis e da Coroa de Portugal desejoso do acrecentamento, gloria, louvor delles, sospirando pela santa honrrada e proveitosa conquista de Guiné, mandou logo pedir e suplicar ao Papa Martynho quinto, na Igreja de Roma presidente, que em nome de Deos cujo poder tinha, concedesse e fizesse aa dita Coroa e herdeiros della pera sempre, como com acordo e aprovaçam do Sagrado Collegio dos Cardeaaes fez, e concedeo solene e perpetua doaçam, e lhe deu o senhorio proprio de todo o que na costa do dito mar Oceano, nos mares a ella adjacentes dos marcos e cabos de Nam e do Bojador contra o meo dia e oriente per elles e per seus sobcessores, e per suas jentes pellos em diante se achasse e descobrisse atée os Indios inclusivamente. A qual doaçam e concessam do dito Papa Martynho, despois o Papa Eugenio, e o Papa Nycolláo, e o Papa Syxto aa suplicaçam d'ElRey Dom Afonso, e d'ElRey Dom Joam seu Fylho, confirmaram e aprovaram com sua graça e poder, com muitas graças e benções e liberdades aos Reis de Portugal presentes e futuros, que aprosseguissem, e com grandes excumunhoões, graves Censuras e maldiçoões a todollos Cristaaõs, que em qualquer maneira sem prazer e consentimento dos ditos Reis de Portugal contra ellas fossem, como nas Bulas Apostolicas que se disso concederam mais perfeitas e comprydamente se contém, as quaaes sendo hum divino favor e verdadeiro e legitimo titullo, pera se a dita navegaçam descobrymento e conquista navegar e prosseguir, o dito Yfante logo prymeiramente com santo e virtuoso principio de tam aventurado fym a empredeo e prosseguio. E com espantosos pryncipios e meos de que era prasmado, e nunca foy vencido em sua vida mandou a diante descobrir e tratar atée a Serra Lioa com muyto proveito do Reyno. E despois de sua morte em tempo d'ElRey Dom Afonso oquynto seu sobrinho, allém do descobrymento do Ifante se descobrio a mina de ouro, em que agora he a Cidade de Sam Jorje, que ElRey Dom Joam ho segundo mandou novamente edefycar, e assy se descobrio mais per ElRey Dom Affonso atée o Cabo de Santa Caterina, e despois de seu fallecimento, como ElRey Dom Joham o segundo

seu Filho sobcedeo, dally mandou per anos descobrir atée dobrarem o Cabo de Bõa Esperança, e seus descobridores chegaram atée o Rio do Yfante, e dally sendo seu proposito nom cesar atée descobrir a India, por sua doença e morte, que se logo seguio, cessou seu descobrimento. E como depois o sobcedeo e Reinou após elle ElRey Dom Manuel o primeiro noso Senhor, como Pryncepe que em tudo quis herdar a bençam, reaaes custumes, e claras façanhas de Reis e Princepes tam gloriosos seus antecessores, per seu mandado e com seus Capitaẽs, navios e jentes per este caminho se descobri-ram trataram e navegaram, com grandes perigos, e muitas defyculdades, e innumeraveis despesas outras novas Ilhas e terras, e sobre tudo a Arabia, e a Perssia, e a India com todallas especearias, pedrarias, minas, riquezas, e tesouros Orientaes que oje possui, e tem com muita segurança e prosperidade, fazendosse pacifico Senhor de muitos Reis e Senhores, que sua paz e Senhorio compraram com ricos e cotedianos tributos, como em sua Cronyca fará mençam, de que a elle e aa Real Coroa destes seus Reinos de Portugal, e aos erdeiros della, e a seus vassallos, e naturaaes se acrecentou, e com a graça de Deos cada vez acrecentara mais bem, mayor honrra, gloria, e louvor, e ricos, onestos e muy grandes proveitos, com os quaaes pois seu principal fym e intento, he servir a Deos, e devulgar e exalçar sua santa Fée sempre, por yssso seu grande poder será muito poderoso, e nom soamente a elles este bem e proveito será reservado, mais ainda de suas maaõs e per seu meo a Cristandade toda será participante, com que a fée de nosso Senhor será por isso mais conhecida, louvada, e exalçada, e as seytas, ydollatrias, e forças dos ymigos della de todo minguidas e muy quebrantadas, e esta esperança nom estaa de todo em a esperar-mos; porque com prosperos e desejados efeitos tem acerca disto muitas vezes respondido, como em seus proprios tempos e lugares melhor se dirá, que sempre se atrybuyram á honrra, memorya, louvor, e merecimentos deste virtuoso Pryncepe e Yfante Dom Anrrique, como a causa e primeiro inventor de tanto bem. Foi mais o Ifante nas roupas de seu corpo muy onesto, e muyto mais nas palavras de sua boca, e por mayor sua perfeçam foy em sua vida sempre casto, e segundo o que se creio, virgem o comeo a terra, que daa piadosa esperança de salvaçam de sua alma.

Idem, "Chronica do Senhor Rey D. Afonso V" in *Crônicas*, Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão-Editores, 1977, cap. CXLIV, pp. 791-793.

JOÃO DE BARROS (1496-1570)

Doc. 5 - "Das feições da pessoa do Infante Dom Henrique, e dos costumes que teve em todo o discurso de sua vida"

Êste excelente príncipe foi filho terceiro del-Rei Dom João, o primeiro de gloriosa memória, e da Rainha Dona Felipa, sua mulher, filha do Duque João de Lencastro e irmã del-Rei Dom Hanrique, o quarto, de Inglaterra. E como da excelência do sangue pola maior parte procedem tôdalas incli-

nações da pessoa, podemos crer que, sôbre êste fundamento, Deus edificou nêle as outras de alma que enquanto viveu mostrou em suas obras.

Dizem que a estatura de seu corpo era de compassada medida e de largos e fortes membros, acompanhados de carne, a côr do qual era branca e côrada, em que bem mostrava a boa compleição dos humores. Tinha os cabelos algum tanto alevantados, e o acatamento, à primeira vista (por a gravidade de sua pessoa) um pouco temeroso a quem dêle não tinha conhecimento. E quando era provocado à ira mostrava ãa vista esquivada, e isto poucas vezes, porque na maior fôrça de qualquer desprazer que lhe fizessem, estas eram as mais escandalosas palavras que dizia:

— Dou-vos a Deus! Sejais de boa ventura!

A continência do seu vulto era assossegada, a palavra mansa e constante no que dizia, e sempre eram castas e honestas. E esta religião de honestidade guardou não sômente em as obras, mas ainda nos vestidos, trajos de sua pessoa e serviço de casa.

Tôdas estas cousas procediam da limpeza, de sua alma, porque se crê que foi virgem. Em seus trabalhos e paixões, era mui sofrido e senhor de si, e em ambas as fortunas humilde, e tam benigno em perdoar erros que lhe foi tachado. Teve grande memória e conselho acêrca dos negócios, e muita autoridade pera os graves e de muito pêso. Foi magnífico em despender e edificar, e folgava de provar novas experiências em proveito comum, ainda que fôsse com própria despesa de sua fazenda. Foi mui amador da criação dos fidalgos por os doutrinarem em bons costumes; e tanto zelou esta criação, que se pode dizer sua casa ser ãa escola de virtuosa nobreza, onde a maior parte da fidalguia dêste reino se criou, aos quais êle liberalmente mantinha e satisfazia de seu serviços.

E era assi confiado da criação e pessoa de cada um dêles, que em seu testamento, encomendando êle a el-Rei Dom Afonso e ao Infante Dom Fernando, que êle adoptou per filho, que lhes aprovesse que seus criados houvessem as tenças e cousas que tinham dêle, disse que lhes pedia que recebessem seu serviço como de criados, porque, a Deus louvores, tais eram êles, que haveriam por bem empregada tôda a mercê que lhes fizessem.

E dado que em a honestidade de seu traje, palavras, jejuns, rezar de officio divino e institutos de sua capela, tôda a sua vida pareceu ãa perfeita religião, não lhe faleceram pensamentos de altas imprêsas e obras de generoso ânimo quais convêm aos de real sangue. Parte das quais se viram quando se achou em África, principalmente na tomada de Ceita, de que já tratámos na parte de África, e assi nesta imprêsa tam nova de descobrir o que té o seu tempo estava encoberto.

Em que não sômente encomendou as cousas ao bom sucedimento delas, mas ainda teve nêle muita indústria e prudência pera conseguirem próspero fim. Porque, pera êste descobrimento, mandou vir da Ilha de Malhorca um Mestre Jácome, homem mui douto na arte de navegar, que fazia cartas e instrumentos, o qual lhe custou muito polo trazer a êste reino, pera ensinar sua ciência aos oficiais portugueses daquele mister.

E também pera a Ilha da Madeira mandou vir de Sicília canas de açúcar

que se nela plantassem, e mestres dêste labor, mostrando em estas e outras cousas que cometeu de bem comum, ter no coração plantada a vontade de bem fazer, como êle trazia per moto de sua divisa nestas palavras francesas: *Talent de bien faire*. Pois acêrca das letras, não tratando das sagradas, que êle per devoção e veneração muito amava, acêrca das humanas era mui estudioso, principalmente na ciência da Cosmografia, de cujo fruto tem ora êste reino o senhorio de Guiné, com tôdolos mais títulos que depois se acrescentaram à sua Coroa.

E não sòmente aqui leixou êste testemunho do amor e inclinação que tinham às letras, mas ainda na liberalidade de que usou com os estudos de Lisboa, dando suas próprias casas pera êles, com outras cousas, cuja memória sempre nêles é celebrada em o princípio de cada um ano, passadas as vacações dêle.

Deixou em sua vida descoberto, do Cabo Bojador, que está em trinta e sete graus de altura da parte do Norte, té a Serra Lioa, que está em sete e dous terços, que fazem de costa trezentas e setenta léguas, da qual terra o derradeiro descobridor foi um Pedro de Sintra, cavaleiro de sua casa.

E pôsto que nos princípios dêste descobrimento houve grandes dificuldades, e foi mui murmurado (como atrás dissemos), teve tanta constância e fé na esperança que lhe o seu espirito, favorecido de Deus, prometia, que nunca desistiu dêste descobrimento (enquanto pôde) per espaço de corenta anos, começando em o de quatrocentos e vinte (não contando os atrás que foram sem fruto) em que a Ilha da Madeira foi descoberta, té treze de Novembro de quatrocentos sessenta e três, que em Sagres faleceu, sendo de sessenta e sete de sua idade.

E foi sepultado em a vila de Lagos, e di passado ao mosteiro de Santa Maria da Vitória, a que chamam a Batalha, na capela del-Rei, seu padre.

O qual Infante e príncipe de grandes imprêsas, segundo suas obras e vida, devemos crer que está em o Paraíso, entre os eleitos de Deus.

João de Barros, *Ásia, Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente, Primeira Década*, 6ª edição actualizada na ortografia e anotada por Hernâni Cidade, notas históricas finais por Manuel Múrias, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1945, Livro Primeiro, cap. XVI, pp. 65-67.

DAMIÃO DE GÓIS (1502-1574)

Doc. 6 – "Das causas que MOVERAM HO INFANTE dom Anrrique a querer descobrir terras, e mares pola costa d’Africa, atte chegar à Índia, e da çerteza que teue pera ho mandar fazer"

QVATRO ANNOS depois que elrei dom Ioão tomou ha çidade de Septa ahos mouros, elles a requerimento delrei de Grada, chamando ho esquerdo, ha vierão çerquar no mes d’Agosto, com gram poder, aho qual çerquo elrei dom Ioam mandou muita, e muim nobre gente de seus Regnos, por cujo

capitão foi ho Infante dom Anrrique seu filho. E porque alem delle ser muim arriscado caualleiro, era muim dado aho studo das letras, principalmente da astrologia, e cosmographia, pera melhor exercitar tam virtuosas artes, depois que tornou do çerquo de Septa escolheo sua morada, e residência em hũa parte do Regno do Algarue, no cabo de sam Viçente chamado polos antigos historicos Sacrum Promontorium, que em nosso vulgar Portugues, quer dizer Cabo Sagrado, donde se diriuou ho corrupto nome de Sagres, que pera mais verdadeira imitação da lingua latina, donde a nossa traz seu origem, se deue chamar mudando ho G em C: Sacres, em ho qual sitio de Sacres fundou ho Infante hũa villa de nouo, a que pos nome Terça Nabal,* a que tambem chamam ha villa do Infante. E dali determinou de mandar Nauios aho longuo da costa d’Africa,* com tençam de chegar aho fim de seus pensamentos,* que era descobrir destas partes occidentaes ha nauegação pera ha India oriental, ha qual sabia por çerto que fora já em outros tempos achada. E esta çerteza que assi alcançou do trabalho de seu studo, lhe fez commetter tamanho negocio, e nam per inspirações diuinas, quomo algũas pessoas dizem, e nam sei com quanta rezam ho afirmão, porque se fora inspiraçam diuina por ventura que sem tantos trabalhos quomo teue, em sua vida, alcançara ho Infante que tanto desejava, dos quaes trabalhos estas nauegações nunca careçeram, assi em vida do Infante, quomo depois, atte de todo serem descubertas. Polo que he mais de crer que ha çerteza deste negocio alcançou ho Infante dos verdadeiros authores em que continuamente studaua, crendo ho que screuiam quomo cousas scriptas por homens, e assim has cria, e duuidaua quomo se deue fazer a totalas que dos homens e de seus juizos procedem, nas quaes com ha çerteza està sempre junta ha duuida. Com esta tal çerteza ho Infante começou a mandar descobrir com naos armadas à sua custa, porque sabia do que tinha lido, quomo depois do çerquo de Troia, segundo ho conta Aristonico,* que Menelao saindo pola boca do streito de Gibaltar, nauegara tanto polo már Ocçeano, atte chegar aho már Roxo, ho qual, segundo alguns cosmographos antigos dizem, contem em sim ho már Arabico, e Persico, com toda ha costa que entrelles ambos ha, e ha que passa a diante do Persio atte chegar ha India, pelo qual már Roxo fazendo Menelao seu caminho fora ter ha India. E tambem sabia ho Infante que Hannone* capitão dos Carthaginenses nauegara tanto pola costa d’Africa atte chegar quasi debaxo da linha Equinoçial, ho qual do discurso que leixou scripto de seu caminho, e sinaes que deu do que vira, se mostra claramente que passou alem da serra, a que agora chamão Lioa. E tambem tinha por çerto ho que Herodoto, * grauissimo author, a quem Çiçero chama pai da historia, screueo da nauegação que Neco Rei do Egipto mandou fazer por çertos fenices, homens experimentados nas cousas do már, hos quaes partindo do már Roxo, nauegarão tanto atte chegarem aho már Austral, e dahi vieram ter aho streito de Gibaltar, donde tomaram seu caminho pera ho Egipto, aho qual chegaram passados já dous annos do tempo que hauia que partiram do már Roxo. Alem deste grande testemunho tinha outro do mesmo author* de quomo per mandado delrei*

Xerxes nauagara Sataspe do már Mediterraneo, atte pelo Oçeano chegar aho promontorio, ou cabo d'Africa, e que anojado da prolixidade do caminho, e falta de mantimentos se tornara pera ho Egipto. Nem menos ficou por ler aho Infante em Srtrabo* de quomo no mar de Arabia, stando ahi Çesar, filho de Augusto, se acharam pedaços de naos Hispanholas, que ali com tromenta lançara ho mar à costa. Nem ho que ho mesmo Satrabo,* Plinio,* Cornelio Nepos, e Pomponio Mela* screuem de Eudoxo, açerca destas nauegações. Com ho Oraculo dos quaes testemunhos, e doutros mais que ho Infante teria sabidos, per muitas informações que cada dia tomava de mouros Alarues, e Azenegues, praticos nas cousas d'Africa, determinou mandar descobrir de nouo estas nauegações, de que ha memoria era ja entre hos homens perdida, das quaes no capitulo seguinte trattarei com toda breuidade possiuel.

Damião de Góis, *Crónica do Príncipe D. João*, Edição crítica e comentada de Graça Almeida Rodrigues, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1977, cap. VII, pp. 20-22.

DUARTE NUNES DE LEÃO (1530?-1608)

Doc. 7 - "Manda o Infante D. Henrique descobridores das Ilhas de Porto Santo, e Funchal".

No anno de mil e quatrocentos e vinte, que na memoria dos homens deve sempre ser lembrados, se começaraõ os descobrimentos de mares, e ilhas, que foraõ principio de as portas do Oriente se abrirem aos Portuguezes; e as do Occidente, e novo mundo se manifestarem aos Castelhanos, por esta maneira. Sendo o Infante D. Henrique, despois que de Ceita veio, mui desejoso de descobrir terra ao longo da costa, de que os Portuguezes até aquelle tempo não sabiaõ mais que até o *Cabo de Naõ*, tendo por taõ impossivel passalo, que por proverbio se trazia naquelle tempo entre os navegantes Hespanhoes: *Quem passar o Cabo de Naõ, ou tornará, ou não*; mandou tantos navios, até que chegaraõ ao cabo de Bojador, que está dentro do cabo de Naõ sessenta legoas, e alli pararaõ todos: porque como a navegação daquelles antigos era não se affastando da costa, e alli as agoas tem grande corrente, e parece que fervem pelos baixos, que alli ha, de que elles se não sabiaõ afastar, fazendo-se ao largo parecialhes que o mar dalli a diante era todo aparcellado, e que não podia navegar; mas o espirito do Infante não se satisfazia, a que parece Deos revelava tudo o que despois foi.

Vindo o Infante de Ceita, Joaõ Gonçalvez Zarco, e Tristaõ Teixeira dous seus criados, que na guerra de Ceita o tinhaõ bem servido, onde de sua maõ elle armara cavalleiro ao dito Joaõ Gonçalves Zarco, se lhe offereceraõ que se para os descobrimentos, que emprendia, armasse alguns navios, os mandasse nelles; porque entendiaõ que nisso o podiaõ bem servir. O Infante, que nenhum a cousa mais desejava, agradecendolhes as boas vontades, mandou armar hum navio, e deu-lhes por regimen-

to, que corressem a costa de Berberia, até passarem aquelle temido cabo Bojador, e dahi fossem descobrindo o mais que achassem. A estes cavalleiros antes que chegassem á costa de Africa, succedeo tamanho temporal de ventos contrarios a sua viagem, que se deraõ por perdidos, por ser o navio pequeno, e o mar taõ grosso, e levantado, que parece que os comia. Polo que lhes cumprio correr em arvore seca á vontade delle; e como os marinheiros naquelle tempo eraõ costumados a navegar á vista de terra, e segundo lhes parecia, eraõ mui alongados da costa de Portugal, andavaõ attonitos, sem saberem em que paragem eraõ; mas cessando aquella tempestade, que para elles foi de felicissimo successo, acharaõse á vista de huma ilha, a que por os segurar do perigo, em que se viraõ, lhe chamaraõ Porto Sancto.

Duarte Nunes de Leão, "Cronica del Rey D. João o I", *Crónicas dos Reis de Portugal reformadas pelo licenciado ...*, Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão-Editores, 1975, cap. XCVIII, p. 711.

Doc. 8 - "Procura o Infante D. Henrique recuperar dos Mouros o Infante D. Fernando: são bem tratados os Portuguezes, que escaparaõ, e el Rey certificado do roim successo"

[...] O Infante D. Henrique mandou requerer a Çalabençala, que lhe entregasse o Infante seu irmaõ, e lhe entregaria seu filho, pois o concerto com elle feito se naõ guardara; ao que Çalabençala naõ satisfez. Polo que o Infante mandou per o Infante D. João seu irmaõ, seu filho, e os Alcaldes, que com elle retivera, e escreveo e el Rey palavras consolatorias contandolhe o caso como succedera, e o mesmo escreveo a el Rey de Castella, e aos Reys comarcãos, mostrandolhe por razoens, como naõ cumpria á Christandade o largarse Ceita, por a redempção de seu irmaõ.

Este parecer, que o Infante dava sem lho pedirem, e que lhe ouvera de ser duro, e caro de dar, sendo perguntado, por elle ser o que induzio a seu irmaõ a negoçar a ida de Africa, e accommetter taõ temeraria empreza; e sendo ainda a dor recente, era conforme ao rigor de sua condiçãõ. Porque sendo o Infante D. Henrique Principe mui virtuoso, e de vida continente, era naturalmente austero, e pouco amoroso, como se vio no caso do Infante D. Pedro seu irmaõ, que naõ viera a taõ mau fim, se lhe elle quizera valer. A esta natural austeridade se ajuntava ser elle solteiro, e naõ ter filhos, nem desejar de os ter, que o fazia menos piedoso; porque aos homens naturalmente nos males, que a outros vem, se lhe representaraõ seus filhos, como cousa, que mais amaõ, e temem que padeçaõ o que vem padecer áquelles; e assi se condoem dos males alheos. Polo contrario os homens que naõ experimentaõ aquelle amor, que os mitiga, e internece, saõ pola mór parte em todas suas obras, e juizos, asperos, e rigorosos. E assi el Rey D. Duarte, a

quem tocava mais a perda de Ceita, e os outros Infantes seus irmãos foraõ de contrario voto, como adiante se dirá.

Duarte Nunes de Leão, "Cronica e Vida del Rey D. Duarte", *Crónicas dos Reis de Portugal reformadas pelo licenciado...*, Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão-Editores, 1975, Cap. XVI, pp. 769-770.

Doc. 9 – "He o Infante D. Pedro muito calumniado, e desemparado do Infante D. Henrique, e afrontado del Rey, e Duque de Bragança"

Vindo o mez de Outubro daquelle anno, de mil quatrocentos e quarenta e oito, partio el Rey de Cintra para Lisboa, e mandou ao Duque de Bragança viesse á Corte, por lhe dizer o Conde de Ourem seu filho, que sua presença era necessaria. E foi o Duque avisado de seu filho em secreto que viesse a auto de guerra, porque já tinha persuadido a el Rey que logo fosse sobre o Infante D. Pedro. O Infante soube como o Duque vinha, e com determinação de lhe passar por suas terras sem sua licença, a fim de que, ou resistindo-lhe o Infante com força, cahir em mau caso, ou soffrendo cahir em covardia, e afronta. Por tanto se determinou de lhe resistir, e deste parecer foi o Conde de Abranches. Pollo que se foi á Villa de Penella, donde as novas logo correraõ a Santarem, onde el Rey estava. E de lá alguns fidalgos servidores do Infante, posto que estivesse desfavorecido, se vieraõ logo para elle, como foi Ayres Gomez da Silva, com Fernão Telles, e João da Silva seus filhos, Luiz de Azevedo, Martim de Tavora, Gonçalo de Ataide, e outros. Mas D. Alvaro Gonçalvez de Ataide Conde da Atouguia, e seus filhos, sendo criados, e feitura do Infante, por o naõ irem servir naquella jornada, se fizeraõ prender manhosamente, fazendo já desleal ao serviço del Rey.

Ao Infante D. Pedro naõ ficava mais esforço, nem confiança, que a que punha no Infante D. Henrique seu irmão; pollo que lhe mandou dizer a Thomar, onde estava, que sobre os aggravos, que cada dia lhe faziaõ, que todos hiaõ ter a sua destruição, queria o Duque afrontalo, com lhe passar com gente armada por suas terras, contra sua vontade, que lhe pedia quizesse valerlhe, porque elle determinava impedirlhe o caminho, já que tendo outro, por onde sem escandalo podia ir á Corte, queria pasar pella Lousãa, que era sua, sem lho fazer a saber. O Infante D. Henrique lhe respondeo, naõ fizesse nada de si, até elle em pessoa se ir ver com elle para o que já se fazia prestes, o que elle naõ cumprio, mas desamparando seu irmão em tempo de tanta afflicção e necessidade de seu conselho, e ajuda, se foi á Corte, sem dar de si alguma desculpa; do que o Infante recebeu muita tristeza. A causa de sua ida, diziaõ alguns, que fora por el Rey o chamar, por se naõ ajuntar com o Infante D. Pedro. Os mais criaõ, que o fez; por se naõ achar em cousa, que fosse entre o Duque de Bragança, e seu irmão. O que foi huma grande macula para a honra, e fama do Infante

D. Henrique, segundo os bons homens, e graves daquelle tempo e tanto mais, quanto menos obrigação tinha de molher e filhos; para quem quizesse poupar a vida, ou adquirir mais estado; e por o Infante D. Pedro ser seu irmao inteiro, e legitimo, e grande amigo e padecer calumnias e accusaçõs falsas. Pollo que diziaõ que pella pessoa, e pellas armas era obrigado a sahir por sua honra, como o Conde de Abranches, por só ser seu servidor e amigo se offereceo.

O Infante D. Pedro antes de se pôr em som de guerra, quiz saber a tençaõ do Duque, e lhe mandou dizer per hum fidalgo de sua casa, que se era verdade, que elle com gente de armas queria passar por sua terra, se espantava muito commettello, sem lho fazer saber; e que se como irmao seu que era, queria passar seria agazalhado em suas terras, e em sua casa, como sempre fora, e que para isso eraõ escusados mil e seiscentos homens de cavallo armados, e tantos milhares de pé, que naõ vinhaõ para servir el Rey e que se de outra maneira quizesse vir, lho naõ consenteria, mas o esperaria no campo como a inimigo; e que por escusar os danos, que de tal passagem se aviaõ de seguir, devia tomar outro caminho. O Duque lhe respondeo por Martim Affonso de Sousa, fidalgo de sua casa, que elle o tivera sempre por irmao, e por amigo, e por tal o teria sempre; e que seu caminho era pella estrada publica; por onde pollo direito das gentes todo o homem podia caminhar, e a gente levava era sua, que o sohia acompanhar; e que em sua terra naõ faria dano, nem queria mais della, que mantimentos por seu dinheiro, se os ouvesse mister, e que isto podia o Infante fazer per suas terras, quando por ellas passasse; e que do caminho, que levava, se naõ avia de desviar.

Vendo o Infante, que a peleja com o Duque senaõ podia escusar, se apercebeo de gente. E como o Conde de Ourem disto foi sabedor, lembrandose que a gente, que seu pal consigo trazia, naõ era toda sua, e que na maior afronta o podia deixar, fez com o Infante D. Fernando irmao del Rey, por ser casado com a neta do Duque, que escrevesse aos que com o Duque vinhaõ, o acompanhassem, e o naõ desamparassem em alguma afronta, em que se visse. O Infante D. Fernando, como moço que era, satisfez ao Conde, e se offerecco a ir elle em pessoa ajudar o Duque. Mas as cartas do Infante foraõ tomadas pellos guardas, e trazidas ao Infante D. Pedro, e com ellas hum Alvaro Diaz Commendador do Casal, que fez tornar para Santarem. E este sem ser em alguma cousa maltratado, fingio que o fora, e que o Infante soltara muitas palavras contra el Rey, e o Infante D. Fernando; pollo que ele Rey mandou riscar ao Infante de seus livros, e que lhe naõ pagassem mais assentamentos; nem tenças, e logo mandou dizer ao mesmo Infante per hum escudeiro de sua casa, que naõ impedisse ao Duque seu caminho, pois vinha para o servir. O Infante sentio muito o recado del Rey; porque ou ficaria sendo desleal, se resistisse ao Duque; ou covarde, se lhe sofresse suas sobrançarias; e soltou algumas palavras de queixume, que pareciaõ asperas; mas naõ taes, que as naõ podesse dizer hum tio, e sogro taõ benemerito, e aggravado a hum Rey moço, e mal aconselhado, que elle criara, e que tanto amava: mas o mensageiro, ou por naõ

ter boa vontade ao Infante, ou por ser induzido de seus contrarios, affirmou a el Rey, que o Infante dissera, que naõ era vassallo del Rey de Portugal, mas subdito, e servidor do de Castella, e que assi como desterrára de Portugal a Rainha Dona Leanor, outro tanto faria a seus filhos; e outras palavras de grande escandalo, que o Infante naõ fallou, nem respondiaõ a sua modestia, e grande acatamento, que a el Rey sempre teve, desde sua meninice. Destas palavras se fizeraõ logo autos publicos, que pollo Reyno foraõ mandados.

Duarte Nunes de Leão, "Cronica e vida del Rey D. Afonso o V", *Crônicas dos Reis de Portugal, reformadas pelo licenciado...*, Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão-Editores, 1975, cap. XVII, pp. 835-837.

D. ANTÓNIO CAETANO DE SOUSA (1674-1759)

Doc. 10 – "O Infante D. Henrique"

Entre os esclarecidos Principes, que vio o grande theatro do Mundo, foy hum o Infante D. Henrique, quinto filho do excelso matrimonio do inclyto Rey D. Joaõ I. e da Rainha D. Filipa. Nasceo na Cidade do Porto a 4. de Março de 1394. Foy Duque de Viseu, e Senhor da Covilhã, Fronteiro môr da Comarca de Leiria, por Carta passada em 9. de Mayo de 1440. oitavo Governador, e Administrador do Mestrado da insigne Ordem Militar de Christo, e Cavalleiro da Jarretiere, que ElRey Henrique VI. lhe mandou a este Reyno, Varaõ verdadeiramente grande, de taõ generosos espiritos, e de taõ elevada idéa, que empredeco com os seus estudos pôr em pratica as perigosas navegações, de que colheo o nosso Reyno tantas felicidades, como saõ as dilatadas conquistas, que hoje domina. Desde os seus primeiros annos deu a conhecer a natural inclinação à vida militar, premeditando empresas, e facções grandes, naõ se satisfazendo das medianas, porque os seus heroicos espiritos se faziaõ superiores às mayores idéas. Gozava o Reyno da suavidade da paz, descansando dos duros trabalhos da guerra, e querendo ElRey exercitar seus filhos em o manejo das armas, para os haver de armar Cavalleiros, segundo a pratica daquelle tempo, determinou fazer humas festas proprias de Soldados, para as quaes convidava por editaes publicos os Cavalleiros de todas as nações, para neste Reyno se acharem em tempo prefixo, que havia de ser o em que armava Cavalleiros aos Infantes seus filhos, em cujo obsequio queria fosse esta funçaõ entre estrondos, e exercicios guerreiros, que inventou a curiosidade, para substituir a guerra com alguma imagem, na qual as acções executadas com arte, e industria conseguem applauso dos valerosos, sendo o caminho, com que se habilitaõ para grandes empresas. Porém os Infantes, principalmente D. Henrique, naõ tendo por gloria o haver de ser armado na paz entre os divertimentos de justas, torneyos, e outros jogos, e exercicios militares, que ainda

que luzidas invenções, não eraõ mais que apparentes, pelas quaes não podia conseguir nome, lembrou a ElRey, que podia emprender alguma facção em Africa contra os Mouros, que sendo gloriosa às suas armas, pudesse elle conseguir com seus irmãos reputaçã pelas proprias acçoens, com que merecessem dignamente a Ordem da Cavallaria, que desejavaõ. Esta pratica do Infante, que nos circunstantes passou por mais hum conhecimento do seu elevado animo, e por materia sem effeito, e quasi de nenhuma consequencia, foy huma inspiraçaõ, que fez entrar a ElRey na idéa de conquistar a Cidade de Ceuta aos Mouros. Determinada a empreza, como fica referido, o primeiro, que desembarcou, e pizou a terra de Africa, foy o Infante D. Henrique, que cometendo os Mouros, conseguiu coroarse de immortal gloria naquella occasiaõ, de que tinha por testemunhas não menos que a ElRey seu pay, ao Condestavel D. Nuno Alvares, o Conde de Barcellos seu irmaõ e todos os demais Cabos com aquella luzida gente de Tropas veteranas, costumadas a vencer. Depois de rendida a Cidade o armou Cavalleiro ElRey, e a seus irmãos, e triunfantes da barbara multidã dos Mouros, foraõ associados àquelle nobre Instituto militar, conseguido pelo valor, mais que pelo Real nascimento. Tendo assim dado singulares provas do seu valor em Africa nesta famosa facção, em que acompanhou a ElRey seu pay, animado de huma resoluçaõ heroica, empredeo novos descobrimentos, que conseguiu, para que contribuiu muito, como principal parte, a sua grande applicaçã; porque foy sciente na Mathematica, e muito principalmente na Cosmografia. A este fim tomou para sua residencia a Villa de Sagres no Reyno do Algarve, para commodamente poder vagar aos seus estudos, sem os embaraços da Corte, sendo este o motivo porque se não ligou com o matrimonio. Foraõ as Ilhas de Porto Santo, e Madeira no mar Atlantico as primicias de taõ laboriosos cuidados. Joaõ Gonçalves Zarco, Cavalleiro da sua Casa, que em muitas illustres conserva esclarecida descendencia, foy o descobridor, e primeiro Capitaõ da Ilha da Madeira, a que deu este nome pelos espessos arvoredos, de que era cuberta no anno de 1419. Já havia dous annos, que a de Porto Santo tinha sido descuberta por Bartholomeu Perestrello, Fidalgo da Casa do Infante D. Joaõ. ElRey D. Duarte fez merce a seu irmaõ o Infante D. Henrique do Senhorio destas Ilhas no temporal, e foy a Doaçã feita em Cintra a 26. de Setembro do anno 1433. e por outra Doaçã passada na mesma Villa, antecedente a esta, a 20. do dito mez do referido anno, tinha dado ElRey a administraçaõ espiritual para sempre à Ordem Militar de Christo, o que confirmou o Papa Eugenio IV. por huma Bulla passada em Florença no anno 1445. Depois confirmou ElRey D. Affonso V. seu sobrinho, estando em Santarem, a dita Doaçã a II. de Março de 1449. e já no anno de 1454. estando o mesmo Rey em Lisboa a 7. de Junho, fez huma ampla Doaçã à dita Ordem de Christo, em attençã ao Infante D. Henrique, Mestre della, haver descoberto aquellas Ilhas, e as prayas de Guiné, de Nubia, e Ethiopia, sogeitando à Igreja, e à sua obediencia aquelles Gentios Póvos, onde nem por mar, nem por terra havia chegado alguma outra naçaõ de Christãos, senã a Portugueza: e havendo

respeito às despezas, que a mesma Ordem de Cavallaria de Christo havia feito, sendo por ella principiada, e proseguida aquella conquista, lhe pertencia por este motivo a jurisdicção espiritual da s terras conquistadas; pelo que outorgou, quanto em direito podia, à dita Ordem para o dito Infante, e para os Administradores, que depois delle se seguissem no governo della para todo sempre, as pravas, costas, Ilhas, terras conquistadas, e por conquistar de Gazulla, Guiné, Nubia, Ethiopia, e por quaesquer outros nomes, que fossem nomeadas, lhe dava toda a espiritual jurisdicção, da mesma sorte, que a tem Thomar, Cabeça da mesma Ordem. O Papa Nicolao V. por Bulla passada em Roma a 8. de Janeiro de 1445. e seu sucessor o Papa Calisto III. por outra, em que incorporou esta, passada em Roma a 13. de Março do anno de 1455. confirmaraõ, e approvaraõ esta Doaçã delRey D. Afonso, concedendo à Ordem de Christo toda a jurisdicção espiritual, naõ só das terras descubertas, mas as que depois descubrissem no Ultramar: desde taõ antigo tempo saõ as conquistas de Portugal da sogeiãõ desta insigne Ordem de Cavalaria. O Infante D. Henrique o declarou, havendo já trinta e cinco annos, que tinha dado principio a estas conquistas, e era Senhor da Ilha da Madeira, e Porto Santo, e Deserta, que se hiaõ povoando, como se vê de huma Doaçãõ, que passou à dita Ordem, em que diz, que tendo dado a Elrey seu sobrinho, e seus successores o temporal das ditas terras, reservava o espiritual na administração da Ordem de Christo; foy feita em 18. de Setembro do anno de 1460. Muitos annos depois, no Reynado delRey D. Joaõ II, no anno de 1488. à sua instancia, sendo seu Procurador o Doutor Vasco Fernandes, do seu Conselho, se tirou huma sentença do processo decernido, passada por Estevaõ Gomes, Conego da Igreja Metropolitana de Lisboa, e Vigario Geral do Arcebispo Cardeal D. Jorge, na qual se mostra pertencer à Ordem de Christo para sempre toda a jurisdicção espiritual de todas as terras, e conquistas do Ultramar descubertas, e por descobrir, adquiridas, e por adquirir, em virtude das Bullas dos Papas Nicolao V. e Calisto III. confirmadas por seu successor o Papa Xisto IV. em Roma a 21. de Junho do anno de 1481. ficando desta sorte a Ordem Militar de Christo a mais poderosa em jurisdicção, que outra alguma da Christandade.

A estes descubrimentos se seguiraõ os de Africa, e tantas outras conquistas, de que elle foy o primeiro instrumento, porque as suas observações, que poz em pratica, mandando sogeitar, e navegar os mares, facilitaraõ os meyoas a todas, as que hoje se conhecem no dominio de diversas nações, sendo o Infante D. Henrique o segundo Jason do Oceano; pois deixou em sua vida descoberto do Cabo Bojador, que está em vinte e seis graos de latitude, e vinte e tres minutos, até a serra Leoa, que está em oito, que fazem trezentas e sessenta e sete legoas da Costa.

Do seu valor saõ testemunhas as Praças de Ceuta, Arzila, Alcacere, e Tangere, e das suas virtudas o será eternamente a Historia, em que he universalmente louvado, naõ só na Portuguesa, mas na de outras nações, com immortal memoria do seu nome. Alguns o notaram de se mostrar froxo, ou indifferente nas desgraças de seu irmaõ o Infante D. Pedro, como

naõ expor à mesma ruina. A sua Casa foy o seminario do valor, onde se crearaõ Fidalgos, e homens dignos do seu exemplo, e que pelas suas emprezas se fizeraõ conhecidos no Mundo. Fou muy applicado às sciencias, e ao estudo das letras Sagradas, que tratou com grande religiaõ, e devoçaõ; as humanas estudou com grande genio, principalmente as Mathematicas, de que colheo os copiosos frutos, que temos dito, pelo que eternamente será louvado naõ só dos nacionaes, mas dos Estrangeiros. Favoreceo tanto os estudos, que deu o seu proprio Paço de Lisboa para nelle se formarem Aulas publicas. Sobre tantas virtudes, de que se ornou como Principe, ainda foy mais excellente a de ser sempre casto, conservando-se illeso desde o seu nascimento, de sorte, que mereceo acabar como virtuoso. Deixou por seu herdeiro, adoptando-o por filho, ao Infante D. Fernando seu sobrinho, em cuja descendencia se verificou com outras conquistas a utilidade, complemento dos seus venturosos estudos, em que gastou quarenta e hum anno (naõ contando os antecedentes sem fruto) desde o anno de 1419. em que a Ilha da Madeira foy descuberta, até que faleceo em Sagres a 13. de Novembro de 1460. materia, que naõ padece duvida. Os Chronistas del Rey D. Affonso V. e del Rey D. Manoel, a que outros tem seguido o affirmaraõ, sem que tivessem equivocacaõ, como imaginaraõ os que estenderaõ a vida do Infante, até o anno de 1463. O nosso insigne Joaõ de Barros a poem neste anno, e depois refere na sua Historia, que quando no anno 1461. se descobriraõ as Ilhas de Cabo Verde por Antonio de Nolle, acompanhado de Bartholomeu, seu irmaõ, e Rafael de Nolle, seu sobrinho, lhe concedera o Infante a lincença para este descubrimento, de que se segue, que vivia no referido anno: assim parece, se a faculdade naõ fosse dada antes, como sem duvida foy dada, pelo que logo se verá. Nas memorias, que mandou da Ilha da Madeira à Academia Real Henrique Henriques de Noronha, natural da dita Ilha, e hum dos Academicos supranumerarios, cujos estudos na Historia, e na Genealogia saõ dignos de toda a estimaçaõ, refere algumas observações sobre papeis, que vio, em que assenta com Joaõ de Barros, que o Infante morreo no anno de 1463. Porém eu sem pertender convencer a hum taõ grande Historiador como Joaõ de Barros, nem arguir a Henrique Henriques, confessarey com sinceridade, que me persuadi das suas bem fundadas conjecturas, até que vi a Carta de Doaçã, que ElRey D. Affonso V. passou ao Infante D. Fernando da Ilha da Madeira, e mais Ilhas, que está na Torre do Tombo, no livro 3. dos Misticos, da qual sómente agora apontarey as clausulas precisas, e adiante se verá quando tratar do Infante D. Fernando, e diz assim: *D. Affonso, &c. A quantos esta Carta virem fazemos saber, que considerando nós as muitas virtudes do Infante D. Fernando, meu muito prezado, e amado irmaõ, e aos singulares serviços, e vay continuando. E nos obriga o grande devido, que com elle temos, da nossa livre vontade, certa sciencia, poder absoluto, sem nolo elle pedir, nem outrem por elle. Temos por bem, e fazemoslhe merce das Ilhas, convem a saber, da Ilha da Madeira, e da Ilha de Porto Santo, e da Ilha Deserta, e da Ilha de S. Luiz, com totalas rendas, direitos, e juris-*

dicções, que a nós hora com ellas pertence, e de direito devemos daver, assi como as de nós havia o Infante D. Henrique, meu tio, que Deus haja, Dada na nossa Cidade de Evora, tres dias do mez de Dezembro, Jorge Machado a fez anno de nosso Senhor Christo de mil quatrocentos e sessenta. Desta sorte não tem duvida, que o Infante era morto em Dezembro do anno 1460. sem que para o affirmar nos seja necessario valer de conjecturas, pois ElRey D. Affonso V. o assevera, dizendo: *Havia o Infante D. Henrique meu tio, que Deos haja, como se vê da Doação mencionada, que he documento, que não padece duvida. Foy o Infante D. Henrique sepultado na Igreja da Cidade de Lagos e trasladado no anno seguinte para o Real Mosteiro da Batalha, onde jaz na Capella delRey seu pay, em magnifica sepultura, com huma Estatua sua ao natural, vestido de armas brancas, e na cabeça coroa entretecida de folhas de carvalho, com huma rosa no meyo: nelle se vê a insignia da Jarretiere, a Cruz de Christo e entre os lavores se vem huns trossos pequenos, de que nascem huns raminhos, que na feição, e frutos parecem de carrasco, com letra na lingua Franceza: Talaint de bien faire; Talante, e animo de bem fazer. O Padre Fr. Luiz de Sousa refere, que vio em Valença de Aragoão hum livro dos seus descubrimentos (que parece ser obra dua) o que o Infante mandou a hum Rey de Napoles, o qual com outras peças ricas ficaraõ ao Duque de Calabria, ultimo descendente da linha masculina daquelles Principes, no qual livro se via a letra referida, mas com diferente corpo, que eraõ humas pyramides. Foy de estatura proporcionada, largo das espadoas, robusto, e cheyo de carne; a cor do rosto branca, e córada, os cabellos quasi crespos, o aspecto severo, e grave, de sorte, que se fazia temido de quem o não conhecia, e quando se alterava de animo, o que poucas vezes succedia, era com tal comedimento, que na força da impaciencia as palavras, que se lhe ouviaõ estas: *Douvos a Deos, sefais de boa fortuna.* O animo era sossegado, as palavras benignas, e castas, e soube viver de modo, que acabou com tantos sinaes de predestinado, que fez mayor a saudade não só na Corte, mas no Reyno todo.*

Entre tantas virtudes não deixaraõ de o arguir, que contra a expectação do Reyno não acudira pela defensa, e honra do Infante D. Pedro seu irmaõ, com quem professara grande amizade, como se não fora mayor o perigo em conjuntura taõ delicada, de que se seguiria mayor numero de infelicidades. Tambem outros lhe fizeraõ cargo de não entregar Tangere pelo resgate do Infante D. Fernando, quando votou, que não convinha dar aquella Praça aos Mouros, parecendolhe, que a prudencia, e juizo deste Infante discorria com os mesmo motivos dos que entenderaõ o contrario; porém as virtudes, e zelo do Infante D. Henrique, que tanto se empregaraõ em serviço destes Reynos, não podem admitir a mais leve mancha na gloria, que o immortaliza, com especulações taõ mal fundadas.

CÂNDIDO LUSITANO,

(pseudónimo de Francisco José Freire) (1719-1773)

Doc. 11 - "Virtudes em que floresceo o Infante Dom Henrique"

Temos visto nesta succinta Escriitura [bem como em breve mappa toda a redondeza da terra] quaes foraõ os frutos do valor, e dos estudos do Infante D. Henrique: tempo he já de satisfazermos a impaciencia de quem nos ler com a descripçaõ dos frutos de suas virtudes. Reservamo-la para este lugar, a fim de dever mais attençãõ ao leitor, naõ confundindo em hum mesmo theatro o Heroé, e o Santo. Na verdade foy este Principe hum daquelles, que o Mundo anda sempre a desejar, e de que a Natureza costuma ser avarenta. Teve virtudes de homem Religioso; muitas, e todas praticadas com escrupulosa exacçaõ. Fazia maravilha a austeridade do seu viver; e naõ sey donde vem, espantarem nos Principe virtudes indispensaveis a todos nas leys do Christianismo. Naõ se admirava das do Infante quem reflectia, em que os frutos correspondem à bondade da arvore; era filho de virtuosos, e que muito ser fruto de bençaõ?

Como a religiaõ tomada em todo o seu rigor, e naõ como se peza por outras Nações, he nos nossos Principes virtude, que os aponta por Portuguezes; nella tanto se esmerava o. Infante, como quem sabia, que, a faltarlhe esta baze, se arrruinava todo o edificio da solida grandeza. Desta fonte dimanou aquelle zelo constante, com que a pezar de mil embarços, e à custa de immensas despezas, levou a Fé a Regiões barbaras, e remotas; nem tiveraõ outra origem os feitos singulares, e repetidos de seu valor contra os Africanos, inimigos do nome Christaõ; mas virtude he esta que com as cores mais vivas, que podémos, deixamos retratada nesta Historia. [...]

Para socegar nesta parte o seu animo, dava quanto podia; aos descobridores as terras, que achavaõ, aos armadores as prezas, que traziaõ. Daqui vinha andarem os homens de prestimo, como à contenda, empenhados, em que elle lhes pozesse os olhos abendo, por experiencia, que para crescerem em fortuna, bastava servillo. Tanto se espalhara esta fama, ue ella convidou muitos Estrangeiros illustres de quasi toda Europa e despedirem-se da Patria, e buscar o serviço de hum Principe taõ generoso em emprehender glorias, como em honrar aos que nellas o ajudavaõ: e se estes Aventureiros aproveitaraõ em sua resoluçaõ, as testemunhas sejaõ seus mesmos Descendentes, que entre nós vivem ricos em senhorias, e honras.

Costumaõ os criados hir pelos passos de seus amos, faceis por força do exemplo, ou a seguirem suas virtudes, ou a tomarem seus vicios. Sendo o Infante D. Henrique qual o retrato, que a Antiguidade deixou delle, bem se colhe quanto seria exemplar a sua illustre familia. Ficou escrito daquelle tempo, que o ser Criado deste Principe, e o ser homem de merecimentos, e virtudes, era consequencia, que ainda no povo murmurador passava sem contradicçaõ. Com effeito a sua Casa era huma escola, onde os Reys se proviaõ dos Fidalgos mais dignos para os cargos da guerra, e da politica; e

lemos, que os acharaõ sempre em tanta abundancia, que na escolha delles nunca faltavaõ merecimentos queixosos da justiça.

Menos recommendaçãõ teria na Historia o Palacio de taõ grande Principe, se parasse em ser palestra de soldados, e politicos, e naõ passasse a ser seminario de sabios Astronomos, e Geografos, que deraõ luz àquelles tempos pouco experimentados, a que outros chamaraõ rudes. Taes quaes foraõ, o Mundo os reconhece ainda hoje por mestres da navegaçãõ; magisterio alcançado ora pela disciplina do Infante, ora pela lição perigosa de mares escondidos, sulcados com tal atrevimento, que se a empreza se contara de idades mais escuras, que naõ teria fabulado a fama dos novos Argonautas?

Isto he o pouco, que pudémos alcançar das virtudes publicas do Infante como Principe religioso; as que elle escondia lá em seu coração, só as sabe quem já lhas premiou. Com tudo sabemos, que frequentemente alimentava seu espirito com oraçãõ fervorosa; e se neste ponto val o testemunho do nosso Escriitor mais [I] grave, dizia-se, que nella o favorecera a Mãe de Deos, sua especial Protectora, inspirando-lhe a santa idéa dos Descobrimentos. Não escrevemos o favor como certo; basta-nos naõ se negar, que elle o merecia. Fruto de huma Alma, que tanto conversava nos Ceos, foy certamente aquella mansidaõ rara, com que o Infante assombrou a todo o que fervia. Ninguem o vio descomposto em ira, e quando em alguma cousa se dava por mal servido, as palavras de desprazer eraõ: *Douvos a Deos, ou sejais de boa ventura*. Esta virtude he mais facil de louvar, que de descobrir em pessoas, a quem a soberania do sangue quasi, que chama producção de especie mais nobre.

Outro fruto (e o mais especioso) de sua oraçãõ foy o levar à sepultura hum corpo intacto das manchas da impureza. Soube viver sempre casto nas tentações do seculo, e conseguir nas batalhas da carne huma victoria, em que taõ poucos se coroaõ: agora esta virtude, confessamos, que sendo taõ rara, ainda he mais difficultosa de louvar, que de descobrir. Siga-se, como em lugar proprio, ao homem religioso e homem Principe, e veja o Mundo o como no Infante D. Henrique dayãõ as mãos as virtudes moraes, e politicas. [...]

O Infante D. Henrique, Duque de Viseu, Senhor da Covilhã, e Mestre da Ordem de Christo, Principe grande em emprezas, mayor em virtudes, foy de estatura proporcionada, e de membros taõ robustos, que poucos se apontavaõ, que o igualassem em forças. A grossura, era à medida do corpo, naõ lhe impedindo a agilidade, e destreza de Cavaleiro, em que ninguem o excedeo. Teve os cabellos algum tanto levantados, mas gentil semblante, ajudando-lhe a formosura a cor branca, e córada. Quem delle naõ tinha pratica, temia-lhe no aspecto huma certa gravidade, que naõ se bemquistava com os olhos; quem familiarmente o tratava, cativava-se às primeiras fallas da suavidade de sua soberania. A Providencia, que o mandara ao Mundo para Heroé, logo na puericia lhe deu inclinação às armas. Apenas cingio espada, naõ tardou a desembainhalla em Ceuta: tingio-a de sangue Africano, e trouxe por trofeo do seu primeiro ensayo a conquista

daquelle Praça famosa. A ella foy o Pay com o melhor do Reino, mas ao filho he que se deveo a victoria; he quanto se pode dizer do valor do Infante. Duas vezes passou a Africa; a fortuna foy diversa, o esforço o mesmo: naõ foraõ menos, que os mesmos Inimigos os pregoeiros desta verdade. Como se os triunfos naõ bastassem a formallo Heroé, quiz por emprezas nunca até alli intentadas merecer mais o nome. Meditou, e poz em pratica o descobrimento de novas terras, e novos mares: armou para isto hum grande numero de navios, e ora com honras, ora com premios comprou a huns homens a ousadia, a outros tirou o medo, e fellos investir com mares nunca sulcados de outras quilhas. A idéa custou grandes despezas, e mayores murmurações; huma, e outra cousa desprezava o Infante, firme na esperanza, de que os gastos se tornariaõ em lucros, e a contradição em applausos. Naõ tardou em ver estes effeitos; as náos vinhaõ carregadas de prezas, os exploradores alegres com as noticias das novas terras, e o povo murmurador, vendo com os olhos os erros de seus juizos, mudou logo de linguagem, e já apregoava nas Praças o zelo do Infante. Naõ se leva de breve carreira o caminho da gloria: a que este Principe conseguiu por seus descobrimentos, custou-lhe quarenta annos de trabalho, e de constancia; mas o fructo respondeo bem às esperanças, deixando descobertas trezentas e setenta legoas de Costa; que tanto he do Cao Bojador, até à serra Leo. Deste modo deixou o Reino mais opulento em fama, e em termos de ser mais rico em dominios. Com este caminho aberto facilitou igualmente a navegação a todas as Nações de Europa: se ellas às riquezas, que hoje tem, e aos feitos maritimos, de que se gloriaõ, forem buscar o primeiro mobil, naõ podem achar outro, senão este Principe esclarecido. Nós assim o confessamos no muito, com que em outro tempo espantámos em opulencia, e conquistas. Os Reys, que tivemos naquellas felices idades, conhecendo-se nesta divida, sempre respeitaraõ a memoria do Infante, como do fundador de sua nova grandeza. ElRey D. Manoel soube distinguir-se entre todos, mandando-lhe levantar estatua no frontispicio do grande Templo de Belem: he a unica que teve, e talvez que accuse mais o esquecimento de outros, do que recomende a gratidão daquelle Monarca. Naõ obstante feitos taõ assinalados, pouco teria obrado o Infante, se naõ deixasse mais fama de virtuoso, que de soldado, e descobridor. Instruído pela Ethica dos Santos, em que hum Principe naõ he perfeitamente grande no Mundo, se o naõ he na presença de quem lhe dera a grandeza, empenhou-se em deixar por virtudes nome mais famoso. Para assim o fazer, via-se com dobradas obrigações; exemplo nos Pays, e recommendação nos Estatutos da Ordem Militar, de que era Cabeça. Os seus Religiosos por elle estudavaõ a observancia da regra: com a sua devoção solida, e assinalada piedade affervorava a huns, e reprehendia a outros; com a sua honestidade no traje, nas palavras, e nas acções edificava a todos. O exemplo, que deixara de sua virgindade aos seus Cavalleiros, foy raro, e creyo que mais celebrado, do que seguido. Dizem, que dom de tanto preço o comprara com a oração frequente, com o jejum apertado, e outras mortificações quotidianas; bem he de

crer, não se conhecendo armas mais poderosas para a victoria da carne. Quem o queria ver Principe em toda a grandeza, e verdade, contemplava-o virtuoso, e logo sua magnificencia com o culto Divino, e sua liberalidade com os necessitados lho retratavaõ ao vivo. Os sabios recorriaõ à mesma idéa, pintando-lhe com cores semelhantes a soberania da Pessoa: apontavaõ para o seu Palacio, consagrado por seu zelo em Templo das Sciencias, publicavão as dadivas, com que a sua liberal maõ os incitava aos estudos, desvaneciaõ-se do trato familiar, que com elle tinhaõ, e estas virtudes lhes mostravaõ bem de perto hum Principe verdadeiro. Mas não attribuamos só à grandeza de seu sangue, e de suas virtudes a protecção às Sciencias: favoreci-as, porque as amava, amava-as, porque era Sabio. A Filosofia dos costumes deveolhe larga applicação: via os bons frutos della, quem olhava para a sua Casa, à qual ninguem dava outro nome, senaõ o de *Escola da virtuosa Nobreza*. Nas Sciencias Divinas não foy hospede, nas Humanas competio como seu Irmaõ D. Pedro, e nas Mathematicas não houve quem tivesse mais luzes naquellas cegas idades. Para criar nellas sujeitos, que servissem à navegação de seus Descobrimentos, mandou vir de Mayorca o cosmografo mais affamado, que entaõ se conhecia; de sorte, que os Portuguezes em todas as Nações havidos por antigos mestres da arte de Navegar, devem gloria tamanha ao Infante D. Henrique. Chamava este bem por outro, que eraõ Officiaes de nome na diversa construcção de navios; tentou-os com premios, e sobejaraõ-lhe Estrangeiros para o intento. Com a descripção de tantas virtudes receamos ser arguidos de ter favorecido a pintura com alguns toques aduladores; mas para que se veja nossa ingenuidade, não deixaremos até de lhe retratar os defeitos. Dizem, que não se declarara parcial do seu Irmão, o desgraçado Regente; derão-lhe isto por nota, e bem se lhe podia chamar prudencia: que em fomentar a infelice Acção de Tangere, fora não só temerario, mas inflexivel; porém deste erro os mesmos Antigos o desculpaõ, attribuindo-o a brios de mocidade valerosa, e lisonjeada com a victoria de Ceuta: que sobre a entrega desta Praça por preço do resgate do Infante D. Fernando votara com mais paixão à sua fama, que ao seu sangue; como se primeiro não estivesse manter o triunfo de Deos, que resgatar a seu Irmão, por cuja liberdade muitas vezes offerecera sua pessoa com as instancias mais vivas: em fim, que em suas idéas tivera constancia, que parecera pertinacia, e em perdoar erros benignidade, que fora excessiva; do primeiro defeito o tempo o defendeo, restituindo à imputada tenacidade o nome de illustração superior; do segundo eraõ nos perdoados infinitos os defensores. Estes saõ os desares, [os Antigos não apontaõ outros] que affeaõ o retrato verdadeiro do Heróe, que deu Argumento a esta Historia; ainda assim, diga o Mundo quantos acha destes Principes nos Fastos da Heroicidade.

Cândido Lusitano, *Vida do Infante D. Henrique*, Lisboa, Na Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1758, pp. 368-375 e 386-393.

CARDEAL SARAIVA, FR. FRANCISCO DE SÃO LUÍS (1766-1845)

Doc. 12 - O plano henriquino

[...] Mas não nos enganemos com a idéa de *originalidade*, que no nosso caso parece não ter sido sempre bem determinado pelos escriptores. A originalidade, que nós attribuímos às idéas, planos, e descobrimentos do immortal D. Henrique, não consiste precisamente em que só elle mandasse navegar mares, e descobrir terras desconhecidas, ou que fosse elle o primeiro que o emprendesse; consiste sim, e propriamente, em que desde tempos anteriores à era Christãa só elle *projectou a circumnavegação Africana, e por meio della abrir caminho maritimo para o Oriente*, projecto que, pelo menos desde aquelles remotos tempos, ninguem formou antes d'elle, e ninguem executou senão elle e os Portuguezes que se lhe seguirão depois da sua morte.

E tanto he certo serem estes os principaes intentos do illustre Infante, e as bases, ou idéas fundamentaes do seu plano, que as contradicções que de muitos ao principio experimentou, e as difficuldades que lhe oppunhão, erão em grande parte fundadas na supposta ou acreditada *impossibilidade de haver habitantes na zona torrida, e na outra impossibilidade da existencia dos antipodas*: contradicções, e difficuldades, que não podião ter lugar algum, se os projectos reconhecidos do Infante não consistissem em descobrir as costas e mares occidentaes e meridionaes de Africa, e passar por este caminho ao opposto hemisferio, aonde sómente podião achar-se os antipodas. Vejão pois os escriptores estrangeiros que relação tem a conquista das Canarias com hum tão vasto e grandioso projecto, e quão insensato he attribuir a tão pequena causa hum effeito tão extraordinario e tão novo!

Fr. Francisco de São Luiz, *Reflexões geraes ácerca do infante D. Henrique e dos descobrimentos de que elle foi autor no século xv*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1840, pp. 22-23.

REBELO DA SILVA (1822-1871)

Doc. 13 - Retrato moral do Infante D. Henrique

Em outra esphera menos restrita D. João I não acudia com menor cuidado a educação viril, dando-lhe mestres que os apurassem nos exercicios corporaes, que lhes ensinassem os segredos das armas, as destrezas da lucta, os garbos e delicadezas da boa cavallaria, e esmerando-se a mesmo tempo em que desde a juventude assistissem à direcção dos negocios, ouvissem os conselheiros consummados, apalpassem praticamente as difficuldades do governo, e se habilitassem, escutando e obedecendo, para mandar. O exito d'esta dupla união de esforços não podia ser mais venturoso.

A raça do mestre de Aviz foi uma grande raça, e coube-lhe o condão invejável de levar Portugal pela mão de tres grandes reis, pouco felizes como soberanos, ou como reis, D. Duarte, D. Afonso V de D. João II, até ao limiar da epocha de D. Manuel, chegado á undecima hora, para colher os frutos que os outros haviam semeado, e que nenhum logrou contemplar maduros.

O infante D. Henrique, na vida occupada que fazia, era por índole mais reflectido que os irmãos, e de todos os filhos o que a mãe estimava mais, por se lhe assimilar nas feições do rosto e do espirito. O ardor juvenil poucas vezes subia a inflamar-lhe as faces ou as palavras, para se abater depois com facilidade. Concentrava-o intenso e calado, combatia-o com a razão até elle ficar vencido ou vencedor, e não o deixava assenhorear da vontade senão acalmados os primeiros impetos: mas desde que se lhe arraigava, como convencimento, tornava-se uma paizão serena na apparencia, mas indestructivel, contra a qual luctavam debalde os argumentos, as contrariedades, os dissabores e os revezes. A conquista de Ceuta e os descobrimentos maritimos são documentos provados das tendencias irresistiveis do seu character. Em ambos teve a principio contra si o voto dos homens sisudos, a censura dos conselheiros prudentes e as opiniões do vulgo: e affirmando a resolução cada dia com mais vigor, logrou responder com duas victorias á incredulidades e aos receios. D. Philippa prezava n'elle a perseverança, que, apontando sem se distrahir ao alvo, não recolhia nem afrouxava o arco senão depois de acertar.

Gomes Eannes de Azurara, que de perto conhecêra e tratára o Infante, deixou na *Chronica do descobrimento e conquista de Guiné* (cap. IV, pag. 19, o seu retrato fiel no physico e no moral. Era de estatura proporcionada, largo de espádoas e cheio de corpo. A côr do rosto, branca e rosada, com as intemperies das estações, perdendo o mimo, fizera-se trigueira. Os cabellos castanhos, e quasi crespos, não lhe affrontavam a fronte espaçosa em que de ordinario poisava uma nuvem, não de ira, mas de cuidado ou de reflexão. Os olhos azues, vagarosos e reflexivos, poucas vezes revelavam as commoções mais intimas. O aspecto aos que o viam pela primeira vez infundia mais do que respeito, e nas raras occasiões em que cedia á indignação, o semblante carregado lembrava em certos longes a colera terrivel de Pedro I, seu avô. Fallava pouco e meditava muito. A acção era circumspecta, lenta e propria das compleições fleugmaticas. O gesto não desmentia a physionomia. As vozes eram mansas e todos os movimentos socegados. Constante na adversidade e humilde nos sucessos prosperos, contemplava a fortuna e os desastres com inteira egualdade de animo. Seguia a persuasão e o dever, e aceitava estoicamente os resultados.

A fortaleza do coração, a firmeza da vontade, e a subtileza e penetração do engenho, foram os auxiliares a que deveu os bons effeitos de suas empresas. Se a imaginação lhe inspirava as idéas, tinha a força necessaria para a conter, e não se deixar arrastar por ella mais adiante do que podia ou queria ir. O desejo de esmaltar o nome por feitos illustres foi o verdadeiro motor de tudo o que tentou e conseguiu. Á gloria herdada procurou sempre juntar a gloria adquirida. Nunca se lhe conheceu amor que o pren-

desse, senão o das armas e das novas navegações. Nunca houve a recreação, mesmo innocente e licita, que o desviasse um passo do caminho encetado. Prezava as letras, estimava os sabios, e velava as noites com frequencia sobre os livros e sobre os mappas. Sobrio e frugal na mesa, o seu temperamento robusto zombava das vigias, aturava sem molestia os maiores trabalhos, e trazia sempre o corpo são e obediente ao espirito.

Nenhum principe, que não fosse rei, creou nunca em sua casa tantos e tão bons servidores, desfructou rendas tão largas, nem sustentou estado igual. Premiava com generosidade, mas era remisso em punir, e pouco escrupuloso em escolher as pessoas. Algumas vezes confundia com menos justiça os criados fieis e virtuosos com os maus e negligentes, perdoando com facilidade mais do que offensas leves. Escravo da lei, nas alterações do infante D. Pedro, mostrou-se melhor vassallo do que irmão, seguindo Affonso V e o duque de Barcelos, não por odio e má vontade contra o primeiro, mas por severa interpretação das obrigações de subdito. Religioso e devoto, todas as acções offerencia a Deus, e pela dilatação da fé e propagação da palavra evangelica nas terras infieis e ignoradas começou a arriscar os thesouros, e daria de bom grado o sangue e a vida. Nos descobrimentos, a maior gloria para elle foi sujeitar á igreja novos rebanhos de crentes convertidos.

Rebello da Silva, "O Infante D. Henrique", in *Archivo Pittoresco*, Lisboa, Editores Castro & Irmão, vol. IX, 9.º ano, 1866, pp. 55-56.

D. FRANCISCO DE SOUSA E HOLSTEIN (1838-1878)

Doc. 14 – A «Escola de Sagres» e as actividades do Infante

[...] Genova e Veneza sentem que lhes vae fugir o sceptro dos mares, é que uma nação maritima bem mais poderosa do que ellas jámais foram, se está erguendo no recanto mais occidental da Europa. As noções geographicas começam a reformar-se, as cartas a melhorar-se, os instrumentos a aperfeiçoar-se. Em 1438 chama o infante a Sagres o illustre cosmographo Jacome de Maiorca, e com auxilio de tão abalisado mestre, prepara com os necessarios estudos os homens a quem entrega o commando das suas caravellas. Foi este porventura o fundamento com que alguns dos nossos historiadores quizeram phantasiar a existencia na villa do Infante de uma verdadeira escola de nautica, no sentido restricto da palavra, e não escola como me parece que ella deva aqui entender-se, no sentido lato que também admite o vocabulo, de centro de acção, de principio inspirador, de norma e começo de uma tradição que se prolonga por largo tempo, mesmo depois de cessar a causa que primeiro lhe deu vida.

O cuidado dos descobrimentos e o carinho com que os patrocinava, não tolhiam ao infante o ensejo de olhar por outros interesses de que tinha a guarda, e que porventura amimaria tanto porque d'elles poderia também colher vantagens para a sua principal obra.

Não descurava quanto dizia respeito ao augmento e desenvolvimento das propriedades da ordem de Christo. Vivem ainda hoje documentos que attestam o muito favor que lhe mereceu sempre não só a agricultura, mas ainda a industria. Para augmentar as suas rendas, e poder melhor acudir ás grandes despezas das suas armadas, não hesitou o infante em ter fabricas de tinturaria e saboaria, em organizar pescarias de atum e de coral, em levantar moinhos de vento, e armar sobre barcos moinhos no Tejo, em fazer canaes e estacadas no Rodão para colher abundante pescado.

Por outro lado o seu espirito eminentemente liberal e pratico, começando já a prever os muitos beneficios que podiam resultar do desenvolvimento do commercio interno do paiz, não se furtava a olhar para o augmento d'este elemento de riqueza. A seu pedido foram fundadas feiras em Tarouca, Pombal, Viseu e Thomar. Aos feirante eram concedidos privilegios excepcionaes e de tal ordem, que certamente haviam de chamar a este ajuntamento numeroso concurso de povo.

Olhou com particular attenção para o gravissimo assumpto da instrucção publica, fundando e dotando cadeiras e doando varias casas aos estudos geraes, que mal podiam funcionar no apertado e velho edificio em que estavam. Segundo se refere offereceu-lhe a universidade o titulo de seu protector, e certamente mais dedicado e zeloso não o podiam encontrar as escolas fundadas por D. Diniz.

Em meio de tão trabalhada existencia não lhe passavam despercebidos outros deveres porventura menos instantes. Assim é que não esqueceu a um dos annalistas da ordem de Christo, grato por tantos favores, de memorar que a este esclarecido principe se devam muitos accrescentamentos e embellezamentos no convento principal d'esta sagrada milicia. Levantou grande numero de fabricas para egrejas, como elle mesmo se não esquece de dizer em seu testamento. Mas entre todas as suas fundações, encontro vestigios de uma que não posso acabar comigo de não lembrar aqui, com prova do muito que o infante queria aos mareantes e do mui particular cuidado que sempre lhe mereceu esta classe, em prol da qual tanto lidou. Notára o duque de Viseu que no porto do restello, hoje Belem, se recolhiam muitos navios, e que as tripulações não encontravam ali nem soccorros espirituaes, nem o mais necessario de todos os refrescos, nem sequer agua. Para prover aos primeiros fundou ali a capella, que a munificencia de D. Manuel converteu depois no grandioso templo dos Jeronymos; para occorrer aos segundos, comprou um horto com sua agua, determinando mui expressamente que esta se não vendesse, mas se concedesse dos mareantes, livre de todo o gasto. Como ultimo toque para pintar o homem, accrescentarei que no instrumento da doação, pede aos que se servirem d'esta agua, se não esqueçam de orar por alma d'aquelle a quem a devem.

Não julgueis porém, meus senhores, que este sabio, este estudioso, este solitario morador do promontorio sacro, limitasse a sua actividade aos exercicios do espirito, e se esquecesse da nobilissima herança de virtudes

militares que deixára o esforçado mestre d'Aviz.

Não podia um filho de D. João I, um portuguez do seculo xv pendurar, como inutil, em panoplia decorativa, a forte espada que ao pae servira para conquistar a corôa, aos portuguezes para consolidar a independencia da patria.

A cruzada contra os sarracenos não terminara. Expulsos do solo portuguez, ia atacal-os no solo d'Africa a tradicional politica dos nossos soberanos. No reinado de D. Affonso V, ainda durava o impulso que partira do conde D. Henrique. O neto de D. João I é sobretudo lembrado na historia como conquistador d'Arzilla; dos varios titulos com que poderia condecoral-o a musa popular, escolheu ella o de «africano».

Só no tempo de D. João II é que toma novo rumo a actividade dos portuguezes. Este rumo sabeis qual foi, e a quem o deveram.

Mas se D. Henrique abriu novo capitulo na historia da nossa evolução social, nem por isso deixou de ser homem do seu tempo. Rasgou, é verdade, a nova estrada, mas não lhe foi concedido ver em sua vida, abandonada a antiga. Teve elle mesmo de trilha-la. Já vos disse que para conquistar as suas esporas de cavalleiro entrou na expedição de Ceuta, planeada por D. João I, com o fim principal de dar ensejo aos filhos primogenitos de ganharem a honra da cavallaria.

Nas batalhas que se feriram em volta da praça, foi tão acrisolado o valor do infante, tão serena e ao mesmo tempo tão arrojada a sua coragem, que não lhe escureceram o vulto, os épicos vultos de D. Duarte, de D. Pedro, e dos condes de Barcellos e de Vianna. A espada que D. Filippa, já moribunda, entregará ao filho com a ultima benção materna e que pela vez primeira, brilhava ao sol das batalhas, bem mostrou que era vibrada por mão de quem herdára não só o nome mas as virtudes guerreiras do vencedor d'Aljubarrota.

Segundo vez voltou a Africa o duque de Viseu, em 1418, quando os mouros ameaçavam atacar Ceuta, para arrancar á nossa soberania um praça que tanto sangue nos custara tres annos antes; e pela tereceira vez pisou o solo africano na desgraçada expedição de Tanger, cujas fataes consequencias já atraz vos referi.

Estamos tão costumados a considerar em D. Henrique o iniciador dos nossos descobrimentos, que facilmente nos esquecemos de memorar os outros serviços que tambem devemos a este esclarecido principe. Mas não pôde nem deve deixal-os no olvido a historia. Bastariam para nobilitar uma existencia. Assombra-os porém a immensa e merecida fama com que as descobertas ultramarinas aureolaram para sempre a fronte augusta do mestre de Christo.

Foi pois larguissima a acção benefica d'este principe, ao mesmo tempo guerreiro, navegador, agricultor, industrial e politico. Sob o seu influxo inaugurou-se uma nova era em Portugal, era de prosperidade material e de engradecimento intellectual, de que seu afortunado sobrinho colheu os fructos e a que ligou o seu nome.

É porem certo que ao infante D. Henrique devemos principalmente

reportar a gloria que illumina a fronte de D. Manuel. Foram as vigílias, os suores, os estudos, a perseverança do duque de Viseu que se transformaram na opulencia e na grandeza que exalçaram o throno do duque de Beja.

D. Francisco de Souza e Holstein, *A Escola de Sagres e as Tradições do Infante D. Henrique*, Conferência celebrada na Academia Real das Sciencias de Lisboa acerca dos descobrimentos e das colonizações dos portuguezes na África - Primeira Conferência, Lisboa, Typographia da Academia, 1877, pp. 54-57.

PINHEIRO CHAGAS (1842-1895)

Doc. 15 - Um português illustre

O homem, a quem Portugal deve a iniciativa que lhe deu immortal renome, entre as nações que mais concorreram para a civilização do mundo, foi filho do rei D. João I e de D. Philippa de Lencastre, e nasceu no Porto a 4 de março de 1394. Recebendo, como todos os seus irmãos, a esmerada educação, que sua mãe, modelo de princessas, lhes soube dar, logo D. Henrique manifestou decidida propensão para os estudos mathematicos, adquirindo, n'esse ramo da sciencia humana, os mais dilatados conhecimentos, que no seu tempo era possivel adquirir-se. Como cavalleiro, ganhou grande fama na tomada de Ceuta, cujas honras, a bem dizer, lhe couberam, e onde praticou prodigios de valor. Voltando a Portugal, depois d'essa feliz e primeira expedição africana capitaneada por seu pae, movido pelo desejo de dilatar a fé christã e os conhecimentos humanos, convencido, tanto pela leitura dos antigos, como pelas noticias que na Africa obtivera, e pelas que depois seu irmão D. Pedro, de volta das suas longas viagens, lhe communicou, de que muitas e desconhecidas terras estavam para o sul de Africa immersas no esquecimento, determinou procural-as e os cavalleiros da sua casa, e os da ordem de Christo, de que era mestre, começaram, incitados pelos seus preceitos e pelos seus prometimentos, a devassar esses mares nunca d'antes navegados, que a imaginação popular semeára de terrores. Foram coroados os seus esforços; as ilhas do Porto-Santo, Madeira e dos Açores surgiram, cingidas com o seu diadema de verdura, do abysmo das aguas onde a ignorancia as sepultava; os cabos Não e Bojador, sucessivamente vencidos, revelaram a audacia dos portuguezes, e mostraram-lhes em recompensa a costa africana, povoada e coberta de luxuriante vegetação. Entretanto, D. Henrique, no seu palacio de Sagres, na extremidade do cabo de S. Vicente, onde fundára um aula, em que se aprendiam as sciencias necessarias aos mareantes, debruçado para as vagas, esperava ancioso as caravellas, que n'esses mares verdes corriam á ventura, e tinha sempre para os que voltavam recompensas ou estimulos.

Distrahido não, mas desviado, d'um modo immediato, d'esses disvelos pela empresa desgraçada de Tanger, que aconselhou e commandou, D. Henrique teve na sua existencia uma provação cruel, que foi a do cap-

tiveiro de seu santo irmão D. Fernando. Por muito tempo se não consolou d'esse infortunio, de que fora causa involuntaria; mas enfim tornou de novo á sua faina de descobrimentos, até que morreu em Sagres a 13 de novembro de 1460, deixando o mundo assombrado e Portugal dominando em trezentas e tantas leguas de costa africana, até ahi desconhecida ou julgada inhabitavel, e n'uma grande parte d'esses archipelagos que esmaltam o Oceano Atlantico.

Foi D. Henrique bravo, generoso, perseverante, e homem d'esclarecido espirito e de muito alta intelligencia: a elle, mais do que aos Colombos e aos Gamas, deve a civilisação moderna o poder espraialar a sua luz no orbe immenso, por toda a parte revelado ao homem. Foi elle o primeiro que, mergulhando a vista d'aguia nas profundesas do horisonte, descortinou, para além do Oceano, desconhecidos mundos.

M. Pinheiro Chagas, *Portugueses Illustres*, 2.^a edição revista e augmentada, approvada pela Junta Consultiva de Instrução, Lisboa, Livraria A. Ferin, 1873, pp. 23-25.

Doc. 16 – Os projectos do Infante

Mas o que dominava sobretudo no espirito de D. Henrique era a anciedade da investigação scientifica e o ardor pela conquista dos grandes ideaes religiosos da meia idade, e é isso o que faz com que o espirito do infante só encontre depois na historia dos descobrimentos outro que com elle se irmane – o de Christovam Colombo. Essa allucinação em que ambos vivem é que os torna proprios para empresas, que só com grande perseverança se podem realizar, e essa perseverança só a encontra quem tem um entusiasmo absolutamente exclusivo. Quaes são as instrucções que levam sempre os capitães dos navios de D. Henrique? Procurar identificar os rios que descobrem com o Nilo dos Negros, que a geographia systematica dos antigos considerava como um braço do grande rio egypcio que vinha desembocar no Atlantico. Julgam encontral-o ao ter chegado ao Senegal como depois o imaginam ainda no Niger, e talvez no Zaire tambem. E tão absortos estiveram por muito tempo os Portuguezes no seu respeito cego pelo saber da antiguidade, que ainda foi um piloto portuguez no seculo XVI que procurou commentar e explicar o Periplo de Hannon, sendo o seu commentario na Italia de todos o mais apreciado. No proprio momento em que podiam justamente ufanar-se de sulcar mares nunca d'antes navegados, ainda se escondiam modestamente por traz da sombra de Hannon, o legendario navegador, que, tendo chegado a algumas leguas do estreito de Gibraltar, imaginou logo ter percorrido um immenso espaço de agua!

O outro desejo ardente do infante D. Henrique era encontrar as terras do Prestes João, esse mytho medieval que tomou mil fórmãs, apparecia na mais variadas terras, até que, ao condensar-se na realidade prosaica, appareceu transformado n'aquelle pobre *negus* da Abyssinia, symbolo curioso da dissolução dos mythos, que no periodo poetico da humanidade se

revestem dos mais extraordinarios esplendores, e que nos frios annos da prosa se reduzem ás mais chatas personalidades. [...]

Não se imagine portanto que é simplesmente um rei christão perdido no meio da onda musulmana e do paganismo que se procura, o que se procura é o reino maravilhoso das lendas millenarias, é a terra estranha onde tudo floresce com extraordinario viço, onde o oiro, a prata e as pedras preciosas fulguram por todos os lados, onde se vive como que n'um antecipado Paraizo. Procuram-n'o logo na Africa, ao pé de Marrocos, e não havia n'isso contradicção com o nome que se lhe conservava de Prestes João das Indias, porque, segundo a antiga *geographia systematica*, podia bem ser que a Ethiopia se ligasse com a Asia, e que já n'essas terras ainda proximas de Marrocos principiasse o reino maravilhoso do Prestes João.

É essa anciosa curiosidade que domina no espirito dos Portuguezes, é ella que os arroja aos grandes feitos, ás pertinazes investigações. Como das investigações astrologicas com as quaes se procurava ler nas conjunções dos astros e segredo dos destinos humanos saía a astronomia, como nas locubrações dos alchimistas se foram desvendando os segredos da chimica, assim na procura ardente do reino do Prestes João se foi desvendando, por tantos seculos escondido, o segredo da *geographia africana*, o da sua fauna, da sua flora e da sua ethnologia. Logo n'uma das primeiras viagens um audacioso portuguez, João Fernandes, se internou no sertão africano, e por lá andou mezes inteiros, convivendo com os indigenas, aprendendo a sua lingua, estudando os seus costumes. Devia-lhe ter corrido um calafrio nas veias quando abandonou os seus companheiros para se immergir no desconhecido. Ia encontrar talvez os povos monstruosos da tradição scientifica, os troglodytas, os himantopodas, os virgocosgigs, e ao lado d'elles os dragões de terrivel aspecto e o basilisco de halito pestifero, passeiando pelos mattos meios a sua estranha coroa de horrifico soberano. Era perfeitamente um cavalleiro andante que se arrojava a um mundo encantado, como esses heroes de novellas de cavallaria que ousavam emprehender as mais incomprehensiveis façanhas. Mas tudo elle ousava para conseguir emfim ás terras paradisiacas em que o Prestes João reinava, e quando elle voltou, depois de longos mezes, não trazia noticias nem de monstros horrendos, nem de reinos, nem de reinos maravilhosos, mas trazia, o que valia mais que tudo isso, o conhecimento exacto da Africa interior, a revelação para a sciencia de um mundo ignorado, de arvores soberbas, que não eram phantasia *mandragora*, mas o baobah agigantado e verdadeiro. Supprimia a flora sobrenatural, mas ampliava os dominios da flora verdadeira; acabava com a fauna phantastica, mas alargava os dominios da zoologia verdadeiramente scientifica. E, da mesma fórmula que os alchimistas, ao procurarem nas suas longas vigílias a pedra philosophal, encontravam o segredo das combinações chimicas, assim estes audazes alchimistas do Oceano, ao procurarem o Prestes João, que era a pedra philosophal dos sonhos geographicos da meia idade, encontravam um mundo inteiro, que valeu mais para a riqueza scientifica e para a opulencia do commercio do que todos os reinos fabulosos banhados por phantasticos Pactolos e scintillantes de oiro e de pedraria.

Quando o infante D. Henrique morreu, já os Portuguezes tinham conhecido o cabo Branco e o cabo Roxo, e o cabo Verde e as ilhas que d'este cabo tomaram o nome, e os rios Senegal e o Gambia e o Casamansa. Os terrores da zona torrida tinham desaparecido, posto que se não tivesse chegado ainda ao Equador, mas era evidente já que o mundo não alterava o seu aspecto com a aproximação da equinoxial, e que os monstros não existiam senão na imaginação dos geographos, que se não encontrava senão a variante negra da raça humana, e que os novos passaros que appareciam, depois classificados pelos zoologos como *remora*, *phenicoptero*, *bucerus africano* ou *pristis*, enriqueciam as collecções ornithologicas, mas não a teratologia. E estas conquistas positivas deviam ao enthusiasmo e á sede do ideal. Nada se faz grande no mundo sem esse grão de loucura, que desequilibra um pouco o genio dos grandes poetas e dos grandes descobridores.

Idem, Os Descobrimentos Portuguezes e os de Colombo, Tentativa de coordenação historica, Lisboa, Typ. da Academia Real da Sciencias, 1892, pp. 127-129 e 137-141.

OLIVEIRA MARTINS (1845-1894)

Doc. 17 - Retrato do Infante D. Henrique

Em 1418, ao regressar da segunda viagem a Ceuta, D. Henrique era um homem de vinte e quatro anos, na plenitude da força que nos temperamentos espontaneamente activos desabrocha mais temporã. Alexandre morreu de trinta e três anos.

Alto e corpulento, de largos e fortes membros, com a pele tostada pelos sóis e ventanias, os cabelos negros, espessos, rijos e empinados, um bigode farto, negro também e hirsuto, este infante não era belo: pelo contrário. Faltava-lhe na fisionomia o encanto da bondade, sem o qual não há formosura. A dureza do seu olhar era antipática. Descendia directamente do pai, no qual se vira um exemplar acabado do temperamento enérgico, e tenaz, sem poesia, que sabe aliar a violência à astúcia quando o propósito formado o reclama para atingir um fim: do puro temperamento português, ou beirão, com traços de energia taurina. A vontade manda exclusivamente em homens destes, pouco dados à contemplação. Formado um plano, delineada uma vida, todas as energias animais são escravizadas, e o homem torna-se o instrumento do próprio designio. Talvez por se achar retratado nele, D. João I dava a este filho uma estima tão preferente.

Faltava-lhe de todo, como ao seu irmão Afonso, o bastardo de Barcelos, aquella veia de sentimento germânico, legada por D. Filipa ao carácter dos outros infantes; aquelle indefinido misticismo humano, que só em alemão tem palavra capaz de inteiramente o definir: o *gemuth*, misto de sentimentalidade afectiva, de emoção melancólica, de serenidade de ânimo contemplativa, de humorismo transcendente, em combinações infinitamente variáveis, e que, desabrochando, produziu os tipos mais sublimes e também

os mais extravagantes da imaginação poética, num Shakespeare, num Goethe, num Heine. D. Henrique era um peninsular espanhol, afirmativo, duro, terminante, prático em tudo: na acção enérgica, no misticismo ardente, na habilidade astuta. Para levar por diante os seus planos, primeiro sacrificou à intriga, e depois chegou a ser cruel; e para não mentir aos seus votos, entendendo a religião ao pé da letra, ficou virgem toda a vida. Talvez daí provenha também a desumanidade que se lhe encontra no retrato.

A simpatia e a grandeza dos homens, como foi o infante D. Henrique, não está propriamente, pois, no carácter ou na individualidade: está na empresa a que se devotaram. E como o plano do infante era verdadeiro e fecundo; como a sua ideia de um Portugal novo, destacando-se da Espanha e estendendo-se, pelos confins de Marrocos, África em fora, a limites inderterminados nas regiões desconhecidas do mundo, provou afinal ser uma realidade, devemos-lhe, nós portugueses, uma segunda pátria; e deve-lhe a civilização europeia uma das suas três ou quatro conquistas fundamentais. É isto o que faz dele um herói, na mais nobre acepção da palavra, apesar das sombras que por vezes lhe escurecem a vida, e de não se lhe encontrar beleza, nem o encanto humano que distinguem outros filhos de D. João I.

Casto e abstémio, soldado e sacerdote dessa religião que despontava, nas alvoradas da Renascença, abraçada ainda às velhas crenças do cristianismo medieval, a dureza ingénita do carácter do infante encontrava nas visões do seu plano um objecto e uma sanção tão profunda, que a sua alma, realistamente mística à espanhola, tinha alucinações, julgando proceder por mandados da divindade. Esta fé e esta inclinação de génio, que se chamam loucura, quando chegam à mania e têm como objecto um fim sem utilidade real ou reconhecida, deviam concorrer para acentuar ainda mais o carácter reservado e agreste do infante.

À primeira vista, o seu aspecto era temeroso segundo dizem os que o trataram, e arrebatado em sanha, o semblante tornava-se-lhe muito esquivo. Nenhum homem, perseguido e dominado por uma ideia, tem meiguice, nem aquela impassibilidade íntima que mais ou menos corresponde sempre à morte da energia, pela contemplação, ou pelo cepticismo. Mas o infante não era expansivamente colérico, não tinha acessos, nem fúrias: era, pelo contrário, esquivo, isto é, reservado. Amodorrava, franzia a testa, empinava as sobrancelhas, e com a palavra mansa e o gesto comedido, mandava passear quem o desgostava: «Dou-vos a Deus, sejais de boa ventura!»

Nunca foi avaro, e compreende-se, porque a sua paixão tinha objecto diverso. A riqueza era-lhe apenas um instrumento ao serviço da sua ideia. Avarento é o homem que, fazendo-se centro do mundo, refere tudo a si; e o infante via as coisas de um modo diametralmente oposto. O centro, o núcleo, o âmago de tudo, estava nesse plano a que se votaria a si próprio, sacrificando os seus, para a exaltação da sua fé e da sua terra, para que germinasse, para que nascesse, florisse e frutificasse a semente que trazia no pensamento envolvida nas dobras da inconsciência. Nunca o infante so-

nhou os cruéis resultados que à sua terra haviam de vir do glorioso sacrificio a que a votava, impondo-lhe a missão de descobrir o mundo, para que a humanidade tivesse, depois das ilusões inebriantes, os desenganos finais, e na garganta o travo amargo dos frutos paradisiacos da árvore da ciência.

Não tinha a impassibilidade olímpica: não podia ter esse condão dos apáticos. O seu temperamento fervia, mas, como portador de uma ideia ardentemente criada, se o seu gesto era sossegado e a sua palavra mansa, também o seu génio era constante nos casos adversos e alheio inteiramente à vaidade de gente débil. Modesto, como os fortes são sempre por não carecerem de ostentação que os mantenha erectos, o infante era-o também por ser asceta. Casto e abstémio, como se disse, jejuava meio ano. Tinha uma vida interior absorvente que escusava as afirmações externas, essenciais para o comum dos homens. Sem meiguice, nem encanto de espécie alguma no aspecto, nem no génio reservado, vagaroso no dizer, distraído, quase misantropo, os contemporâneos levavam com acerto essa falta de qualidades agradáveis ao «senhorio que a freima havia em sua compleição, ou à enlição da sua vontade movida a algum certo fim aos homens não conhecido».

Esse carácter fatídico e assustador vinha da chama, que lhe devorava o peito, enleando-lhe, não a vontade, mas sim as manifestações externas dela nas relações com os seus semelhantes. Trazia na alma um incêndio, e por isso mesmo o exterior era gelado: a chama aspirava e consumia todas as parcelas de calor periférico. Pelo que sabemos do génio dos povos remotos de Tiro, Sidónia e Cartago, o infante D. Henrique tinha em si o carácter de um fenício; e marcando a Portugal o destino ulterior da sua vida, prenunciou também a fisionomia que este povo ia apresentar nos seus actos colectivos e no génio dos seus grandes homens. Acaso formada com sementes de sangue africano, a árvore de população portuguesa, em que decerto se enxertaram muitos ramos de origem púnica, talvez desse no infante um fruto de longínqua ascendência. Era o filho de um bastardo que nascera em entranhas populares, e se fizera homem e rei por um movimento da vontade espontânea de todo o povo português.

A chama interior em que ardia, devorando-o, fortalecia-o. É um engano retórico supor que a intensidade de um pensamento, quando é fecundo, mata. O que destrói os homens é a apatia e a enervação. Na sua vida, o infante apresenta-nos um dos primeiros exemplares do asceta da ciência. Consumia os dias, velava as noites, estudando, indagando, meditando; e não nas vagas congeminações, mais ou menos fantásticas do teósofo ou do metafísico, mas em volta da realidade positiva e prática do mundo, esboçado diante de seus olhos nos mapas rudos do tempo. Como um alquimista, queria extrair dessas folhas o segredo da terra. Não queria uma quimera. «E o corpo, assim obstinado, parecia que reformava outra natureza». Não queria uma quimera, queria o possível – e tão possível, que bastou um século para ser um facto.

Doc. 18 – A partilha dos escravos em Lagos

Pela primeira vez, também, nos tempos modernos, os exploradores de Lagos praticaram em regra, a caça de escravos. Descendo a costa até ao Cabo Branco, o teatro das suas façanhas foi aquela depressão da terra, limitada ao Sul pelo Cabo do Resgate e pela Baía de S. João. Ao Norte, junto de Arguim, fica a ilha de Naar, ao Sul a ilha de Tider ou Tidra: em ambos estes pontos caíram sobre as populações miseráveis. Saltando em terra, e vendo que os mouros fugiam com as mulheres e os filhos, «chamando por Santiago, São Jorge e Portugal, davam sobre eles, matando e prendendo quanto podiam». Viam-se as pobres mães desamparar os filhos e os maridos as mulheres, trabalhando cada qual de se salvar. Uns afogavam-se no mar, outros, com uma simplicidade de rezes, escondiam-se nas suas cabanas, outros metiam os filhos debaixo dos limos e algas. «E enfim Nosso Senhor Deus, que a todo o bem dá remuneração, quis que pelo trabalho que tinham tomado por seu serviço aquele dia cobrassem vitória dos seus inimigos e galardão e paga dos seus trabalhos e despesas, cativando deles, entre homens, mulheres e moços, cento sessenta e cinco, afora os que morreram e mataram». Isto foi na ilha de Naar: na de Tider repetiu-se o feito, vindo para Lagos ao todo duzentos e trinta e cinco cativos, dos quais o quinto pertencia ao infante D. Henrique. O desembarque dos carregamentos de escravos em Lagos é um quadro efectivamente novo, que nos transporta em imaginação aos tempos remotos. A escravidão histórica, filha principalmente da guerra, porque as suas outras origens tinham caído condenadas pela filosofia na Antiguidade e pela caridade cristã nos tempos na Antiguidade e pela caridade cristã nos tempos modernos, não tinha já na população portuguesa do século xv mais do que um papel subalterníssimo. Reconhecido, porém, ainda na lei esse facto que reduz o homem à condição miserável de coisa, a exploração da África ia dar-lhe rapidamente um papel decisivo, não só para a população do Reino, como para a economia das suas colónias. As companhias de navegação junta-se, pois, o tráfico de escravos, na série dos fenómenos sociais novos que espontaneamente saem da iniciativa enérgica desse homem, em cujo cérebro renascia o génio mercantil de Hanon e o génio militar de Aníbal.

Na praia de Lagos, o infante a cavalo presidia ao desembarque e à partilha. O campo em volta escurecia com a gente apinhada para assistir ao estranho espectáculo: e o ar cortado pelos gemidos dos miseráveis corria, levando a notícia do grande facto que se consumava. Os cativos desciam dos batéis sobre a praia, onde ficavam como manadas de gado. «Entre eles havia alguns de razoada brancura, formosos e apostos, outros menos brancos, querendo similar pardos; outros tão negros como etíopes e tão desafeiçoados, assim na cara como nos corpos, que quase parecia aos homens que os guardavam que viam as imagens do hemisfério mais baixo». Eram azenegues: não se chegara ainda à região dos jolofos e mandingas do Senegal; explorara-se a zona extrema das raças brancas da África do Norte, em que elas começam a aparecer cruzadas, sem todavia, pro-

duzirem ainda o tipo negróide da Senegâmbia, transição para a negricia plenamente caracterizada na Guiné.

«Uns tinham as caras baixas e os rostos lavados em lágrimas, olhando uns contra os outros; outros estavam gemendo mui dolorosamente, esguardando a altura dos Céus, firmando os olhos em eles, bradando altamente como se pedissem socorro ao padre da natureza; outros feriam seu rosto com suas palmas lançando-se tendidos em meio do chão; outros faziam suas lamentações em maneira de canto». Arregimentados na praia, o infante a cavalo passava-lhes revista: aquele dia desforrava-o de Tânger! Se fora vencido pelos homens, vencia a Natureza: por que esse rebanho de bípedes, com aspecto humano, não lhe fazia o efeito de gente. Além da cor, não conheciam Deus. Tinham na alma a mesma escuridão da pele. Também as ovelhas baliavam e os bois mugiam, com vozes de enternecer as pedras... Mas, como tinha o coração de bronze, o infante seguia adiante, mandando proceder à repartição do gado humano. «Começaram de os apartar uns dos outros a fim de porem seus quinhões em igualeza, onde convinha de necessidade de se apartarem os filhos dos padres, as mulheres do maridos e uns irmãos dos outros. A amigos nem a parentes não se guardava nenhuma lei: somente cada um caía onde a sorte o levava». Tiravam-nos a dados, para não haver queixa na partilha, e a crueldade do acaso vitimava os infelizes, cujo murmúrio de lamentações se tornava de repente numa explosão de choro desesperado ao verem que «padre ficava em Lagos, a madre traziam para Lisboa, e os filhos para outra parte».

Dos quarenta e seis cativos que à sorte couberam ao infante, pelo seu quinto, «mui breve fez deles sua partilha» pois na satisfação da vontade punha a mira da riqueza; e o cronista acrescenta piedosamente: «Ora vede que galardão deve ser o do infante ante a presença do Senhor Deus, por trazer assim à verdadeira salvação, não somente estes, mas outros muitos que ao diante nesta história podeis achar!» Com efeito, no espirito do tempo, ainda o motivo proselitico da tradição, predominava sobre o motivo nascente da cobiça que veio a tornar-se exclusivo, como era de sua natureza, no tráfico dos escravos e na escravidão colonial; e a consciência religiosa, achando na salvação eterna a sanção da desumanidade, instintivamente condenada, influía para moderar a crueza. O cronista afirma que, baptizados todos, nunca a nenhum deles se puseram ferros. Mas depois chegou-se a marcá-los a fogo, como bestas.

Sobre a praia, o infante armou cavaleiro a Lançarote.

Idem, Ibid., pp. 292-296.

Doc. 19 – A genialidade do Infante

A memória de D. Henrique não é feita de humanidade mas de génio. Teve o instinto criador e socialmente genesiaco, esse homem a quem os votos impediram a geração. Iniciando uma forma ignota de expansão ter-

ritorial, repellido pela forma clássica da conquista, Alexandre de uma espécie nova, deu a Portugal, com as descobertas, a extensão dos mais vastos impérios, abrindo-nos um lugar eminente no épico panteão da História. Como tudo era mister criar para dar consistência e realidade social à sua invenção, transformou as instituições, indo ao arsenal do velho direito buscar as fórmulas em que podia introduzir um outro espírito. Atribuindo ao papado uma soberania mística sobre o mundo, foi pedir-lhe títulos de propriedade política para os territórios descobertos, utilizando nas aventuras novas a bula da Cruzada, escrita para as aventuras religiosas e cavalleirescas de outros tempos. Sancionadas por tal forma as aquisições, com um direito paralelo ao direito clássico da conquista, fez da sua Ordem de Cristo, instituída para a Cruzada, um instrumento de comércio, applicando-lhe os réditos ao armamento de navios. Transformou a cruzada num negócio, tornando a Ordem de Cristo comanditária das companhias de navegação. As velhas instituições militares e monásticas, as velhas ideias guerreiras e religiosas, viram-se transformadas na sua essência, sem se alterarem no seu aspecto. O freire achou-se um piloto, o cavaleiro um mercador, e Portugal foi como a Cartago de outras idades. Até, nas mãos dos inquisidores, o Deus de Ourique parece Moloch, ardendo em chamas consumidoras de carne humana! Uma nação rural, guerreira e piedosa, transformou-se numa grande companhia de comércio acesa em fanatismo cruel.

Indubitavelmente o nível moral baixou, porque o móvel da ganância, embora poetizado pelo espírito da aventura e obscuramente arrebatado pela religião, dá menos nobreza aos homens do que os motivos guerreiros ou proseliticos, feitos de ingenuidade corajosa e de abnegação pura. Sem refulhos, o cronista confessa que «as cousas seguintes não foram tratadas com tanto trabalho e fortaleza, porque os feitos se tratavam mais por tratos e avenças de mercadoria, que por fortaleza nem trabalho de armas». Mas desde que os povos modernos entravam com a Renascença no naturalismo novo, força era que o comércio, e em geral os motivos crematísticos, se substituíssem aos antigos motivos transcendentales. O que caracteriza, não só o nosso infante como homem, mas Portugal como povo, é a aliança híbrida e estreme, do máximo vigor da fé com o espírito mais tenaz do lucro. É isto o que dá aos portugueses da nossa grande época um ar quase púnico de apóstolos de uma religião tão sanguinária e devastadora como as velhas religiões fenicias, embora mística e piedosa como faziam um Xavier ou um Anchieta. Foi isto o que não concorreu pouco para a ruína do nosso Império oriental, desde que nos achámos em competência com povos unicamente inspirados pelos motivos crematísticos.

Esse carácter púnico, adquirido pelo movimento das descobertas, accentuou as invenções do génio do infante, invenções que a todos serviram, porém, ao depois, para a exploração das colónias, e sobre as quais se pode dizer que assentou a edificação da riqueza europeia nos nossos tempos: as companhias de navegação e comércio; o tráfico dos negros escravizados; o sistema fenicio das feitorias litorais; e os estancos ou

monopólios régios, forma de imposto ou co-participação dos estados metropolitanos na exploração das regiões ultramarinas. Mas se todos estes tipos crematísticos, consciente ou inconscientemente, eram reproduzidos da História, porque já em volta do Mediterrâneo e na Espanha, em remotos séculos, houvera tráfico de escravos, fazendas e minas trabalhadas por eles, companhias de navegação e comércio, e feitorias protegidas por fortalezas, embora tais formas primordiais da exploração de terras novas se tivessem obliterado com a civilização na Europa, não é menos verdade que em mais de um ponto, mas particularmente nas ilhas desertas do Atlântico, se propunha à imaginação criadora do infante um problema inteiramente novo.

Esse problema era o da povoação. E a iniciativa que tivemos nesta forma de exploração, serviu também de tipo a todos os povos que depois de nós entraram na lavra de colónias. Assim como repetiram o tipo das nossas feitorias, e o das nossas fazendas de escravos, assim também procederam nas colónias de povoação, criadas, ou por pensamento político, ou por exiguidade de território na Metrópole.

Também nesta espécie o infante foi ao arsenal das instituições tradicionais, e, transplantando para as ilhas atlânticas o regime quase feudal das doações, repetindo o que na Metrópole tinham feito para a povoar os reis da primeira dinastia, levou para lá sementes ou colónias de gente do Reino. Procedeu como Roma fazia, transportando as leis e os penates, estendendo o seu foro próprio aonde quer que se instalava; e do êxito desse processo dão um testemunho vivo, embora modesto, as nossas ilhas, precursoras das vastíssimas colónias saxónicas da América e da Austrália. Os Açores e a Madeira eram pedaços de Portugal fundeados no Oceano, e não havia aí as complicações inerentes à existência prévia de populações indígenas; não houve por isso nenhum dos traços *púnicos* do avassalamento das regiões mais ou menos habitadas.

Assim, do cérebro poderoso do infante D. Henrique, duro para as afeições, desapiedado e esquivo, saiu todo o sistema colonial moderno, de pé e armado, qual Minerva da cabeça de Júpiter. E se para Portugal o título de nobreza no percurso épico das nações são os seus dois séculos de expansão marítima, e são-no, é incontestável que o infante D. Henrique foi o nosso Hércules. Encarnou o génio latente de um povo inteiro, tornou-se o intérprete do destino de uma nação filha da vontade cívica, e à força de heroísmo tenaz conseguiu vencer. Para vencer, porém, teve de despedaçar, não talvez o coração próprio, porque a sua natureza genial era rebelde ao sentimento, mas a felicidade, a paz e até a própria vida de três irmãos, que acabaram, mais ou menos por culpa dele, um desfeito em dor, outro imolado no cativeiro, outro varado por uma seta no tumulto da guerra civil. O génio é descaroável. Se no mundo a acção e a bondade pudessem andar juntas, o mundo seria um paraíso.

J. I. DE BRITO REBELO (1830-1920)

Doc. 20 - Traços da vida do Infante

Estamos quasi affeitos, desde que estudamos um pouco de historia patria, a só ver o infante D. Henrique o iniciador das navegações e descobrimentos maritimos dos portuguezes, sem perscrutarmos outras manifestações da sua poderosa actividade. É, porém, certo que a figura do grande infante, carece e deve ser considerada no seu conjuncto, para se apreciar bem sob todos os pontos de vista.

Homem politico; homem de guerra; administador de uma Ordem guerreiro-religiosa, protector dos estudos e sciencias; descobridor de terras desconhecidas; promotor da agricultura; povoador de ilhas desertas e de novas terras; edificador de novas povoações; iniciador de culturas e industrias novas; em todos estes papeis se destingue o seu vulto superior, embora em um ou outro haja sombras e nuvens, como raras vezes as deixa de haver no Céu mais azul.[...]

O infante D. Henrique tinha vastos dominios, era senhor de varias villas e povoações; os Zarcos, os Perestrellos, os Baldayas, os Eannes, os Cadamostos, os Gonçalves, os Tristões e tantos outros devassavam os mares e descobriam novas terras, umas povoadas de gentes selvagens, outras ermas de povoação; a Ordem de Christo e a de Sanct'Iago (porque tambem teve a sua administração) eram senhoras de varias terras, que, ou as guerras dos logares d'além (como se dizia então) ou a povoação das novas ilhas, iam ermando: era, pois, urgente accudir a todas estas necessidades em que ia implicito o bem e o processo da nação.

Para ocorrer a tão variadas exigencias era mistér procurar gente, animar a agricultura, nos seus variados ramos, despertar industrias desfallecidas, desenvolver as extractivas e crear outras novas.

Emquanto convida estrangeiros a vir aperfeiçoar os seus cartographos e aproveita os serviços e aptidões dos que o procuram, não se descuida de mandar vir a canna e o bacello das ilhas do Mediterraneo, que, plantadas na da Madeira, em breve abastecerão o paiz de assucar e darão origem a um dos vinhos de maior nomeada no mundo.

Onde se acha uma terra do senhorio da Ordem ou seu, desaproveitada, logo pelos seus desvelos se vê, ou coberta de gado lanigero, ou convertida em cultura, incitando o trabalho do pastor ou do lavrador, por meio de privilegios. Eram estes os usos do tempo.

Para desinvolvimento das grandes povoações estabelece feiras francas, a fim de facilitar a permutação; taes as vemos em Thomar, Pombal, Tarouca e Vizeu, durando ainda hoje a importancia e fama de algumas.

Attendendo os que precisavam de auxilio ou amparo, cria um hospital para pobres na villa de Thomar, para o que vende umas propriedades suas em Lisboa, e funda juncto ao Cabo de S. Vicente uma nova villa, a fim de que os mareantes que vinham do Occidente, e que por causa do levante não podiam procurar a bahia de Lagos, achassem socorro e mantimentos n'aquelle sitio inhospito, onde até ahi morriam à mingoa de tudo.

Profundamente religioso as egrejas que ordena nas terras conquistadas, nas suas villas, as grandes obras feitas no convento de Thomar, e o cuidado com que legou a todas rendimentos para suffragios perpetuos, attestam a sua piedade.

Póde considerar-se o segundo creador da Universidade, por isso que, sendo ella transferida para Lisboa, por ordem de el-rei D. Fernando, compra e reúne varios predios para construir um edificio condigno dos estudos que alli se professam, regulando com minucioso cuidado a sua distribuição, disposição e adorno. A sua carta de 12 de outubro de 1431 é documento precioso a tal respeito, e aproveitamos o ensejo para consignarmos aqui o nome do seu pintor, mestre Pedro, que seria, provavelmente, o que executaria as suas notaveis indicações.

Regula a pesca dos atuns, corvinas, etc., obtendo privilegios para os seus armadores e pescadores.

Não podendo por falta de espaço e de tempo considerar tudo destacaremos, d'entre outros, tres factos que nos mostram a sua iniciativa e providencia.

As despezas que era obrigado a fazer para a manutenção e encaminhamento das empresas maritimas, sua conservação e aproveitamento, deviam ser consideraveis, e muito mais para aquelle tempo, — por isso não consta que augmentasse os seus bens, antes ao contrario, deixou dividas e o seu espolio de recamara e guarda-roupa é simplissimo e insignificante —: era myster, portanto, crear fontes de receita, para occorrer a tão variados encargos. Vemol-o, pois, iniciar a pesca do coral, nas nossas costas maritimas. [...]

Para que os colonos das nossa ilhas dos Açores a par com a agricultura, podessem entregar-se a uma industria lucrativa, cria a cultura e preparação do pastel, que durante seculos foi um dos productos importantes d'aquellas ilhas. [...]

Sendo o pão o principal alimento publico, facilitar a moenda do grão mostra o desvelo de quem a procura e muito mais se o aproveitamento de um agente natural é habilmente feito, porque torna menos caro o producto. É pois característica de um espirito innovador, a empresa de ordenar moinhos em barcos desde Santarem até á foz do Tejo, movidos necessariamente pela força da corrente da agua; assunto este de que, ha alguns annos, se fallou, como se fosse novidade. [...]

Tendo pelo esforço do seu braço auxiliado a conquista de Ceuta e Alcacer em Africa, feito descobrir pelos seus navegadores tres archipelagos e muitas lagoas de costa do continente africano, deixando em grande desinvolvimento a povoação d'essas possessões e a sua cultura e industria; vendo a sua Universidade bem estabelecida e honrada, e em progressivo crescimento uma villa que pretendia fundar, sentiu o infante D. Henrique a pallida doença, tocar-lhe o corpo cançado de tanto labor. Qual ella fosse não sabemos com certeza; sabe-se porém que passou os ultimos mezes da vida na sua nova villa, ao Cabo de S. Vicente, entregando-se aos cuidados de quem vê que tem de separar-se para sempre da communhão dos vivos.

Alli legando o que era temporal a seus dois sobrinhhos el-rei D. Affonso

V e infante D. Fernando, não esquecendo de implorar o favor regio para a sua villa de Lagos, que tanto o servira, encommendava-lhes o pesado mas glorioso encargo de proseguir na empreza que havia tomado a seus hom-bros. Levantando os olhos para a eternidade, como bom christão que era, entrou a dispôr do que respeitava á sua alma, ordenando suffragios em todas as egrejas por elle creadas, não olvidando a cadeira de theologia da sua Universidade, como consta dos documentos que ella possui.

Pedro Alvares, desmbargador da casa da Supplicação encarregado de fazer o tombo dos bens da Ordem de Christo, depois de descrever todas as obras do infante, termina a seu respeito, com estas palavras, que tem certo sabor de ingenuidade: *«não é para deixar que por muy urgentes conjecturas parece que a este Senhor foy divinamente revellado o tempo e dia de sua morte, porque no anno que faleceo que foy o anno do Senhor 1460, dous ou trez mezes pouco mais ou menos antes de sua morte se recolheo á sua villa a que elle poz nome a Villa do Ifante e sem entender em outra cousa alguma, despendeo todo esse tempo em cousas que pertenciam a seu descargo e em fazer alforje e pera a gloria.»*

Para a gloria caminhou elle desde o começo da sua vida; no céo da patria e da humanidade brilha e brilhará como astro radiante de primeira grandeza. A sua gloria será immorredoura entre os homens, emquanto os houver, e emquanto existir um portuguez que saiba sentir quanto orgulho e gloria é ter nascido n'este torrão, que deu á historia da civilisação alguns dos seus nomes mais famosos.

Inclinemo-nos, pois, reverentes deante do vulto grandioso do infante D. Henrique, e exclamemos com o nosso épico:

Ditosa patria que tal filho teve.

J. I. de Brito Rebello, "Alguns traços da vida do Infante D. Henrique" in *O Instituto*, vol. XLI, Julho de 1893 a Dezembro de 1894, Coimbra, pp. 567-573.

LUCIANO PEREIRA DA SILVA (1864-1926)

Doc. 21 – A propósito das leituras do Infante

Quem ler o terceiro livro da *História de Portugal*, de Oliveira Martins, cujo assunto é «A conquista do mar tenebroso», encontra, nas primeiras páginas do capítulo intitulado «O infante D. Henrique», um belo quadro do labor, diurno e nocturno, do Infante:

«Em Sagres reunira o infante todos os recursos de que então dispunham a cosmografia e a arte de navegar. D. Pedro trouxera-lhe das suas viagens o manuscrito das peregrinações de Marco Paolo. Êsses livros, os mapas de Valseca, as obras de João Müller (de Koenigsberg), de Jorge Purbach, as narrativas e roteiros dos pilotos, as rudes cartas maritimas, faziam vergar as mesas, a que o infante, tendo ao lado o seu cosmógrafo, Jaime de Maiorca, então célebre, rodeado de discípulos, passava os dias a discorrer,

as noites a interrogar, silenciosamente, os enigmas propostos nos textos e desenhos. Como Raimundo Lulio, entre drogas e retortas do seu laboratório, se extenuava a buscar o princípio da vida, os corpos simples e elementares da matéria, para obter o segredo da existência física e orgânica: assim o infante procurava desvender os segredos das ilhas e dos continentes, dos golfos e enseadas velados pelo manto azul-negro do Mar Tenebroso».

Eis um formoso quadro, sem dúvida, mas tão inexacto como formoso.

O célebre astónomo João Müller, mais conhecido pelo nome Johannes de Monte Regio, ou Regiomontanus, nasceu em Koenigsberg da Francónia, em 1436. Contava, pois, apenas 24 anos quando o Infante D. Henrique morreu, em 1460. Foi para Itália em 1462, visitando as principais cidades sob a protecção do cardinal Bessarion. Regressou a Viena de Áustria em 1468. Três anos depois estabeleceu-se em Nuremberg, e aí erigiu um observatório e publicou as suas obras. As *Ephemerides* e as *Tabulae directionum* foram impressas respectivamente em 1474 e 1475. Convidado pelo papa, neste último ano para ir a Roma tratar da reforma do calendário, lá morreu em 1476, com 40 anos de idade. É manifesta a impossibilidade de terem as suas obras sido lidas pelo Infante.

Jorge de Peurbach, mestre de Regiomontano, nasceu em Peurbach no ano de 1423. Estudou em Viena, onde obteve o grau de mestre em Artes. Depois viajou pela Itália, relacionando-se com Bianchini e Nicolau de Cusa. Regressou desta viagem em 1453. No ano seguinte obteve o lugar de astrónomo do rei Ladislau da Hungria, e pouco depois o de professor da universidade de Viena. Aqui a sua actividade como professor de aritmética e astronomia, e também de literatura latina, exerceu-se desde 1454 até 1461, em que faleceu. Compôs então as obras *Algorismus* e *Theoricæ novæ planetarum*, que depois se conservaram muito tempo como compêndios nas universidades. As Teóricas dos planetas, mero resumo das construções geométricas de Ptolomeu, foram impressas pela primeira vez em 1460, ano da morte do Infante. Podemos estar certos que o Navegador morreu sem ter lido as Teóricas, que muito mais tarde Pedro Nunes havia de comentar nas suas *In Thoricas G. Purbachii 'Annotaciones*, impressas em Basileia, 1566.

Quanto ao mapa de Gabriel Valseca, de Maiorca, desenhado em 1439, quando os portugueses tinham explorado 170 léguas para além do cabo Bojador, diz o ilustre Visconde de Santarém, nas suas *Recherches sur la priorité de la découverte des pays situés sur la côte occidentale d'Afrique au delà du cap Bojador*, que, nesse mapa, influíram já os descobrimentos portugueses. Sendo assim, não era Valseca que dava novidades ao infante acerca da costa africana, antes as poderia dêle receber.

A respeito das cartas marítimas, que Oliveira Martins classifica de *rudes*, terá opinião muito diferente quem ler o *Periplus*, o importante trabalho de Nordensköld sobre portulanos medievais. As cartas marítimas dos séculos XIV e XV são monumentos cartográficos admiráveis, derivados do portulano-normal, a obra-prima do século XIII, a que o escritor sueco chama

Íliada da cartografia. Foi nestas cartas que o Infante mandou acrescentar as 450 léguas de costa descoberta até 1446, como narra Azurara, fazendo notar que tal acrescentamento era «cousa vista por ôlho», e não pintada à aventura como antes.

Finalmente, não deviam ser as fadigas de Raimundo Lulo, entre as retortas do seu laboratório, objecto de vivo interesse para o Infante. Nas obras do grande maiorquino, cuja influência nos seus planos tem sido afirmada, encontraria êle também assunto atraente na parte relativa a instrumentos e preceitos de navegação. Alexandre de Humboldt, na sua *Histoire de la géographie du nouveau continent*, tómo I, citando Navarreta, diz que, desde o fim do décimo terceiro século, havia na marinha catalã e maiorquina instrumentos de astronomia náutica próprios para determinar, sôbre o mar, a hora da noite pelas estrêlas, e que tal era o astrolábio, invenção de Raimundo Lulo, descrito em 1295 na sua *Arte de navegar*, terminando por deduzir conclusões contra o nosso João de Barros. Tivemos sempre muito desejo de conhecer êste astrolábio, tantas vezes citado depois de Humboldt, mas não sabíamos de nenhum exemplar, existente em Portugal, da obra completa de Lulo, intitulada *Beati Raymundi Lullii Opera omnia*, edição de Mogúncia, 1721. O notável americanista espanhol, Snr. Don Segundo de Ispizúa, autor de *Los Vascos en America e da Historia de la geografia y de la cosmografia*, teve a amabilidade de nos enviar uma fotocópia da página, com a figura do instrumento, do exemplar daquela obra existente na Biblioteca Nacional de Madrid, acompanhada do texto correspondente, que muito lhe agradecemos (...). O instrumento, a que na obra se dá o nome «astrolábio nocturno» ou *Sphaera boraum noctis*, não é afinal prôpriamente um astrolábio. Êste nome só pode ser-lhe aplicado num sentido lato.

É um disco ou roda, para se saberem as horas da noite pelo movimento da Ursa menor em volta do polo. O disco deve colocar-se verticalmente diante de um dos olhos para se enfiar a estrêla polar pelo orificio do centro do disco, observando-se ao mesmo tempo a direcção em que aparece, sôbre o bôrdo, a estrêla a que Lulo chama *Frater major*, denominação estrelar que aqui encontramos pela primeira vez. Porque êle define êste *Frater major* como «*stella circa ipsam polarem decurrens*», supomos que designa pelo nome de *Frates* as duas Guardas da Ursa menor, distinguindo-se como *Major* a mais brilhante, que os nossos navegantes chamavam Guarda dianteira e se chamou também estrêla horological por êste uso que dela se fazia. Segundo se depreende da leitura do texto, o instrumento indicava as horas nocturnas pelas divisões do disco em que se via o *Frater Major* no principio e no fim da noite em cada mês. E como, em referência ao mês de Junho, se diz no texto: «*tunc nox habet tantum novem horas*», conclui-se que o instrumento é destinado a latitudes em que o dia máximo é de 15 horas. Os números que se lêem num dos círculos interiores, desde 9 a 15, indicam as horas de duração dos dias no decorrer do ano; cada par de números diametralmente opostos soma sempre 24. Sendo o dia máximo de 15 horas, o instrumento servia para a zona ou clima, a que se chamava de

Roma, compreendido entre os paralelos de 39 graus de latitude e de 43 graus e meio. O paralelo dêste clima, que era o quinto entre os sete climas da *Sphera de Scacrobosco*, passa por Barcelona. Aplicado à navegação, o instrumento seria útil nas viagens entre as ilhas Baleares, Barcelona e Marselha.

Temos assim, afinal, uma roda semelhante às que o nosso rei D. Duarte desenhou no *Leal conselheiro*, acrescentando às direcções em que a Guarda dianteira marcava a meia-noite no decorrer dos meses (que então vinham figuradas nas coberturas do relógios de agulha vindos de fora), os rumos da mesma estrêla ao amanhecer. Mas estas rodas, com as horas da manhã, só serviriam para Lisboa ou latitudes próximas.

Parece-nos que Humboldt avultou a importância do instrumento de Raimundo Lulo. Não se trata do astrolábio, cuja construção e uso se acham largamente descritos nos *Libros del saber de astronomia* do rei Afonso X, do mesmo décimo terceiro século. Mas julgamos ver, nesse instrumento, um antepassado ilustre do «Regimento para se saber as horas da noite pela estrêla do norte e suas guardas», redigido independentemente das latitudes por indicar só os rumos da meia-noite, do qual usaram os nossos navegadores da época dos descobrimentos, e se pode ler no *Regimento* da Biblioteca de Évora.

Luciano Pereira da Silva - "A propósito das leituras os Infante", in *Obras Completas de...*, vol. III, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1946, pp. 9-14.

JOAQUIM BENSAÚDE (1859-1952)

Doc. 22 - A cruzada do Infante D. Henrique

No Infante D. Henrique encontramos a alucinação religiosa de Dante, mas nele há ainda, a mais, a terrível realidade do tormento moral esmagador de ser ele o repensável de tanta tragédia, tanto infortúnio impostos pela sua própria mente na defesa da Cristandade.

Os sofrimentos do poeta Milton, do músico Beethoven, do escritor Pascal, as alucinações religiosas de Dante, descrevendo os seus tormentos e embelezando a sua obra, têm todos um alcance moral muito aquém da dor e do martírio do Infante, provocados pelas fatalidades na Casa de Avis, de que ele fora o único causador. O infeliz D. Henrique andava bem longe de belezas literárias ou artísticas; punha toda a sua mente, a sua alma, a sua vida de cruzado na realização do sonho da Índia, e isso com o fim de solucionar o grande problema das Cruzadas, que a Idade Média fora totalmente incapaz de resolver. A longa série de intrigas e de manejos políticos das nações do Mediterrâneo conseguiram então arruinar sempre, uma a uma, todas as tentativas das Cruzadas. Era essa a realidade prática, que incendiava as suas aspirações. Nem os sofrimentos de Dante, nem os de Milton ou de Beethoven, nem os sessenta anos de angústias artísticas de Miguel Ângelo

têm a grandeza trágica do martírio do Infante, verdadeiro responsável pela morte de quatro irmãos e pela devastação da Casa de Avis. [...]

Nunca o infeliz Infante aspirara a glórias terrestres, nunca lhe passara pela mente embelezar a própria existência com concepções e maravilhas artísticas. O sonho do cruzado aspirava só à puríssima realidade: esmagar a ameaça da barbárie muçulmana para conquistar a paz, o sossego e a prosperidade da Cristandade. As próprias imprudências, as tragédias da sua vida, ameaçavam os planos sugeridos pelas suas alucinações religiosas.

Envolvido em obstáculos e no martírio moral da desgraça da própria família, concebe o plano das Índias, uma obra de arte, um progresso, uma conquista, uma fase grandiosa da história pátria. Hoje, o que mais nos surpreende é a perfeitíssima visão da realidade, anunciada em 1454, com uma antecipação de quarenta e quatro anos. Atrasados como ainda estavam então os recursos marítimos portugueses, esse projecto, quase quimérico, aparece-nos como um sonho aformoseado pela exaltação religiosa.

Todavia, a visão era clássica e perfeita; D. Henrique viu e sentiu toda a pura realidade no meio dos tormentos da sua existência. Estávamos então em frente duma visão semelhante àquela que teve a sua contemporânea Jeanne d'Arc, prevendo e anunciando a salvação da França. Tal foi a profecia do Infante, proclamando em 1454 a futura salvação da Cristandade, exactamente como ela se realizaria a partir de 1498, quando Gama chegara a Calicut. Esse sonho, esse esforço, essa fé incutiram à nação inteira o plano das Índias como uma missão sagrada. [...]

Do conjunto das minhas investigações deduzo as seguintes conclusões:

1.º D. Henrique era um asceta dominado pelo sincero entusiasmo religioso de um cruzado votado à defesa da Cristandade.

2.º Com este objectivo concentrou ele a sua acção em dois campos diversos: nas conquistas em Marrocos e nas empresas dos descobrimentos marítimos. A intensidade da penetração dos mares reunida à criação da ciência náutica a tais progressos geográficos que sessenta anos depois da morte do Infante (1460) já fora possível realizar a circum-navegação do Globo (1520).

3.º Na penetração dos mares seguiam-se duas orientações: penetração para o Ocidente, através dos Açores, começada em 1431; penetração para o sul, começada pelo resultado prático da expedição de Gil Eanes ao cabo Bojador, 1434; o prelúdio da viagem das Índias.

4.º O plano da conquista oriental obedecia ao objectivo político de dominar o comércio do Oriente e aniquilar os recursos económicos do Islão, que mantinham a permanente ameaça muçulmana à Cristandade. A realização desse plano fundou o império colonial português no Oriente, desviando para Lisboa, pelo Atlântico, o comércio da Índia. As vantagens que estes acontecimentos deram a Portugal foram relativamente transitórias e passageiras comparados com os resultados transcendentais auferidos pela civilização ocidental do plano das Índias (a dominação dos mares, a ruína da preponderância do Islamismo e a revolução económica do Mundo). Este conjunto de resultados constituiu a base duma época de grandeza marítima

e de superioridade da Cristandade sobre o Islão, únicas na história da humanidade. Eis a significação da cruzada do Infante.

5.º D. Henrique herdara da Idade Média a ideia da cruzada que pôs em execução. A sua vitória definitiva sobre o Islão atingiu exactamente o objectivo que as cruzadas da Idade Média pretendiam e que nunca conseguiram realizar. A cruzada do Infante foi o último duma longa série de projectos formulados a seguir ao desastre da cruzada de S. Luís a Tunes (1270), em que o rei de França sucumbiu. Entre esses numerosos planos figura um da Mongólia, propondo às potências europeias (antes de 1289) uma aliança contra o Islão, prevendo-se então a entrega da cidade de Jerusalém à Cristandade, depois de conquistada.

6.º Desde o começo da penetração para o sul, o Infante concebeu a necessidade dum cuidadoso estudo do interior africano, obedecendo à ideia de participar um dia, se possível fosse, nos recursos aurífero do comércio secular das caravanas, entre o Egipto e Timbuktu. As vastíssimas despesas provocadas pella revolução geográfica e pelo plano das Índias impunham, logicamente, essas diligências para resolver o obstáculo, o grave problema financeiro, que atrofiava todos os seus empreendimentos.

7.º O estudo do comércio do ouro impunha a necessidade de averiguações e pesquisas feitas no interior africano por pessoa de confiança e de competência, destinadas a esclarecer os dois capitulos seguintes:

1.º Conhecer a fundo quais as mercadorias que os indígenas mais valorizavam e apreciavam nas trocas contra o ouro de aluvião de que dispunham;

2.º Descobrir uma região aurífera na costa africana para aí se organizar o comércio de trocas das mercadorias vindas por mar, nas caravelas nacionais, contra o ouro dos indígenas.

Só onze anos depois da morte do Infante (1471) se realizou o descobrimento da costa da Mina, por intermédio dos marinheiros de D. Henrique, então ao serviço de Fernão Gomes. Com os consideráveis lucros do ouro da Mina ampliou o genial D. João II a marinha nacional e realizou o plano das Índias.

Joaquim Bensaúde, *A Cruzada do Infante D. Henrique*, Agência Geral do Ultramar, Lisboa, 1942, pp. 24, 28 e 117-119.

ALBERTO DA VEIGA SIMÕES (1888-1954)

Doc. 23 - O Infante do retrato de Zuzara

Do Infante nos ficam dois retratos tirados do natural. Um, nos painéis de Nuno Gonçalves, a que se pode agregar a iluminura da *Crónica da Guiné* no manuscrito de Paris, da mesma mão se não antes da mesma inspiração. A pintura primitiva, mesmo quando reúne em retratos as figuras vivas e dirigentes do país, como nos retábulos do mestre português, ou quando fixa

burgueses das cidades mercantes do norte, tem sempre um sentido religioso: no retrato do Museu de Viena que D. João I mandou a João-sem-Mêdo, o rei ora, como no retrato de Chantilly, que presumo o que João-sem-Mêdo enviou ao rei, o Duque é representado em postura idêntica. Fazendo as figuras de Nuno Gonçalves parte duma vasta alegoria religiosa, seria absurdo ante a expressão do Infante tirar conclusões sobre o seu carácter, como se tem pretendido.

O retrato primeiro debuxado por Zuzara (Cap. IV da *Crónica da Guiné*) é o dum cavaleiro galo-bretão, traçado como o exigia a cultura da nobreza da época e a sua interpretação da vida: duro nas coisas da guerra e temeroso ao primeiro encontro, brando e enternecido nas de coração e ao depois na intimidade, acolhedor de senhores, inimigo da avareza, e perenemente casto segundo comandava a *Demanda do Santo Graal* para vencer como venceram Galaaz e Percival. Os dois capítulos de enumeração dos seus feitos e de exaltação da figura (V e VI), traçados já em obediência a outro mais humano e real, sofrem de tôdas as deformações inerentes aos memorialistas do tempo.

Tal como foi pintado pelo pesado cronista de Afonso V o retrato do Infante foi aceite e louvado pelos historiadores de Quinhentos, seguindo Barros (*Década Primeira*, Liv. I, cap. XVI), por êles afeiçoado e retransmitido. Os historiadores da Renascença, vivendo numa atmosfera heróica, sentiam as figuras do obscuro tempo antigo em que o homem se não libertara ainda da massa, alçando-se em plena luz de epopeia; por isso mesmo a figura do Infante traçada por Zurara sofreu apenas ligeiros retoques de Barros. O Infante não era ainda uma figura de Plutarco, mas uma vontade surgindo na confusa sociedade dos precusores em que o bronze dos heróis de Quinhentos já se caldeava. Através de Barros, Camões retoma o rude retrato de Zuzara, afaga-o a cinzel, compõe-lhe as pregas do manto, enche-o de visão interior, projecta-o ao longo de quatro séculos de história; e ainda hoje historiadores serenos vão pedir ao épico e à sua intuição genial a exegese duma figura arrancada ao meio e ao tempo, já nêles de resto gravada em prosa pelo cronista que mais reflecte as suas deformações.

Para ver o Infante, o primeiro trabalho sereno é libertá-lo do primitivismo do seu cronista e dos ouropéis humanistas que o ergueram a condutor dum século; e, feito êsse esforço de reintegração, não tenhamos receio de que venha a faltar-lhe glória. [...]

Veremos adiante que no drama social com que termina a Idade Média portuguesa, o Infante, como espírito medieval, fôra levado a estar de início muito mais com os interesses da nobreza que com os duma economia global já então unificada. No conflito entre a nobreza saída de Aljubarrota, palpitante de medievalismo regressivo, procurando consolidar as suas rendas incrustando póstumamente no país um feudalismo que êle não conhecera, incarnada no Duque de Bragança, e o regalismo nacional representado por D. Pedro, o Infante só podia estar ao lado da nobreza, o seu *medievalismo* não se compadecendo com o *modernismo* do irmão: por isso o abandonou ao seu destino em Alfarrobeira. Não por tibieza de carácter, como preten-

dem alguns biógrafos seus dos nossos dias, mas por lógica da sua visão social. Zurara, seu cronista e cronista duma sociedade em que a nobreza efêmeramente dominava, por idênticas razões, a que cresciam as da sua cultura, que era apenas a cultura grata à nobreza, só podia traçar, num momento histórico de campos extremos, o retrato duma figura erguendo-se num desses campos.

No século xv português, e antes que Renascença erguesse os heróis acima dos mortais, o epicismo toma a forma de arturismo. As grandes figuras são realçadas, comparando-as com as do ciclo arturiano; as suas virtudes têm de ser as virtudes das figuras bretãs, julgadas tão reais e verdadeiras em sua vida e histórias que Conde de Barcelos lhes traça a genealogia entre as famílias do seu *Livro de Linhagens*, estabelecendo a relação consaguínea dos reis peninsulares com os dos romances bretões.

A *Crónica da Guiné*, escrita logo a seguir à de Ceuta, reflete a preocupação de traçar romance vivido de cavalaria, tendo por figura central o Infante. O que noutros cronistas seus contemporâneos é apenas exagêro, nêle é a necessidade de valorizar feitos, dando-lhes por vezes um sabor de novela. Baltasar Osório, num livro retórico e medíocre, mas onde há por vezes observações fulgurantes, destacou já certo passo da *Crónica de Ceuta* em que «os portugueses se viram em frente dum negro que talvez recordasse a alguns dos que eram leitores de novelas os gigantes dos livros de cavalaria» A hagiografia civil na agonia da Meia-Idade construía figuras tal como ela concebia a *figura ideal*: dando-lhe por traços característicos a pureza virginal, os cilícios, o leito duro, a abstinência de bebidas.

O cronista só podia ver o que a sua visão do mundo lhe entregava como digno de ser fixado. Ao desenhar no seu traço rude um grande senhor, ao construir com elementos do real, como mister lhe impunha, o seu romance, que era, despido das imagens poéticas do género, o que o século seguinte chamaria – o *poema épico*, tinha de fazê-lo como o seu mundo o concebia: um grande cavaleiro, igual em feitos e em virtudes aos modelos estabelecidos.

Veiga Simões, "O Infante D. Henrique. O seu tempo e a sua acção" in *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, dir. de António Baião, Hernâni Cidade e Manuel Múrias, vol. I, Lisboa, Editorial Ática, 1937, pp. 311-314.

DUARTE LEITE (1864-1950)

Doc. 24 – Motivações e planos do Infante D. Henrique

As causas que fizeram do Portugal agrário do último centénio afonsino uma nação de conquistadores e nautas aventureiros resumem-se na necessidade de desviar da Península a exuberância mavórtica e as ambições materiais da nobreza, e simultâneamente de satisfazer aspirações da burguesia mercantil e cosmopolita. Da primeira nasceram as sortidas contra mouros da próxima costa africana, nas quais interveio activamente D. Hen-

rique: obra santa, é certo, mas ao mesmo tempo proveitosa, porque do inimigo se esperavam saques, terras, tributos. A experiência de Marrocos trouxe porém desilusões; as conquistas portuguesas, isoladas num meio hostil à penetração cristã, consumiam homens e dinheiro sem compensação bastante⁽¹⁾. Insistiu-se então noutro caminho, já encetado e conducente aos mesmos fins de expansão comercial e de dar ocupação à casta militar: as explorações marítimas, a colonização das ilhas redescobertas dos Açores e Madeira, e os reconhecimentos na África, com feitorias e resgates profícuos.

A todos estes passos presidiu D. Henrique, o rebento da nova estirpe dinástica a quem a mãe, no leito da morte, solenemente recomendara todos os fidalgos e escudeiros portugueses; e bem se desempenhou do encargo o futuro grão-mestre da Ordem de Cristo, cuja grande casa foi fértil viveiro de cavaleiros valorosos e instruídos, capazes de afrontar os perigos de mares inóspitos e desconhecidos. Foi esta forte geração que guiou a nação para rumos longínquos⁽²⁾.

Os diplomas e crónicas são omissos quanto aos primeiros descobrimentos; informam-nos imperfeitamente dos acontecimentos principais e nada esclarecem sobre seu encadeamento lógico. Assim, não se sabe ao certo a época nem os agentes da redescoberta dos Açores; a da Madeira é mal contada, e conjectura-se apenas quando foi a primeira visita às ilhas de Cabo Verde. Semelhantes ignorâncias devem pôr-se à conta das reservas e precauções necessárias aos vastos projectos do infante⁽³⁾, que miravam garantir a Portugal o monopólio de facto das navegações a noroeste da África, e de facto o direito à posse deste litoral e das ilhas do Atlântico a sul de Lisboa. Obstáculos havia-os por parte dos mouros marroquinos, senhores de posições dominantes no estreito de Gibraltar, e sobretudo de Castela, que já ocupava algumas das Canárias, arrogava-se direitos à Guiné aonde mandava navios, e até os apregoava ao Marrocos doutrem, onde de futuro esperava uma base naval no oceano.

Contra Castela, rival que sempre encontrou pela frente, lançou pois mão D. Henrique de meios defensivos e ofensivos: entabulou negociações, cobriu-se com a autoridade de sucessivos pontífices, recorreu à ocupação efectiva e até à violência, pondo em risco a paz do reino. Teimou longamente pela aquisição das Canárias; quando não se servia de embaixadores, entravam em cena as armadas, das quais mandou cinco ao arquipélago, a última sete anos antes de expirar. Análogamente procedeu com as conquistas africanas; despachou emissários, conseguiu de Nicolau V e Calisto III bulas onde era doado a D. Afonso V o litoral até à Guiné e ainda para além, ao mesmo tempo que apresava nessa paragens as caravelas castelhanas, maltratando as tripulações. Luta titânica contra adversários

(1) Lúcio de Azevedo, *Épocas do Portugal económico*, 1929, [cap. II, § 2].

(2) Estes navegadores, todavia, não fora improvisados pelo infante, pois vinha de longe em Portugal a tradição marítima. Já em 1336, sob D Afonso IV, os portugueses tinham redescoberto as Canárias, como definitivamente provou Jordão de Freitas (*Portugale*, N.º 8 de 1929); e Brito Rebelo quer que a Madeira fosse deles conhecida sob D. Fernando (*Livro de Marinharia*, 1903).

(3) Duarte Leite abandonou mais tarde a tese do sigilo oficial na época henriquina (*V.M.G.*).

cristãos que não pôde levar à vitória: só em 1480, vinte anos após a sua morte, pôs termo a tais questões o tratado de Toledo.

Paralelamente investia contra mouros, primeiro em Seuta e muito depois em Tânger. Bensaúde vê nisto apenas pugnacidade anti-muçulmana, de acordo com os cronistas, mas além das outras causas a que já aludi, não se deve esquecer o interesse político. No mesmo ano de 1415, em que se deu o assalto feliz a Seuta, mandou D. Henrique reconhecer as Canárias por D. João de Castro⁽¹⁾, e a aproximação dos dois factos integra-os no mesmo plano. Quando o rei de Castela pediu a D. Duarte socorro contra os árabes, estabelecidos há séculos em Granada, o infante opôs-se a que o atendessem e preferiu concentrar-se sobre Tânger; os sectários de Mafoma que o preocupavam eram os de África, e não os da Espanha ou Levante.

É que, como observou Jaime Cortesão⁽²⁾, a posse de Tânger era um golpe decisivo nas pretensões de Castela à Tingitânia e, juntamente com a de Seuta, assegurava o projecto do monopólio marítimo.

Em tudo isto revelou o príncipe pertinácia e sagacidade política, mas não obcecção religiosa; nem a enxergamos noutros actos seus de grande vulto, que atestam singular tino administrativo e intuição comercial. Tratou diligentemente de dotar com recursos a ordem de Cristo, que superintendia nas navegações, se bem que sua morte a surpreendesse com as rendas esgotadas, e dissipadas as de seu grão-mestre, cujas dívidas ainda estavam por pagar quando subiu ao trono D. João III. Das inteligentes iniciativas nesse sentido do chamado visionário de Sagres são exemplos frisantes as donatarias nos Açores e Madeira, onde criou matéria tributável, a introdução nesta ilha da vinha, transplantada de Chipre, e da cana sacarina, vinda da Sicília com mestres na arte de a utilizar. Ainda hoje gozam fama universal os vinhos da Madeira, e tal foi a prosperidade da sua indústria de açúcar que dentro em pouco dominou o mercado europeu, expulsando dele os venezianos. Por outro lado as explorações da costa africana forneciam trigo, marfim, couros, algodão, ouro e por fim numerosos cativos de vária espécie. Os escravos foram um dos mais lucrativos negócios que por largo lapso proporcionou o continente negro, e, o infante apressou-se em aproveitá-lo, verdade seja que cuidando de salvar as almas dos idólatras, chamando-as ao seio amorável da Igreja.

Esta tão notável actividade mercantil deixa Bensaúde na sombra, talvez por reputar mero efeito secundário e consequência forçada da ânsia, sempre presente, do combate ao islamismo em todos os terrenos. Foi ela, assevera, que o levou a procurar com afã o auxílio do preste João e o caminho da Índia, animado pela esperança de estancar o farto manancial fruído no Oriente pelos contumazes inimigos da crença católica. Tal explicação dos empreendimentos náuticos portugueses oferece flanco a fundados reparos.

(1). Mais tarde Duarte Leite deixou de accitar a realidade desta expedição de 1415 às Canárias, reconhecendo que Diogo Gomes — fonte desta informação — deve ter confundido com a expedição de D. Fernando de Castro em 1425 (V.M.G.).

(2). Na revista *Lusitânia*, fascículo de Janeiro de 1924.

Zurara, na crónica da Guiné, indica as causas que induziram o infante à sua conquista: científica, comercial, política e religiosa, consistindo esta no desejo de achar algum rei cristão que o coadjuvasse contra sarracenos, tal o preste João da Abissínia; todavia se estes foram os móveis iniciais do descobrimento e exploração da Guiné, com o andar dos anos o último obliterou-se diante dos restantes, sobretudo do comercial. Com efeito Bensaúde assinala no seu folheto que, de 1402 a 1452, já tinham vindo da Abissínia à Europa seis embaixadas, retribuídas com cinco em sentido inverso, e entre aquelas destaca duas. A primeira enviou-a em 1427 o preste ao Rei de Aragão Afonso V, propondo-lhe aliança contra o Islão, efusivamente aceite mas sem seguimento; a segunda recebeu-a o próprio infante D. Henrique em 1452. Além disto, a leitura atenta de Zurara mostrou a Cortesão que, nos últimos dez anos de sua vida, este príncipe promoveu viagens ao Egipto e à Etiópia, e daí recebeu emissários⁽¹⁾. Estava pois esclarecido acerca da situação dos domínios abexins, bem como do valor militar do problemático potentado, e é ingénua imaginar que pensava alcançar a Abissínia por via terrestre, partindo do Noroeste africano. O preste, mesmo antes de 1452, não passava dum pretexto atrás do qual o infante encobria outros planos; na realidade eram negócios que mais o detinham. Eram o ouro, a malagueta, o cravo, o açafraão e outros artigos que afluíam à feira de Tombuctu, donde os mouros os canalizavam para os mercados do Mediterrâneo. Este pretexto continuou a ser invocado pelos portugueses até que D. João II dele não mais precisou.

No tocante ao plano da Índia, há que apurar preliminarmente se na realidade D. Henrique se propôs, desde logo ou na sequência dos descobrimentos, circum-navegar a África até às regiões da especiaria. A tradição portuguesa assim o quer, mas as tradições quase nunca se ajustam à verdade, e contra esta se têm levantado ponderáveis objecções. [...]

Em meu fraco parecer, não está provado, conquanto seja possível, que o infante tivesse em mente enviar caravelas até à Índia, e tenho por certo que tal visão só lhe sobreveio na última fase da sua vida. Pode dizer-se, sem contrariar factos averiguados, que ele se contentava com África, procurando desviar por Portugal o seu comércio, monopólio de islamitas conjugados com italianos, mas por isso que seus esforços foram coroados de êxito, e que igualmente conseguiu tirar a italianos o monopólio do açúcar, também lhe lembraria privá-los, em proveito próprio, do rico comércio das especiarias orientais.

Por esta forma se explica melhor o projecto da Índia, se efectivamente o nutria, que pela agressividade a sarracenos, móvel único que vê Bensaúde. Era natural a ideia de atacar aqueles cuja vizinhança representava perigo para a segurança, ou estorvo a planos em via de execução; mas é incompreensível, a não ser em quem está fora das realidades, que se pusesse de parte o inimigo próximo para buscar outro muito longínquo, com trabalho e dispêndio imensos, e para somente medir forças. Se o infante, espírito

(1). Outra interpretação que Duarte Leite abandonou mais tarde. (V.M.G.).

eminentemente prático, se lançou de facto no aspérrimo caminho, certamente confiava em compensações materiais; o rancor religioso ajudava, mas era factor secundário. A luta com mouros, instalados na Índia e belicosos, era prevista por D. Manuel, mas não desejada, e menos ainda a provocaram Vasco da Gama, Álvares Cabral e João da Nova; as primeiras armadas não iam em som de guerra, mas a comércio pacífico, e creio bem que o mesmo aconteceria se os portugueses tivessem chegado à Índia em reinados anteriores. O lema era paz e negócio.

O retrato atrás esboçado do glorioso infante de Sagres é tão diverso do de Bensaúde que os diríamos inspirados em conceitos opostos, este idealista em extremo, aquele francamente materialista. Desculpo-me da profunda divergência com o desejo de vincar traços de carácter de D. Henrique, aos quais o ilustre escritor não ligou apreço sensível. A verdade está porventura num médio termo.

Duarte Leite, *História dos Descobrimentos, Colectânea de Esparsos*, Organização, notas e estudo final de Vitorino Magalhães Godinho, vol. I, Lisboa, Edições Cosmos, 1958, pp. 69-79.

Doc. 25 – A conduta em relação a D. Pedro

[...] A explicação da desumana conduta de D. Henrique para com D. Pedro encontra-se no seu próprio depoimento, conservado pelo seu adulador Zurara na crónica da tomada de Seuta: «Mas do que sse depois seguio açerqua da morte do Iffante Dom Pedro, fica huñ grande proçesso pera s-se contar ao diante, homde perfeitamente poderees saber, quamto o Iffante Dom Hamrrique trabalhou por saluaçom de seu jrmaão, e mujtos que em esto fallarom, nom como homeẽs que emteiramente sabiam a uerdade, disseram que o Iffante podera dar vida a seu jrmaão, se tuera boa uoontade de o fazer. O que he çerto que sse fora contra outra alguũa pessoa, que elle trabalhara em ello como por ssi meesmo, mas contra seu Rey e senhor, achou que o nom podia fazer sem quebrantar sua lealdade, o que elle dizia que nom faria, nom tam soamente por seu jrmaão mas por mill filhos, ajmda que os teuera, nem ajmda por saluaçom de ssy meesmo, posto que por sua deffemssom se podesse saluar». Esta dureza pétrea de coração, que não hesitaria, num paroxismo de lealdade, em imolar filhos por dedicação a um rei em desvaio de orgulho, tornaria repulsivo o Infante, se não houvéssemos de descontar o ardor da linguagem de quem se enrasta contra acusadores em grita; mas atenuado que seja, o dito ainda confessa egoísmo e embotamento da sensibilidade moral. Juntando-lhe que não tem dúvida em receber os bens confiscados a Vasco Fernandes sequaz de D. Pedro, temos o suficiente para o tornar antipático, a nós como aos do seu tempo, pois a onda de censura, que o envolveu depois da ignomínia de Alfarrobeira, mostra que não procedeu «em concordância com a moral e a religião como as concebia o século em que nasceu».[...]

Idem, Ibid., pp. 90-91.

Doc. 26 – A sabedoria do infante D. Henrique

Vem de longe a reputação de sábio com que os modernos engrinaldam o preclaro Infante. Não parece que enquanto vivo a gozasse em todos os ambientes, mas firmou-lha o sono eterno, e gradualmente a ampliou em proporções assombrosas. Uma vez germinada a semente em terreno fertilizado com lisonja, patriotismo e imaginação, não admira que ganhasse fundas raízes e subisse a árvore frondosa e altaneira. Ainda hoje conserva pleno viço, embora lhe tenham desbastado a ramagem.

É curioso e instrutivo acompanhar a sua maravilhosa evolução através dos tempos, verificando passo a passo como a inventiva dos literatos conseguiu fazer do Infante um homem quase enciclopédico, astrónomo e geógrafo eminente, inventor de um sistema cartográfico e de instrumental, fundador de uma escola de cosmografia e navegação dotada de um observatório, piloto amestrado e introdutor de um tipo de navios.

A metamorfose acentuou-se a partir do primeiro quartel do século xvi, quando já estava formada a tradição henriquina. Por aí convém encetar a revista de autores, para depois retroceder ao período anterior, que nos reserva surpresas. Seguir-se-á a análise desses depoimentos e seu confronto com factos sabidos da vida do príncipe.

Quase um centénio volvido sobre o seu falecimento, descreve-o João de Barros entregue às letras sacras e profanas, mas não diz quais fossem, e apenas incidentalmente se refere às tábuas geográficas de Ptolomeu. Di-lo muito diligente na inquirição das terras africanas e seus moradores, e de todas as coisas que pertenciam à geografia, dando-se muito a ela. Foi muito liberal para a Universidade de Lisboa, cujo governador era, doando-lhe morada condigna e subsidiando a cadeira de teologia; e não menos liberal na instrução dos seus capitães e pilotos, pois com grande dispêndio chamou de Malhorca ao reino mestre Jácome, douto na arte de navegar e fabricante de cartas e instrumentos. Nisto se resume o que trazem as *Décadas* (1552) do amor do Infante a coisas literárias e científicas.

Damião de Góis também lhe aponta o interesse pela cosmografia e o cuidado em se informar da África. Cerca-o de curiosos, atraídos pela fama dos seus descobrimentos, e de letrados que os desejavam contar. Figura-o folheando assiduamente autores gregos e romanos, Heródoto, Estrabão, Pompónio Mela, Plínio e também Aristónico e Cornélio Nepos, cujos escritos geográficos estavam e estão perdidos (1567).

Não mencionou todavia Ptolomeu, embora fosse a máxima autoridade na segunda metade do século xv, omissão que facilmente se explica. Góis é o primeiro escritor que expressamente atribui ao Infante o projecto de demandar a Índia por mar, no qual o diz inspirado por aqueles autores; ora Ptolomeu supunha tal empresa impossível de realizar, e seria ilógico incluí-lo nos oráculos. O contrário passa com Barros que, conferindo o projecto a D. João II, podia livremente arvorar em mentor do tio o sábio alexandrino. Esta divergência estranha dá-nos a medida da segurança com que ambos os cronistas falam das leituras do príncipe.

Eles forneceram os materiais com que a fecunda fantasia dos autores subsequentes edificou o monumento grandioso da sabedoria henriquina. Durante quase três séculos eles só tiveram ao seu dispor, além dos textos indicados, uma lacónica referência de Alvise do Cadamosto à sapiência do Infante, uma notícia de António Galvão sobre um mapa-mundi do conhecimento dele, e outra do Cardeal Plácido Zurla sobre o mapa-mundi feito em 1457 por Frei Mauro, em parte com dados de proveniência portuguesa. Este pecúlio cresceu no século XIX. Em 1841 imprimiu-se a crónica da Guiné, de Gomes Eanes de Zurara, ressurgida de um eclipse de perto de três séculos; e em 1847 publicou-se a relação de Diogo Gomes. Nestes dois escritos cuidou-se encontrar a confirmação da grande cultura de D. Henrique.

«É curioso observar — escreveu Brito Rebelo — como uma notícia simples, dada concisamente por um antigo cronista, se vai pouco a pouco enfeitando. Cada escritor vai lançando na tela nova pincelada, e ao cabo de tempos quase que não pode reconhecer-se o desenho primitivo, e desembaraçá-lo dos acessórios acrescentados, porque quem o contempla não sabe como, nem com que fundamento cresceram...»

Barros *«começa já a devanear algum tanto. Pouco a pouco os historiadores vão preenchendo as lacunas. Não achando notícias precisas, nem documentos autênticos, recorrem à inventiva e então apresentam o Infante entregue a estudos matemáticos e outros, e não falta quem o pinte como um solitário, afastado de tudo, confinado numa ponta erma e inhospita do Algarve, só entregue à contemplação do Céu e dos astros, perguntando aos mares pelos seus segredos, sonhando descobrimentos e glórias. Outros menos modestos começam a inventar-lhe um palácio, que era uma escola de virtudes, e daqui a transformá-lo numa escola de náutica e cosmografia pouco dista, e como consequência vem a criação dum observatório»*. A justeza dessas palavras vai ressaltar do que se segue.

António Galvão, por excepção, faz-nos saber (1563) uma coisa ignorada de Barros e Góis: constava-lhe ter-se o Infante ajudado de um mapa-mundi trazido de Veneza por seu irmão D. Pedro. Dos dois cronistas são tributários Gaspar Frutuoso (1590), Pedro de Maris (1598) e Manuel de Faria e Sousa (1666). Também bateram estrangeiros à mesma porta, dos quais se adiantaram ingleses. Samuel Purchas atribui ao Infante estudos de matemática e a sua prática instrumental; menciona Jácome de Malhorca, mas acrescenta que o catalão foi encarregado de estabelecer uma escola náutica no cabo de S. Vicente. Nisto vai além de Barros, Góis, Cadamosto e António Galvão, únicas testemunhas de que se podiam valer tanto ele como seu douto amigo Hakluyt. É a primeira menção que conheço da famosa escola náutica, faltando-me averiguar se em 1582 ela já não constava de um escrito do mesmo Hakluyt.

A era de setecentos foi muito mais generosa. O cosmógrafo-mór do reino Manuel Pimentel, dando curso a uma opinião do tempo, atribui ao Infante o invento das cartas planas de marear (1712), e por seu lado o padre António Cordeiro fá-lo (1717) *«dos maiores pilotos o maior mestre»*. Estas duas novidades não chegaram ao seu primeiro biógrafo encartado

Francisco José Freire, que o apresenta sobretudo aferrado às matemáticas, e à ciência cosmográfica (1758); «por espaço de 18 anos os seus principais exercícios foram a leitura, a meditação e a conversa com sábios».

O padre Francisco José Laffitau igualmente o tem por amante das letras e ciências, e excelente matemático, entretendo-se em Sagres com livros e sábios; foi um Mecenas e educador, à sua custa, da jovem nobreza (1733). Os autores ingleses de um livro de viagens afirmam, na tradução do padre António Francisco Prévôt (1749), que o príncipe foi «sans contredit, le premier mathématicien de son temps», cultivava a geografia e fundou na vila de Terçanabal, situada no cabo de Sagres, uma escola e academia de que foi chefe um matemático de Malhorea, perito em cartas, instrumentos e na navegação.

Esta escola é enaltecida no diploma pombalino de 1761, que instituía o Colégio Real do Nobres, e após esta primeira consagração oficial tem sido apregoada como uma autêntica glória de D. Henrique. Também o espanhol padre Xavier Lampillas, seguindo o padre Prévôt, recorda (1789) a criação de uma escola náutica em Sagres pelo «primero matemático de su tiempo». O padre Jorge Fournier renova (1789) a afirmação de Manuel Pimentel, no que o acompanha o seu compatriota João Estêvão Montucla, historiador das matemáticas, para quem o príncipe, matemático e filósofo, ensinou aos seus mareantes como servir-se de aparelhos para observar o sol e as estrelas (1799). Num livro vertido para francês em 1800, o inglês João Adams dota Sagres com um observatório, e dá ao seu fundador papel notável na invenção do astrolábio, e a primazia no uso prático da bússola.

Quando rompeu o século das luzes (que agora é modo qualificar de estúpido), estava já o Infante guindado a primeiro matemático do seu tempo, a cosmógrafo eminente, a organizador do ensino teórico e prático da náutica, a piloto insigne, a inventor de um sistema cartográfico e aperfeiçoador do astrolábio. Parece que pouco havia a acrescentar, mas os seus fanáticos admiradores eram incansáveis.

O académico António Ribeiro dos Santos, em 1812, apresenta-o à posteridade como o primeiro matemático que procurou submeter a arte de navegar a princípios e regras; e por ventura à sua iniciativa se deveu a cátedra de matemática que em 1435 tinha a Universidade de Lisboa. Em Sagres erigiu um observatório astronómico, o primeiro que tivemos; chamou a si muitos homens sábios, capitães animosos, pilotos experimentados e mestres de navegação, convidando a sua fama estrangeiros ilustres de quasi todas as nações da Europa, que vieram oferecer-se ao seu serviço; fez com eles do seu paço uma escola de estudos e aplicações matemáticas, e um seminário de geógrafos, de astrónomos que davam luzes áqueles tempos; adiantou alguns instrumentos náuticos; inventou ou pelo menos aperfeiçoou o astrolábio, para poder achar por ele a altura dos astros, e o nocturlábio, para se saber quando a estrela do norte estava mais alta ou mais baixa que o polo, e que hora era da noite; fez aplicar eficazmente o uso da bússola ás navegações do oceano. Em matéria geográfica, aprofundou-se nos escritos cartagineses, gregos e romanos, bem como nos medievais de

Marco Polo e de outras viajantes, e ocupou-se de cartografia e da leitura atenta de mapas.

Entre estes estavam o mapa-mundi encomendado em 1457 a Frei Mauro por D. Afonso V, e dois mencionados por António Galvão, ambos os quais já figuravam o cabo extremo da África meridional e um deles nada menos que o estreito de Magalhães. Esqueceu ao entusiasta gratificá-lo também com a invenção das cartas de marear, mas pouco tardou a restituir-lhe solenemente outro académico, o matemático Francisco de Borja Garção Stockler (1819). Foi o apogeu da fulgente trajectória do Infante.

Esta arquitectura majestosa sofreu algumas simplificações com a entrada em cena do eruditíssimo 2.º visconde de Santarém. Perfeito conhecedor da cartografia medieval, não se conformou com a invenção henriquina, ou sequer melhoria, das cartas da marear; e tão-pouco admitiu o invento ou aperfeiçoamento do astrolábio astronómico ou náutico, aparelhos utilizados séculos antes pelos árabes, e na mesma forma com que deles se serviram os nautas do Infante. Passa em silêncio os adiantamento no emprego da bússola ou de quaisquer outros instrumentos, e não se refere (que eu saiba) ao observatório de Sagres; mas noutros pontos cede à influência da tradição, e até a aformoseia. Segundo o insigne investigador (à roda de 1841), o Infante teve aturados estudos clássicos, matemáticos e astronómicos, e estava ao par dos escritos geográficos de hebreus, cartagineses, gregos e romanos; ninguém na Idade Média foi mais versado nesta ciência sistematizada pelos antigos. Em Sagres aprenderam os capitães que mandava a descobrir, munidos de cartas náuticas e sábias instruções. Sob sua direcção científica escreveu Zurara a crónica da Guiné, obra preciosa que atesta quanto o príncipe sabia de matemática, astronomia e geografia, e cujo autor ostenta larga erudição clássica e geográfica, que revela o estado das letras e ciências no Portugal de então, dando-nos notícias das obras estudadas. Com efeito, além dois livros sagrados, cita Zurara 14 escritores da antiguidade e 13 medievais, entre aqueles Aristóteles, Ptolomeu, Tito Lívio, Lucano e Plínio, e entre estes Paulo Orósio, S. Isidoro de Sevilha, Marco Polo e Mestre Pedro, identificado por Santarém com o cardeal Pedro d'Ailly. Quem duvidará de que o cultíssimo inspirador da crónica manuseara todas estas obras e outras mais?

O tipo do Infante, astrónomo consumado e geógrafo erudito, parecia ter passado em julgado. Na Alemanha adoptaram-no o historiador Heinrich Schaefer (1833-1854) e Gustav de Veer (1864), biógrafo do príncipe navegador; e na Inglaterra dedicou-lhe Henry Major uma obra mui valiosa que com razão fez época. O sábio admirador de D. Henrique desenha-o em linhas sóbrias, coligindo todos os informes geográficos dos antigos, e ocupando-se zelosamente das ciências matemáticas, de navegação e de cosmografia; crê na escola em Sagres e no seu observatório, cuja provável situação até indica, mas não confere ao fundador, do mesmo modo que Santarém, qualquer invento e rejeita o das cartas planas (1868).

Com Major concordaram os subsequentes escritores portugueses e estrangeiros, com raras excepções. Assim, João Teixeira Soares trata dura-

mente o Infante, descrê da escola de Sagres e até da grande competência científica do seu organizador (1877). Por ocasião do quinto centenário do seu nascimento, Fortunato de Almeida insistiu patrioticamente nas louvainhas de Ribeiro dos Santos e Stockler, ao passo que Brito de Rebelo desfaz nelas, como atrás ficou escrito. O brilhante historiador Oliveira Martins, por seu lado, figura D. Henrique lendo as obras astronómicas de Jorge Peurbach, talvez as de João Müller (Regiomonte), e consultando os mapas de Valsequa (1888). O explorador ártico e eruditíssimo historiador da cartografia, A. Nordenskjöld, prestando homenagem aos esforços do Infante, entende todavia que os seus resultados têm sido sobreestimados (1897). Não é avesso à existência de uma pequena escola náutica, mas observa que as expedições nela organizadas pouco adiantaram sob o ponto de vista geográfico, se tomarmos em conta o número de anos e caravelas consumido; quase sempre tiveram por objectivo rapinas e escravatura (1894).

Nos princípios do actual século, Raymond Beazley, insigne historiador da geografia, consagrou páginas eloquentes a D. Henrique. Guia da expansão da cristandade em regiões ignotas, ele libertou-se de obsoletas especulações medievais e procurou determinar o contorno do continente africano pela observação directa, rasgando assim largas perspectivas à nova geografia. Sua vida, mais de estudante que de estadista, não é explicável sem lhe dar por base um trabalho consciente e original na teoria da terra, não menos que na sua exploração. Em Sagres ou em Lagos estabeleceu o estudo sistemático das ciências aplicadas, e com feição prática que tornou sua obra superior à da antiga universidade de Alexandria. No lugar algarvio construiu o primeiro observatório astronómico de Portugal; ali traçou planos de descoberta, cartas, ajustou instrumentos, armou navios, consultou relatórios dos seus capitães com mapas e com narrativas de passadas viagens. A par do movimento cartográfico da época, foram-lhe presentes um mapa-mundi desaparecido que o irmão D. Pedro trouxera de Veneza, e alguns dos sete principais que nos ficaram dos séculos xiv e xv, desde o de Marino Sanuto (1306) até o de Frei Mauro (1460). Devem-se-lhe importantes melhoramentos na feitura dos nossos mapas e no material náutico no citado planisfério de Frei Mauro e na escolha das caravelas para a faina das descobertas.

Este formoso quadro não escapou a críticas.

Assim Jules Mees procurou demonstrar que era puramente lendário o binário escola-observatório no Algarve; o belga, aliás admirador do Infante, nega-lhe qualquer progresso científico ou instrumental, sendo o aperfeiçoamento na construção de navios o único que se pode referir à sua época (1903).

O malogrado cientista Luciano Pereira da Silva diz (1921) que no palácio do Infante tinham honroso acolhimento os que cultivam as artes e ciências auxiliares da navegação: astrónomos, roteiristas e cartógrafos, construtores navais e de instrumentos. Fundou-se uma escola nova, de observação directa da natureza, que ia suplantar a de Alexandria, e cujos discípulos

tinham por bancadas de estudo as pranchas das caravelas. A coragem ousada era a primordial qualidade requerida, e não qualquer grau universitário. Julga Luciano que o Infante conheceu os *Libros del saber*, mandados coordenar pelo sábio Afonso X de Castela, e se socorreu de vários mapas medievais derivados do portulano normal, lembrando o já citado de Sanuto, o de Petrus Vesconte de 1320 e o Laurenciano de 1351.

Apesar de repetidas estocadas, a famosa escola ou academia ainda hoje escabuja. A Jaime Cortesão parece ocioso o debate. *No sentido comum e estrito da palavra - escreveu em 1931 - dum lugar de ensino com organização própria e distinção marcada entre pessoal docente e discente, tal escola nunca existiu. Mas no sentido lato da expressão, pode afirmar-se que a casa do Infante, sempre aberta a sábios e viajantes estrangeiros, foco de estudos e investigações científicas animado dum sêde ardente de saber e daquilo a que já poderemos chamar o método experimental aplicado ao conhecimento da navegação e da geografia, foi a melhor e mais fecunda das escolas e laboratórios. Não sei se foi no seio deste areópago, se no remanso do seu gabinete, que o príncipe fixou na caravela o tipo de navios mais adaptados aos descobrimentos, merecimento que Cortesão lhe confere, na esteira de Mees.*

O ilustre historiador português, que procura conscienciosamente estribar-se em testemunhos e documentos contemporâneos, não hesita quanto aos dotes científicos do Infante. *Que ele próprio fôsse homem de estudo se depreende das palavras de Azurara. Noites a fio, sem dormir, passava a trabalhar e tudo nos leva a crêr que maiormente se dedicou aos estudos da astronomia e geografia. Azurara e Cadamosto, que viveram na sua intimidade, concordam em afirmar os seus grandes estudos e competência, a mais designadamente ácerca do movimento dos corpos celestiais. Do seu interesse pelos estudos astronómicos se infere pelo grande número de físicos, quási todos judeus, que teve a seu serviço. Com efeito, naquela época a ciência médica e a astronómica, melhor diríamos astrológica, coincidiam por via de regra nos mesmos individuos. Só assim se explica que, entre 1440 e 1450, os documentos mencionem cinco físicos do Infante. Temos por certo que esta junta astronómica coincide com a elaboração das primeiras regras da astronomia em Portugal. Dos seus estudos de geografia implicitamente se conclue pelas referências de Azurara, Diogo Gomes e ainda dos cronistas posteriores, e igual indício podemos tirar da origem e qualidade de muitos dos colaboradores que chamou para seu lado.*

Sua curiosidade científica está patente, ela é a primeira das cinco razões nas quais Zurara filia a descoberta da Guiné. Revela-a Diogo Gomes, dizendo: *«Em tempo o Infante D. Henrique, desejando conhecer as regiões afastadas do oceano occidental, se acaso haveria ilhas ou terra firme além da descrição de Ptolomeu, enviou caravelas para procurar terras». A própria dúvida sobre Ptolomeu, àquela data autoridade incontestada, revela uma atitude científica.*

É claro que possuía uma vasta cultura cosmográfica, bebida em aturadas leituras.

Não lhe podia ser estranho o tratado da esfera de John Holywood (Sacrobosco), manual astronómico em voga no século xv, e certamente conhecia o livro *Imago mundi, do cardeal d'Ailly*, duas vezes citado por Zurara, uma das obras que com aquele tratado *porventura mais poderosamente contribuíram para a formação cosmográfica dos grandes navegadores, e foi o principal inspirador de Cristóvão Colombo*. Não lhe escaparam os livros de viagens, como o *Livre des merveilles*, de João de Mandeville, ou o *Libro del conocimiento*, onde um suposto frade mendicante descreve, supostamente em 1359, suas supostas viagens através do mundo conhecido. À luz desta larga erudição devemos encarar os grandiosos planos do Infante, que não se limitou a iniciar o rodeio da África, para a Índia, como é corrente, mas também tentou – segundo Cortesão – atingi-la pela via misteriosa do Ocidente, que mais tarde sulcou Colombo.

Bem poderia eu alongar a precedente resenha, mas ela basta a mostrar que, a começar em Barros e com raríssimas excepções, todos quantos se ocuparam do Infante assinalam sua alta cultura. A moderna crítica não lhe concede, é certo, génio inventivo, nem a criação do binário escola-observatório, mas reconhece-lhe estudos clássicos, competência astronómica e vasta erudição geográfica, colhida em livros e de homens práticos em coisas de África.

Tornemos agora atrás, a rebuscar informação nos escritores anteriores a Barros, dos quais é possível extrair alguma.

Não encontrei por ora mais de seis: Alvise de Cadamosto, Zurara, Mateus de Pisano, Diogo Gomes, Duarte Pacheco Pereira e Rui de Pina. É pequeno o número, mas de sobra compensado pela qualidade, porque todos são contemporâneos do Infante. O primeiro e o quarto navegaram ao seu serviço; o segundo teve com ele relações pessoais e foi cronista da sua empresa marítima; no seu tempo viveu o terceiro na corte, onde foi mestre de el-rei, e antes da sua morte nasceram os dois últimos.

Vamos ver os novos depoimentos, de autoridade claramente superior à dos posteriores, não confirmam a elevada cultura do príncipe. Em tão pouco até a apreciam os depoentes que a passam em silêncio, quando era de esperar lhe dessem realce, sequer por cortesia. Depois de admirar o anverso da medalha, em brilhante relevo, vem a surpresa do reverso, embaciado e liso. [...].

Idem, Ibid., pp. 122-131.

JAIME CORTESÃO (1884-1960)

Doc. 27 – O designio do Infante

Já frisámos que o infante D. Henrique foi sóbrio e austero de virtudes. Não adorava o fausto e o bulício da corte; e Cadamosto vai encontrá-lo, em

1454, na Raposeira, onde, «por ser remota do tumulto das gentes e propícia à contemplação do estudo, ele habitava de preferência». Esta solicitude em buscar auxiliares e hóspedes de toda a Nação revela, pois, antes preocupações de investigador científico; e, à luz das mais vastas possibilidades de conhecimento e informação, devemos estudar os seus desígnios.

Ainda hoje se debatem, e debaterão, opiniões contrárias sobre a espécie de causas que provocaram o movimento dos Descobrimentos portugueses e sobre a amplitude do plano respectivo em tempo do infante D. Henrique.

A nosso ver, e antes de mais nada, essas divergências provêm quer da credulidade de certos historiógrafos que tomam à letra o relato das crónicas oficiais, esquecendo que as conveniências do Estado obrigavam com frequência a uma política de sigilo, quer duma incapacidade, por carência de erudição ou de imaginação criadora, para abranger no seu complexo de ambições comerciais, sentimentos religiosos, ideias científicas e preparação técnica, todos os factores, de cujo feixe espectral clarearam as luzes do Renascimento. Segunda causa, não menos grave, de incompreensão, provém do erro de considerar o Infante como o criador, o fautor e responsável único da obra das navegações portuguesas, esquecendo os antecedentes decisivos do passado, e que ele foi, como se verá, o que diríamos em linguagem dos nossos dias, um comissário das Nações, e até certo ponto da cristandade, para os Descobrimentos. Finalmente um erro psicológico não menos explica certas falhas de visão: o vício de considerar o homem em geral e os grandes homens em particular, como feitos dum bloco, petrificados nas suas qualidades ou defeitos, e não seres plásticos em evolução, e em cujo espírito trabalham em equilíbrio por via de regra instável, tendências antinómicas.

Nalguns trabalhos nossos, procurámos demonstrar não só que uma sistemática política de sigilo presidia os movimentos da expansão marítima dos Portugueses, mas que as próprias crónicas coevas, quando não foram sequestradas, sofreram mutilações por vezes essenciais que, maugrado o zelo encomiástico dos cronistas, eles apoucam os objectivos da empresa dos Descobrimentos. Há, para ter uma visão completa, tanto quanto possível, que fazer a crítica das fontes oficiais e completá-las com toda a espécie de documentos acessórios e quantas vezes de origem clandestina.

Repita-se que é impossível dissociar na génese dos Descobrimentos, os motivos espirituais dos meramente utilitários; e de entre os primeiros considerar apenas o aspecto religioso. Será desde logo e também apoucar o horizonte histórico. Se é certo que num escol restrito de pensadores, ao conceber a ideia de expansão, se pode presumir dominassem as razões de carácter espiritual, sem nunca, aliás, se perderem de vista as necessidades económicas, é certo haverem estas, de preferência, convencido e impulsionado as grandes classes, em conjunto, e mais aquelas que consentiram, solicitaram ou realizaram a grande empresa. É no seu complexo de causas que tem de se estudar os objectivos da empresa nacional.

Erro fora também aquilatá-los como se, pelo infante, apenas tivessem sido concebidos. Num pequeno estudo, há anos publicado, tentámos demonstrar

que o plano dos Descobrimentos é obra dum escol nacional, dentro do qual há que assinalar os principais responsáveis na direcção política da Nação, durante os três primeiros quartéis do século xv, ou sejam, D. João I, D. Duarte, o regente D. Pedro, D. Afonso V e D. João II. «Os primeiros e definitivos passos no caminho da expansão marítima, dissemos nós, deram-se durante o reinado de D. João I. Logo três anos depois de Ceuta, começámos a ocupar e povoar o arquipélago da Madeira; a breve trecho seguiam-se as primeiras tentativas de descobrimento ao longo da costa de África; em 1424 o infante D. Henrique dirigia uma expansão de conquista, aliás pouco frutuosa, contra as Canárias; e finalmente, cerca de 1431, iniciava-se o reconhecimento do arquipélago dos Açores. Tudo isto se deu em vida de D. João I; e um destes actos do longo plano, que então iniciávamos, a tentativa da conquista das Canárias com uma forte armada, foi de grande dispêndio para o erário real».

É evidente que todos estes actos não só não foram estranhos à vontade do monarca, mas antes ele reflectidamente os consentiu ou ordenou.

D. Pedro é certo que procurou contrariar com prudentes razões a empresa infeliz de Tânger. «Isto não impediu, dissemos também, que ele enquanto ocupou a regência do Reino, durante os dez anos da menoridade de D. Afonso V, facilitasse por vários modos a empresa do irmão navegador, premiasse os navegantes que mais longe levavam as suas explorações, que ele próprio enviasse navios seus ao descobrimento e se ocupasse da colonização da ilha de S. Miguel».

Deste dois dirigentes, com tão alto e prudente sentido da sua função de governantes, não pode imaginar-se que deixassem de pesar ou de antepor aos interesses da fé, todas as promessas de carácter utilitário, no sentido mais largo da palavra. Do próprio infante D. Henrique poderemos afirmar, como adiante veremos, que desde certo momento em diante, as razões de carácter prático preponderam em seu ânimo. Concebido nos ardores da fé e do sentimento e na ignorância das dificuldades mais gravosas, o plano dos Descobrimentos por certo evoluiu no espírito de D. Henrique, com a maturidade da inteligência e do saber e a constante e fecunda lição das realidades.

Quando se teria formado no ânimo dos dirigentes nacionais o plano de expansão marítima? A nosso ver, nos anos que antecedem imediatamente a tomada de Ceuta, realizada em 1415. A conquista e ocupação desta cidade, testa duma estrada comercial para a região do oiro, chave do Estreito, comporta do comércio do Levante com o Ocidente, sentinela e guarda avançada contra as incursões dos corsários muçulmanos às costas portuguesas, foi, segundo cremos, uma espécie de prólogo ao vasto plano de expansão, medida prévia de segurança e primeira etapa necessária no longo caminho a empreender.

A nomeação, no ano seguinte, de 1416, do infante D. Henrique como governador de Ceuta, representa para nós o traço essencial de ligação entre esse primeiro acto aos que vão seguir-se. É sabido que na iniciativa e organização da tomada de Ceuta, João Afonso, o vedor da fazenda de D. João I,

tomou parte essencial. Pois no segundo acto da grande empresa, o reconhecimento da Madeira em 1418, vai por capitão e a mandado do Infante, segundo as crónicas, João Gonçalves Zarco, neto de João Afonso, conforme rezam os nobiliários. Isto nos permite supor que ao primeiro passo em as navegações não fosse estranho o mesmo poderoso ministro que sugerira o acto de conquista, inicia-segundo nexos, pois, entre um e outro.

É em 1421, segundo Azurara, que começam as tentativas anuais de descobrimento ao longo da costa de África, seguidas em 1424 do primeiro ensaio de conquista das Canárias. A quem possam afigurar-se demasiadamente longos os intervalos de tempo entre estes vários actos, para que se admita entre eles continuidade, temos de lembrar que a falta de preparação técnica e as dificuldades financeiras do Estado, agravados com a ocupação de Ceuta, tornavam inevitáveis as delongas. Assim, só em 1431 deve ter começado o reconhecimento do arquipélago dos Açores.

Cabe aqui perguntar: quando na mente dos governantes surgiu o pensamento de alcançar a Índia?

Supomos que muito cedo, aquando o projecto de Ceuta ou pouco depois. Vemos que as tentativas ao longo da costa de África não tardaram em seguir-se. Com que fim?

É à luz da vastíssima cultura geográfica do Infante que temos de encarar a questão. De que ele procurasse alcançar os centros produtores do oiro, não pode duvidar-se. Nas cartas da escola de Malorca – o mestre Jaime deve ter entrado ao Serviço do Infante pouco depois de 1420 (segundo G. de Reparaz Júnior) – figurava o baixel de Ferrer em demanda do rio do Ouro, e sabemos, pelo *Libro del Conoscimiento*, quanto esse pensamento era comum ao escol peninsular. Uma e outra fonte de cultura sugeriam igualmente, principalmente a última, a viagem através da África até o reino do Preste João. Mas como não surgir do mesmo passo o pensamento de alcançar a Índia, se a cartografia de então com a forma triangular da África o sugerira igualmente e havia mais dum século que os Genoveses o haviam tentado realizar? Se a bula de 1454 já não permite dúvidas quanto a esse propósito, outros factos, a nosso ver, atestam anteriormente a sua existência. Antes de mais nada, tratava-se do magno problema do comércio europeu, como já vimos. Lisboa, empório cosmopolita onde formigavam mercados das nações mais interessadas no tráfico levantino, escala desse comércio, e porto por excelência da Europa para as viagens transoceânicas, possuía eminentes condições para a compreensão e solução desse problema.

Também, na corte de D. João I e D. Filipa de Lencastre, não faltavam entusiasmo e fé católica capazes de entender, no plano meramente religioso, as vantagens, tantas vezes apregoadas, de combater a hegemonia muçulmana no oceano Índico.

Estes problemas era de há muito debatidos pelo escol europeu; nestas circunstâncias, arrojo e fantasia fora supor que não se estudassem na corte tão culta de D. João I, quando as Espanhas haviam tão largamente contribuído para criar aquilo a que chamamos a *teoria da expansão geográfica da Cristandade*.

Na *Crónica da Guiné*, de Azurara, não obstante ter chegado até nós mutilada, como provámos no nosso estudo *Do Sigilo Nacional sobre os Descobrimentos*, ainda assim quedou o rasto de que esse pensamento preocupara o Infante, desde os primeiros passos na empresa. No capítulo VII da sua crónica enumera Azurara as cinco razões que levaram o Infante a enviar navios à conquista da Guiné e são: 1.ª aquela que diríamos de interesse científico («por aver de tudo manifesta certidam»); 2.ª a do interesse comercial; 3.ª a do interesse militar, isto é, conhecer o poderio dos Mouros naquelas partes; 4.ª e 5.ª de interesse religioso. E se então nada refere sobre a Índia, no penúltimo capítulo do livro escreve:

«Cynco razões pus no começo deste livro por que o nosso magnanimo principe foi movido a manddar seus tantas veses sobre o trabalho desta conquista; e porque das quatro me parece que vos tenho dado abastado conhecimento nos capitollos onde falley da devisom daquellas partes do Oriente, ficame para diser da quinta razão...» Ainda que estes capítulos a que o cronista se refere falem na crónica, deste simples passo resulta claramente que no ânimo do infante, aquelas quatro razões se relacionam como Oriente, e a própria mutilação dessa parte da crónica revela a importância transcendente que se ligava ao projecto de alcançar a Índia. Um illustre historiador tentou demonstrar ultimamente que o projecto de alcançar o Oriente se deve no ânimo do Infante exclusiva ou quase exclusivamente a móveis religiosos. A semelhante concepção terminantemente se opõem o anterior depoimento de Azurara; a prudência política do monarca, em cujo tempo se iniciou o plano; o espírito da época, de há muito eivado de preocupações utilitárias; o próprio temperamento do Infante, tão dado a tais cuidados; e finalmente a feição marcadamente comercial que a empresa das navegações vem a tomar ainda em tempos de D. Henrique, como adiante se verá.

Não se esqueça que o Infante mostrou sempre a maior solicitude pelo desenvolvimento da agricultura nas terras da Ordem de Cristo, de que foi governador; pelo desenvolvimento e criação de indústrias, como a da pesca, a da moagem, a do coral, a do fabrico do açúcar e finalmente da tinturaria; e que mostrou o maior zelo na exploração comercial das terras descobertas. Entre os seus maiores títulos de glória deve contar-se a rara intuição que teve da importância do tráfico do açúcar, então considerado especiaria, e cuja cultura e fabrico introduziu na ilha da Madeira, iniciando assim o alargamento do cultivo dos produtos exóticos para transformação dos mercados. Essa feição eminentemente prática do seu espírito, o seu talento de administrador e a sua rara visão, como *inventor*, em matéria mercantil, não permitiriam, se outros motivos não existissem, supor que, em seu ânimo, as razões comerciais não inspirassem também a empresa dos descobrimentos.

Entendemos, pois, que o objectivo longínquo das navegações dos Portuguezes, foi desde logo o comércio oriental, tendo como objectivo próximo, o comércio do ouro e dos produtos tropicais, ao longo da costa de África. Que ás razões utilitárias se acrescentassem no espírito dos diri-

gentes políticos os propósitos de ordem religiosa, não duvidamos igualmente. Maior relevo merece a afirmação de Azurara que, não só menciona desejo de «aver de tudo manifesta certidam», isto é a curiosidade científica. Outro dos cronistas do Infante, Diogo Gomes, confirma esta asserção, quando diz a propósito do descobrimento dos Açores: «Em tempo o infante D. Henrique, desejando conhecer as regiões afastadas do oceano Ocidental, se acaso haveria ilhas ou terra firme além da descrição de Ptolomeu, enviou caravelas para procurar terras».

A própria dúvida sobre Ptolomeu, àquela data autoridade incontestada, revela uma atitude científica.

Resta-nos averiguar como, na mente do Infante, se planeou a empresa de alcançar a Índia. Seria apenas pela tentativa de circum-navegar a África? Embora as provas escasseiem, temos por mais provável que haja planeado igualmente alcançá-la pelo ocidente, segundo o projecto posterior de *Toscanelli e de Colombo*. O livro do cardeal d'Ailly, tão cheio de sugestões dessa viagem e principal inspirador de Colombo, foi conhecido por certo de D. Henrique. Azurara cita-o e aproveita-o mais do que uma vez na sua Crónica. Aliás, o Infante não podia ignorar o livro das viagens de Mandeville, tão conhecido na época, onde pela primeira vez a sugestão apareceu. E que, em meados do século xv era comum a ideia de atingir o Oriente, atravessando o Atlântico, sabe-se também pelo livro de Gilles de Bouvier, escrito nessa época.

Nos paços do Infante, onde se hospedavam sábios e viajantes de toda a Nação, versando assuntos de geografia, incrível fora que esse pensamento não tivesse ecoado; e só por essa inspiração explicamos as expedições, em seu tempo, a ocidente dos Açores, e uma delas, a de Diogo de Teive, tão demorada e pertinaz, e por consequência tão custosa.

Jaime Cortesão, *A Expansão dos Portugueses no Período Henriquino*, Lisboa, Livros Horizonte, 1975, pp. 59-68.

Doc. 28 – Homem medievo e moderno

[...] Colocada no crepúsculo de duas Idades – uma que agoniza, outra que desponta –, a personalidade do Infante funde em si as maiores aspirações das duas, e pode afirmar-se que foi ao mesmo tempo um retrógrado e um vidente, um homem do passado e um precursor.

Animado, em pleno século xv, pela fé ingénua e anacrónica dum cruzado, possuía todavia a inquietação, o apetite de saber, a sede experimental e a segurança metódica, enfim uma excedência humana que o tornam principalmente um homem do Renascimento. A nosso parecer são as suas ousadas inovações de homem de ciência e a profunda visão e espírito organizador de estadista que lhe dão o grande lugar que tem na história.

Iniciando o estudo metódico dos agentes físicos à superfície do Oceano, elegendo o tipo de navio mais adequado às novas explorações – a carave-

la -, introduzindo definitivamente os processos astronómicos em a navegação, criando enfim o método e o plano dos Descobrimentos, foi um dos profetas da Era Nova, aquela em que o homem tomou pela primeira vez conhecimento consciente do planeta que habita.

Por outro lado, ao inaugurar com tamanha segurança e espírito inovador a colonização portuguesa no Atlântico, iniciava a formidável expansão dos povos europeus e a sua hegemonia sobre a humanidade dos demais continentes.

Profeta duma Idade, foi-o igualmente da Nação, cuja fisionomia ideal delineou, forjando com ciclópico esforço sua maravilhosa missão na história.

Compreende-se assim que Beazley o enalteça, erguendo-o à categoria de primeiro entre os homens que provocaram os maiores progressos da Humanidade, chamando-lhe «o verdadeiro *leader* dum Renascimento e duma Reforma.»

Idem, Ibid., pp. 89-90.

Doc. 29 - O papel do Infante D. Henrique

Não pode, por conseguinte, negar-se que a coroa tenha assumido repetidas vezes as responsabilidades do financiamento da empresa da expansão, nos seus actos mais custosos, nem que ao Infante D. Henrique caiba a parte primacial na direcção e execução dos descobrimentos no período que chamamos henriquino e que decorre entre o descobrimento do arquipélago da Madeira (1418) e 1460, data do seu falecimento. Nos 45 anos que vão desde a tomada de Ceuta até este último ano dá-se a mais decisiva revolução em Portugal: a que lança o seu pequeno povo no caminho do descobrimento do planeta.

Se o Infante D. Henrique foi escolhido por seu pai para exercer o cargo que chamamos de *comissário real para a expansão portuguesa*, similitudes de carácter o devem ter aconselhado a essa escolha. Ambos eram realistas, áspers, obstinados, autoritários e talhados para a acção. Para se aquilatar do carácter do monarca recorde-se que a expedição a Ceuta esteve a pontos de malograr-se, já quando a frota navegava nas águas do Estreito de Gibraltar, e foi devido à vontade firme e esclarecida do rei que o assalto se realizou.

Esboçou-se nos últimos anos em Portugal um movimento de revalorização da figura do Infante D. Pedro como homem de Estado, indo-se até atribuir-lhe a criação do plano dos Descobrimentos e, muito especial, do caminho marítimo para a Índia das especiarias. A opor-se a essa audaciosa hipótese basta recordar que o Infante D. Pedro esteve ausente de Portugal entre 1424 e 1428, exactamente no período em que se iniciam as porfiadas tentativas da conquista das Canárias (1424, 1425 e 1427) a posse da Madeira, o descobrimento dos Açores, facto da maior importância, como

havemos de ver, na história das nossas navegações, muito provavelmente as actividades cartográficas de mestre Jaime de Maiorca e se prosseguem as primeiras e malogradas tentativas para dobrar o Cabo Bojador. É neste período de tamanha importância para os inícios dos grandes descobrimentos portugueses que D. Pedro se ausenta de Portugal — e demos a palavra a seu irmão mais velho, de tão autorizado testemunho — «com pequena tenção de voltar a esta terra». [...]

Se quisermos ser fiéis à verdade histórica, forçoso nos será fugir ao desejo de encabeçar num homem o que pertence a muitos e deixar a elaboração inicial do plano dos Descobrimentos, em seus últimos fins, no limbo do anonimato.

D. João I e seus filhos foram, sim, os mandatários, conscientes ou inconscientes, do pensamento dalguns mercadores cosmopolitas, que imaginaram realizar com maiores benefícios o tráfico do ouro e dos produtos orientais por caminhos novos, mais longos, mas sem a intervenção de intermediários e concorrentes ávidos; de estadistas sacros ou profanos que pesaram na balança do tempo os avanços e ameaças do poderio do Islão; e de alguns ardentes franciscanos, ortodoxos ou heterodoxos, mas iluminados pelo amor e pela dúvida — a dúvida, que é a forma desesperada do amor.

Se os factos até agora cronologicamente concatenados permitem esclarecer os problemas da inspiração cosmopolita e o carácter de empresa do Estado da expansão portuguesa, embora sob a direcção pessoal do Infante D. Henrique, desde 1413 que eles denunciam uma tão larga visão que desde logo implicam a elaboração progressiva dum plano.

Menos dum ano volvido sobre a conquista de Ceuta, já o Dr. Gil Martins, membro da delegação portuguesa ao concílio de Constança, se refere à cidade como «porto e chave de toda a África e átrio dum largo caminho para a expansão da Cristandade». Pela bula de 4 de Abril de 1418 se vê também que o rei já naquela data pretendia levar a sua acção, «não só à África, mas às outras partes convizinhas, para reduzir os sarracenos e outros infiéis», isto é, quando menos, às Canárias — pensamento que se repete dois anos mais tarde na bula que entrega ao Infante D. Henrique a administração da Ordem de Cristo. Mas este objectivo não podia deixar de incluir-se desde as origens, como um corolário, na tomada de Ceuta. Uma das causas dessa conquista inicial, não se esqueça, foi a rivalidade com Castela e a necessidade duma compensação de poderio que impedisse a nação rival de continuar no caminho da expansão atlântica.

O pensamento da expansão portuguesa afunda verdadeiramente as suas raízes até à batalha de Aljubarrota. Nasce primordialmente da vontade de independência. Ceuta destinava-se, desde a origem, a pesar na balança do poderio entre as duas nações. Afastar Castela das Canárias correspondia ao mesmo objectivo. Implicava igualmente a realização de todos os projectos que podiam ter por base aquele arquipélago: dum lado, a ocupação dos arquipélagos da Madeira e dos Açores e as sondagens no Atlântico ocidental; do outro, o descobrimento da Guinéa e das ilhas fronteiras, tal como

figuravam aliciantemente nos mapas catalães. E, com efeito, logo após são redescobertas e ocupadas as ilhas da Madeira e Porto Santo e começavam as tentativas de descobrimento ao longo das desabridas e áridas costas de África que antecedem e seguem o Cabo Bojador. Por outro lado, a carta atlântica de 1424 suscita ou denuncia projectos mais vastos de descobrimento, muito provavelmente na base, anacronicamente adoptado por Colombo, duma falsa proximidade entre o Extremo Ocidente e o Extremo Oriente, banhados ambos pelo Oceano Atlântico, isto é, de alcançar a Índia em viagem transatlântica directa.

Idem, Os Descobrimentos Portugueses, vol. II, Lisboa, Livros Horizonte, 1975, pp. 376-381.

Doc. 30 – O espírito de cruzada

[...] A fé religiosa e nacionalista dos portugueses, profundamente impregnada de franciscanismo e laicismo, temperada pela dúvida e, por consequência, pela compreensão, pouco tinha do espírito de Cruzada. A Cruzada foi um movimento de catolicismo militante, essencialmente anti-islâmica. Dizer espírito de Cruzada o mesmo é que dizer intolerância religiosa e negação humana, numa das suas formas mais agudas.

Que esse espírito, ou melhor, os seus símbolos, deram por vezes aspecto formal à expansão portuguesa, não há dúvida. Conhece-se, como vimos, a descrição da cerimónia solene em que os soldados da expedição a Tânger se cruzaram, isto é, pregaram grandes cruces sobre as vestes, na Sé de Lisboa, antes da partida. A bandeira de Cristo, ou seja, da Ordem de Cristo, figurava, no exército em marcha, de Ceuta para Tânger, «em nome da Cruzada», como afirma Rui de Pina. A Ordem de Cristo, sucessora dos Templários, encarnava em Portugal por função e definição, dada pela bula pontifícia que concedeu a administração respectiva ao Infante D. Henrique, o velho espírito de Cruzada. D. Henrique foi, por tendências de ânimo e de formação profissional – vá a palavra –, um dos mais típicos representantes desse espírito em Portugal. E, porventura, terá sido essa uma das razões pelas quais o Infante, que subestimou o valor do adversário, tenha falhado em Tânger. Mas, espírito precursor do Renascimento, como seu irmão, foi ainda mais sensível às tendências do seu tempo e do seu meio. *Mestre* laico, místico de acção, cavaleiro e mercador, que renovou uma ciência – a geografia – e enriqueceu o tráfico cosmopolita, D. Henrique foi o mais rico de capacidades e contradições íntimas, entre os *altos Infantes*.

Todos os factos e comentários que acabamos de expor não tendem de forma alguma a diminuir a importância da fé como móbil de acção. Pelo contrário. A heterodoxia religiosa em Portugal filia-se desde o priscilianismo numa fé sem intermediários com a Divindade, religião de laicos ou em que os laicos partilham largamente das responsabilidades do sacerdócio.

Esta fé, que no individuo concentrava todo o ardor da crença, equivalia a uma mobilização mais imperativa das vontades e, quando sob a devoção e a inspiração predominante do Espírito Santo, implicava a expansão proselitista.

A priori, esta exaltação laica da fé valia mais como móbil de acção do que as formas congeladas da crença que delega e poderemos concluir que não bastava a esperança de lucro, tão incerto, a dar ânimo aos homens que dirigiram e, mais que tudo, realizaram através de perigos inimagináveis a epopeia de mergulhar no desconhecido e revelar o mistério do mundo.

Para descobrir é necessário saber duvidar. E os descobrimentos em Portugal fazem-se sob o signo da Fé e da Dúvida. Assim, com maiúsculas, como substância viva do espírito criador. Foi nesse ambiente que Portugal avançou em grandes corações e em certos espíritos superiores se acendeu o lume do subtil entender, expressões com que el-rei D. Duarte assinalava os novos ânimos e entendimentos.

Nestes traços que acabamos de bosquejar se contém, ao que pensamos, o carácter original da nação. No século xv os portugueses ou os filhos dos portugueses de Aljubarrota fundiram no mesmo culto a fé religiosa e humana, o espírito descobridor e, por consequência de dúvida, e a exaltação patriótica. Sentiam-se investidos duma missão divina que lhes era própria.

Já sabemos que na prática, em contacto com os homens de outra raça ou crença, os guerreiros e os descobridores desmentiram com frequência os princípios morais do Cristianismo, cujo símbolo cosiam nas vestes de cruzados ou pintavam no treu das velas. Fatalidade terrível da condição humana, que condena o individuo a trair a cada passo, em nome do animal cúvido e cruel, os seus mais elevados ideais éticos ou religiosos! Mas nem todos traíram. E, como veremos, a história guarda desde os primeiros tempos exemplos de alta humanidade.

Idem, Ibid., pp. 391-393.

Doc. 31 - As contradições do Infante

[...] Tudo bem pesado, o Infante oscilou, na complexidade do seu carácter, cultura e acção, entre duas épocas - a Idade-Média e o Renascimento - consideradas nas suas directivas essenciais. Colocado entre as duas, como um fiel de balança, pendeu pouco a pouco e cada vez mais para a última, que melhor se casava com a sua estrutura íntima.

Foi, é certo, nas primeiras décadas da sua vida activa, um cruzado medieval, mas no aspecto negativo da palavra - o anti-muçulmano. A inumana cena da partilha dos escravos em Lagos, a que ele preside impassível, do alto do seu cavalo, tal foi descrita pelo insuspeito Azurara, é um teste fundamental e irrecusável. Esse cruzado era mais capaz de acender-se

no ódio contra o islamita, do que no fogo do amor e da caridade cristã. A expansão missionária, tão predominantemente encarada nesse tempo pelos franciscanos, tão-pouco o interessou. Procurou, sim, organizar a igreja nas novas terras conquistadas, descobertas ou colonizadas, Ceuta, Alcácer, Madeira, Açores, Arguim, Guiné. Nesta última e, conforme o testemunho de Diogo Gomes, o abade de Souto da Casa haveria estado em função missionária, mas a pedido dum potentado negro e a instâncias do almoxarife de Sintra.

Seja como for, o Infante foi irrecusavelmente homem de ardente fé católica. Bastaria a documentá-lo o seu testamento, em que se ocupou durante os últimos meses de vida, encerrado na Vila do Infante. Esse documento é, aliás, o mais eloquente testemunho da sua estranha missão de fervor religioso, senso prático e capacidade administrativa. Por todos os séculos dos séculos, nas igrejas das suas vilas e das imensas terras que mandou descobrir se haviam de rezar missas pela sua alma e ele indica, um a um, todos os templos, quer os que existiam, quer os que haveriam de existir, os dias da celebração, o carácter do officio divino, os legados para esse serviço e o modo de fiscalização respectiva; e ao alcaide de Tomar, vila e sede da Ordem de Cristo, de que foi governador, deixa o cargo remunerado de «provedor da sua alma», que para todo o sempre pague, zele e vigie esses cuidados.

Mas o que transparece com mais evidência na personalidade do Infante é o *homo economicus*, que pretende dominar a natureza e as técnicas para produzir e adquirir riqueza, quer para si, quer para a grei a que pertence. Não nos esqueçamos que o Infante mostrou sempre a maior solicitude pelo desenvolvimento da agricultura nas terras da Ordem de Cristo, de que foi governador; pela criação de feiras nas suas cidades e vilas; pelo desenvolvimento e criação de indústrias, como a da pesca, a da moagem, a do coral, a do fabrico do açúcar e, finalmente, da tinturaria; e que evidenciou igualmente o maior zelo na exploração comercial das terras descobertas. [...]

Este homem económico, que norteia a acção pela utilidade e o lucro, permanece íntegro na vida e obra e em todos os aspectos, quer no político, quer no religioso. Ao fim e ao cabo, toda a sua política se resumiu em resolver, em benefício de Portugal e contra o Islão, os grandes problemas do tráfico da Cristandade. É homem de fé, dele poderíamos dizer que foi um místico, incontemplativo, um místico da acção, à maneira de Santo António ou Santo Inácio, absorvido e devorado por uma ideia, em cujas aras tudo sacrifica até a vida dos irmãos. A sua personalidade e obra nascem e desenvolvem-se como uma árvore, já inata na semente.

Dizia Goethe, nas suas conversações com Eckermann, que nos fortes caracteres há rasgos fundamentais que determinam o desenvolvimento ulterior da personalidade. Assim, aquela feição eminentemente prática do espírito do Infante, a sua capacidade de administrador e aguda visão, como inventor em matéria mercantil e industrial, vão determinar a sua acção e os seus processos de acção. Quando ele assume a responsabilidade de prosseguir a expansão, iniciada pelo pai, depressa reconhece que o melhor

meio de alcançar o ouro, o marfim, os escravos e os cavalos africanos, não é o de conquistar mas criar mercados; e, por isso, devemos considerar como uma das suas mais típicas inovações, germen de tantas outras, no decorrer do século seguinte, a fundação da feitoria de Arguim numa ilha junto da costa, com o objectivo de desviar para ali, na base das mesmas trocas, o tráfico das caravanas entre Marrocos e o Sudão.

A escolha dos servidores, o monopólio como meio de anular a competição, a prática do segredo para guardar o monopólio, o recurso a um direito internacional, que a igreja representava, como garantia suprema contra a concorrência dos demais estados, a própria organização financeira do seu commissariado nacional para os Descobrimentos — tudo esbraceja do mesmo tronco e recebe seiva da mesma raiz.

Mais de uma vez assinalámos o grande número de físicos judeus ou de estrangeiros, que estiveram em contacto íntimo com o infante, ou, mais directamente, a seu serviço. Quanto aos físicos, judeus ou não, sabido que a Medicina e a Astrologia coincidiam, por via de regra no mesmo individuo, é de supor, que mais como astrólogos, isto é, astrónomos, que como médicos assistissem o Navegador. Com efeito, foi-nos dado apurar em documentos avulsos, alguns dos quais já citados por Viterbo, os seguintes físicos do Infante: Mestre Lançarote (1443), Mestre Johane (1444), Mestre Rodrigo (1455), Mestre Guedelha Goleimo (1445), Samuel Goleimo (1453) e Isac Franco (1455). Acrescentemos a esta longa lista o «doutor Mestre Afonso, físico do Infante», que deve ter exercido as funções nos últimos anos da sua vida. Não ficará por aqui a lista; investigações posteriores poderão avultá-la. Três deles são provavelmente judeus; e o que torna mais interessante este facto é que na carta de D. Afonso de 1451, em que se concede a Mestre Guedelha Goleimo o uso em todo o reino da arte de cirurgia, pois tinha sido examinado por Mestre Gil, cirurgião-mor, se acrescenta: «... isto não obstante se ter proibido aos físicos e cirurgiões judeus usar das ditas ciências».

A par dos físicos e astrólogos, o Infante teve a seu serviço um matemático bolonhês, o P.^o Egidio, que foi professor de matemática; o cartógrafo judeu-converso Jaime de Maiorca e, por certo, António da Noli, discípulo do cartógrafo Agostinho, seu irmão; a seu serviço esteve Patrício de Conti, cônsul veneziano em Portugal e, muito possivelmente, da família de Nicolau de Conti, cujas viagens renovaram, no seu tempo, a cartografia da Ásia; com ele colaboraram, como associados à empresa mercantil, o veneziano Luís de Cadamosto e o genovês Usodimare, peritos no comércio das especiarias e dos produtos marroquinos; em sua casa andou e em caravela sua navegou Valarte, súbdito do rei da Noruega, país que monopolizava então o comércio com a Islândia e a Gronelândia, e o mesmo, provavelmente, poderemos dizer de Loland, o passavante de Cristiano I da Dinamarca; junta-se-lhe o mercador de Orão que informava o Infante, conforme o testemunho de Diogo Gomes; e, enfim, além de flamengos e alemães, os mouros, os canários, os negros da Guiné e os abissínios, que lhe serviram de intérpretes.

Há neste conjunto uma possibilidade vastíssima de informação científica, em particular a geográfica; e a lógica do carácter do Infante, inteiramente dominado pela ideia do descobrimento geo-económico, exige que ele se tenha aproveitado desses numerosos servidores, como fontes de conhecimento e instrumento do seu plano.

Mas, se alguma dúvida pudéssemos alimentar sobre o seu desejo veemente de informar-se, outros factos nos convencem de que o Infante procurou por todos os meios inteirar-se dos melhores conhecimentos geográficos do seu tempo. Quando D. Afonso V encomenda, em 1457 ou mais provavelmente no ano anterior, um planisfério a Fra Mauro, cartógrafo de Veneza e, por consequência, em contacto directo ou indirecto com a cultura geográfica muçulmana, bem podemos concluir que por detrás do rei *Africano*, sempre muito mais preocupado com os problemas da expansão em Marrocos, está sim, a curiosidade ardente do Infante, seu tio. O mesmo e por idênticas razões podemos afirmar da visita feita por embaixadores portugueses, em Julho de 1459, ao sábio florentino Paolo dal Pozzo Toscanelli, autoridade na ciência geográfica do seu tempo. Sabe-se pelo diário de Francesco Castellani, igualmente florentino, que naquela data Toscanelli mandou pedir o seu «Mappa mundo grande storiato e compiuto di tucto», para mostrar aos enviados portugueses de D. Afonso V. Estava na razão Azurara, quando entre as razões que tinham movido o Infante a mandar os seus navios explorar as costas desconhecidas da África, dava proeminência à curiosidade científica, à vontade de «haver de tudo manifesta certidão».

Daquelas inquirições na cartografia italiana uma conclusão podemos tirar: o Infante procurava, acima de tudo, informar-se das possibilidades de alcançar o Índico por via marítima, pois por forma indirecta no planisfério de 1457 e declarada no de Fra Mauro se punha e dava solução teórica a esse problema; e nos dois avultavam ao termo dessa via as Índias das especiarias. Mais um motivo para termos por certo que as Índias asiáticas constituem o alvo supremo do seu plano. Outra razão nos convence dessa amplitude do objectivo e nos inclina vivamente a supor que no tempo se hajam realizado viagens de descobrimento, que nos são desconhecidas. É certo que o Infante dispôs de somas enormes, quer produto de bens e actividades pessoais, quer dos da Ordem de Cristo, para financiar a sua empresa. Buscar e com ardor os meios de realizar foi um dos rasgos mais vincados do seu carácter de homem realista. Mas, não obstante a sua fortuna imensa de proprietário e monopolista de indústrias, sabemos por alguns documentos avulsos que ele recebia do Estado e por forma regular, como *assentamento*, isto é, inscrição no orçamento, como hoje diríamos, vultosíssimas quantias. Assim, numa carta de quitação a Gonçalo Anes, almoxarife da Guarda das quantias que rendeu o dito almoxarifado no ano de 1436, se apura que foram entregues ao Infante D. Henrique 26 contos e 507 mil libras «para o assentamento de Ceuta», no ano de 1437. Tamanha verba no orçamento do Estado, compreende-se, não obstante, sabendo-se que o Infante até 1450 foi governador de Ceuta. Mas, em 1454, quando de todo entregue aos descobrimentos e à exploração rendosíssima das terras

descobertas, ele recebia 16 contos de «assentamento» e os dizeres do seu testamento levam a crer que se tratava de uma renda anual, que se prolongou durante três anos após a sua morte.

Para nos darmos conta da importância excepcional destas quantias, observe-se que o assentamento da rainha nos anos de 1452, 1453 e 1454 estava longe de perfazer os dois contos e que o total das moradias da casa real não passava de 155 714 reais.

Pelas próprias palavras do testamento do Infante ficamos sabendo que o rei lhe atribuiu aquele assentamento, «por três anos depois da minha morte para descarregamento da minha consciência, as quais rendas são as que se seguem, a saber, o meu assentamento e as sabedorias e as Ilhas da Madeira e Porto Santo e a Deserta e Guiné com suas ilhas e toda a sua renda e o quinto das enxávegas e as corvinas e Lagos e Alvor». Ora o principal objecto do descarregamento da sua consciência, como se depreende do próprio testamento era o pagamento das dívidas «que forem sabidas por escrituras ou por outra certidão ou por juramento que honestamente deva ser crido que eu devo de cousas que por meu comprador ou por outros meus oficiais ou por mim foram tomadas [...] e assim de alguns serviços ou carretos [...] e depois disto se forem achadas outras dívidas que as paguem de qualquer guisa que seja, contanto que sejam certas».

E é principalmente por esta angustiosa preocupação da última hora e pelas enormes rendas que menciona, a receber três anos para aquele pagamento, que podemos ter ideia de quanto o Infante morreu endividado apesar dos seus novos e grande rendimentos de Arguim e da Guiné. Esta circunstância faz supor despesas incalculáveis e um âmbito maior da sua empresa, totalmente ignorado.

Apesar dessa ignorância, podemos afirmar que com o Infante D. Henrique começa na história da geografia e da Humanidade uma época nova e decisiva. Homem de génio, mas da genialidade peculiar aos homens de acção, ele possuía a capacidade realista de passar fulgurantemente do pensamento ao acto, mais por impulso elementar do carácter que pela consciência elaborada das razões. Pertencente à singularíssima geração dos inclitos Infantes, não foi filosofante como el-rei D. Duarte, nem tão culto, no sentido humanístico da palavra, como D. Pedro, o Regente, tão justo e humano como o Infante D. João, ou santo como o *Infante Santo*. Não foi seguramente o mais intelectual dos cinco irmãos, mas teve, mais que nenhum outro, o poder de intervir no curso da história, quer do seu povo, quer da Humanidade.

Em vão procuraremos nele um equilíbrio normal de qualidades. O que, em seu detrimento, aproxima muitos os chamados grandes homens de certos tipos inferiores e delinquentes, é que em todos eles há qualquer coisa de disforme e monstruoso. O código da sua lei interior é outro do comum. Simplesmente, aos homens do tipo do Infante move-os uma fatalidade juntamente cega e iluminada.

Com ele e pela primeira vez, o pensamento da exploração do planeta se transforma no plano duma nação, se vitaliza como método, assume carácter

orgânico e científico e adquire continuidade ininterrupta. Graças a ele, estudaram-se os ventos e correntes do Oceano. Criou-se para dominá-los o instrumento próprio dos descobrimentos, a caravela. Introduziram-se na arte de navegar novos tentames para observar por meios astronómicos as latitudes. Modernizou-se a cartografia, abolindo as ilhas fantásticas e transformando-a em espelho de realidades experimentadas. Deu-se aos velhos *portulanos* do Mediterrâneo a vastidão inédita de roteiros atlânticos. Introduziu-se no barco o escrivão, que passou de simples escriturário a geógrafo e cronista. Iniciou-se o serviço novo e poliglota dos intérpretes, que propiciaram o descobrimento geográfico e permitiram o contacto com as novas humanidades. Inauguraram-se novos métodos de exploração comercial e de colonização: o monopólio das técnicas, a adaptação de produtos exóticos nas terras novas, a companhia, a donatária e a feitoria-Castelo. Mais que tudo, o Infante acendeu em Portugal o espírito descobridor, transmitindo a todo um povo a sua própria chama.

Paremos nesta carreira e façamos alto em nome da recta e justa medida. Quando se considera o valor dos chamados grandes homens, há que distinguir entre o indivíduo em si, como possibilidade própria, e o que nele pertence ao espírito e às irresistíveis tendências duma época.

Todos os homens são potencialidades latentes, que só as circunstâncias de momento permitem realizar-se plenamente. Mas aqueles a que chamamos génios da acção são quase sempre receptores, mais aptos a dar expressão às ansiedades secretas dum mundo, que só eles avistam. O herói, no sentido de Carlyle, é tanto mais representativo, quanto melhor sabe exprimir esse desejo latente e indefinido.

A debilidades de atenção e memória dos homens tende a esquecer esta realidade sedentária e a consubstanciar numa individualidade simbólica a complexa e indiscriminada criação das colectividades. Todos os grandes homens são, em maior ou menor grau, usurpadores de glória alheia. Os louros que lhes cingem a fronte ganharam viço no sangue das multidões anónimas.

O Infante D. Henrique concentrou, sim, nas suas mãos a força, mais que dum povo, de toda a cristandade para moldar um Homem Novo, ávido de Universo. Conta Azurara, na sua *Crónica*, que um certo Álvaro de Freitas, homem fidalgo de Aljezur, convidado por Gomes Pires, quando se encontravam, com suas caravelas, no arquipélago de Arguim, a prosseguir viagem de descobrimento até à Guiné, respondeu que não era homem para falsear companhia e iria, se necessário fosse, até ao *Paraíso Terreal*. Ao contrário desse mito geográfico que os cartógrafos medievais situavam no Extremo-Oriente, o mundo descoberto pelos portugueses era outro Paraíso, onde nascera outro Adão, mais do que nunca sedento dos frutos da Árvore da Vida e da Ciência.

O maior mérito do Infante foi haver moldado com barro português e dado o sopro definitivo e criador a esse homem Novo, o homem do Renascimento.

VITORINO NEMÉSIO (1901-1978)

Doc. 32 - Balanço de Sagres

Se o *Leal Conselheiro e a Arte de Cavalgar* insinuam o retrato de D. Duarte através das pequenas confissões, do exame aos problemas humanos, ao trem de vida, à arte da guerra, à caça, a figura do Infante D. Henrique é bem mais difícil de esboçar. Falta o testemunho auto-revelador da linguagem em quem se servia apenas de letrados e de escrivães de pureza para comunicar por escrito. As frases «*Dou-vos a Deus! Sejais de boa ventura*», que Zurara teve a inspiração de fixar quando o Infante despedia os que lhe não agradavam, tornam-se preciosas na medida em que são o único som de voz que dele nos chega vivo. Em comparação com este flagrante de biógrafo, muitas falas que Fr. João Álvares põe na boca do Infante D. Fernando ao longo de uma intimidade soam a arredondamento.

O retrato físico também não é garantido. Nas tábuas de Nuno Gonçalves, se ele lá figura de facto, a estilização hierática transpõe-no. À iluminura, da *Crónica dos Feitos de Guiné* de Zurara, no códice de Paris, falta a barba, que, apesar de «*um pouco escassa*» segundo o cronista, era atributo fisionómico da grandeza e da cavalaria, tal como orna o relevo edicular que representa o Infante nos Jerónimos, embora de cinzel tardio.

Resta o desenho verbal que nos deixou Zurara, mas quase tão feito de «*sinais particulares*» como num Arquivo de Identificação de hoje em dia: a «*carnadura grossa*» e os «*largos e fortes membros*»; a cor «*branca e corada*», tisonada com o tempo; a «*cabeladura*» «*algum tanto alevantada*»; a semelhança com o pai, de quem tão-pouco temos senão um par de feições hieratizadas de orante.

Mais consistente é talvez o retrato psicológico: a cobiça de «*acabar grandes e altos feitos*», o domínio de si, o bom acolhimento de grande senhor na austera continência. Raro bebia vinho; passou toda a vida por casto e usaria cilício. Finalmente, as exclamações do apologista, tão sinceras de tom, diante de uma vida inteira dada a devassas de mar: «*Oh quantas vezes o achou o sol assentado naquele lugar onde o deixara o dia dantes*», etc., «*cercado de gentes de diversas nações*».

Este passo de Zurara atrai necessariamente o delicado problema de Sagres como residência e escola. Casa senhorial tinha-a o Infante, a maior do reino no volume de privilégios fiscais e de criadagem escolhida, já que a do Duque de Bragança seu irmão bastardo teria mais latifúndios. Mas os bens de raiz da Ordem de Cristo, que lhe estiveram nas mãos como governador dela, asseguravam-lhe também, com o ducado de Viseu e o senhorio da Covilhã, grande património disponível.

Como administrador do Grão-Mestrado a sua sede foi Castro Marim, depois Tomar com as outras cabeças da Ordem. Duque e senhor, andaria às vezes com a Corte até à morte do pai; depois sempre mais ou menos arredado, mas também com paço em Lisboa. Aí vivia até à tomada de Ceuta (1415), que, valendo-lhe o governo do Algarve como testa das coisas

africanas, o atraiu para o Sul. Passando a mandar «cada ano dois e três navios» a sondar o Bojador, era natural armá-los mais facilmente ali. Mas até ter residência no Sudoeste Algarvio mediaram cerca de vinte anos. Com a morte do pai, em 1433, deixaria Lisboa de vez. Cinco anos depois tinha residência em Lagos, o porto de base da expansão.

A nossa força de hábito às capitais e sedes de governo fixas, bem como à noção consuetudinária e civil de domicílio necessário, não nos deixa entender de uma vez para sempre a mobilidade residencial dos homens da Idade Média, essa espécie de ubiquidade exigida pelo carácter plurilocal da administração e da fruência, de que resultavam as cortes e estâncias familiares sucessivas, ao sabor das colheitas e arrecadações de rendimentos, o fisco e a justiça ambulante, a peregrinação religiosa, o direito de albergue e de aposentadoria. Assim, sabendo que o Infante exerceu a maior parte da sua actividade no Algarve, queremos-lo por força num sítio só: polarizamo-lo em Sagres.

Das terras de que o Cabo de São Vicente é a maior avançada ao mar, Sagres, o cabo mais recortado (ou outro desfeito pelo tempo, se o de Terçanabal era distinto), tivera povoação muito antiga, destruída pelos Mouros, além de dificilmente sustentável como lugar povoado, dada a aspreza do clima e do terreno, varrido pelos ventos e pelos efeitos das vagas ao largo da região. Só algumas léguas para dentro se encontram culturas e árvores. O zimbro é a vegetação mais apta àquelas rochas. O tojo lá vinga um pouco, e quase que apenas as estevas põem uma nota alegre, alva e envernizada, na Primavera da falésia, com os seus estames de ouro que a ressalva não deixa durar muito...

A primeira e principal morada do Infante, ainda eventual em 1437, seria naturalmente na vila portuária: Lagos. Lagos antepara as investidas piratas dos alarves, que como vimos, lhe tinham roubado os sinos, o que a «filhada» de Ceuta vingou içando-os na mesquita purificada e logo consagrada a Santa Maria de África. Lagos era varadoiro de caíques e estaleiro de bordos mais proeiros. Uma vasta região de frutas e de mimos tinha seu empório nela.

Terra já fundamente marcada pela vida burguesa, o Infante, que não era propriamente seu senhor embora recebesse as rendas dela e da vila de Alvor, depois tão cara a D. João II, preferira naturalmente instalar-se e aos seus domínios, fora mas perto dela. Além disso, a favor de Sagres e do Cabo de São Vicente militava a circunstância de serem atalhas do Oceano, referenciadas pela escassa mas importante navegação que, do Norte ou de Levante, rumava ao largo.

Esses navios pertenciam aos maiores armadores das repúblicas do Adriático, de Espanha e do Norte da Europa, que asseguravam as comunicações mercantis entre o Mediterrâneo e o Atlântico. Zurara o diz eloquentemente, falando do cabo de São Vicente: «*ali onde se combatem ambos mares, scilicet: o grande mar Ociano com o mar Medioterreno*». Convinha pois atraí-los como fontes de informação do marear de longo curso, da proveniência das mercancias, do pessoal experimentado e dos recursos em dinheiro para as empresas navais.

Arruinada há muito a povoação primitiva, o Infante concedeu um plano de povoamento naqueles sítios «ermados», como se diria então. Para isso lhe foi doado em 1443 em 1448 o cabo de Trasfalmenar, identificável com Sagres. Seriam casões destinados aos apetrechos navias, decerto um pequeno paço senhorial com cómodos para pilotos naturais e estranhos em trânsito, casario para mesteirais e servidores que ali fixassem famílias, a costumada capela e aposento para alguns clérigos. O todo perfaria a chamada Vila do Infante, cuja edificação este vigiaria de Lagos ou talvez instalado na povoação natural mais próxima, a Raposeira, légua e meia para dentro do conjunto a que se chama Sagres.

Terçanabal é um topónimo obscuro, a que se atribui origem árabe, pretendendo-se identificá-lo com *Carphanabal*, uma das fortificações tomadas aos Moiros em 1189. A designação significaria «Cabo de Aníbal» (... Hannibalis, com acento na penúltima). Há quem o vincule ao actual Cabo Sagres, e quem o considere nome de uma terceira saliência, pois haveria três (*Trasfalmenar* – por *tarf-al-menar*, – ou Cabo da Almenara ou torre da vigia; Terçanabal e Sagres) colocando-se aí a povoação do Infante. Mas a derivação *Carphanabal/Terçanabal*, mesmo através de um hipotético *Terfanabal*, é foneticamente impossível, a menos que a assimilação ou etimologia popular interviesse, com *terça*: pelo que só com fantasia linguística é possível ligar a forma a uma palavra composta cujo segundo elemento viesse de um púnico alatinado *Aníbal*.

No Cabo de São Vicente, antigo Promontório Sacro, havia um santuário consagrado ao mártir de Saragoça, cujo corpo uma tradição hagiográfica dava arribado ali e cujas relíquias, depois transferidas para Lisboa, lá eram veneradas. Daí a designação de «Cabo de São Vicente do Corvo», numa relação do século XIII. O árabe Edrisi elogia a cordura e os recursos dos guardiães do sítio, a que iam muitos peregrinos, tantos cristãos como moiros.

Dizia-se que corvos sem idade, lá sustentados em respeito de terem acompanhado e defendido da rapina o corpo do santo diácono, avisavam com tantos gritos quantos os romeiros chegados o pessoal da hospedaria. O santuário atraiu naturalmente um mosteiro. O Infante edificou uma igreja a Santa Catarina, que ficava fora da vila, e restaurou uma ermida em Vale Santo, cerca de seis quilómetros a nordeste do promontório, no sentido da actual Vila do Bispo. De nada disto porém parece haver vestígios, nem de um forte existente no Beliche.

No tempo de Zurara havia apenas planos de fortificação «com algumas poucas casas», o que leva a crer que Vila do Infante não se chegasse a concluir, nem de longe, como D. Henrique a sonhara: para abrigo e vigia das tripulações dos navios que, saindo do Mediterrâneo, demandassem o Norte e vice-versa. Os que vinham de Leste abrigar-se-iam dos ventos de N. e NO. na Mareta, enseada a nascente de Sagres, entre as pontas da Atalaia e da Baleeira; os que dobrado o Cabo de São Vicente, quereriam rumar a Leste, refugiavam-se na enseada maior, a do Beliche, com sessenta metros de alcantil de muralha costeira que a O. a protege contra aquele sector de

ventos, e a E. contra os de E. e SE:, dispondo de três praias de varar: o Tonel, o Beliche Velho e a Polé.

Diz-se que os genoveses se interessaram por esta posição. Dividido entre a Raposeira e as novas pousadas da Vila, ali o Infante recebeu «Aloíso» Cadamosto em 1454, agasalhando-o por seis meses. Ali tratou com Patrício de Conti, cônsul de Veneza, a quem estipendiava. Ali levaria porventura outros pilotos e cartógrafos estrangeiros, de passo ou ao seu serviço. Jácome ou Jaime de Maiorca, conhecido por Jafuda, filho do célebre Abraão Cresques, dizem que trabalhava para ele. O piloto espanhol Juan de Morales é duvidosamente dado como perito seu, bem como o P.^o Egídio, graduado de Bolonha e matemático da cúria de Martinho V, que o Bispo de Viseu trouxera a Portugal.

Como desenhador cartográfico ou mero iluminurista assistia-o Mestre Pedro, crendo-se que o acompanhavam vários físicos e astrólogos, sobretudo judeus, cuja idoneidade científica e contributo especial não são determináveis, mas cujo saber cosmológico e naturalístico é induzido da índole e da tradição astro-judiciária das suas profissões.

Outro aspecto da vida do Infante em Sagres — tomando-se este topónimo, de parte pelo todo, como o meio algarvio compreendido entre Lagos, Raposeira e promontório e entendendo-se, até, «Vila do Infante» como a sua casa algo móvel, que ele projectou fixar cerca desse último lugar — é o centro que ali efectivamente se criou para o apoio das viagens de regresso da exploração africana e atlântica.

Onde recebeu o Infante o delicado presente das «rosas de Santa Maria» que Gil Eanes lhe trouxe de volta do Bojador? Em 1434, a um ano da morte de seu pai, ainda D. Henrique pararia pouco no Algarve, mas foi lá que o piloto tornou. Os ovos de ema ou avestruz com que o regalaram, a pipa de água tropical que lhe trouxeram para beber, tudo verosimilmente são acontecimentos desse Sagres.

Ao Barlavento algarvio chegavam as primeiras amostras de indígenas da costa ocidental da África. Antão Gonçalves, retornando da sua exploração de 1441, fazia-se acompanhar de naturais cuja fala os línguas de bordo não sabiam, e, pelo feito, Nuno Tristão lhe deu solenemente a pranchada de cavaleiro. Entre os cativos vinha um principal, Adaú, asnegue saariano, preciosa amostra humana das rotas de internamento. O mesmo Nuno Tristão veio com trinta indígenas de além do Cabo Branco em 1443. Eram os mensageiros da região do ouro.

A cena mais dramática destas chegadas de cativos é certamente a que Zurara relata no regresso da expedição de Lançarote de Freitas (Lançarote de Lagos, outras vezes chamado «da Ilha»), genro do rico armador Soeiro Gomes, em 8 de Agosto de 1445. Era uma massa imponente de duzentos e trinta e cinco indígenas, que iam das feições caucasóides até às de pele negra dos que então chamavam «etíopes». Não há que negar que tais preias se faziam como caça de escravos, à luz dos princípios e costumes da civilização mediterrânica que a Idade Média em certa medida fora cristianizando, e os portugueses ainda mais.

O quadro que Zurara dá da contagem e da partilha, feitas muito manhã para não encalmar as «peças», é elucidativo. Veio gente de longe ver aqueles bens de fôlego vivo, que iam enriquecer e nobilitar seus donos. Lançarote, cidadão de Lagos, era ali logo cerimonialmente armado cavaleiro pela lucrativa façanha. A fim de se não lesar ninguém nos devidos quinhões, procedeu-se à discriminação equitativa dos escravos mais válidos, para o que houve que separar pais de filhos, irmãos de irmãos. Os tristes choravam e rojavam-se, deprecando o seu deus em cânticos comoventes.

O Infante assistia à parada «em cima de um poderoso cavalo». Do seu quinto legal couberam-lhe quarenta e seis cativos; mas, como grande senhor cristão, deu parte deles a seus criados, instruídos por ele na moderação e na piedade, reservando os que lhe pareceram melhores a Santa Maria de Lagos e ao mosteiro do Cabo, onde um menino negro chegou a ter sacras ordens e a morrer «católico cristão».

Ainda cheio de ardor proselitico aos sessenta e três anos, D. Henrique pôde preludia a desforra do desastre de Tânger ajudando o Rei seu sobrinho a apoderar-se de Alcácer Ceguer em 1458.

Quite com a missão que lhe reservara o seu mundo — «se mais houvera»... (e mais havia!) — finou-se inteiro e quase asceta em 13 de Novembro de 1460.

Vitorino Nemésio, *Vida e Obra do Infante D. Henrique*, Obras Completas, vol. IX, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1991, pp. 105-110.

ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA (n. 1926)

Doc. 33 — O Infante D. Henrique, herói e asceta

Figura invulgar de herói e de asceta, a do Infante de Sagres. Como no-la transmitiram os cronistas, a começar pelo coevo Zurara, dela sobressai, delineado em pinceladas muito vivas, o perfil moral e religioso dum cristão fora do comum. E as convicções religiosas do Príncipe dos mares, que davam vida a realizações de vontade intrépida e entusiasta, vêem-se patentes em muitos documentos, transmissores de seu pensar e acção.

Gomes Eanes de Zurara descreve, no capítulo IV da Crónica dos Feitos da Guiné, «os costumes de Iffante dom Henrryque» e exalta-lhe as virtudes de asceta, absorvido no nobre e santo ideal da obra, a que votara pessoa e haveres. Foi virgem e casto. Apesar das tentativas do pai em casá-lo, como o demonstram as diligências de D. João I em obter do Papa para ele a dispensa do impedimento de consanguinidade, com vistas a futuras núpcias, o infante «toda sua vida passou em limpa castidade», diz-nos o cronista. Dormia pouco. Noites houve em que «seus olhos nom conhecerom sono e o corpo assy austinado que casy perecy a que refformaua outra natureza».

«Constante nas auersidades e nas prosperidades omildoso». Espirito magnânimo e bom, só para si era severo e intransigente. Abstinha-se de vinho. Jējuava quase a metade do ano. Fidelíssimo em executar os mandamentos e simples desejos da Igreja, punha especial cuidado e interesse em tomar parte activa nas cerimónias litúrgicas e contribuir generosamente para as despesas do culto. Dedicava grande afeição e reverência ao clero e pessoas consagradas a Deus.

«Certamente que catholico nem religioso príncipe, exclama Zurara, para concluir, eu nom saberey achar outro que aqieste possa fazer igual. Seu coração nunca soube que era medo senom pecar». [...]

O Infante D. Henrique, pois, além de levar vida de costumes irrepreensíveis, impôs-se à admiração dos contemporâneos por intensa piedade. Como todos os seus irmãos, sem exceptuarmos algum, habituara-se a aferir do valor de toda e qualquer actividade humana pelo serviço de Deus. Mas avantajou-se-lhes talvez na tendência, digamos eclesiástica, de tratar os assuntos ao modo do clero, pelo frequente recurso a fontes da escritura e do Direito Canónico. Disso são exemplo os dois conselhos que sobre a guerra contra os mouros escreveu para el-rei D. Duarte, seu irmão, e para o sobrinho, el-rei D. Afonso V.

Vulto de tal quilate, formado em ambiente espiritual de excepção, havia por força de emprestar à obra, de que era mentor, um cunho de profunda religiosidade, nada vulgar nos leigos. E a nosso ver, corre o risco de falsear o sentido exacto das declarações do Príncipe Navegador, quem pretenda interpretar doutra maneira a actividade desenvolvida à volta da Expansão Portuguesa, propulsionada e dirigida por ele. Por isso também se nos afigura verdadeiro e fiel o retrato do Infante como «asceta dominado pelo sincero entusiasmo religioso de um cruzado votado à defesa da Cristandade», na interpretação de Joaquim Bensaúde. E não receamos subcrever a afirmação de que os seus esforços para tirar partido económico das empresas náuticas eram necessidade imperiosa da falta de recursos para alcançar a derrota do Islamismo, onde quer que ele se encontrasse, e para converter os pagãos.

Dentre os Infantes que tomaram parte na empresa de Ceuta, D. Henrique foi o mais valoroso e entusiasta combatente. E o texto da súplica a Eugénio IV de D. Duarte sobre as Canárias diz-nos que o Infante de Sagres fora chamado por vocação singular a dilatar o nome cristão e de seu pai recebera, como por direito de herança, a incumbência de difundir o Evangelho. [...]

Desta forma, bem se deixa ver como a principal razão do movimento expansionista português estava, segundo o pensar do Infante de Sagres, no serviço de Deus, que era, por assim dizer, a alma do mesmo movimento. É quanto se infere do que fica dito atrás. E se quisermos argumentos ainda mais claros e convincentes para esta tese, tirados das declarações do próprio Infante, basta examinar o parecer já várias vezes aqui alegado sobre a expedição de Tânger e as frases iniciais de algumas das suas disposições testamentárias.

El-rei D. Duarte consultara-o sobre a preferência a dar, como rei, aos seguintes pontos, de capital importância para o seu governo: mover guerra aos mouros ou dedicar-se aos interesses imediatos e internos do Reino. O príncipe abre o parecer com um preâmbulo atinente aos fins que a vida do homem pode comportar. E assim começa por considerar quatro fins na actividade humana: o da salvação da alma, o da honra e o do lucro material. Para ele, só o primeiro, de ordem espiritual, merece considerável apreço. A importância e valor dos outros depende da maior ou menor aproximação e relação com o fim sobrenatural. O prazer do corpo, por temporal e caduco, é o mais insignificante. E o lucro material nem sequer merece o nome de fim, pois sempre anda conjunto a outro fim, bom ou mau, por onde se há-de classificar na ordem dos valores. E assim, continua D. Henrique, «bem se mostra que a fym nossa e de todo bom deue seer em fazer serviço a Deus e em honrra que estas são fyns direitas. E a fym do prazer que vseis nela nom tyueseis coração e do auer que vseis dela pera as outras fijns, mais nom por ela, pois nom he fym». E a guerra dos mouros, esclarece ele, é, antes de tudo, serviço de Deus, imposto pela Igreja e sancionado por milagres do Céu. É a maior honra que pode haver neste mundo. E é também o maior prazer, porque de reflexos eternos. Como *direito christão*, devia o rei lançar-se a tão santo empreendimento, disposto a arrostar perigos, trabalhos e despesas, com os olhos na recompensa eterna, e pôr nisso firme vontade de servir a Deus.

Os Descobrimientos para lá do Cabo Bojador obedeciam ao mesmo princípio religioso do serviço de Deus. Ao referir-se, mais ou menos uns quatro anos antes de morrer, ao motivo que o levou a «enquerer e saber parte, de muitos anos aca, do que era des o dito Cabo de Nam em diante, nom sem grandes meus trabalhos e infijndas despesas, especialmente dos dinheiros e rrendas da dita ordem [de Cristo], cuja gouernança assi tenho», o Infante afirma categoricamente ter então em mente «quando seruiço se a Deus em ello fazer podia», convencido como estava de «os trabalhos dos homens principalmente deuerem seer por serviço de noso Senhor Deus». O proveito material que resultava do comércio nessas paragens, tinha a função de *fazer Cristandade*: «Donde attee agora assi no começo per guerra como depois per maneira de trauto de mercadoria e resgates he vindo aa christandade muy grande numero de infiees catiuos, do qual dando grandes lououres a Nosso Senhor, a mayor parte som tornados aa sua sancta fee. E estaa aparelhada pera muitos mais vijrem. E sendo feitos christãos além das mercadorias, ouro e outras muitas cousas que de laa vem e se cada dia descobrem muito proueitosas a estes rreinos e a toda a Christandade».

Ao povoamento da Madeira e Porto Santo, segundo expressa declaração do Infante, presidiu também o factor religioso do serviço de Deus, como a melhor e mais nobre actividade da sua existência: «...faço saber aos que esta minha carta virem que conhecendo eu como os fectos dos homens nom sam perpetuos e o seruiço de Deus e os seus fectos som grandes e jncomprensuiueis, os quaes per nenhum homem ao todo podem ser conhecidos, por ao dicto Senhor principalmente seruir e adorar, a que sam mais

obrigado naturalmente que a alguma pessoa... comecei de pouorar a minha ilha da Madeira aurea ora xxv anos...»

Com verdade, pois, diziam os embaixadores portugueses ao Papa que o nosso Príncipe, longe de deixar inactivo seu talento, o havia de engrandecer por gloriosos feitos, postos unicamente ao serviço de Deus «...quod longe melius esset talentum sibi traditum fenerari ut tantumden Domino lucrifaceret quam ipsum sub terra abscondere...»

António Domingues de Sousa Costa, "A Expansão Portuguesa segundo o pensamento do Infante D. Henrique", in *Brotéria*, vol. LXXI, n.º 5, Novembro de 1960, pp. 409-421.

ANTÓNIO DA SILVA REGO (1905-1986)

Doc. 34 – A personalidade de D. Henrique, segundo o rei D. Duarte

Conhecem todos o que do Infante afirma a conhecida Crónica de Zurara. É ela, aliás, a principal fonte informativa a propósito da sua personalidade e da sua empresa. Escusam-se, portanto, citações de Zurara, a fim de se vincar a pujante individualidade do Infante D. Henrique. Zurara é, por vezes, acusado de ser apenas panegirista e nada mais. Não há dúvida que o cronista se deixou dominar pelo seu biografado.

Sirvam-nos, portanto, para as *virtudes* do Infante as informações de Zurara. Quanto aos seus *defeitos* – que os devia ter certamente! – temos de nos socorrer doutras fontes. E parece-nos que seu irmão, el-rei D. Duarte, estava em especiais condições de o conhecer intimamente. Eis o que passamos a examinar.

A empresa de Tânger foi resolvida com entusiasmo inferior ao verificado quando do ataque a Ceuta. El-rei D. Duarte, antes da partida, deu interessantes instruções aos Infantes D. Henrique e D. Fernando, assim como ao conde de Arraiolos e aos outros capitães. São destas instruções que recolheremos as passagens que, na nosso ver, podem constituir contribuições para o conhecimento da personalidade do Infante D. Henrique.

A expedição devia obedecer-lhe, como a representante de el-rei seu irmão. Sobre os seus ombros, portanto, recaíam as principais responsabilidades. Estas instruções encontram-se publicadas no I vol. de *Descobrimientos Portugueses*, do Dr. Silva Marques (Lisboa, Instituto para a Alta Cultura, págs. 386-381). Ei-las, nas suas principais passagens:

«Primeyra de tirardes de custume em uosas respostas, loguo farey, ou mandarey fazer tal cousa.

Segundo de poer termo no que aveis de fazer saluo quando muy certo fordes que sem duujda se comprira o que diserdes ou per grande necessidade fordes costrangido de o asy dizerdes.

3a. que uos lembre muyto o que afyrmardes de fazer qua per mingoa de tal lembrança uy muitos falecer do que dizem e prometem.

4a. que nõ queirais mais prazer aos homens que quanto com guarda de

verdade justa e toda maneira virtuosa o poderdes fazer lembrando uos que nõ deues desprazer e deus por comprazer a outra cryatura, e antre os homens se diz quem a todos quer prazer a todos despraz, esto se entende daqueles que por requerer andar a vontade dos outros nõ guardão as uirtudes suso escritas.

Quynta que façais uos feitos em boa ordem e nõ uiuais em comer dormyr ouuir misas e semelhante fora de boa ordenança por que uos obras seguirõ muito a maneira de uoso uyuer, qua o bom costume quando se bem pode guardar de uyuer ordenadamente todo faz obrar com boa ordenança, e todos jnterpretarõ melhor o que fizerdes, e auerão um uos pera merce de noso senhor deus melhor esperança lembrando uos que sescreue de julio cesar que asy sabia seu tempo repartyr que sempre apartua oras çertas em cada hum dia por muyto que ouuese de fazer pera ler a estudar em ditos de sabedores.(...)

Sexta que quanto mais poderdes uos escuseis de dar lyramento em presença das partes por muytos jnconuenientes que delo se seguem em alongar e perder tempo cuydardes as cousas pyor auerdes sanha nos perfias no poderdes auer conselho doutra pesoa nem uoso faleçerdes de uos ditos por toruaçom ou nõ consirardes todo tambem asy jmprouiso someterdes uos a muy desuayrados juizos e a deuasidade que pera todo senhor muyto empece.

Setyma que asy como tendes cuydado de buscar direito que asy sempre sejais auisado de o fazer por justos e direitos caminhos com guarda de uosa uerdade e bom estado.

Oytava que nõ uos metais em desordenadas despesas, por que se nõ poderdes em ysto temperança, nõ uos podes escusar de grandes mingoas prasmos e falecimentos.

Nouena que ponhais bom prouymto no que teuerdes sabendo como se faz, como pertence de os saber hum tal senhor, fazendo bem aos bons serujdores, e aos maus trabucadores e mentideyros nom passem sem pena...

Deçima que nom creais em todo uosso coraçõ por o que uos ja dise alhur uos escreuo nõ ajais as cousas por feitas antes que o sejam mas acabay as perfeitamente e entõ asy todas como claramente souberdes que o são e nõ como uoso coração, de hua parte com desejo de muito fazer quer jngolir ante que bem mastigue, e doutra se faz por hua muy sutil parte de ociosidade por que a uontade e entender com pratica hão por mayor trabalho hũa cousa perfeitamente acabar que de muytas englobadamente cuydar que acaba em as quaes o mais fica por fazer...»

Resumamos os conselhos de el-rei e relacionemo-los com os defeitos que podem sugerir. Isto, é claro, para os que não estão habituados à interpretação de velhos documentos.

O primeiro implica certo espirito de procrastinação. Sugere que o Infante gostava de dizer: *«logo farei...»; «logo mandarei fazer tal coisa»*.

O segundo continua a mesma matéria, frisando a inconstância dos seus actos: *«pôr termo no que haveis de fazer...»*. El-rei admite duas excepções:

a) quando houvesse a certeza do cumprimento do que se afirmava; b) quando houvesse necessidade de proferir tais afirmações.

O terceiro insiste ainda sobre o mesmo assunto, devendo o Infante lembrar-se muito daquilo que tinha afirmado. Podemos, assim, imaginar D. Henrique, no meio do turbilhão de assuntos que o avassalava, voltando-se ora para um, ora para outro, esquecendo o primeiro, dominado pelo segundo, para, logo a seguir, se deixar conquistar por um terceiro, e assim sucessivamente...

O quarto mostra-nos o Infante sob outro aspecto: desejoso de agradar a todos, de a todos cativar: *«lembrando-vos que não deveis desprezar a Deus, por comprazer a outra criatura, e entre os homens se diz «quem a todos quer prazer, a todos despraz...»*. Teria el-rei motivo algum particular em recordar estas verdades a seu irmão?

O quinto refere-se à vida quotidiana do Infante: *«e não vivais em comer, dormir, ouvir missa e semelhante, fora de boa ordenança...»*. Seria, portanto, algo desordenado, sem horário devido nem conveniente divisão do tempo... As suas leituras seriam descoordenadas. D. Duarte recorda-lhe o exemplo de Júlio César e de Nuno Álvares Pereira, ambos modelos de ordem e da competente seriação do trabalho.

O sexto revela-nos o Infante sob aspecto mais agradável. Não devia ele, segundo D. Duarte, proferir despachos ou decisões perante as partes: *«quanto mas puderdes, vos escuseis de dar livramento em presença das partes, por muito inconvenientes que de tal se seguem...»* As suas decisões seriam mais certas e não provocariam inesperadas reacções. Habitado, talvez, ao convívio dos seus criados e dos homens que com ele lidavam, era possível que, várias vezes, tal acontecesse.

O sétimo é a continuação do sexto. O Infante procurava, sem dúvida, o caminho da justiça e do direito. El-rei D. Duarte não lhe põe isto em dúvida. Aconselha-o, todavia, a fazê-lo *«por justos e direitos caminhos...»*, respeitando sempre a palavra dada. Daqui se pode coligir, talvez as suas decisões, muito embora visassem sempre a justiça, nem sempre a tivessem atingido, por interferência de alegação, apelações recursos, etc...

O oitavo é um apelo à economia, à boa administração das riquezas: *«não vos metais em desordenadas despesas...»*. As consequências da não-observância desta regra seriam desastrosas. O Infante dispunha, como se sabe, das rendas da Ordem de Cristo. Estava ela a orientar a empresa dos descobrimentos. Tinha-se gasto muito dinheiro, sem dúvida, tanto na armação e apresto de barcos vários, como também nas recompensas concedidas aos nautas. D. Duarte conhecia tudo isto e, conseqüentemente, julgou oportuno chamar-lhe a atenção para excessos de administração... Tanto mais que, sendo o comandante-em-chefe da expedição a Tânger, devia, naturalmente, ser importunado por fidalgos e capitães... Seria ele, naturalmente, inclinado à munificência, à liberalidade. Noutras instruções dadas aos dois infantes (D. Henrique e D. Fernando), ao conde de Arraiolos e aos vários capitães, refere-se ainda el-rei a este particular de D. Henrique: *«A quarta coisa é que façais todos vossos feitos com bom conselho, e não por seguir*

vossa grande e boa vontade, nem requerimentos doutros...» (*Descobrimientos Portugueses*, I, 385).

Esta grande e boa vontade poderia levar o Infante muito longe...

O nono conselho aplica-se ainda àquela desordem geral que seria a norma da vida de D. Henrique. Parece não ter sido homem metódico, pelo menos tal como D. Duarte o entendia, nem escrupulosamente justo, como convinha fosse um tal senhor: «*que ponhais bom provimento no que tiverdes, sabendo como se faz, como pertence de o saber a um tal senhor, fazendo bem aos bons servidores, e os maus trabucadores e mentideiros não passem sem pena...*». Seria o Infante homem para menosprezar qualquer bom servidor e fiar-se em mentirosos?

Quem o pode imaginar? Sabendo-se como ele apreciava as notícias do Ultramar, não seria difícil aos *trabucadores e mentideiros* iludi-lo com falsas narrativas e conquistar assim a sua simpatia e inevitáveis recompensas...

O décimo conselho, finalmente, esforça-se por defender o Infante contra o excessivo optimismo que dele se apoderaria, por vezes: «*não acrediteis (creais) em todo vosso coração, pelo que já vos disse... não hajais as coisas por feitas, antes que o sejam, mas acabai-as perfeitamente...*». D. Duarte põe-no de sobreaviso contra a geral tendência de querer *engulir, sem bem mastigar*. Era natural que, vivendo imerso nos cuidados, manifestasse opiniões pessoais a respeito do futuro que, após algum tempo, a dura experiência viria negar e desfazer. Ora, isto não convinha a um príncipe de sangue... Não faria melhor D. Henrique esperar, sem anunciar triunfos ou êxitos? Era, efectivamente, a voz da razão e da prudência que assim falava.

Este entusiasmo, contudo, e optimismo exagerado deviam comunicar-se aos homens que rodeavam o Infante. Se, por acaso, ele fosse naturalmente céptico, incrédulo ou desconfiado, poderia ele contaminar os marinheiros e mais pessoa da sua casa, lançando-os para a luta contra o desconhecido, os fantasmas e o Medo? Claro que *in medio virtus...* Mas, entre um excesso e o outro, parece-nos ter sido preferível este optimismo do Infante, este desejo de *querer engulir sem bem mastigar!*

A Intenção do Infante na Expedição de Tânger

Nas *instruções gerais*, a que já referimos, lê-se uma passagem algo enigmática. Transcreve-se, em leitura moderna:

«A vós, Infante D. Henrique, meu muito prezado e amado irmão, pertencem outras cinco coisas: primeira, mui justa tenção e propósito no prosseguimento desta guerra, fazendo principal fundamento, que é servirdes Nosso Senhor Deus, e depois a mim, pois Ele ordenou que eu fosse vosso rei e senhor, por cujo mandamento sois obrigado de pelejar... e posto que vosso coração sinta desejo de honra ou doutras vantagens, as quais por tal guerra espera cobrar, praza-nos de tudo isto esperardes em o que praz a Nosso Senhor...»

Sublinhámos as palavras que nos parecem de particular interesse neste estudo sobre a personalidade do Infante. D. Duarte informa-o de que a expedição a Tânger era, em primeiro lugar, serviço de Deus, e logo a seguir, serviço dele (el-rei). O Infante teria outros fins «...*desejo de honra e doutras vantagens...*» mas devia pô-los decididamente de lado.

O Bojador havia-se dobrado em 1434. Era o caminho aberto para o Sul. A empresa de Tânger, por seu lado, caso se manifestasse tão fácil como a de Ceuta, poderia representar igualmente o rasgar de novos horizontes. Dentro destas realidades, não será muito difícil levantar uma ponta do véu que constituem os sábios conselhos de D. Duarte.

A empresa henriquina desdobra-se em descobrimentos e conquistas. Os descobrimentos tinham chegado, com a vitória sobre o temível cabo, a resultados tais que todas as esperanças eram permitidas. A conquista de Tânger, por seu lado, não seria apenas mais uma praça marroquina encastoadada na coroa de el-rei de Portugal. Seria, ou poderia ser, mais um passo e de suma importância no domínio da África do Norte...

Era contra este optimismo que D. Duarte o desejava premunir?

Conclusão

À luz dos conselhos de D. Duarte, dados nas vésperas de Tânger, em 1437, o Infante D. Henrique aparece-nos sob a sua verdadeira luz: um homem bem português, optimista em exagero, desordenado, loquaz, influenciável, movimentando-se em plena liberdade no meio dos seus homens, aos quais confiava facilmente os seus pensamentos...

O futuro parecia abrir-se-lhe em confidências e promessas. Nem o mar nem a terra seriam capazes de impedir a expansão portuguesa, de que ele era a mola principal. Naquela hora, hora de esperança, tudo parecia possível e fácil.

Tânger foi, todavia, o grande e poderoso travão aplicado à marcha da expansão, momento verdadeiramente crítico. O Infante teria ainda vinte e três anos de vida. Pode afirmar-se que Tânger representa uma linha divisória nos seus esforços de levar a nação para fora do continente europeu. Até 1434 (ano do Bojador), houve que lutar, lutar sempre, sem aparente vitória sobre os elementos. Após este ano, de 1434 a 1438, viveram-se quatro anos de exagerado optimismo. A concordância de el-rei D. Duarte na expedição de Tânger parecia prognosticar as mais risonhas possibilidades.

O desbobinar dos acontecimentos, porém, não seguiu o optimismo do Infante. Após Tânger, tudo mudou. A intriga apoderou-se da vida portuguesa. Desapareceu o entusiasmo. Tudo esmoreceu. A ferida, mal cicatrizada, sangraria a cada passo.

Seja como for, os conselhos de D. Duarte manifestam-nos o Infante como

(1). A idade do Infante D. Henrique era, em 1437, de quarenta e três anos, dado que nasceu em 1394 (M.L.J.)

verdadeiro homem da sua época. E, quanto a nós, parecem-nos tão valiosos como as referências encomiásticas, escritas pelo cronista Zurara.

António da Silva Rego, "A personalidade do Infante D. Henrique", Separata da revista *Ultramar*, n.º 1, Lisboa, 1960, pp. 9-15.

VITORINO MAGALHÃES GODINHO (n. 1918)

Doc. 35 - A virgindade/castidade de D. Henrique

1.º Em *O Leal Conselheiro* D. Duarte por várias vezes aborda o estudo do amor e a discussão das virtudes de castidade e virgindade (caps. XXX, XLV, LIV). Comprazendo-se sempre em dar exemplos da sua corte e da corte de seu pai nunca a tal respeito cita o irmão D. Henrique, como seria natural se este fosse então considerado modelo de virgindade ou castidade. Ora a composição da obra vai até 1438, o Infante já desde 1430 que ultrapassara os 36 anos - logo largamente a juventude.

2.º O mais antigo texto a referir-se à virgindade de D. Henrique, mas que até aqui parece ter escapado a todos os escabichadores destas curiosidades, é uma passagem da *Crónica de D. João I* de Fernão Lopes, o mais tardar de 1445:

«Morto dom Afonso, aquele primogénito a que o Regno avia de vir, ficou dom Duarte, Ifante seguundo, em logno delle per direita eramça. E depois que elle e seus irmãos saíram dos dias da moocidade, ante dos annos da perfeita mamcebia, per graça do Senhor Deos de que todo bem procede, ouveram tall conhecimento de seus preceitos e mamdados, que conformes a elles, sem outra mudamça, com grande amor e themor e ffe leall, nenhua cousa verguonhosa ou darrepemder fizerã per que el Rei seu padre somente hua pra dalgũu delles fose anojado. Ora leixamdo o louvor da virgindade dos que casados nã foram, avemdo assaaz tempo pera elle, e a doce castidade dos que ouveram molheres, como a estoria depois comtara, este husso da samta abediemcia ouveram elles de tal guisa que ...» (cap. CXLVIII).

Os infantes não casados foram evidentemente D. Henrique e D. Fernando, aos quais o cronista atribui pois a virgindade. Ambos ainda em vida - e o primeiro por longos anos -, era temerário da parte do cronista extrapolar para o futuro. Mas que vale tal louvor quanto ao passado até essa data? Fernão Lopes também fala da «doce castidade dos que ouveram mulheres». Ora, como Domingos Mauricio já notou, o fleumático D. Duarte teve um bastardo, o que desmente o louvor da *Crónica* citada. Afigura-se-nos, por isso, que se trata antes de uma construção literária convencional do que de uma informação positiva, até pelos termos gerais em que é apresentada.

3.º A terceira fonte, por ordem cronológica, é *Crónica da Tomada de Ceuta* de Zurara, redigida em 1449-1450 mas talvez remodelação de *Crónica* anterior devida a Fernão Lopes; foi porém provavelmente retocada

depois de 1460. Como vimos atrás, Duarte Leite cita dela o cap. 69, donde se conclui quando muito que aos 22 anos D. Henrique «era pouco de damas», mas não de forma alguma que nunca as frequentava e até cortejava. Aliás o comentário é de quando já completara os 55, como Duarte Leite acentua, e por isso admira que não vá mais longe na celebração da castidade ou virgindade, se a havia.

4.^a A essa mesma data de 1415 reportam-se as recordações de Antoine de La Salle, que na tomada de Ceuta esteve: «Dont ainsi combatant, ledit seigneur don Henry, iij^e filz du roy, josne de xviiij à xx ans et de son aage très bel, de corps grant et puissant, lequel on disoit chaste vraiment, par sa grant vaillance, en poursievant, fust par une traverse rue tout enclos et à peu de gens». *Du Réconfort de Madame du Fresne* data de 1457-1459. É este possivelmente o texto mais antigo a referir-se à castidade de D. Henrique.

5.^a Da *Crónica da Guiné*, possivelmente integração de um Panegírico do Infante de 1453 e de uma *Crónica dos feitos de Guiné*, cerzida depois de 1460, Zurara pinta as virtudes de D. Henrique: «Luxurya nem avareza nunca em seu peito ouveram repouso, porque assy foy temperado no primeiro auto, que toda sua vida passou em limpa castidade, e assy que virgem o recebeo a tera.» (cap. iv).

6.^a Cadamosto redigiu a narrativa das suas viagens, juntando-lhe a das de Pedro de Sintra, depois de regressar a Veneza em 1463, embora sobre minuciosos apontamentos que de Portugal levava: «il qual signor Infante don heurich benche dele sue virtu molte cosse notande se poderia dire tuto me passo sollo a dechiarare che esso fo dado tuto ala militia del nostro signor Jesu Xristo in guerizar a barbarj e combater per la fede. Non uolse mai prender dono soto grande castita. e oseruandose nela soa zouentu molte cosse dignissime in bitalia di mori e per sua propria industria e seno cose digne e de grande memoria.» No texto ramusiano, de meados do século XVI, a passagem importante aparece alterada: «nè volle mai prender donna, sotto grande castità conservadosi nella sua gioventù: molte cose eccellenti in bataglia dé Mori Fece, ...»

Nesta 2.^a versão, teríamos que o Infante não quis casar, conservando-se em grande castidade na sua juventude; enquanto da 1.^a versão parece depreender-se que não quis casar, por grande castidade, observando-se na sua juventude muitas cousas digníssimas em batalha de Mouros, etc.

7.^a No túmulo do comendador-mor de Cristo D. Frei Gonçalo de Sousa, por este mandado colocar em 1469, figura uma inscrição em que esse que foi criado, vedor da fazenda, chanceler e alferes-mor do Infante D. Henrique celebra as virtudes do seu antigo Governador e Regedor. Como sublinhou Duarte Leite, apesar da minúcia em que não falta que não bebia vinho, nunca deu nenhuma cousa ao demo, era muito obediente a seu padre e madre e a seu rei etc., não se faz qualquer referência à virgindade ou sequer castidade – virtudes bem mais dignas de nota, todavia.

8.^a Tais referências reaparecem em dois textos posteriores possivelmente ligados: o de Gomes Behaim e o Münzer. No primeiro lê-se:

«Qui Dominus Infans usque ad mortem virgo permansit». [No segundo: "Joahannes I, rex Portugalliae ex religioso ordinis viridis crucis ad regnum vocatus reliquit filium Eduardum regem et fratrem don Heinricum, qui non nupsit. Qui Eduardus ultra genuit Alfonsum primogenitum, Petrum, Fernadum; Alfonsus rex creatur. Heinricus frater Eduardi virgo permansit.]; e mais adiante: «Heinricus autem quia innubilis mansit, cepit fratris Eduardi filium Fernandum dictum in heredem». Ambas as relações datam da última década do século, embora assentem provavelmente num protótipo português de entre 1466 e 1476. Neste tópico presente, todavia, o mais natural é que Münzer utilizasse uma informação de Behaim, por seu turno haurida em Diogo Gomes. Fica pois este como fonte única, relatada muito tardiamente (o almoxarife já tinha mais de 80 anos) mas sobre recordações pessoais.

9.º A última fonte a engalanar peremptoriamente o Infante com tal virtude parece ser Duarte Pacheco, que no cap. 22 do Livro I do *Esmeraldo de situ Orbis* (1505-1508) escreve: «honde [sua vila de Terçanaval] se afastou com sua casa das fadiguas e maldades d'este mundo e viveo sempre tam virtuosa e castamente que nunca conheceo molher nem beboo vinho nem, foy achado em outro viçio que de reprender fosse, trazendo continuamente cyliçio harredor de suas carnes; * Mas um certo equívoco se insinua nesta frase, pois parece dizer respeito sòmente ao período da vida que começou com a instalação em Terçanabal — já portanto o Infante andava pelos 50, se não os ultrapassara.

10.º Em Rui de Pina e João de Barros, como notou Duarte leite, insinua-se uma ponta de cepticismo: «segundo o que se creu, virgem o comeu a terra», no dizer do primeiro, «se crê que foy virgem», escreverá o segundo. A tradição já não é peremptoriamente afirmada. E Damião de Góis é mudo a tal respeito.

11.º Na 1.º Parte (de 1568) do *Livro das Escripturas da Ordem de Cristo*, eis como o Dr. Pedro Alvares Seco retrata D. Henrique:

«Foy o oitauo Mestre ou gouernador e perpetuo administrador desta Ordem o Iffante Dom Anrriyque. Do qual se pode dinamente dizer que foi Anjo praecursor per graça de Deos enviado aos Reis destes Reinos pera lhes abrir e mostrar os caminhos da nauegação dantes não usada nem sabida pollo maar Oceano e vaso escolhido pera leuar, publicar e praegar o santo nome de nosso Senhor e Redemptor Jesu Christo aas gentes de que nõ era conhecido; virão em seus tempos por sua jnindustria e trabalho os poucos que andauão em treuas a grande luz de nosso Deos, e aos que morauã na região da sombra da morte naceo sua claridade. Foi este glorioso principe o principio e meo per que o nome dos Reis destes Reinos se igualasse aos mais altos que no mundo imperão e reinão, e doutros que lhe erão iguais se apagasse a fama e nome cõ os muy resplandcentes raios de seu poder e nauegações nunca ouidas nem acostumadas ã sabidas dantes. Mediante as quais animadas com a virtude militar inuencivel fez muy claro terriuel e famoso o nome dos Portugueses e dino de ser celebrado e timido em toda a terra, e que as gentes e poucos de toda a redondeza que

destes reinos mujtas mil legoas estão alongadas, de que dantes nhũa noticia auia, fossem a estes Reinos e naturaes delles tam cõuersaueis e assi amigos e conhecidos como vezinhos dante as portas, pera louuor deste santo principe, que este nome merece se deuião deseiar, e empregar não cem bocas e cem línguas, como o poeta deseiaua pera louuar feitos de principes pagãos e profanos, mas infinitas pera dar lououres ao senhor deos que a este Principe fez delles digno.»

.....
(f. 49 v) «Este senhor Iffante nõ foi casado e vivueo sempre muj casta e virtuosamente, possuio a administração do dito mestrado da ordem de nosso senhor Jesu Christo mais de quarenta annos, e falecceo no fim do anno de 1460.»

Assim, Fernão Lopes, Zurara e Diogo Gomes celebram a virgindade do Infante; La Salle, Cadamosto, Duarte Pacheco e o Dr. Pedro Álvares a sua castidade; D. Duarte, frei Gonçalo de Sousa e Góis não se referem nem a uma nem a outra; Pina e Barros citam a tradição da primeira mas sem a corroborarem.

Convém, aliás, distinguir a virgindade da castidade, como vimos que Fernão Lopes distingue. A *Chronica do Condestabre* explica o que pela segunda deve entender-se: «O Cõdestabre foy muy casto de vôtade; e ajuda de feito. Porque elle cõ outra molher nũca dormio se nõ cõ a sua (cap. LXXX). No pseudo-aristotélico *Segredo dos segredos*, traduzido para português no reinado de D. João I ou de D. Duarte, lê-se, sob a epígrafe,

«Da castidade do Rey

Piadoso Emperador nom queirae enclinar vos ao fornizio das molheres porque o fornizio he hũa propriedade dos porcos; que gloria pois he a ti se usares ho vicio das cousas sem razam...» e sob a epígrafe

«Da continencia e descreçam do Rey

Por certo pertence ao Rey antre todellas cousas teer descreçam e austinencia ou castidade...»

Do Infante D. Fernando diz Frei João Álvares que «guardou inteiramente virgindade e nunca conheceo alghua molher» (cap. II)

Quando Eugénio IV em 1439 dispensa os cavaleiros da Ordem de Calatrava para poderem, casar «cum unica et virgine muliere dumtaxat», obriga-os «sed illius loco conjugalis castitatis votum emittere debeant»; e do mesmo modo na bula de Alexandre VI (1496) para os cavaleiros das Ordens de Cristo e Aviz.

Os costumes do século xv levavam aliás a entender de maneira um pouco especial tais virtudes. Assim da casa do Infante Santo é mesmo o seu panegirista que conta:

«Nom consentia que homem seu tevese manceba de cama theuda, e hũ tempo foy que non queria consentir, que as molheres commũes andassem em sua casa, ataa que as consentio por razon e esquivança de mayores males. Com grande cautela andava poer guarda nos moços fidalgos, e nos outros moços que se criavam em sua casa, que ao menos ataa idade de xx annos se refreasem deste viço.» Assim pois D. Fernando preferia consentir

na prostituição a consentir na mancebia. Em 1418 legitimou-se um cantor do Infante D. Henrique filho de um clérigo de missa e de uma mulher solteira. Quando Alexandre VI concede autorização de casamento aos cavaleiros das Ordens de Cristo e Aviz é porque o rei D. Manuel lhe representou que

«milites dictarum militiarum pro maiori parte continentie et castitatis voto q̄d in eorum professione emittunt contēpto, concubinas etiam plures, et in eorum ac praeceptoriarum et prioratum dictarum militiarum propriis domibus et locis nō sine magno Religionis opprobrio publice tenere, et eis cohabitare, ac etiam adulteria cum alijs mulieribus conjugatis comittere nō verentur, ex quo ab eorundem regnorum incolis et habitatoribus maximo odio habuntur, dissensiones et inimicitiae oriuntur, diuersa scandala quotidie concitantur, ac nō parua militum eorundem imminent pericula animarum».

Voltando ao Infante D. Henrique, Duarte Leite fez notar que ele fora regedor e governador da Ordem de Cristo, mas não seu mestre, por caber este título a um freire professo. Não teria pois proferido os votos, contrariamente ao que supusera O. Martins, e por isso, também, ao invés do que este supusera, não seria para lhes não mentir que teria ficado virgem toda a vida. Em Maio de 1420, Martinho V, a pedido de D. João I, nomeia D. Henrique, por morte do mestre Lopo Dias, administrador da Ordem de Cristo, como já em Outubro de 1418 nomeara o Infante D. João administrador da Ordem de Santiago. As negociações para a nomeação de D. Henrique deviam já vir de trás. Ora em 1419 o Rei D. João I pede ao papa dispensa para o seu filho terceiro «cum quacunque persona, in quo cunque gradu, divina tamem lege non prohibito ei conjuncta, contrahere matrimonium et in eo, postquam contractum fuerit, pespetuo remanere libere et licite valeat misericorditer dispensare, prolem exinde suscipiedam legitimam nunciantes, constitutionibus apostolicis et aliis contrariis non obstantibus quibuscunque.» E a dispensa é concedida para além do 2.º grau, por bula de 26 de Outubro. Estes documentos, recentemente revelados (1960), merecem particular atenção. Demonstram não só que D. Henrique não tencionava proferir votos como até que se tratava do seu casamento e fica a impressão de que se pretendia legitimar uma situação de facto, havendo especial cuidado na legitimação da prole. Haverá qualquer relação entre estes documentos e o tal verbete relativo a um certo D. Henrique que Domingos Maurício parece ter visto na Vaticana. É curioso que este historiador termine o seu artigo *História e mitos henríquinos* por esta ressalva algo sibilina também: «Não é que a mancha de ter uma filha natural, a verificar-se, um dia, desdissesse estranhamente duma época...»

Como já Duarte Leite notou, o Infante foi-se todavia tornando com a idade cada vez mais penitente, particularmente desde que sacrificou o irmão mais novo em Tânger. Teria chegado a proferir votos, como Oliveira Martins supôs? O que é certo é que na bula *Etsi suscepti cura regiminis*, de Eugénio IV, datada de 9 de Janeiro de 1443, lemos que D. Henrique, deputado pela Sé Apostólica para a administração espiritual e temporal do

Mestrado da Ordem de Cristo, representara ao Papa «ad eandem militiam gerit devotionis zelo regularem per illius fratres emitti solitam professionem emittere proponit»; por conseguinte, propunha-se a essa data professar como os freires regulares, e obteve de Roma poder continuar, depois dos votos, a fruir e reger no temporal o ducado de Viseu e outros domínios temporais de que dispusesse já. (Silva Marques, *Descobrimientos Portugueses*, vol. I, doc. n.º 327.) Contudo a bula não chegou a ser utilizada; os biógrafos quatrocentistas não referem que chegasse a proferir os votos, nem nos próprios documentos henriquinos posteriores a 1443 há o mínimo indício de se ter modificado seu estado.

O verdadeiro problema não está em que o Infante D. Henrique tenha ou não sido verdadeiramente ileso – virgem, e não apenas casto a partir de certa altura da sua vida. Está, sim, em determinar porque é que alguns dos quatrocentistas celebraram sua virgindade, outros apenas sua castidade – e um terceiro grupo nem uma nem outra. Influência da *Demanda do Santo Graal* e prestígio cultural e literário do seu herói Galaaz o virginal, já modelo de Nuno Álvares, em contraste com o Amadis?

Vitorino Magalhães Godinho, "Duarte Leite e a evolução dos Estudos de História dos Descobrimientos" in Duarte Leite, *História dos Descobrimientos*, Colectânea de Esparsos, Organização, notas e estudo final de Vitorino Magalhães Godinho, vol. II, Lisboa, Edições Cosmos, 1960, pp. 374-382.

Doc. 36 – O âmbito dos desígnios de D. Henrique

[...] Eis como se nos afigura que pode sintetizar-se o problema do âmbito dos desígnios do Infante:

1.º É já tradicional filiar o plano henriquino de expansão nos projectos, de mais de um século anteriores, do veneziano Marino Sanudo e do maiorquino Raimundo Lúlio. Mas a este respeito devem-se a Duarte Leite observações dignas de toda a atenção e que não foram refutadas (*Coisas de Vária História*, págs. 17-19). Haveria ainda que atender a que tais projectos surgiram em meios mediterrâneos por razão de problemas especialmente mediterrâneos que terão desaparecido na primeira metade do século xv e aliás não interessam o Portugal henriquino pois a sua conjuntura económica bem outra era então.

2.º Quanto à filiação do plano henriquino, considerado como visando a Índia asiática, no conhecimento pelo Infante das viagens antigas de circum-navegação africana graças à leitura dos geógrafos clássicos, ela ficou completamente impossibilitada pela peremptória demonstração, devida a Duarte Leite, de que D. Henrique nunca os lera (ver *História dos Descobrimientos*, vol. I, pp. 122-160). Mas há que relembrar ainda outras páginas de Duarte Leite quanto à inviabilidade de tal influência (*Coisas de Vária História*, págs. 19-22).

3.º Supôs Jaime Cortesão em 1924, em *Do sigilo nacional sobre os descobrimentos*, e na sua *Teoria geral dos Descobrimientos* de 1940 (pp. 27-8), que o Infante empreendera um vasto inquérito geográfico no Egipto e Levante e a sua hipótese volta vinte anos volvidos em *Os Descobrimientos Portugueses* (pp. 299-304), sem aduzir todavia novos apoios documentais; e de modo que convém reler as páginas de Duarte Leite relativas à primeira exposição (*Coisas de Vária História*, pp. 27-37).

J. Cortesão alegou, em 1960, as viagens de judeus peninsulares pelo Levante à Índia, referidas por Albuquerque, em reforço da sua interpretação do texto zuzariano. Mas Albuquerque descreve uma conjuntura inteiramente diferente, de meio século posterior.

4.º Através das bulas pontificias tem-se procurado reconstruir o grande plano do Infante D. Henrique de modo a incluir no seu âmbito a Ásia, apesar das impugnações restritivas de Vignaud que em 1930 ainda não tinham convencido Duarte Leite mas a que este aderiu posteriormente. Desde o estudo deste historiador em 1942. De Witte e J. Cortesão de novo discutiram o problema, o primeiro confirmando Duarte Leite, o segundo procurando refutá-lo com elementos que merecem análise.

As bulas de Nicolau V *Dum diversus e Divino Amore communiti*, de 18 de Junho de 1452, concedem ao rei de Portugal o direito de conquista sobre todos os muçulmanos, pagãos e outros infiéis inimigos de Cristo e sobre os respectivos reinos, senhorios, territórios e quaisquer possessões e bens móveis e imóveis, pois esse Rei se mostra santamente disposto a empreender breve tais conquistas. Supôs de Witte que se trata de legitimar uma eventual empresa em Marrocos. É muito possível, mas também se incluem no âmbito da concessão os pagãos — não mouros —, logo deve tratar-se igualmente de assegurar o senhorio da Guiné. Para mais, a bula autoriza «illorumque personas in perpetuum servitute redigendi», isto é, reduzir à escravidão esses mouros e pagãos e outros infiéis; o objectivo primacial, pelo menos tão importante como a conquista, é pois legitimar o trato de escravos que então se desenvolvia — haverá relações com a entrada em funcionamento da sociedade arrendatária dos resgates de Arguim?

É preciso, como já Duarte Leite sublinhou, aguardar pela bula *Romannus Pontifex*, de 18 de Janeiro de 1455, para que apareçam precisados geográficamente os objectivos henriquinos. Louva-se o Infante pela sua participação na guerra contra os sarracenos e por ter povoado de fiéis as ilhas do Oceano. E a seguir vem a passagem essencial: «Preterea cum olim ad ipsius Infantis pervenisset notitiam quod nunquam vel saltem a memoria hominum non consuevissent per huiusmodi Oceanum mare versus meridionales et orientales Plagas navigari illudque nobis occiduis adeo foret incognitum ut nullam de partium illarum gentibus certam notitiam habere-mus credens se maximum in hoc deo prestare obsequium si eius opera et industria mare ipsum usque ad Indos qui christi nomem colere dicuntur navigabile fieret sicque cum eis participare et illos in christianorum auxili-um adversus Sarracenos et alios huiusmodi fidei hostes commovere posset ac nonnullos Gentiles seu Paganos nefandissimi Machometi secta minime

infectos populos inibi medio existentes continuo debellare...» Para isso de há 25 anos que o Infante manda anualmente caravelas «ad perquirendum mare et Provincias maritimas versus meridionales partes et polum Antarcticum», as quais chegaram à província Guiné, ocuparam algumas ilhas e portos de mar e «ulterius navigantes ad hostium [sic] cuiusdam magni fluminis Nili communiter reputati pervenirent».

A discussão tem girado principalmente em volta de dois pontos:

a) quais são as «praias meridionais e orientais»? b) quem são os «Índios que se diz adorarem o nome de Cristo»?

J. Cortesão aduziu que, existindo, segundo Nicolò di Conti, Índias apenas na Ásia, em Roma a interpretação não podia ser outra que a deste veneziano e por isso os «índios» da bula seriam os asiáticos – os cristãos de São Tomé. Houve quem alegasse, doutra banda, que estando a Santa Sé em relações com a Cristandade de São Tomé, não se podia em Roma aplicar o termo *Índia* tanto à Ásia como à África. Não temos todavia nenhuma prova de que era a concepção de Conti que imperava na corte pontifícia: vimos, ao invés, que em Itália e em todo o mundo mediterrâneo era corrente o emprego lato do termo *Índias*, e de igual modo em Portugal. Relembre-se o também veneziano Marco Polo, o genovês Malfante escrevendo de um oásis saariano, o francês Pierre d'Ailly, cardeal; a cartografia catalã localiza o Preste em África mas dá-lo «senhor dos índios» ou «das Índias». Quanto a Portugal, a citação de Gomes-Behaim refere-se sem sombra de dúvida a uma Índia africana, como o próprio J. Cortesão reconheceu.

Esses «índios que se diz adorarem o nome de Cristo», pretendia o Infante alcançá-los para que o ajudassem na guerra contra os Mouros. Zurara explica este intuito no cap. vii da *Crónica da Guiné* – é a quarta razão que moveu o Infante: «de xxxi anos que havia guerreava os Mouros» nunca tivera auxílio doutros cristãos, e por isso «Quería saber se se achariam em aquelas partes alguns príncipes cristãos em que a caridade e o amor de Cristo fosse tão esforçada que o quisessem ajudar contra aqueles inimigos da Fé.» Vê-se pois que é o inimigo marroquino que quer apanhar pela retaguarda, abrindo uma segunda frente; assim índios cristãos só podem ser africanos – D. Henrique nunca estivera em guerra como o Islame asiático. Em que é que os cristãos de São Tomé – Índia pròpriamente dita – lhe poderiam ser úteis contra os Merinidas de Marrocos, ou, caso se prefira, os Mamelucos do Egipto – se não até os Otomanos da Anatólia e dos Bálcãs?

Tais índios cristãos com quem D. Henrique pretendia aliar-se contra os Mouros (de Marrocos) ou contra os Pagãos (da Guiné, sem dúvida) não podem portanto ser asiáticos, devem ser os Abexins, tanto mais que o senhorio do Preste se estendia para oeste quase até o oceano e que as caravelas tinham chegado (a bula o repete) ao rio Nilo (o Senegal e o Gâmbia). Mas podem ainda ser «etíopes» mais ocidentais. Na verdade, em Portugal acreditava-se na existência de cristãos, e até de um reino cristão na Guiné; a quando da expedição de Valarte (1447) o Infante diz-lhe que vá ao Cabo Verde e obtenha segurança do rei dessa terra «porquanto lhe fora dito que é mui grande senhor» e lhe afirmavam que era Cristão; e a con-

clusão de tudo era que se assim fosse, que a lei de Cristo tinha, que lhe provesses ser em ajuda da guerra dos mouros d'África, na qual el-Rei D. Afonso, que então reinava em Portugal, e ele em seu nome, com os outros seus vassallos e naturais continuamente trabalhavam». Boutier e Le Verrier tinham confundido o imperador de Mali com o Preste. Leão o Africano, no séc. XVI — e atravessara o Sáara e visitara cidades negras —, ainda falará de reinos cristãos negros na Guiné.

Repare-se, por outro lado, em que a bula é do mesmo ano da viagem e carta de Usodimare, a qual revela que então se julgava em Portugal estar-se, pelo Gâmbia, a não longa distância do poderoso Preste.

Quanto às «meridionales et orientales plagas», há duas cousas a observar. Na cartografia da época henriquina a África meridional estende-se desmedidamente em longitude, banhada pelo mar Etiópico; é essa imensa costa arqueada que segundo toda a probabilidade se designa por «plagas meridionales». Quanto às «plagas orientales» só podem significar a costa leste do continente africano, pois caso se tratasse da costa hindustânico-decani falar-se-ia de «praias ocidentais» da Índia Maior ou Intra-Gangem (por exemplo). Tanto mais que, como Duarte Leite observou, na bula se referem navegações por mares e a terras ignotas, e a navegação do Índico era conhecida (mas não a partir do oceano ocidental - Atlântico).

Da mesma interpretação e não de outra é passível a bula *Inter Coetera* de 13 de Março de 1456, em que se concede o espiritual das ilhas, vilas, portos e lugares «a capitibus de Boiador et Nam usque per totam Guineam, et ultra illam meridionalem plagam usque ad Indos».

Em suma: quanto às bulas a única interpretação que fica de pé é a restritiva, de Vignaud e Duarte Leite.

5.º Sustentou Duarte Leite que Damião de Góis foi o primeiro a atribuir explicitamente ao infante D. Henrique o propósito de atingir a Índia asiática, e que de 1500 a 1567 todos encabeçam em D. João II este projecto.

Mais recentemente insistiu-se de novo na missiva de D. Manuel ao Samorim, de 1500, e aduziu-se uma passagem de Castanheda que Duarte Leite não citara.

Na carta, aliás bem conhecida deste historiador (que até a discute), exorta-se o rei de Calicute a louvar a Deus porque fez mercê ao mundo de se virem a conhecer e ajuntar e avizinhar por conversação os de Poente e os de Oriente, «estádo as gentes dessas terras e destas tão afastadas hũas das outras do começo do mundo ategora, e tão sem cuydado nem esperança disto, que ho senhor Deos quis que fosse, inspirando averá sessenta annos em hũ nosso tio vassallo nosso chamado ho Iffante dom Anrrique, Pincipe de virtuosa vida e sanctos costumes, que por serviço de Deos tomou proposito inspirado por ele de fazer esta navegação e polos Reys nosso antecessores foy ategora prosseguida». Todavia D. Manuel não declara que D. Henrique pretendia alcançar a Índia de Calicute, mas apenas que começou a navegação que, prosseguida pelos reis (D. Afonso V e D. João II), levou a estabelecer a comunicação dos do *Esmeraldo* ou dos dos cronistas seguintes até Góis exclusivè.

Quanto ao texto pròpriamente de Castanheda, que Duarte Leite não con-

siderou, é o seguinte: «E avião todos por muyto impossivel este descobrimento [o do Gama chegando a Calicut] por aver sessenta annos qqque se andava apos elle sem se poder saber nem rastejar; e parece que por inspiração divina começou ho Ifante dom Anrrique este descobrimento por mar que outro nhũ principe da Europa que erão senhores de muyto mayor estado que ele, porque dele herdassem os reys de Portugal que forão dali por diante este descobrimento principalmente ho invictissimo Rey dô Manuel, pera quem a divina providência tinha guardado ho effeyto dele que era a India, cujo descobrimento estava profitizado dantes pola Sibila Cumea.» A indicação dos sessenta anos sugere que Castanheda aqui glosa a carta ao Samorim que transcreverá adiante. Valem portanto todas as objecções de Duarte Leite contra a data de 1440 para o começo do propósito de alcançar a Índia hindustânico-decani. O que Castanheda diz afinal é que D. Henrique empreendeu o descobrimento donde resultou a chegada a Calicute (o efeito guardado para D. Manuel). O sentido é o mesmo dos outros textos da época.

É possível todavia que a imprecisão de linguagem dos textos de 1500 a 1567 traduza um propósito ou resulte de uma deformação inconsciente. Como notou Duarte Leite, desde D. João II, cujo propósito era declaradamente chegar à Índia asiática das especiarias, a Coroa portuguesa e os meios portugueses estavam evidentemente muito empenhados em que as concessões pontificias a abrangessem e por isso seriam levados a interpretar os *índios* das bulas como incluindo os asiáticos. Por outro lado, a esta interpretação resvalavam inconscientemente pelo facto de, a partir da viagem do Gama, o termo Índia se ter ido restringindo à hindustânico-decani, como vimos, na geografia portuguesa quinhentista. Assim, onde os textos quatrocentistas tinham *Índia* para designar uma região africana e *índios* alguns dos povos africanos, os leitores quinhentistas desses textos eram levados a entender que se tratava, sim, de terras e povos asiáticos. Além disso, a Portugal importava sobremodo reforçar seus direitos graças à antiguidade do propósito - e à inspiração divina dele.

Por todas estas razões, os textos de 1500 em diante não podem, em nosso entender, servir de nada para determinar quais os planos expansionistas da época henriquina. E D. Henrique, se, como seus contemporâneos, excogitou e quis ter informações de todas as Índias - incluindo pois as orientais - não parece ter visado outros objectivos que não fossem Marrocos e Granada, a Guiné com seu ouro e escravos, depois a sua malagueta, a suposta cristandade guineense, o Preste João sobre-Egipto e seus Abexins Cristãos, as ilhas oceánicas a povoar e a valorizar de açúcar, pão e vinho.

Idem, Ensaio II Sobre História de Portugal, 2.ª edição correcta e ampliada, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1978, pp. 152-158.

Doc. 37 - O «espírito de cruzada» e as razões do Infante

Não pretendemos eliminar o individuo da história, nem sequer negar o

valor da análise dos gigantes do pensamento e da acção, como até - não o devemos esquecer - das figuras mais apagadas. Lucien Febvre acaba de traçar vigorosamente o fresco de *Le Problème de l'Incroyance au xv^e Siècle* (1943), em torno da figura central de Rabelais, e ninguém compreenderá o século xvi se não conhecer Erasmo, Lutero, Calvino, Miguel Ângelo, Rabelais, Copérnico, Montaigne, Camões, etc., etc. No entanto, deve observar-se que na sua própria explicação da história da arte como na da literatura se circunscreve hoje muito mais apertadamente o papel dos artistas e dos escritores e se presta atenção mais forte ao desenvolvimento das formas e dos géneros em si, bem como às conexões entre a arte ou a literatura e a sociedade. Aliás Lucien Febvre pretende revelar a significação de um aspecto cultural e não explicar um movimento social. Por outro lado não podem descurar-se as directrizes da incipiente psicologia histórica para a qual Febvre, Lévy-Bruhl, Marc Bloch, Thurnwald, Weber, Sombart, deram sugestivas contribuições, e que introduz a noção de evolução psicológica histórica: ora está por fazer o estudo das condições concretas da vida mental no século xv, e embora Bensaúde e os outros partidários da explicação pelo espírito de cruzada insistam em que é imprescindível despirmo-nos da nossa psicologia de homens do século xx, e situarmo-nos na mentalidade quatrocentista, a verdade é que se têm limitado a generalidades não documentadas e não realizaram uma análise efectiva.

Espanta que nem Bensaúde nem os historiadores da sua tendência examinassem com paciente minúcia as fontes quatrocentistas e quinhentistas para revelar os ideais da época, as correntes de opinião, as concepções morais e a maneira de compreender a religião, o tipo do herói e o tipo do santo, as noções políticas e económicas, e ainda mais surpreende que, atendo-se exclusivamente ao espírito de cruzada, não só o não soubessem discernir de outras manifestações ideológicas como até se esquecessem de o caracterizar. E não se diga que todos sabem o que é o espírito de cruzada, porquanto esta expressão é das mais equívocas, encerra conteúdos variadíssimos e liga-se a muitas outras noções. Devemos distinguir, em primeiro lugar, a ideia de guerra contra o infiel da ideia de conversão pacífica dos não-cristãos. A guerra contra os infiéis podia visar vários objectivos: a) defesa da Cristandade contra a ameaça político-religiosa dos reinos não cristãos; b) ataque ao poderio político-religioso dos infiéis para exaltar a glória da Cristandade; c) reintegração no domínio dos cristãos dos territórios que os infiéis detêm indevidamente (pois a terra pertence a Deus); d) assegurar aos Cristãos bases económicas para a prosperidade material da Cristandade; e) salvação das almas dos cristãos que combatem contra os infiéis (tal guerra é missão religiosa - obra piedosa); f) salvação das almas dos infiéis que foram subjugados, porque o domínio político facilitará o proselitismo religioso; g) danificar os infiéis (o que a pirataria proporciona). Esta enumeração não pretende ser completa mas basta para dar uma ideia da complexidade do problema; acrescenta-se que todos estes aspectos se comprovam documentalmente. A ideia de guerra contra os infiéis não se confunde com a de conversão das almas dos infiéis - o pro-

selitismo. O proselitismo pode realizar-se de várias maneiras: a) conversão puramente pacífica dos infiéis - por missões; b) conversão dos infiéis que forem feitos cativos (procura-se cativar ou comprar infiéis para, como escravos, os cristianizar); c) conversão dos infiéis favorecida pelo domínio político: vê-se que nas duas últimas modalidades o proselitismo se liga à guerra aos infiéis; d) conversão dos infiéis como obra piedosa para assegurar a salvação das almas dos cristãos. Teríamos ainda de integrar a guerra contra o infiel e o proselitismo no conjunto das obras religiosas que a época considerava: resgate de cristãos cativos, esmolas, fundação de igrejas e capelas, dotação de institutos religiosos. Seria imprescindível discutir se o espírito de cruzada é o mesmo no século xv que será no xvi e que fora durante as cruzadas: ora está bem assente que do século xi ao xiii não existiu uma modalidade única de espírito de cruzada mas várias que se entreteceram com ambições políticas, curiosidade pré-científica, cobiça económica, aventureirismo. Aliás o espírito de cruzada sofre modificação larga quando da ideia restrita de libertação da Terra Santa passa à ideia de aquisição de qualquer terra detida pelos infiéis; mas a concepção mais restrita não se extinguiu e ainda no século xvi entra em linha de conta.

Mas o espírito de cruzada e o proselitismo subordinam-se ao serviço de Deus. Quase sempre esta ideia do serviço de Deus anda ligada à de serviço do rei (= serviço do reino) e as duas conexas às de salvação da própria alma, honra própria, acrescentamento de seu estado, e proveito próprio. É complexíssima a análise das relações entre estas ideias, e mal está ainda encetada. No entanto podemos desde já notar: é serviço de Deus que Nuno Álvares Pereira case (*Crónica do Condestabre*, cap. iv), que o Mestre de Aviz não saia do reino (*idem*, cap. xx), não é serviço de Deus que um degredado continue nos Açores (carta régia de 18 de Maio de 1454); estes exemplos provam que o serviço de Deus é a norma mais geral, que se aplica a todas as acções humanas, é o critério que separa o que *pode fazer-se de o que não deve fazer-se* e não a razão desta ou daquela acção. Só importa considerar tal critério para contrapor esta época àquelas que considerem como norma mais geral o serviço do rei, ou a honra própria, ou o proveito próprio (aliás mesmo nos economistas clássicos, para quem o interesse pessoal é o critério supremo, ele se identifica com a ordem providencial).

Portanto não podemos concluir que uma acção se faz por espírito de cruzada do facto de que ela é considerada serviço de Deus. Aliás a conexão é constante entre o serviço de Deus, o serviço do rei e o bem do servidor.

O serviço de Deus e o do rei tinham sempre como reverso a salvação da alma (a glória no céu) e a elevação e o acrescentamento de seu estado (o bem na terra). Mas não faltam, pode mesmo afirmar-se que superabundam, as referências de crónicas, diplomas e relações pura e simplesmente à cobiça e ao proveito. A ânsia do lucro comercial surge ao lado da ânsia do roubo pelas armas (o roubo é perfeitamente honrado no século xv, como se vê por exemplo na *Crónica do Condestabre* e na *Crónica de D. Pedro de Menezes*).

O desejo de engradecimento das casas senhoriais por parte dos senhores, o desejo de ascensão na hierarquia das honras e em cabedais por parte dos cavaleiros e escudeiros (cuja condição quase os integra na burguesia), o desejo de riqueza mobiliária por parte dos burgueses, são já característicos da era de Quatrocentos. Infelizmente carecemos também de um estudo das origens do espírito capitalista em Portugal. Os laços entre a economia e a ideologia religiosa revelam-se bastante claramente: Max Weber, E. Troeltsch, Werner Sombart desvendaram as relações entre a organização económica e as condições mentais, em especial as correntes religiosas. Ora é evidente que o proselitismo e o espírito de cruzada se articulam a preocupações económicas, através das ideias de que é serviço de Deus reduzir a escravos os infiéis (aumento da mão-de-obra), desenvolver a prosperidade da Cristandade pelo comércio, arrebatando aos infiéis as terras e o tráfego (política de expansão de mercados e aquisição de matérias-primas).

Mas o que representam o espírito de guerra ao infiel e o espírito de proselitismo na ideologia de Portugal de Quatrocentos? David Lopes e Carl Erdmann (e tantos outros) puderam estabelecer que a Reconquista não teve nos primeiros séculos o carácter de cruzada, não existindo antagonismo profundo entre mouros e cristãos, e que a ideia de cruzada é importação estrangeira na Península Ibérica - rastilho da grande expansão feudal-monástica que tem o seu centro de irradiação além-Pirinéus. Nunca o ódio ao mouro se firmou entre nós, e a própria essência da ideia de cruzada (como notou Erdmann) alterou-se estruturalmente quando transplantada, melhor até, enxertada, no ambiente hispânico, pois o fim espiritual ecuménico que caracterizava na raiz a guerra santa cedeu à preponderância dos interesses nacionais dos reinos néo-góticos.

Não quero marcar que entre a batalha do Salado - a última em que portugueses enfrentaram os mouros no território peninsular - e a tomada de Ceuta medeiam 75 anos, período mais do que suficiente para extinguir uma ideologia e gerar outra, porquanto parece que neste intervalo aflorou já o projecto de transpor a guerra para Marrocos. No entanto pode também alegar-se que Salado é um brusco sobressalto numa curva em acentuado declínio desde 1250 e que não basta para assegurar a continuidade num período de 165 anos; ora só muito tarde (século XII) a ideia de cruzada se introduzira no meio peninsular, e foi precisamente no século XII que se projectou retrospectivamente nas lutas anteriores: na *Crónica da Fundação de S. Vicente*, deste século, Afonso Henriques é apresentado como um cruzado. Mas fundamentalmente deve vincar-se que a ideia de cruzada revestia importância política e financeira: importância política, pois colocava ao serviço dos fins do Estado as forças psicológicas da religiosidade e legitimava juridicamente e moralmente esses fins; importância financeira, pois a concessão da cruzada implicava o direito a receber os *dinheiros da cruzada* (utilização dos dízimos para fins de cruzada), rendimento tão pingue que no século XIV todos os príncipes ao despique o solicitam sob todos os pretextos possíveis. Portanto as vantagens da cruzada eram evidentes: a) justificação jurídica dos fins de guerra do Estado; b) recurso financeiro muito

apreciável para a realização desses fins; c) justificação moral desses fins; d) força psicológica primacial para a valentia dos guerreiros (nunca devemos obliterar os factores psicológicos na guerra – considere-se a importância da actual *guerra dos nervos*). A mescla de sentimentos cristãos e vantagens político-materiais caracteriza a guerra contra os mouros no ambiente peninsular, como irrefutavelmente provou Erdmann, que temos vindo a seguir muito de perto (*A Ideia de Cruzada em Portugal*, Coimbra, 1940 – outra obra que Bensaúde não utiliza).

Estas considerações tornam já por si improvável a existência de *puros cruzados* no Portugal quatrocentista. E seria de facto D. Henrique um cruzado? Também aqui falta uma definição prévia, pois mesmo caracterizado o *espírito de cruzada* não está caracterizado por isso o que é um cruzado.

Quererá Bensaúde (e os seus adeptos) aceitar que um cruzado é um indivíduo cuja vida se subordina integralmente ao espírito de cruzada? Tal definição parece-me a mais razoável, e assume desde já importância decisiva pois permite-nos assentar que *servir a Deus e ser cruzado* não se identificam, este é um espécie daquele, que é o género. O fim supremo da vida para todo cristão é salvar a alma (o que só consegue pelo serviço de Deus), e a este todo os outros fins se subordinam; por conseguinte quer os reis e príncipes, quer os senhores laicos e eclesiásticos, quer os cavaleiros, escudeiros e sacerdotes, quer os mercadores e mesterais, quer os camponeses e os monges, quer os leigos e letrados, todos procuram salvar a alma e servir a Deus – anverso e reverso de uma só medalha; uns servem a Deus rezando, meditando, pregando, outros, pela defesa pela espada dos órfãos e das viúvas, dos desamparados e dos fracos, outros consagram-se ao governo dos homens, à direcção da cidade terrestre que preparará a cidade celeste; alguns servem a Deus pelo trabalho da terra, alguns pelo transporte de mercadorias de onde sobejam para onde se carecem, alguns pelo fabrico das espadas do cavaleiro, das alfaias do rústico, do vestuário de todos.

Na sua carta a D. Duarte, de 1436, declara o infante D. Henrique que os fins da vida são: 1.º salvação da alma, 2.º honra da pessoa, nome, linhagem e nação, 3.º alegria do corpo (prazer), 4.º ganho temporal; e observa que este último é no fundo um meio ao serviço dos outros fins. Em meu entender, tem-se errado totalmente na interpretação deste documento, e errado sob o um duplo aspecto.

Em primeiro lugar, o que em tal carta é significativo não é que o ganho temporal apareça como o último dos fins e verdadeiramente mais como meio do que como fim, nem tão-pouco que o prazer esteja colado em terceiro lugar, e com a nota de que é fim perecível, transitório, pequeno; o que realmente surpreende é que o prazer e o ganho temporal sejam já mencionados na escala dos fins da vida – mesmo com restrições.

Tem-se desatendido por completo a que a evolução social dos ideais de vida é mais lenta do que a evolução da própria vida social, a tal ponto que a classe dos mercadores, existente desde o termo do século xi, só no século xiv é integrada na ordem providencial da cidade terrena, dispondo-se de

oravante a hierarquia do topo para a base: *oratores, bellatores, mercatores, laboratores*, ao passo que até então só se reconheciam como classes os *oratores, bellatores e laboratores* (Tawney, *Religion and the Rise of Capitalism*, 1937: em pleno século xviii ainde se punham graves objecções ao lucro comercial, que contudo remontava ao século xii e já dominava a vida económica no século xvi. Além disso, se só na era de Trezentos se reconhece a legitimidade da classe dos mercadores (aliás a nova concepção tem as suas raízes no século xiii), a verdade é que é unicamente na medida em que desempenha uma função social e limita estritamente os lucros. Por outro lado deve notar-se que no século xv nasce a moderna ideologia económica, ainda timidamente, por exemplo com Santo Antonino de Florença que se pode contrapor a São Tomás de Aquino, e que o ideal da burguesia de então é ainda dominado pelas preocupações religiosas, pelo escrúpulo das *virtudes*, de modo tal que o lucro se subordina plenamente à salvação da alma, ao amor da família, ao equilíbrio das paixões. Nenhum burguês de Quatrocentos ou mesmo de Quinhentos – nem sequer um Jaques Coeur, um Frescobaldi, um Fugger, um poderoso capitalista qualquer – ousaria afirmar o ganho temporal ou o prazer como fim supremo da vida, todos considerariam, aquele, meio e o último, fim secundário.

Por estas razões é perfeitamente ingénuo pretender-se que, se o infante D. Henrique fosse movido pela cobiça, colocaria acima de tudo o ganho temporal. Como se vê por aqui, o Infante não é já dominado inteiramente pelo espírito de cruzada. Em segundo lugar, errou-se na interpretação da carta ao deprender que o Infante agia por espírito de cruzada do facto de que eleva a salvação da alma a fim supremo. A salvação da alma podia obter-se de várias maneiras – por exemplo, resgatando cativos cristãos, fundando igrejas, dando esmolas, etc. – e não só necessariamente pela guerra aos infiéis. Só tem interesse aduzir que a salvação da alma é o fim supremo para contrastar a ideologia do século xv a outras ideologias que tudo subordinem à felicidade terrena, ao prazer, ao dever, etc. Mas na sequência da carta o Infante pretende mostrar que a guerra aos mouros se conforma aos fins da vida, devendo ainda aqui notar-se que a prefere porque é a maior honra que há neste mundo e não por ser a melhor forma de servir a Deus.

Se a carta a D. Duarte não autoriza a interpretação exclusiva do Infante unicamente como cruzado, menos ainda a autorizam outras cartas do Infante e as referências das fontes narrativas. Pela carta henriquina de 26 de Dezembro de 1457, atesta-se inequivocamente que as razões que moveram o Infante foram o inquirir dos mares, terras e gentes, a conversão de cativos infiéis, o desenvolvimento do comércio do ouro e outras mercadorias. Zurara apresenta cinco razões: haver de tudo manifesta certidão para além do Bojador, comércio com as regiões que se descobrirem, conhecimento do poder dos mouros para segurança da Península, busca de rei cristão para auxílio na guerra contra os mouros, conversão das almas dos infiéis. Duarte Pacheco aponta: a conversão das almas, o comércio do ouro e de outras ricas mercadorias, a guerra aos infiéis. Diogo Gomes fala no desejo de conhecer novas ilhas e regiões de terra firme, na perseverança na guerra con-

tra os sarracenos pela fé cristã, mas declara também peremptoriamente que o Infante foi movido pelo comércio do ouro, e igual afirmação vem em Jerónimo Münzer. As transcrições documentais comprovativas podem ler-se em *Documentos sobre a Expansão Portuguesa*, vol. 1, caps. III e IV. Como se vê, há notável acordo entre as fontes quatrocentistas (o *Esmeraldo* é de 1505-1508 mas o seu autor viveu já na segunda metade do século XV e o pai privara com o Infante), incluindo nestas fontes as declarações do próprio D. Henrique. Sintetizaria nos seguintes pontos as razões que o moveram:

- a) curiosidade geográfica (pré-científica);
- b) espírito de guerra aos infiéis (espírito de cruzada);
- c) anseio de conversão das almas (espírito de proselitismo);
- d) preocupação comercial pelo ouro e outras mercadorias;
- e) ambição de honra e acrescentamento da sua casa senhorial.

São estas as razões *conscientes* que moveram o Infante, quer dizer, as razões que o próprio Infante declarou moverem-no e que os coevos lhe atribuem. É claro, *como todos o homens do seu século*, D. Henrique subordina a vida aos fins: serviço de Deus – salvação da alma, serviço do rei – honra e acrescentamento. Mas é impossível discernir as razões verdadeiras da sua conduta – que poderia reconhecer e não declarar nem deixar adivinhar – e também se não me afigura mais fácil remontar às causas das suas acções, pois as descrições dos contemporâneos, as declarações do próprio, o que sabemos da sua vida não bastam para determinar *cientificamente o seu carácter* – o seu temperamento e a influência nele da educação e do meio. Nas fontes quatrocentistas e quinhentistas aparece-nos um quadro de virtudes, porém tais quadros são em geral estereotipados e traduzem apenas os *ideais* da época que os elaborou, e mesmo que em correspondência à realidade do indivíduo seria material insuficientíssimo (apreciações morais mais do que descrições psicológicas). Deve frisar-se acima de tudo que as causas da conduta de um indivíduo não são de modo algum as razões conscientes dessa conduta, e que por conseguinte o fim supremo que se propõe pode não ser a causa mas o efeito, sendo a causa aquilo que na ideologia aparece como meio. Conclui-se daqui que é disparatado aduzir a carta a D. Duarte para provar que o Infante não foi determinado pelo factor económico com base de colocar o ganho temporal como meio ao serviço da salvação da alma: lamentável confusão das noções de *causa* e *efeito* com as noções de *fim* e *meio* – quando os dois grupos pertencem a dois tipos inteiramente diversos de explicação, ou melhor, o primeiro é um tipo de explicação e o segundo, de interpretação valorativa.

Ao discutir-se a personalidade de D. Henrique têm-na considerado ou como um cruzado ou como um sábio ou como um comerciante, dominado, ora pela fé, ora pela curiosidade científica, ora pela cobiça do proveito, Sábido certamente não o era, e nada indica que a sua cultura fosse excepcional nem que incitasse a sério o desenvolvimento da ciência; sem dúvida sentia a acicate de desvendar novas terras, essa curiosidade que não

podemos baptizar de científica mas tão-só de pré-científica, e chamava os homens com os conhecimentos necessários para resolver os problemas práticos; ainda se não reparou que para dirigir a empresa dos descobrimentos (a admitir que a dirigiu, o que necessita de fortes restrições) não era preciso ser cientista, bastava mobilizar os técnicos indispensáveis e propor-lhes os fins. Mas Bensaúde nem sequer alude à hipótese do Infante-sábio e só admite a alternativa: movido por espírito de cruzada ou por utilitarismo comercial, pela fé ou por avidez. Em primeiro lugar observo que se pode ser dominado pela preocupação comercial sem ser por cobiça: o estadista que traça uma política de desenvolvimento comercial pode não lucrar, como indivíduo, absolutamente nada com isso. Em segundo lugar, noto, afirmar que a expansão tem causas económicas nada permite inferir quanto às intenções ou quanto às causas do procedimento de D. Henrique ou de qualquer outro indivíduo: as transformações sociais explicam as transformações sociais mas não explicam os indivíduos que nelas participam. Demonstrar que não só D. Henrique como até todos os dirigentes da expansão nunca se macularam pela mais ténue cobiça, sempre se dedicaram abnegadamente e no mais puro desinteresse, nada tem a ver com o problema de saber se a expansão foi ou não determinada por causas económicas.

Mas ainda temos de complicar o problema geral, e muito, devido ao simplismo assustador com que tem sido formulado. É perfeitamente inconcebível ter-se concluído da permissa: D. Henrique foi movido por espírito de cruzada, que a expansão resultou do espírito de cruzada. Reduzir um movimento histórico às intenções dos dirigentes, é já de si inadmissível, quanto mais reduzi-lo a um único dirigente - D. Henrique (pois nem Bensaúde nem nenhum outro se preocupou com as intenções de D. João II, que contudo, consideram o genial realizador do plano henriquino). Não podemos prescindir de perscrutar as razões que moveram os dirigentes: D. João I, João Afonso, D. Henrique, D. Duarte, D. Pedro, D. João, D. Afonso, V, infante D. Fernando, Príncipe Perfeito, etc., etc.; não nos é lícito esquecer os principais participantes e obreiros: Lançarote de Lagos, Gil Eanes, conde D. Pedro de Meneses, Gonçalo Velho, Fernão Gomes, Mestre José Vizinho, inquirido aos patrões, pilotos, marinheiros, cavaleiros e escudeiros, seguir as correntes de opinião nas diversas classes sociais. [...]

Idem, Ibid., pp. 96-105.

Doc. 38 - O carácter do Infante D. Henrique

[...] Certos traços [do carácter] podem, porém, desenhar-se.

Cientista, quer dizer, mentalidade crítica e construtiva capaz de definir problemas teóricos, de formular hipóteses explicativas de conjuntos de factos e de as submeter à prova da observação sistemática ou da experimentação, a fim de chegar ao estabelecimento de relações constantes, se possível de forma quantitativa: certamente não o era - e como poderia sê-lo, dada a utensilagem mental de Quatrocentos? Não há sequer provas de vasta cultura ou erudição, nem de forte preparação «científica», e nada in-

dica que incitasse a sério o desenvolvimento da ciência. Sem dúvida sentia o acitade de desvendar novas terras e novos mares, essa curiosidade descritiva, concreta que não podemos baptizar ainda de científica mas tão só de pré-científica. Chamava os homens com os conhecimentos necessários para resolver os problemas práticos; ainda não se reparou que para dirigir a empresa dos descobrimentos (o que carece de fortes restrições) não era preciso ser ele próprio cientista, bastava mobilizar os técnicos indispensáveis e propor-lhes os fins.

A atestar que não possuía excepcionais qualidades de organização prática, aí estão o desastre de Tânger, cuja responsabilidade lhe cabe inteira, e as dívidas que legou (e que não podem ter resultado das despesas com os descobrimentos, mas sim dos gastos da sua casa senhorial). Todavia, pensava também no acrescentamento material da ordem de Cristo, e o seu panegirista indica que esta adquiriu novas casas e herdades e pôde construir capelas. Nunca descuroou o engrandecimento da sua casa e património, teve uma empresa de corso e vigiou atentamente para não ser defraudado do seu quinto de escravos. Sacrificou o irmão mais novo ao seu imperialismo marroquino, sacrificou o irmão mais velho em Alfarrobeira porque divergiam politicamente. Também D. Pedro colocava o serviço de Deus acima de tudo, mas os dois irmãos entendiam-no de maneira diferente. O Regente zela pelo poder real e realiza a política das cidades, ao passo que D. Henrique é senhor cioso da sua autonomia, que por vezes desobedece às intruções régias e pratica abusos de poder (como nomeações para que lhe falta competência). Não há provas de que fosse um carácter de dureza implacável, asceta que tudo sacrifica ao misticismo de abrasador amor de Deus, ou consagrado a pleno a um ideal exclusivista; como não as há também de ser um espírito meramente prático dominado pelas ideias de utilidade e de luxo, nem um puro cavaleiro «medieval» que vive da chama do espírito de cavalaria. Acima de tudo ao serviço de Deus, como seus contemporâneos, considera que o cumprirá pela exploração geográfica, pela conversão das almas, pelo incremento do comércio, pela guerra aos mouros – e dirá que o maior prazer da vida é ver o sangue dos infiéis.

Idem, A Economia dos Descobrimientos Henriquinos, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1962, pp. 95-97.

LUÍS DE ALBUQUERQUE (1917-1992)

Doc. 39 – D. Henrique como símbolo

[...] Parece fora de dúvida que uma parte da historiografia moderna se empenhou em situar o príncipe na problemática do seu tempo, surpreendendo-o nas suas reacções ao meio em que vivia, mas não como elemento

alheio às determinações desse meio. Situada a pergunta neste plano, a característica que mais se evidenciará na sua biografia será a de um homem de acção, sujeito a êxitos e a insucessos (casos de Ceuta e de Tânger), mas sempre insistente nos fins que se propunha alcançar (sacrifício do infante D. Fernando, cativo dos Mouros). É certo que aos motivos determinantes do seu interesse pelas navegações (de ordem religiosa, política e económica) seriam alheios os objectivos científicos ou a previsão do grande empório comercial a que, cinquenta anos depois da sua morte, elas iriam conduzir; é também exacto que as consequências, importantíssimas para a história de Portugal, do movimento que, em parte, orientou não seriam todas produto da sua visão omnisciente, e que algumas delas teriam até negado, porventura, a linha geral dessa orientação; mas, de qualquer modo, será talvez justo tomar o infante D. Henrique como símbolo das vontades e dos esforços anónimos de navegadores, de cosmógrafos, de mercadores e de aventureiros que, embora com as suas limitações e os seus prejuízos, ajudaram o homem moderno a construir novas dimensões para a perspectiva do mundo.

Luis de Albuquerque, "Henrique, Infante D. (1394-1460)" in *Dicionário de História de Portugal*, Dir. de Joel Serrão, vol. III, Porto, Livraria Figueirinhas, s.d., p. 198.

Doc. 40 – A cultura do Infante

Admira-se ainda Jaime Cortesão pelo facto de em dois documentos relacionados como espólio do infante D. Henrique não ter sido encontrada uma única peça correlacionada com a náutica – nem cartas, nem planisférios («estrangeiros ou portugueses»), nem «livros de marinharia, de astrologia [sic] ou de viagens», etc., enfim, «nada daquilo que mais nos interessa conhecer [...] e que, não obstante, sabemos de ciência certa ter existido em magna quantidade» (os itálicos são meus); isso seria prova de que «o espólio do infante [...] foi cuidadosamente sonogado dos olhares indiscretos».

Ora bem: todas as coisas de tal espólio «que nos» interessariam, e não estão mencionadas nas relações de bens deixados pelo *Navegador*, provavelmente nunca se encontraram em suas mãos. Em que se baseou Jaime Cortesão para afirmar «de ciência certa» que existiram em seu poder «em magna quantidade»? Para que lhe servia um livro de Astrologia? E livros de viagens?

Pode supor-se que leu Marco Polo, e admitir-se, com fundadas dúvidas, que fosse tradutor do livro *Segredo dos Segredos*, falsamente atribuído a Aristóteles e absolutamente alheio a qualquer propósito náutico. D. Henrique personifica o tipo de homem de acção e não de reflexão erudita; no seu espólio há livros (mas pouquíssimos livros!) de cultura geral (assim o escreveu Cortesão) e livros de devoção; estes sim, devia o infante estimá-los, como católico fiel que era, à maneira do seu tempo. Quanto ao resto, é quase certo que passou muito bem sem roteiros, cartas, planisférios e outras

coisas que, a partir de determinado momento, terão interessado vivamente navegadores e pilotos.

A cultura do infante era a de um homem piedoso do seu tempo; e a sua acção pautava-se por ideais cavaleirescos e religiosos, que tinham bem pouco a ver com uma cultura vasta e empenhada. Supô-lo embrenhado em complicadas leituras é desvirtuá-lo, e também esquecer (ou conhecer mal) a que se limitavam os estudos correntes do seu tempo. As navegações vieram, com os anos, a mostrar uma outra utilidade da Astronomia, como a seu tempo direi; o infante só teve nisso interferência na medida em que impulsionou navegações; pode-se creditar-lhe sem reбуço essa glória.

Idem, Dúvidas e Certezas na História dos Descobrimientos Portugueses, 2.ª edição, Lisboa, Vega, 1990, pp. 63-64.

Doc. 41 – Objectivos das primeiras viagens

[...] Não vale a pena continuar a acompanhar a Crónica a respeito de várias outras viagens do mesmo tipo. O principal objectivo de todas as que referimos e de muitas outras que se lhes seguiram era a captura de escravos. Mas, supletivamente, em algumas delas procurava-se também estabelecer postos para a permuta de géneros com as populações locais; este segundo objectivo, sem dúvida prejudicado pela autêntica caça ao escravo, só mais tarde viria a ser conseguido, quando os navegadores se persuadiram de que os escravos tinham de ser comprados, pois os assaltos já pouco ou nada rendiam, dada a fuga para o interior das populações ribeirinhas.

Em todo o caso, será oportuno adiantar ainda aqui mais algumas observações.

Em primeiro lugar, deve ser dito não ter o cronista podido esconder que por vezes participaram nas viagens navios e homens da casa do infante D. Pedro, o que tem sido, nos últimos cinquenta anos, referido com ênfase por alguns historiadores; pretende-se deste modo sublinhar que na empresa das viagens de descobrimento e de comércio o regente do reino tomou decerto parte muito mais activa do que em geral até então se admitia, mas a sua acção teria sido silenciada intencionalmente depois da sua morte, pelo triunfalismo dos seus opositores; este objectivo não pôde ser inteiramente alcançado, como a *Crónica*, aliás, mostra.

Em segundo lugar, Zurara fornece-nos exemplos de armadas organizadas à margem da vontade de D. Henrique, embora por depois autorizadas. Mercadores ou simplesmente homens atraídos pelo lucro que delas adivinha subsidiavam a organização de expedições, e por vezes até só como armadores, como Gonçalo Pacheco, que deu o comando da sua caravela a Dinis Eanes da Grã. Foi aquele o organizador da expedição que juntou várias velas de gente algarvia; regressou meses depois a Lagos com uma rendosa carga de escravos.

Em terceiro lugar, ressalvado o caso esporádico de Tider acima referido (mas sem êxito), não há nesta primeira fase das navegações ao longo da costa africana qualquer ideia de fixação de portugueses ou de construção de qualquer fortaleza ou fortim para protecção das trocas comerciais; o que sem dúvida existiu, embora só difusamente venha referido por Zurara, foi a preocupação de encontrar quaisquer lugares onde fosse possível estabelecer permutas regulares com as populações nativas, objectivo que só mais tarde (depois de 1445, segundo se viu) viria a ser atingido.

Em quarto lugar, não é justo afirmar-se que ao Infante D. Henrique apenas interessavam o comércio e o envolvimento do inimigo islâmico pelo contacto e aliança com algum rei poderoso cujos domínios atingissem a costa do Atlântico (e que o príncipe possivelmente chegou a pensar que seria o lendário Preste João, como adiante será referido). De facto, quando alguns homens de Lagos, depois de se reunirem, decidiram ir tomar Tider (que já era bem conhecida) e comunicaram ao infante a decisão a que tinham chegado, pedindo-lhe licença para a pôr em prática, o príncipe respondeu (segundo Zurara): «E quanto à licença que me requereis para irdes sobre os mouros da ilha de Tider, a mim praz muito de vo-la outorgar e de vos fazer por isso mercê e ajuda, porque semelhante requerimento é muito para louvar [...]»

Quinto e último ponto: na segunda viagem de Antão Gonçalves acima referida, as três caravelas da armada fizeram escala nas «ilhas da Madeira», a fim de aí se abastecerem. A Madeira passava, portanto, a ser em alguns casos uma escala técnica para os navios que se dirigiam para a costa africana com fins exploratórios ou comerciais. Mais tarde, e como adiante será dito, também os Açores passaram a ser escala muito frequentemente nas viagens de retorno, também por motivos puramente técnicos.

Idem, Os Descobrimentos Portugueses, Lisboa, Publicações Alfa, 1983, p. 26.

Doc. 42 – O "plano henriquino da Índia" e a "cruzada do Infante D. Henrique"

Não há possibilidades de aprofundar aqui algumas fantasias que se teceram à volta dos últimos desígnios do infante D. Henrique quando patrocinou as viagens marítimas ao longo do Atlântico; abrir-se-á excepção para duas delas, que tiveram (e ainda têm!) grande aceitação. Isto é, vamos deter-nos sobre o chamado «plano henriquino da Índia» e sobre a denominada «cruzada do infante D. Henrique».

Parece que a primeira destas hipóteses surgiu a partir de algumas referências a «índios» e a «etiopes» que se encontram em documentação já parcialmente referenciada. Essas alusões esporádicas, e porventura sem nenhuma relação com a Etiópia ou a Índia posteriormente identificadas, quando confrontadas com certas expressões de Zurara, de Diogo Gomes e de Duarte Pacheco Pereira (os dois primeiros ainda tão ignorantes da

geografia oriental como os subscritores daqueles documentos e o último seguindo em parte as ideias medievais), convenceram Jaime Cortesão de que o plano fundamental de D. Henrique era atingir a Índia Oriental e estabelecer relações de amizade com o fabuloso Preste João; este é o fundamento pressuposto para o chamado «plano da Índia», de resto complementar da ideia «de cruzada»; com efeito, se pudesse vir a aliar-se a tão poderoso soberano, D. Henrique que estaria em condições de atacar o poder islâmico de flanco e aliviar a Europa cristã da assustadora pressão que ele sobre a cristandade exercia. As duas teses são, pois, de certo modo complementares, muito embora entre elas possam existir diferenças; com efeito, enquanto o «plano da Índia» pressupõe e implica necessariamente a hipótese da chegada dos Portugueses ao Oriente, donde se lançaria ao ataque dos Turcos infiéis e militarmente poderosos, a ideia de cruzada podia não exigir tão longa viagem; o infante, segundo ela, podia pensar somente na execução da manobra mais fácil de envolvimento dos seus inimigos de religião, através da penetração da África no lugar mais propício, para bater os Sarracenos pela sua retaguarda. Reconheça-se que as duas teses, encaradas deste modo, são de certo modo antagónicas; e acrescente-se desde já que o empenhamento na África, a despeito de alguns lançados que teriam saído das suas caravelas (João Fernandes, já referido, foi certamente o primeiro), não parece ter estado nos propósitos do príncipe que ressalta da actuação dos navegadores é descobrir lugares de resgate, sobretudo para a aquisição de ouro e de escravos.

[...] Assim, «o plano da Índia» teria surgido nos responsáveis portugueses depois das actividades henriquinas. É de crer que ele se deva a D. João II, dado que foi este rei quem mandou emissários ao Oriente e à Abissínia (Afonso de Paiva e Pêro da Covilhã) para colherem *in loco* informações mais precisas do que aquelas de que podia dispor de eventuais aventureiros ou emissários abexins. Este ponto voltará a ser referido mais adiante.

Se a tese romântica de Jaime Cortesão cai como um castelo de cartas à luz dos documentos conhecidos, a ideia de cruzada sustentada por Joaquim Bensaúde, sendo igualmente romântica, terá ainda menos pontos de apoio. Qual a ideia de Bensaúde? (E não esqueçamos, justo é reconhecê-lo, a renovação dos estudos sobre a náutica portuguesa dos séculos xv e xvi, que não só forma inovadores como abriram um vasto campo de investigação histórica.) Para Bensaúde, D. Henrique foi um cruzado, e toda a sua acção se pautou pelos ideais que estavam subjacentes a essa maneira de ser: a luta contra os infiéis! Assim, tudo o que o infante empreende, bem como tudo o que vários papas do seu tempo proclamam através de bulas, propendiam ao combate contra os inimigos da cristandade, então fortemente ameaçada no Oriente europeu.

Mas Bensaúde esqueceu-se de vários pontos importantes: 1) não era na Índia» (ele entrelaça a ideia de cruzada como «plano da Índia») que os Portugueses podiam travar um combate decisivo contra os Turcos, e temos dúvidas de que depois de chegados ao Oriente, no dealbar do século xvi, o

tivessem feito, já que nunca dominaram o mar Vermelho e a tutela sobre o estreito de Ormuz foi sempre precária; 2) avançando para a zona marítima da Guiné, os Portugueses pouco incomodavam o poder comercial sarraceno que se canalizava por outras vias, que não as marítimas; e 3) nunca os Portugueses obtiveram o apoio dos príncipes da cristandade que, aliás, andavam mais ocupados em contendas entre si do que na ameaça dos Turcos; o insucesso das cruzadas, ainda recente, era por de mais evidente.

Mas Bensaúde chamaria, para evidência o espírito de cruzada de que D. Henrique teria dado provas manifestas, certos acontecimentos que, considerava relevantes. Para o erudito historiador teriam sido significativas as sucessivas embaixadas que vieram da Abissínia ao Ocidente desde o final do século xvi. É evidente que na Europa havia grande curiosidade pelo suposto reino cristão ortodoxo do Nordeste africano; há testemunhos incontroversos dessa posição de expectativa, nomeadamente em documentos subscritos pelos reis de Aragão daquele século. Mas dessa curiosidade até ao aprovação da suposta igualdade de crenças, para se conciliar uma acção comum contra o infiel vai um grande passo.

Segundo escreveu Duarte Leite, num texto de análise à tese de Bensaúde, o infante é por este «representado como um cavaleiro abstémio e abnegado, um autêntico cruzado imbuído de heroísmo religioso, e obsidiado pela ânsia de guerra contra os muçulmanos por três vezes a fez em Marrocos, e futurava continuá-la no remoto Oriente [...]».

Reparemos que duas acções tão diversas e tão distantes no espaço em nada se conciliavam com o espírito prático e directo de D. Henrique; desde o seu empenhamento no Norte africano, que não logrou levar a bom termo, seria de todo inconcebível que cogitasse em empreendimentos a milhares de quilómetros de distância – se era, supomos, pertinaz nos seus empreendimentos que, infelizmente para ele, viu quase sempre frustrados. Mas, como fez notar ainda Duarte Leite, Joaquim Bensaúde contradiz-se: de facto, se num passo admite que o infante procurava tirar partido económico das navegações (o que está de acordo com os dados de que dispomos), noutro passo diz textualmente: «Nunca, no período de D. Henrique nem no de D. João II [!], existiu a ambição desregrada das riquezas.» E continua no mesmo estilo: «Paira sobre as duas figuras, sobre todos os heróis da epopeia um ideal superior de abnegação, de aspirações nobres e puras, com fogo sagrado de sacrifício e sinceridade, que ficarão para sempre na história como o traço mais profundo e mais belo das glórias nacionais.» É evidente que Bensaúde subestima tudo o que Zurara diz dos navegadores que não queriam regressar ao Reino sem honra (como lhes exigia a sua condição de cavaleiros, ou de candidatos a essa condição) e «proveito»; e esta última palavra é acentuada mais do que uma vez na crónica cavaleiresca de Zurara!

É claro que a inconsistência da tese de Joaquim Bensaúde se torna patente em vários outros passos da sua exposição, aliás assinalados por Duarte Leite; mas consideramos que bastam, para mostrar a sua improcedência, as incongruências apontadas.

Em resumo: não acreditamos que o espírito de cruzada, tal como o expõe Joaquim Bensaúde, tivesse sido o motor dos descobrimentos henriquinos, como não aceitamos que o infante tivesse ideia de executar o «plano da Índia» que Jaime Cortesão lhe atribuiu. Sublinhemos aquilo que já ficou implícito nas referências feitas à *Crónica da Guiné* e a vária documentação avulsa: compulsando esses textos, tem necessariamente de se concluir que durante a vida do infante não existiu ou não foi posta em execução uma política previamente estudada. E nem surpreende que assim tenha acontecido: por muitas informações que o príncipe tivesse recolhido sobre a África, as realidades encontradas eram bem diferentes do que se podia porventura esperar (um comércio fácil) e até em princípio foram desanimadoras. A compra ou o filhar de escravos compensou esses primeiros desaires. Mas nota-se claramente, pela sequência das bulas pontificias, que as navegações vieram muito depois à preocupação da curia romana do que a guerra na praça de Ceuta; entretanto os episódios do povoamento dos Açores e Madeira passaram à margem dos interesses papais, apesar da importância de que se viriam a revestir (principalmente o primeiro).

Em conclusão, ousamos dizer que até 1460, ano da morte do infante, as viagens marítimas correram por conta de uma certa improvisação que seguia cada viagem, muito embora a partir de determinado momento o príncipe ordenasse que cada navegador perlustrasse a costa mais para sul (ordens, aliás, nem sempre cumpridas) e desaconselhasse os assaltos às povoações indefesas, para não despovoar o litoral atlântico. Esta improvisação ainda continuou alguns anos depois da sua morte, como se verá em seguida.

Idem, Ibid., pp. 36-37 e 42-43.

LUÍS FILIPE THOMAZ

Doc. 43 – Balanço provisório

[...] Enquanto não vem a lume uma nova síntese, força é contentarmos-nos com alinhar algumas notas que permitam ao leitor um balanço provisório do que à luz da documentação existente queda em pé e do que já ruuiu do vulto tradicional de D. Henrique e das imagens, bastas vezes contraditórias, que os debates deste século buscaram substituir-lhe.

O traço que à luz da documentação ultimamente revelada sai mais erodido é a constância. As crónicas oficiais como as de Zurara focam sobretudo os projectos de expansão que lograram ao menos parcial sucesso. A projectos abortados, como a conquista de Granada, só uma ou outra alusão ocasional. A documentação que o investigador tem doravante comodamente reunida na *Monumenta Henricina* mostras, pelo contrário, que Granada foi até tarde – pelo menos até 1434 – uma verdadeira obsessão da política portuguesa. Esta aparece assim como muito mais hesitante, muito mais inde-

cisa nos seus primórdios. Dir-se-ia que D. Henrique, primeiro, e logo, sob a regência, as atenções da Coroa se viraram para o Oceano muito mais em desespero de causa que por opção inicial, voluntária e consciente. O Infante aparece como um homem ambicioso, pronto a abraçar todos os projectos, sagaz, astuto no impor aos outros os seus desejos, mas tardo em optar por objectivos concretos, que só aos poucos se lhe foram definindo. O acaso e a força das circunstâncias parecem, bastas vezes, ter desempenhado nessa escolha papel mais relevante que o simples querer.

Se alguma obsessão D. Henrique teve foi, de facto, a guerra aos Mouros. Se não terminou seus dias a combatê-los em Marrocos, como desejava, foi porque lho não consentiu D. Afonso V. Tivera-lho ele autorizado e o Navegador, entusiasmado como sucesso de Alcácer Ceguer, teria provavelmente deixado de lado as suas navegações, terminando como começara, em Benamarim. A imagem de um Infante de olhar fito no Oceano ignoto parece carecer de retoques, sem que se lhe possa, contudo, substituir a do cruzado desinteressado de todo o ganho mundano. E no balanço entre Medievo e Renascença o fiel parece inclinar-se preferentemente para o primeiro, avolumando as reticências à figura do «primeiro homem moderno».

Com efeito, se a documentação confirma amplamente que o sonho de uma aliança com o *negus* abexim, identificado ao Preste da lenda, jamais abandonou D. Henrique, nada apareceu que confirmasse ter alguma vez tido como objectivo a Índia asiática, das gemas e das especiarias, móbil indiscutível das navegações de D. João II e de D. Manuel após ele. Os horizontes de D. Henrique parecem mais modestos e a sua geografia eivada de erros, confundindo o Senegal com o Nilo e imaginando que a Etiópia cristã atingia a Ocidente o Atlântico. Esse erro — *felix culpa!* — foi a chave da sua estratégia, que tudo leva a crer sempre centrada em Marrocos: supondo assim dilatados os domínios do Preste João, viu nele um aliado válido para a luta em que se empenhara desde Ceuta, e que era muito mais a da nobreza em busca de sobrevivência que a da burguesia. Antes de se tornarem rendosas e começarem a atrair a classe mercantil — e quiçá a mudar a mentalidade ao próprio Infante, interessando-o pelo comércio — as expedições à costa saariana constituíram, com toda a verosimilhança, uma tentativa de rodear Marrocos pelo Sul e contactar o Preste, simples manobra acessória numa estratégia que pouco havia mudado desde D. Afonso IV.

Foi sem dúvida nesse obscuro momento crucial — quando o Bojador parecia refractário à dobragem, o saldo das expedições era a pura perda e muitos murmuravam já contra tão pródigos e inúteis gastos — que a pertinácia de D. Henrique se revelou um factor decisivo, assegurando-lhe um lugar na História.

Descartados a estratégia planetária, que nenhum documento prova, o desinteresse do cruzado ideal, que a documentação infirma, e muitos como a escola científica de Sagres, a que jamais se aludiu antes do século XIX, desaparece a figura do Infante presciente, fito num escopo que concebera de uma vez para sempre num instante prévio, para dar lugar à de um homem que, como os demais, viveu, pensou e mudou; de um homem que,

sujeito ao tempo, foi movido pelas circunstâncias e gradualmente se adaptou, e por ter sabido fazê-lo foi grande.

Inútil se torna obstinarmos-nos contra os documentos e negar os factos, pois nada há neles de inverosímil. O Infante que desta revisão resulta não é tão descomunal, nem tão rígido, nem tão imutável, nem tão gigantesco como o representa a pedra das suas estátuas; mas por isso mesmo, é mais humano.

Luis Filipe Thomaz. "Introdução. O Infante D. Henrique e a Paternidade da Expansão: de Gomes Eanes de Azurara a Vitorino Nemésio", in Vitorino Nemésio, *Vida e Obra do Infante D. Henrique*. Obras Completas, vol. IX, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1991, pp. XXI-XXIII.

JOÃO SILVA DE SOUSA (n. 1948)

Doc. 44 – Cronologia (1394-1460)

A fixação cronológica dos principais momentos da vida do Infante D. Henrique não pôde desprezar muitas controvérsias que tiveram de ser resolvidas, designadamente no que se referiu às explicações possíveis para um sem-número de erros, omissões e discrepâncias que proliferam nos textos dos nossos cronistas, narradores coevos e posteriores. Temos hoje um conhecimento bem mais preciso e completo da datação das explorações da Costa da África, relativas ao século xv, por exemplo. Pareceu-nos, pelo que mais vimos adiante, estar o caso resolvido para as centúrias ulteriores, no que respeita ao particular. Há meio século atrás e mesmo em 1960, quando se comemoraram os Quinhentos anos da morte do primeiro duque de Viseu, muitos informes se contradiziam, pois inúmeros foram aqueles que sobre o Navegador, sua vida e obra, se debruçaram.

No entanto, e para muitos salutar é que assim seja, continuaram a ser publicadas obras sobre temas de História de Portugal que apresentam discordâncias várias e diferentes versões sobre ocorrências importantes, versando o tema e a época em causa.

Após a nossa tentativa de ultrapassarmos esta situação, os problemas acentuam-se por virtude de obras estrangeiras de maior divulgação apresentarem eventos datados de modo incorrecto, baseando-se os seus autores em traduções de trechos coetâneos e relegando para segundo plano ou mesmo ignorando de todo, simplesmente, a grande imensidade de estudos históricos recentemente publicados em Portugal.

De seguida, mais uma tentativa de apresentação, em sequência temporal dos dados biográficos do Infante, certos de que as *Chancelarias* concorrerão numa mínima margem de erro, facultando-nos o privilégio de, aqui e ali, acertarmos nas datas que, até ora, mais polémica têm suscitado.

- 1394** - D. Henrique nasceu e foi baptizado na cidade do Porto.
- 1400** - Assinatura do Tratado de Paz entre Portugal e Castela.
- 1402** - D. João I decretou reformas em sua Casa, na da rainha e na de seus filhos.
- 1408** - Montagem das Casas dos infantes D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique.
- 1411** - Constituição do património de D. Henrique.
Reafirmação do Tratado de Paz entre Portugal e Castela.
- 1414** - Juramento do Tratado de Paz com Castela que havia sido firmado em 1411.
- 1415** - Faleceu a rainha D. Filipa de Lencastre.
Início da viagem para Ceuta e sua conquista.
O Infante foi armado cavaleiro em Ceuta.
D. Henrique recebeu o senhorio da Covilhã.
Regresso de Ceuta e solene nomeação de D. Pedro como duque de Coimbra e de D. Henrique, como duque de Viseu, em Tavira, por D. João I.
- 1415-1416** - Realização de expedições às ilhas Canárias, ordenadas por D. Henrique.
- 1416** - O rei de Portugal concedeu a D. Henrique a alcaidaria-mor da cidade de Viseu, com rendimentos vários.
O Infante foi designado Provedor e Defensor de Ceuta.
- 1418** - Criação da diocese ceptense.
- 1419-1420** - Redescobrimto do Arquipélago da Madeira por pessoal da Casa henriquina.
- 1419** - D. Henrique voltou a Ceuta, aí se demorando algum tempo.
- 1420** - Início do povoamento da Ilha da Madeira.
D. Henrique foi nomeado, por Martinho V, através da bula *In apostolice dignitatis specula*, Administrador-Geral da Milícia de Jesus Cristo nos Reinos de Portugal e Algarve, ou seu Grão-Mestre.
O Infante foi autorizado a realizar feira franca anual em Tomar, com início no quinto dia depois da Páscoa e durante 15 dias, com inúmeros privilégios.
- 1421** - D. Henrique iniciou a sua *indústria* da pesca, pelo Ródão.

Primeiras viagens de reconhecimento da Costa Africana para além do Cabo Não.

Outorga de carta de feira a Tomar com a costumada indicação dos privilégios dos feirantes, determinando-se a nova data da realização.

Transacção do relego de Viseu da Câmara para o fisco henriquino.

1424 - O Infante montou a sua *indústria* do sabão em Santarém e, provavelmente, também em Lisboa.

Expedição às Canárias, sob o comando de D. Fernando de Castro.

Roma reconheceu o direito de Portugal ao domínio sobre as ilhas pagãs do arquipélago canariense.

1425 - Reforço da colonização da Ilha da Madeira.

Realizaram-se as primeiras navegações até ao Mar dos Sargãos.

Nova expedição às ilhas Canárias.

1427 - Redescobrimto das ilhas açorianas do grupo oriental, por Diogo de Silves.

1431 - Promulgação da *Lei sobre o Degredo para Ceuta*.

Tratado da Paz entre Portugal e Castela celebrado em Medina del Campo.

1432 - Nasceu o príncipe herdeiro D. Afonso, futuro Afonso V, filho de D. Duarte.

D. Henrique foi chamado a confirmar o Tratado de Paz e Amizade celebrado em Torres Novas, em 11 de Agosto anterior, entre infante D. Duarte, por si e seus irmãos, os reis de Navarra e Aragão e os irmãos deste, os infantes Pedro e Henrique.

D. Henrique ratifica com D. Duarte, em Abrantes, e D. Pedro, em Segura, o Juramento prestado anteriormente em Almeirim, por D. João I, de manter a paz e amizade com Castela.

1433 - Morre D. João I.

D. Duarte foi aclamado e D. Afonso jurado como herdeiro da Coroa. Transladação dos restos mortais de D. João I para o Mosteiro de Santa Maria da Vitória.

D. Henrique e D. Pedro foram encarregados da curadoria do príncipe herdeiro, D. Afonso.

Concessão a D. Henrique do exclusivo da pesca do atum no Algarve.

Protecção régia dispensada à pesca no rio Tejo efectivada por D. Henrique ou às ordens deste.

D. Duarte concedeu ao Infante a dizima nova de toda a pesca feita por quaisquer pessoas no mar de Monte Gordo.

O rei doou a D. Henrique o quinto que ao monarca pertencia das

coisas tomadas pelos capitães dos navios e fustas que ele armasse e trouxesse à sua custa.

Doação ao Infante das ilhas da Madeira, Porto Santo e Desertas, com todos os direitos, rendas e jurisdições cível e crime, excepto os direitos reais que ao monarca, como tal, pertenciam.

Doações à Ordem de Cristo cujo administrador era D. Henrique, do espiritual das ilhas da Madeira, Porto Santo e Desertas.

1434 - Gil Eanes dobrou o Cabo Bojador (27° lat. N., Sara Ocidental).

O Eloquentemente promulgou a *Lei Mental*, nas cortes de Santarém.

Os procuradores às cortes de Leiria-Santarém de 1434 reclamaram contra a concessão do exclusivo do fabrico e venda do sabão no reino por D. João I ao Infante.

D. Henrique foi autorizado a trazer ovelhas no couto de Alcobaça.

Alteração, por despacho régio, da data da feira franca de Tomar que repartiu em duas: de 1 a 8 de Agosto, outra de 30 de Novembro a 8 de Dezembro.

O papa Eugénio IV encarregou D. João Vicente, bispo de Lamego, da revisão e remodelação das *Ordenações, Estatutos e Costumeiro* da Ordem de Cristo, a pedido do Navegador.

1435 - Gil Eanes e Afonso Gonçalves Baldaia chegaram à Angra de los Ruivos (24° 51' lat. N.).

D. Duarte autorizou D. Henrique a realizar feira franca anual na sua vila de Tarouca.

1436 - Afonso Gonçalves Baldaia descobriu o Rio do Ouro e a Pedra da Galé (Piedra de Galéa, 22° 13' lat. N.).

Eugénio IV reconheceu os direitos de Castela às ilhas Canárias.

Primeiro testamento henriquino e adopção por D. Henrique de D. Fernando, filho segundo dos monarcas.

O Infante foi autorizado a mandar sepultar, na Capela da Igreja da Batalha, os homens de sua criação que quisesse, ficando a tal destinado jazigo.

1437-1440 - Primeira paragem nas viagens de exploração. Expedição a Tânger (1437); morte do rei D. Duarte (1438); lutas internas no País.

1437 - Expedição a Tânger e derrota dos portugueses.

1438 - Morre o Eloquentemente.

D. Afonso V foi aclamado rei de Portugal.

Leitura do testamento de D. Duarte.

Rebeliões contra a regência de D. Leonor.

Realização de Cortes em Torres Novas.

Juramento de fidelidade a D. Afonso V por D. Henrique, nas Cortes de Torres Novas.

D. Henrique redigiu um projecto de *Regimento do Reino*.
Início da Regência por D. Leonor e D. Pedro.

1439-1448 - Regência de D. Pedro.

1439 - D. Pedro autorizou D. Henrique a ter altar e jazigo para seu corpo na Capela de D. João I, no Mosteiro da Batalha, junto com o do infante regente.

O Navegador foi autorizado a mandar cortar e explorar, nos pinhais régios do Ribatejo, toda a madeira de que necessitasse para seus navios, casas e demais obras.

O Infante foi isento, como os moradores das ilhas da Madeira, Porto Santo e Desertas, do pagamento, por cinco anos, de dízimas e portagens do que trouxessem das mesmas aos portos do País.

D. Henrique foi autorizado a mandar povoar as setes ilhas dos Açores, onde já havia ordenado que lançassem ovelhas.

Realização de cortes em Lisboa.

1440 - D. Fernando de Castro comandou nova expedição contra as Canárias.

Tristão Vaz Teixeira, cavaleiro da casa do Infante, foi investido no cargo de capitão-donatário do Machico, na Ilha da Madeira.

D. Henrique foi nomeado Fronteiro-Mor em todos os lugares da Beira.

1441 - O Infante enviou Antão Gonçalves, seu guarda-roupa, e Afonso Guterres, seu moço da câmara, com mais de 21 homens ao Rio do Ouro, buscar peles e óleo de focas.

Viagem de Nuno Tristão, moço da câmara e criado do Navegador, com caravela armada e com ordem para passar além da Pedra da Galé, para capturar indígenas. Atingiu o Cabo Branco (20° 46' lat. N. Mauritânia).

Chegada dos primeiros cativos negros ao Continente.

1442 - D. Pedro concedeu a D. Henrique feira franca anual na vila de Pombal.

Antão Gonçalves realizou uma viagem ao Rio do Ouro, a resgatar cativos.

Dinis Dias, acompanhado por Gonçalo de Sintra, reconheceu o Cabo Branco e a Furna, tendo também avistado os baixos de Arguim.

1443 - Morreu o infante D. Fernando, cativo em Fez, desde o desastre de Tânger.

D. Henrique fundou a sua Vila do Infante, no Algarve, ao Cabo de S. Vicente.

O regente D. Pedro concedeu ao duque de Viseu o monopólio da

navegação, guerra e comércio nas terras para além do Cabo Bojador.

Nuno Tristão descobriu as Ilhas de Gete e Garças, ao sul do Cabo Branco e, possivelmente, a de Arguim (Mauritânia).

O regente doou a D. Henrique a vila de Gouveia, a título hereditário.

Data do primeiro documento em que se dá, com toda a certeza, o título de "protector" do Estudo Geral a D. Henrique.

O Infante obtém de D. Pedro o exclusivo da navegação para além do Cabo Branco.

Doação a D. Henrique do Cabo de Trásfalmenar (S. Vicente) e uma légua de seu termo.

1444 - O regente concedeu a D. Henrique feira franca anual na cerca da Vala da cidade de Viseu e o exclusivo para ele da montagem de barracas na mesma.

Realização de várias expedições à Costa de África, rumo ao Rio do Ouro e à Guiné.

Nuno Tristão descobriu o rio Senegal (16° lat. N.).

Dinis Dias atingiu o Cabo Verde (Senegal) e a Ilha das Palmas (Gorrée Island, 14° 45' lat. N.).

1445 - Realização de expedições à Costa da África, rumo à Guiné.

Álvaro Fernandes chegou ao Cabo dos Mastros (Red Cape, 14° 35' lat. N.).

Início do levantamento da fortaleza de Arguim.

Diogo Afonso erigiu o primeiro padrão de madeira no Cabo Branco.

D. Pedro, filho do regente, foi armado cavaleiro.

Decidiram-se os casamentos de D. Isabel e de D. Beatriz, respectivamente com D. João II, de Castela, e D. Fernando, de Portugal, irmão de D. Afonso V.

Morte da rainha D. Leonor, viúva de D. Duarte, em Castela.

D. Pedro concedeu ao Infante o exclusivo da tinturaria de pastel no reino.

1446 - D. Afonso V atingiu a maioridade, perfazendo 14 anos.

Realização de Cortes em Lisboa.

Doação por D. Henrique a Bartolomeu Perestrelo, cavaleiro de sua Casa, e a título hereditário, da capitania de Porto Santo.

Nuno Tristão descobriu o rio Gâmbia (13.º 23' lat. N.) sendo morto com mais dezoito companheiros pelos indígenas locais.

1447-1455 - Segunda paragem ou afrouxamento significativo nas viagens de exploração.

Desenvolvimento dos tratos comerciais na Feitoria de Arguim.

- 1447** – Ratificação do contrato nupcial de D. Isabel, filha do regente, com D. Afonso V.
- 1448** – D. Pedro entregou o regimento do País a D. Afonso V.
- 1449** – Afonso V doou a D. Henrique os direitos das mercadorias que viessem ao reino das terras sitas entre os cabos Cantim e Bojador. O Infante obteve do monarca carta a confirmar à Ordem de Cristo todas as honras, privilégios, graças e mercês que lhe haviam dado e confirmado os monarcas antecessores. Recontro em Alfarrobeira, entre os exércitos de D. Afonso V e hostes do ex-regente D. Pedro que aí morreu em combate contra o soberano. Afonso V entregou o mestrado da Ordem de Avis ao Infante até que o papa mandasse prover alguém no cargo, deixado vago pelo Condestável D. Pedro que se ausentara para Castela após Alfarrobeira. Actualização dos *Estatutos* da Ordem de Cristo por D. João Vicente, bispo de Viseu. O Infante recebe do monarca os bens de Nuno Fernandes que foi moço da câmara do infante D. Pedro por ter estado com ele em Alfarrobeira contra o soberano. D. Henrique recebeu do rei as ilhas Berlengas e Baleal, junto de Atouguia.
- 1450** – Afonso V concedeu a D. Henrique o exclusivo da pesca do coral nos mares do reino e a exploração do mesmo. O Infante doou a Jácome de Bruges, seu servidor, a capitania da ilha Terceira, no Açores. O Infante doou a capitania do Funchal a João Gonçalves Zarco.
- 1451** – Afonso V concedeu ao Navegador autorização para mandar fazer moinhos de vento na alcáçova de Santarém e em barcas no rio Tejo, dali até Lisboa. O soberano autorizou D. Henrique a mandar fazer moinhos de vento na alcáçova de Santarém e em barcas no rio Tejo, desde Constância até Lisboa. O rei ordenou que se cumprisse a isenção de portagens e costuma-gens dos sabões e de outras mercadorias em trânsito, em favor de D. Henrique.
- 1452** – O duque de Viseu mandou edificar a ermida de Santa Maria de Belém.
- 1453** – Elaboração por D. Henrique de *Regimento* em Castro Marim, acerca da arrecadação e dispêndio dos direitos de pesca naquela povoação da Ordem de Cristo. O Navegador ficou liberto da administração da Ordem de Avis que regia desde 1449.

- 1454** - Afonso V doou ao Infante, a título vitalício, as praias, terras, portos, costas, abras, rios, ilhas, mares e pescarias por ele conquistados e descobertos, desde o Cabo Não até onde chegassem as suas caravelas, por guerra ou trato de paz e a jurisdição cível para que ele pudesse resolver demandas entre os armadores e pescadores.
Afonso V doou à Ordem de Cristo, muito acrescentada pelo duque de Viseu, a administração espiritual e a jurisdição de todas as praias, costas, ilhas e terras, conquistadas e por conquistar, de Guiné, Núbia, Etiópia e outras, nos termos em que a donatária a exercia em Tomar.
- 1455** - Pela bula *Rumanus pontifex*, de Nicolau V, o rei de Portugal e o Infante passaram a deter os direitos de conquista, ocupação e apropriação de todas as terras, portos, ilhas e mares de África, já conquistados e a tomar, desde os Cabos Bojador e Não até à Guiné inclusive e ainda toda a costa meridional até ao extremo e autorização para que pudessem ali impor leis, tributos, castigos; edifícios religiosos cujos padroados lhes pertenceriam; aprisionar os infiéis e conquistar terras de muçulmanos, pagãos e proibindo a todos os cristãos a navegação, pesca e comércio nos referidos mares e terras, sem prévia licença de Afonso V e de D. Henrique. Estas as linhas mestras em que, muito mais tarde, assentaria o Tratado das Alcáçovas que conteve, naturalmente, outras disposições complementares.
Afonso V ilibou, por carta, da infâmia e alta traição em que haviam incorrido os vivos e falecidos que se haviam unido ao infante D. Pedro, duque de Coimbra, contra o monarca e bem os seus descendentes, repondo-lhes os privilégios, isenções, honras, liberdades e ofícios que tinham perdido.
O Infante obteve a outorga e confirmação do *Regimento* das saboarias que lhe havia dado D. João I.
- 1456-1457** - Afonso V escambou a vila de Gouveia do Infante com bens no Algarve que otorgou a este.
Cadamosto, veneziano ao serviço de D. Henrique, navegou até aos rios da Guiné.
Diogo Gomes explorou os rios da Guiné (Guiné-Bissau).
Bula *inter cetera*, de Calisto III, a confirmar a *Romanus pontifex*, de Nicolau V, de 1455.
- 1457-1458** - Terceira paragem nas vias de exploração. Preparativos para a expedição de conquista de Alcácer Ceguer.
- 1458** - O Infante partiu em direcção a Ceuta para a tomada de Alcácer Ceguer, o que se efectivou.
Afonso V concedeu à Ordem de Cristo o direito de padroado sobre a vila de Alcácer Ceguer, então conquistada, como a Ordem tinha em

Tomar, atendendo aos serviços recebidos desta Instituição e do Navegador.

1459 – Afonso V confirmou a Pedro Correia a capitania da Ilha de Porto Santo.

Pio II erigiu a ermida de Santa Maria de Belém em paroquial e anexou-a à Ordem de Cristo.

O mesmo pontífice emitiu as letras *Ex iniuncto nobis*, em que, a rogo de D. Henrique, erigiu em paroquial a igreja de Santa Maria, na diocese de Silves, construída por ordem do Navegador e por este ter mandado desenvolver o local, unindo esta igreja, assim como a de Santa Catarina, também mandada edificar pelo Infante e a ermida de S. Vicente do Cabo, à Ordem de Cristo. Eram a capela de Santa Maria da Vila do Infante, no Algarve, ao Cabo de S. Vicente e a igreja de Santa Catarina, fora da dita Vila.

1460 – Pedro de Sintra descobriu a Serra Leoa (Sierra Leone) e navegou até ao Cabo Mensurado. Diogo Gomes e António da Nola descobriram algumas ilhas orientais do Cabo Verde (Santiago, Fogo, Maio, Boavista e Sal).

Afonso V doou a seu irmão, o infante D. Fernando, a vila de Gouveia, vaga por falecimento do donatário, Vasco de Gouveia.

O Infante doou, para sempre, a seu filho adoptivo D. Fernando, e a seus descendentes legítimos, as ilhas Terceira e Graciosa, nos Açores, reservando para a Ordem de Cristo a sua espiritualidade e vintena.

D. Henrique legou à Ordem de Cristo a igreja de Santa Maria de Belém, no Restelo, e fontenário junto à mesma.

O Navegador legou, por testamento, à Ordem de Cristo a espiritualidade da terra da Guiné.

O duque de Viseu confirmou à Ordem de Cristo a espiritualidade e vintena das ilhas Terceira e Graciosa, nos Açores.

Doação testamentária do Infante a D. Afonso V das suas ilhas do Pico, Faial, S. Jorge, Flores e Corvo, nos Açores, reservando a espiritualidade e vintena das mesmas à Ordem de Cristo.

O Infante doou à Ordem de Cristo e espiritualidade das ilhas da Madeira, Porto Santo e Desertas.

D. Henrique ordenou à Ordem de Cristo, à qual, havia muitos anos, doara as ilhas de S. Miguel e Santa Maria, nos Açores, e a respectiva espiritualidade, que todos os sábados e para sempre, nelas celebrassem missa os vigários, priores e capelães por alma do mesmo D. Henrique, dos defuntos da Ordem e das pessoas de sua obrigação.

O duque de Viseu confirmou à Ordem de Cristo a doação verbal que lhe havia feito antes da igreja e comenda de Santa Maria de África em Ceuta e da igreja de Santa Maria da Misericórdia de Alcácer Ceguer.

O Navegador doou à Ordem de Cristo a espiritualidade da sua Vila do

Infante, no Algarve, ao Cabo de S. Vicente.

D. Henrique doou ao Cabido da Sé de Viseu o rendimento das suas barracas das feiras da Cava, junto da cidade.

O Navegador doou ao Convento de Cristo de Tomar, para sempre, as barracas mandadas por ele fazer, na feira da povoação.

O Infante ordenou que, dos dízimos da Ordem de Cristo da Ilha da Madeira, se dessem, anualmente e para sempre, no Natal, doze marcos de prata ao lente da Cadeira de Prima de Teologia da Universidade de Lisboa, com certas contrapartidas a cumprir.

O duque de Viseu encarregou Fr. Antão Gonçalves, seu cavaleiro, escrivão da puridade, alcaide-mor e comendador do Castelo de Tomar e seus sucessores na dita alcaidaria de fiscalizar e executar os sufrágios que ele havia ordenado.

D. Henrique dirigiu-se aos mestres e governadores que lhe sucedessem na chefia da Ordem de Cristo, a comunicar-lhes ter ordenado sufrágios e a solicitar-lhes que cuidassem da satisfação dos mesmos.

O Navegador ordenou sufrágios por sua alma na igreja de Santa Maria da Vitória, pagos através das rendas de suas terras de Tarouca e Valdigem.

O Infante dirigiu-se ao vigário da vila de Alcácer Ceguer e a seus sucessores, ordenando-lhes que fizessem, semanal e perpetuamente, sufrágios que indicou, na igreja de Santa Maria da Misericórdia.

Redacção do *Escrito das Capelarias* do Infante, de confirmação de que pretendia que, após a sua morte, todas as suas disposições anteriormente expressas fossem cumpridas.

Elaboração, por escrito, do Segundo Testamento henriquino e último, do qual faziam parte mais dezasseis peças: o *Escrito das Capelarias* e as quinze cartas testamentárias anteriores.

Morreu o Infante D. Henrique.

III – DOCUMENTOS ICONOGRÁFICOS

No manancial de representações do Infante D. Henrique que é possível referenciar, escolhemos somente dez exemplos que julgamos serem bastante significativos.

As quatro primeiras imagens seleccionadas são as fontes da polémica sobre qual a representação verdadeira, ou pelo menos mais aproximada, da pessoa do Navegador. As outras são expressivas de várias épocas.

A estátua sepulcral da Batalha foi bastante adulterada por intervenções posteriores e, por isso, não serve, hoje, como imagem fidedigna do Infante D. Henrique. Sobre a iluminura da *Crónica dos Feitos de Guiné* e sobre a figura do retábulo vicentino, atribuído a Nuno Gonçalves, continuam a pairar fundamentadas dúvidas e interpretações contraditórias. Mas estas duas imagens acabaram por se impor no imaginário colectivo.

A figura do guerreiro medieval do Mosteiro dos Jerónimos e outra representação idêntica do Convento de Cristo, em Tomar, têm mais um valor evocativo e simbólico do que real.

No século XVII e no XVIII surge-nos ainda como guerreiro, em que o porte e a indumentária marcial se aliam aos símbolos do saber e das navegações. Os cabelos longos e as barbas correspondem à estátua evocativa do Infante D. Henrique do Mosteiro dos Jerónimos que parece servir de inspiração aos artistas. Se bem que Luís Reis-Santos tenha demonstrado que a representação inglesa, que consta da versão dos *Lusíadas*, de 1655, editada em Londres, obedeça a um estereótipo e, por isso, seja idêntica a outra estampa de Eduardo de Inglaterra, o Príncipe Negro.

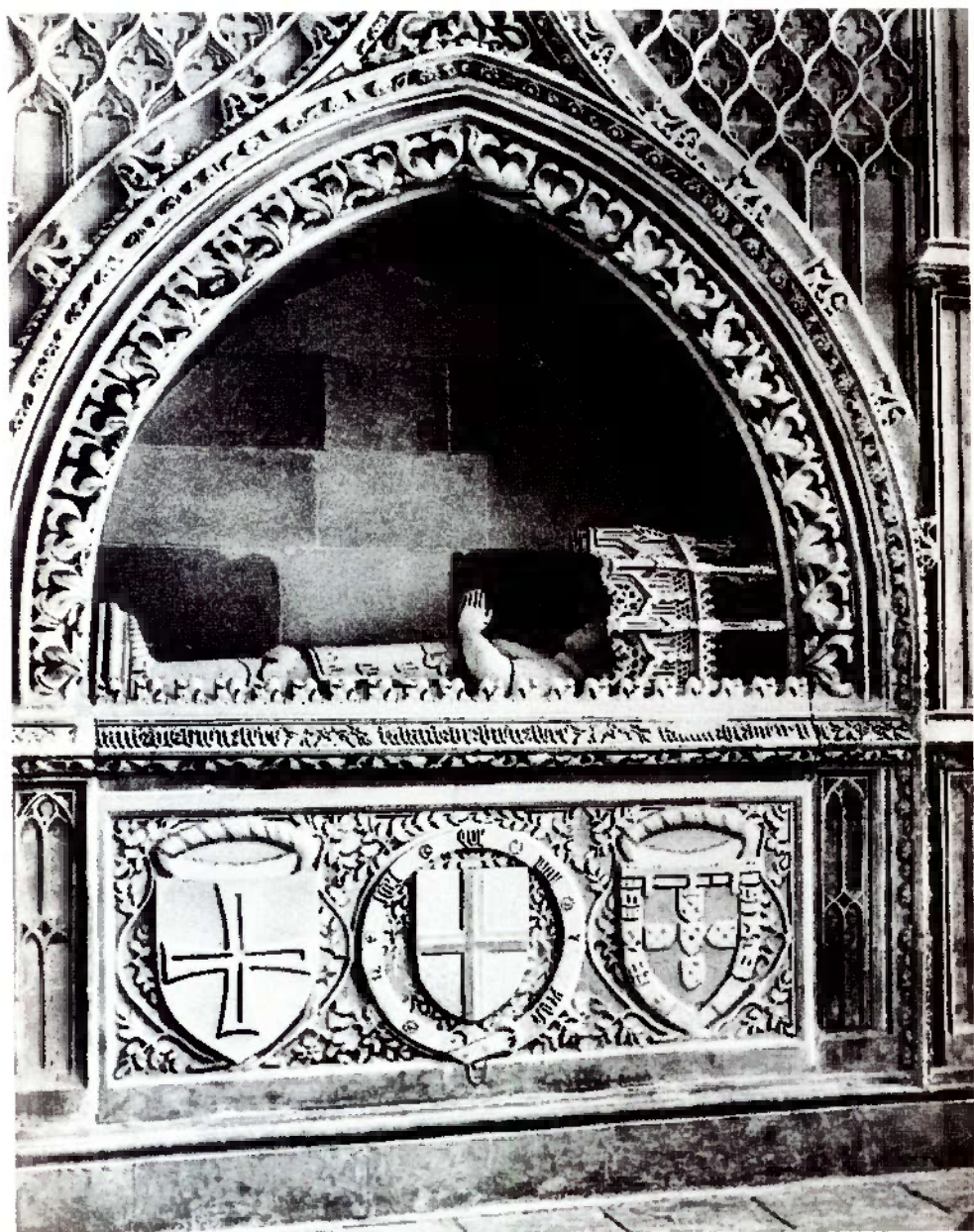
A estampa do *Universo Pittoresco*, de 1844, reflecte o conhecimento da iluminura do códice de Paris, mas com as feições imberbes de um jovem e uma representação pouco fiel do vestuário.

Na moldagem em gesso do Infante D. Henrique, José Simões de Almeida inspirou-se na iluminura para criar a fisionomia, mas o porte e o traje identificam-se com a estátua dos Jerónimos.

Em José Malhoa está bem presente o mito do solitário de Sagres, obcecado pelo sonho dos descobrimentos. A imponência agreste do lugar associa-se à expressão pensativa e severa de um homem maduro que emana grande força, apesar da pose sentada e distendida característica de quem está mergulhado nos seus pensamentos.

O Infante D. Henrique do Padrão dos Descobrimentos, de Leopoldo de Almeida, tem a postura hierática e vigorosa de um líder, de acordo com os valores da época. A austeridade do traje, encimado pelo chapeirão amantado, a expressão séria e concentrada, com as feições bem talhadas, o pé direito que avança com firmeza reforçam a imagem de liderança e tornam-no um verdadeiro chefe.

Seria, certamente, possível enriquecer esta amostragem com outras representações, mas não era objectivo deste trabalho centrar-se sobre a iconografia. Aqueles que pretenderem aprofundar o conhecimento da iconografia henriquina, terão à disposição, ainda no presente ano (1994), a exposição *O Rosto do Infante* e o respectivo catálogo.



Túmulo do Infante D. Henrique, no Mosteiro de Santa Maria da Vitória,
Capela do Fundador. Batalha.



Cabeça do Infante D. Henrique. Pormenor da estátua sepulcral da Batalha.



Estátua evocativa do Infante D. Henrique, no portal sul da igreja do Mosteiro dos Jerónimos.



Painéis de São Vicente de Fora, atribuídos a Nuno Gonçalves. Pormenor do Painel do Infante. Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa.



Illuminura da *Crónica dos Feitos de Guiné*, de Gomes Eanes de Zurara.
Manuscrito da Biblioteca Nacional de Paris.



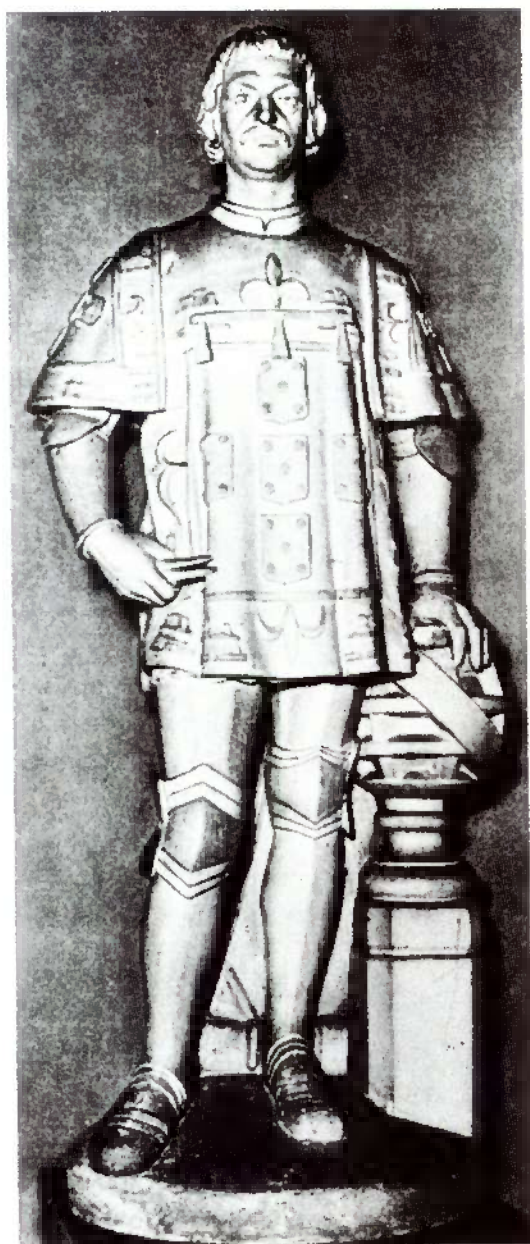
Gravura a buril atribuída a Thomas Cecill – Thomas Cross, in Luís de Camoens, *The Lusiad, or Portugals, Historical Poem*, now newly put into english by the Right Honourable Sir Richard Fanshaw, London, 1655.



Gravura a buril de Joaquim Carneiro da Silva, *Da Ásia* de João de Barros e de Diogo de Couto, Nova Edição oferecida a sua Magestade D. Maria I Rainha Fidelíssima, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1778.



Litografia do Infante D. Henrique de C. Legrand, in *Universo Pittoresco*.
Lisboa, 1843-44.



Estátua feita por José Simões de Almeida. Moldagem em gesso, 1885,
Sociedade de Geografia de Lisboa.



Pintura a óleo de José Malhoa, intitulada *O Sonho do Infante*, de 1905.
Museu Militar, em Lisboa.



Escultura de Leopoldo Neves de Almeida, executada para o Padrão dos Descobrimentos que foi inaugurado nas comemorações henriquinas de 1960 (1.ª versão, em gesso, para a Exposição do Mundo Português, em 1940).

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

CRÓNICAS DOS SÉCULOS XV, XVI E XVII

- João de BARROS, *Ásia, Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente, Primeira Década*, 6.^a edição actualizada na ortografia e anotada por Hernâni Cidade, notas históricas finais por Manuel Múrias, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1945
- Damião de GÓIS, *Crónica do Príncipe D. João*, Edição crítica e comentada de Graça Almeida Rodrigues, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1977
- Gaspar Dias de LANDIM, *O Infante D. Pedro, Chronica Inedita*, 3 vols., Lisboa, Bibliotheca de Classicos Portuguezes, 1892-94
- Duarte Nunes de LEÃO, "Cronica del Rey D. João o I" in *Crónicas dos Reis de Portugal reformadas pelo licenciado...*, Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão-Editores, 1975
- Idem*, "Cronica, e Vida del Rey D. Duarte" in *Crónicas dos Reis de Portugal reformadas pelo licenciado...*, Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão-Editores, 1975
- Idem*, "Cronica, e Vida del Rey D. Afonso o V" in *Crónicas dos Reis de Portugal reformadas pelo licenciado...*, Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão-Editores, 1975
- Pedro de MARIZ, *Díálogos de varia historia em que se referem as vidas dos senhores reys de Portugal, com seus retratos e notícias dos nossos reynos e conquistas e varios sucessos do Mundo*, ultimamente acrescentados até ao feliz reinado dos senhor rey Dom João V de saudosa memoria pelo Padre Fr. Francisco Xavier dos Serafins Pitarra, Lisboa, Na Officina Joseph Philippe, 1758
- Rui de PINA, "Chronica do Senhor rey D. Duarte" in *Crónicas*, Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão-Editores, 1977
- Idem*, "Chronica do Senhor Rey D. Afonso V" in *Crónicas*, Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão-Editores, 1977
- Manuel de Faria e SOUSA, *Epítome de las Historias Portuguesas*, Madrid, 1628
- Idem*, *Europa Portuguesa*, Tomo II, 2.^a Edição, Lisboa, 1679
- Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica de Guiné*, Introdução, novas anotações e glossário de José de Bragança, Barcelos, Livraria Civilização Editora, 1973
- Idem*, *Crónica da Tomada de Ceuta*, Introdução, selecção e notas de Alfredo Pimenta, 2.^a ed., Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1965

HISTORIOGRAFIA DO SÉCULO XVIII

- Cândido LUSITANO, *Vida do Infante D. Henrique*, Lisboa, Na Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1758

- D. António Caetano de SOUSA, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Tomo II, Coimbra, Atlântida – Livraria Editora Lda., 1946, pp. 59-65
- Joseph Soares da SYLVA, *Memorias para a historia de Portugal que comprehendem o governo del Rey D. João I do anno de mil trezentos e oitenta e tres até ao anno de mil quatrocentos e trinta e tres*, Tomo Primeiro, Lisboa Occidental, Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1730

HISTORIOGRAFIA DO SÉCULO XIX

- Alfredo ALVES, *Dom Henrique, O Infante – Memória histórica*. Primeiro prémio do concurso no quinto centenário do nascimento do Infante D. Henrique, Porto, Typographia do "Commercio do Porto", 1894
- Fortunato de ALMEIDA, *O Infante de Sagres*, Obra premiada no concurso de memórias sobre o Infante D. Henrique por ocasião das festas do V centenário do nascimento do mesmo Infante, Porto, Livraria Portuense de Lopes & C.ª, Sucessores de Clavel & C.ª, 1894
- Charles Raymond BEAZLEY, *O Infante D. Henrique e o início dos Descobrimentos Modernos*, Tradução anotada por António Álvaro Dória, Porto, Livraria Civilização, 1945
- Teófilo BRAGA, *As Modernas Ideias na Literatura Portuguesa*, vol. II, Porto, Lugan & Genalixux Sucés., 1892, p. 380 e ss.
- Idem*, "Prefácio", in Tomé da Silva, *A lenda de Sagres*, Porto, Tip. Porto-Gráfico, s.d.
- António CÂNDIDO, "O Infante D. Henrique discurso pronunciado no Palacio de Crystal no dia 3 de Abril de 1889" in *Discursos e Conferências*, Porto, Empreza Litteraria e Typographica-Editora, s.d.
- M. Pinheiro CHAGAS, *Portugueses Illustres*, 2.ª edição revista e augmentada, aprovada pela Junta Consultiva de Instrução, Lisboa, Livraria A. Ferin, 1873
- Idem*, *Os descobrimentos Portugueses e os de Colombo. Tentativa de coordenação histórica*, Lisboa, Typ. da Academia Real da Sciencias, 1892
- Vicente Almeida d'ÊÇA, *O Infante D. Henrique e a arte de navegar dos portugueses*, Conferência feita a 19 de Fevereiro de 1894 no Club Militar Naval, Lisboa, Livraria Férin, 1894
- Idem*, *Viagens e Descobrimentos Marítimos dos Portugueses*, Lisboa, David Corazzi, Bibliotheca do Povo e das Escolas, 1885
- D. Francisco de Sousa e HOLSTEIN, *A Escola de Sagres e as Tradições do Infante D. Henrique*, Conferência celebrada na Academia Real das Sciencias de Lisboa acerca dos descobrimentos e das colonizações dos portugueses na África – Primeira Conferência, Lisboa, Typographia da Academia, 1877
- INSTITUTO (O), *Revista Scientifica e Litteraria*, vol. XLI, Julho de 1893 a Dezembro de 1894, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1894
- Fr. Francisco de São LUIZ, *Reflexões geraes acerca do infante D. Henrique dos descobrimentos de que elle foi autor no século xv*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1840
- Richard Henry MAJOR, *Vida do Infante D. Henrique*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1876

- Oliveira MARTINS, *Os Filhos de D. João I*, Lisboa, Guimarães & C.ª Editores, 1973
- Idem*, "O Infante D. Henrique", in *Portugal nos Mares. Ensaios de Crítica, História e Geographia*, vol II, 1.ª edição posthuma, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1924, pp. 187-217
- Henrique Lopes de MENDONÇA, *Caracter e Influencia da Obra do Infante*, Conferência proferida no Club Militar Naval em 28 de Fevereiro de 1894, Lisboa, Livraria Féris, 1894
- J. I. de Brito REBELLO, "Alguns traços da vida do Infante D. Henrique" in *O Instituto*, vol. xli, Julho de 1893 a Dezembro de 1894, Coimbra, 1894
- Idem*, "Villa do Infante", in *O Ocidente*, vol. xvii, 17.º ano, Lisboa, 1894
- Visconde SANTARÉM, "Introdução" in Gomes Eannes de Azurara, *Cronica do Descobrimento e conquista da Guiné*, Paris, J. P. Aillaud, 1841
- Idem*, *Memória sobre a Prioridade dos Descobrimentos Portugueses na Costa de África Ocidental*, Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1958
- Rebello da SILVA, "O Infante D. Henrique", in *Archivo Pittoresco*, Lisboa, Editores Castro & Irmão, vol. ix, 9.º ano, 1866

HISTORIOGRAFIA DO SÉCULO XX

- Luís de ALBUQUERQUE, "Henrique, Infante D. (1394-1460)" in *Dicionário de História de Portugal*, dir. de Joel Serrão, vol. III, Porto, Livraria Figueirinhas, s.d.
- Idem*, *Os Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, Publicações Alfa, 1983
- Idem*, *Dúvidas e Certezas na História dos Descobrimentos Portugueses*, 2.ª edição, Lisboa, Vega, 1990
- Idem*, *Introdução à história dos Descobrimentos Portugueses*, 4.ª edição, Lisboa, Publicações Europa-América, s.d.
- Luís Filipe BARRETO, "Gomes Eanes de Zurara e o nascimento do discurso historiográfico de transição" in *Descobrimentos e Renascimento*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983, pp. 63-126
- Joaquim Bensaúde, *A Cruzada do Infante D. Henrique*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1942
- António BRÁSIO, "A castidade do Infante D. Henrique" in *Lumen*, vol. xxiv, fasc. viii, Lisboa, Agosto 1960, pp. 595-605
- BROTÉRIA, *Revista Contemporânea de Cultura*, n.º 2-3, vol. LXXI, Lisboa, 1960
- Jaime CORTESÃO, *A Expansão dos Portugueses no Período Henriquino*, Lisboa, Livros Horizonte, 1975
- Idem*, *Os Descobrimentos Portugueses*, vols. I e II, Lisboa, Livros Horizonte, 1975
- António Domingues de Sousa COSTA, "A expansão Portuguesa segundo o pensamento do Infante D. Henrique", in *Brotéria*, vol. LXXI n.º 5, Lisboa, Novembro de 1960, pp. 409-421
- A. J. Dias DINIS, *Estudos Henriquinos*, vol. I, Coimbra, Acta Universitatis Conimbrigensis, 1960
- Vitorino Magalhães GODINHO, "Duarte Leite e a evolução dos Estudos de História dos

- Descobrimientos» in Duarte Leite, *História dos Descobrimentos, Colectânea de Esparços*, Organização, notas e estudo final de Vitorino Magalhães Godinho, vol. II, Lisboa, Edições Cosmos, 1960
- Idem*, *A Economia dos Descobrimentos Henriquinos*, Lisboa, Sá da Costa Editora, 1962
- Idem*, *Ensaíos II Sobre História de Portugal*, 2.ª edição correcta e ampliada, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1978
- Duarte LEITE, *História dos Descobrimentos, Colectânea de Esparços*, Organização, notas e estudo final de Vitorino Magalhães Godinho, vols. I e II, Lisboa, Edições Cosmos, 1958
- Idem*, *Coisas de vária história*, Lisboa, "Seara Nova", 1941
- Francisco Fernandes LOPES, *A Figura e a Obra do Infante D. Henrique*, Lisboa, Portugália Editora, 1960
- Idem*, *Terçanabal e a "Escola de Sagres"*, Lisboa, Cadernos "Seara Nova", 1945
- Artur Teodoro de MATOS, *Henrique o Navegador*, CTT-Correios, 1994
- Humberto Baquero MORENO, "O Infante D. Henrique e Alfarrobeira" in *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. I, Centro Cultural Gulbenkian, 1969, pp. 53-79
- Vitorino NEMÉSIO, *Vida e Obra do Infante D. Henrique*, Obras Completas, vol. IX, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1991
- Damião PERES, *História dos Descobrimentos Portugueses*, 2.ª edição, Coimbra, Edição do Autor, 1960
- António da Silva REGO, "A personalidade do Infante D. Henrique", Separata da revista *Ultramar*, n.º 1, Lisboa, 1960
- Yves RENOARD, "L'Infant Henri Le Navigateur dans l'histoire de l'occident" in *Revue d'Histoire Économique et Sociale*, vol. XL, n.º 1, Paris, 1962, pp. 5-14
- Peter E. RUSSEL, *Prince Henry the Navigator*, London, W. Heffer & Sons, Ltd., 1960
- A. Moreira de SÁ, *O Infante D. Henrique e a Universidade*, Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960
- Elaine SANCEAU, *D. Henrique, o Navegador*, 6.ª Edição, Porto, Livraria Civilização-Editora, 1988
- Luciano Pereira da SILVA, "A Arte de Navegar dos Portugueses desde o Infante a D. João de Castro", in *Obras Completas de...*, vol. II, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1945
- Idem*, "A propósito das leituras do Infante", in *Obras Completas de...*, vol. III, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1946
- Veiga SIMÕES, "O Infante D. Henrique. O seu tempo e a sua acção" in *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, dir. de António Baião, Hernâni Cidade e Manuel Múrias, vol. I, Lisboa, Editorial Ática, 1937
- João Silva de SOUSA, *A Casa Senhorial do Infante D. Henrique*, Lisboa, Livros Horizonte, 1991
- Luís Filipe THOMAZ, "Introdução. O Infante D. Henrique e a Paternidade da Expansão: de Gomes Eanes de Azurara a Vitorino Nemésio", in Vitorino Nemésio, *Vida e Obra do Infante D. Henrique*, Obras Completas, vol. IX, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1991

ÍNDICE

ÍNDICE

	Pág.
NOTA PRÉVIA	3
I - A FIGURA DO INFANTE D. HENRIQUE ATRAVÉS DA HISTÓRIA	
Das fontes coevas ao século XVIII	9
As crónicas de Zurara e Rui de Pina	9
A imagem renascentista	13
O período seiscentista	15
O Século das Luzes	17
No século XIX	19
Concepção racionalista e voluntarista da História	19
A importância de Oliveira Martins	21
A imagem dominante de D. Henrique	25
A corrente "anti-infantista"	28
Da primeira República à actualidade	31
O contributo de Luciano Pereira da Silva	31
O retrato e o papel do Infante segundo Veiga Simões	32
Duarte Leite e a revisão dos mitos	33
Jaime Cortesão e o engrandecimento de D. Henrique	35
Sínteses e perspectivas nos anos quarenta	39
As comemorações de 1960 e a mitificação de D. Henrique	40
Oposição à imagem hagiográfica	42
A biografia da autoria de Vitorino Nemésio	46
O problema da sabedoria e da protecção da Universidade	47
Vitorino Magalhães Godinho e a reformulação dos problemas	48
A posição de Luís de Albuquerque	51
A nova geração de historiadores	53
Palavras finais	55

II - DOCUMENTOS HISTORIOGRÁFICOS	61
Gomes Eanes de Zurara	
Doc. 1 – "Que fala dos costumes do Infante D. Henrique"	63
Doc. 2 – "No qual sumariamente fala das cousas notaveis que o Infante D. Henrique fez por serviço de Deus e honra do reino"	64
Doc. 3 – "No qual se mostram cinco razões por que o senhor Infante foi movido de mandar buscar terras de Guiné"	68
Rui de Pina	
Doc. 4 – "De como falleceo o Ifante Dom Anrrique, e de seus feitos, bondades, e virturdes"	70
João de Barros	
Doc. 5 – "Das feições da pessoa do Infante Dom Henrique, e dos costumes que teve em todo o discurso de sua vida"	72
Damião de Góis	
Doc. 6 – "Das causas que MOVERAM HO INFANTE dom Anrrique a querer descobrir terras, e mares pola costa d' Africa, atte chegar à India, e da çerteza que teue pera ho mandar fazer"	74
Duarte Nunes de Leão	
Doc. 7 – "Manda o Infante D. Henrique descobridores das Ilhas de Porto Santo, e Funchal"	76
Doc. 8 – "Procura o Infante D. Henrique recuperar dos Mouros o infante D. Fernando: são bem tratados os Portuguezes, que escaparaõ, e el Rey certificado do roim successo"	77
Doc. 9 – "He o Infante D. Pedro muito calumniado, e desemparado do Infante D. Henrique, e afrontado del Rey, e Duque de Bragança"	78
D. António Caetano de Sousa	
Doc. 10 – "O Infante D. Henrique"	80
Cândido Lusitano, pseudónimo de Francisco José Freire	
Doc. 11 – "Virtudes em que floreceo o Infante Dom Henrique"	85
Cardeal Saraiva, Fr. Francisco de São Luís	
Doc. 12 – O plano henriquino	89
Rebello da Silva	
Doc. 13 – Retrato moral do Infante D. Henrique	89
D. Francisco de Sousa e Holstein	
Doc. 14 – "A escola de Sagres" e as actividades do Infante	91

Pinheiro Chagas	
Doc. 15 – Um português ilustre	94
Doc. 16 – Os projectos do Infante	95
Oliveira Martins	
Doc. 17 – Retrato do Infante D. Henrique	97
Doc. 18 – A partilha dos escravos em Lagos	100
Doc. 19 – A genialidade do Infante	101
J. I. de Brito Rebelo	
Doc. 20 – Traços da vida do Infante	104
Luciano Pereira da Silva	
Doc. 21 – "A propósito das leituras do Infante"	106
Joaquim Bensaúde	
Doc. 22 – "A cruzada do Infante D. Henrique"	109
Alberto da Veiga Simões	
Doc. 23 – "O Infante do retrato de Zurara"	111
Duarte Leite	
Doc. 24 – Motivações e planos do Infante D. Henrique	113
Doc. 25 – A conduta em relação a D. Pedro	117
Doc. 26 – "A sabedoria do infante D. Henrique"	118
Jaime Cortesão	
Doc. 27 – O desígnio do Infante	124
Doc. 28 – Homem medieval e moderno	129
Doc. 29 – O papel do Infante D. Henrique	130
Doc. 30 – O espírito de cruzada	132
Doc. 31 – As contradições do Infante	133
Vitorino Nemésio	
Doc. 32 – "Balanço de Sagres"	139
António Domingues de Sousa Costa	
Doc. 33 – O "Infante D. Henrique, herói e asceta"	143
António da Silva Rego	
Doc. 34 – A personalidade de D. Henrique, segundo o rei D. Duarte	146
Vitorino Magalhães Godinho	
Doc. 35 – A virgindade/castidade de D. Henrique	151
Doc. 36 – O âmbito dos desígnios de D. Henrique	156
Doc. 37 – O "espírito de cruzada" e as razões do Infante	160
Doc. 38 – O carácter do Infante D. Henrique	167

Luís de Albuquerque	
Doc. 39 – D. Henrique como símbolo.....	168
Doc. 40 – A cultura do Infante	169
Doc. 41 – Objectivos das primeiras viagens	170
Doc. 42 – O "plano henriquino da Índia" e a "cruzada do Infante D. Henrique"	171
Luís Filipe Thomaz	
Doc. 43 – Balanço provisório	174
João Silva de Sousa	
Doc. 44 – Cronologia (1394-1460)	176
III – DOCUMENTOS ICONOGRÁFICOS	187
Túmulo do Infante D. Henrique, no Mosteiro de Santa Maria da Vitória	191
Cabeça do Infante D. Henrique. Pormenor da estátua sepulcral da Batalha	192
Estátua evocativa do Infante D. Henrique, no portal sul da Igreja do Mosteiro dos Jerónimos	193
Painéis de São Vicente de Fora, atribuídos a Nuno Gonçalves. Pormenor do chamado Painel do Infante	194
Iluminura da <i>Crónica dos Feitos de Guiné</i>	195
Gravura a buril atribuída a Thomas Cecill – Thomas Cross, 1655	196
Gravura a buril de Joaquim Carneiro da Silva, 1778	197
Litografia de C. Legrand, in <i>Universo Pittoresco</i> , 1843-44	198
Estátua feita por José Simões de Almeida, 1885	199
Pintura a óleo de José Malhoa, intitulada <i>O Sonho do Infante</i> , de 1905	200
Escultura de Leopoldo Neves de Almeida, executada para o Padrão dos Descobrimentos	201
BIBLIOGRAFIA	203



COMEMORACÃO
DESCUBRIMENTOS
PORTUGUESES